MARCOS BAGNO

Dramática da língua portuguesa

TRADIÇÃO GRAMATICAL, MÍDIA & EXCLUSÃO SOCIAL

Edições Loyola

Scanned with CamScanner

Dramática da língua portuguesa

Tradição Gramatical, Mídia & Exclusão Social

Scanned with CamScanner

MARCOS BAGNO

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca Comunitária
S. CARLOS

Dramática da língua portuguesa

Tradição Gramatical, Mídia & Exclusão Social

BC - UFSCar
10133091

Edições Loyola

Scanned with CamScanner

para Maria Sonia,
Júlia Francisca,
Miguel Estêvão
e Maria Valentina
(pela paciência,
que tantas vezes me faltou)

Scanned with CamScanner

Já algumas formas sintáticas dialetais firmaram-se de tal forma na linguagem de todas as classes, que estão entrando na literatura. São erros, olhados à luz das regras gramaticais. Estão certas, porém, dentro da realidade lingüística. Representam a forma e o encadeamento necessário e lógico das palavras para exprimir idéias. E as idéias têm uma força de expansão interior impossível de ser contida por diques gramaticais, quando estes impedem a sua marcha normal para a clareza e para a sua justa expressão.

É uma violência inútil ajeitar-se uma idéia a um molde inadequado que a comprime, que a machuca, que a deforma, somente porque esse molde assentava bem a essa idéia há 100 anos passados.

É martírio para a mocidade que aprende e humilhação para o mestre inteligente que ensina, esse bilingüismo dentro de um só idioma – essa unidade exterior, de superfície, de duas línguas que se repelem, a língua que falamos e a língua que escrevemos. [...]

Nós, no Brasil, presos à gramática "portuguesa", somos vítimas de uma desintegração dolorosa de nós mesmos. [...]

A língua brasileira, já ninguém discute isso, diverge da portuguesa; é esta, entretanto, que a escola continua a ensinar ao brasileiro.

Mário Marroquim,
A Língua do Nordeste (1931: 169-171)

Scanned with CamScanner

Sumário

Primeiras palavras 11

1 Gramática Tradicional e senso comum 15

1.1 GRAMÁTICA TRADICIONAL, GRAMÁTICA NORMATIVA E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO 15
1.2 GRAMÁTICA TRADICIONAL: DOUTRINA, NÃO CIÊNCIA 18
1.3 IDEOLOGIA GRAMATICAL 26

2 Do mito ao preconceito: os comandos paragramaticais 45

2.0 INTRODUÇÃO 45
2.1 MITO: A MORTE DA HISTÓRIA 46
2.2 MITO, PRECONCEITO E IDEOLOGIA 48
2.3 OITO MITOS 49
2.4 O CÍRCULO VICIOSO DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO 95

3 Língua-padrão ou padrão-língua? As vicissitudes do conceito de norma 117

3.0 INTRODUÇÃO 117
3.1 A LÍNGUA DOS COMANDOS PARAGRAMATICAIS 121
3.2 PROBLEMAS DE TERMINOLOGIA 141
3.3 O QUE ENSINAR NA ESCOLA? 156
3.4 O MODELO DE BORTONI-RICARDO PARA A ANÁLISE DO PORTUGUÊS DO BRASIL 168

Scanned with CamScanner

4 A "subversão herética" do ensino de língua: pela intervenção consciente no padrão lingüístico 175

4.1 A INTERVENÇÃO CONSCIENTE NA NORMA-PADRÃO 175
4.2 *CORPUS* & METODOLOGIA 179
4.3 ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO 185
4.4 RETOMADA ANAFÓRICA DE OBJETO DIRETO DE 3ª PESSOA 198
4.5 PRONOME SUJEITO-OBJETO ("SUJEITO ACUSATIVO" NA GT) 207
4.6 PSEUDOPASSIVA "SINTÉTICA" OU PSEUDOPASSIVA "PRONOMINAL" 219
4.7 REGÊNCIAS DE *IR* E *CHEGAR* COM IDÉIA DE MOVIMENTO 250
4.8 CONCLUSÃO 267

5 Gramática ou Dramática? Da sagração à execração 295

5.0 BARBÁRIE OU ESCRAVIDÃO? 295
5.1 O DILEMA E SUAS SOLUÇÕES 299
5.2 SOCIOLINGÜÍSTICA E HISTÓRIA DA LÍNGUA 303

Bibliografia 315

Índice remissivo 325

Primeiras palavras

Este livro é o resultado de uma longa reflexão, aliada a investigações empíricas, sobre as concepções de língua e de linguagem na sociedade brasileira. As constatações não foram muito animadoras: a todo momento, tive de reconhecer a existência e o vigor de um preconceito lingüístico profundamente arraigado na cultura deste país. Preconceito não só dos falantes das variedades classificadas de cultas contra os brasileiros não-escolarizados, mas também preconceito desses mesmos falantes cultos contra sua própria maneira de falar. Diante dessa ideologia, caracteristicamente reacionária e presa ao passado, só é possível responder com uma utopia lingüística, voltada para o reconhecimento de uma língua portuguesa do Brasil extremamente dinâmica, viva, criativa, infelizmente considerada "cheia de erros" pela norma-padrão tradicional que ainda constitui o ideal de língua "certa" que povoa, de maneira muito nebulosa, o imaginário da grande maioria dos brasileiros. Herdeiros de uma pesada carga colonial de que ainda não conseguimos nos livrar, acreditamos que a língua certa e boa só é falada do outro lado do Atlântico e negamos aos mais de 160 milhões de brasileiros o direito à auto-estima lingüística.

Não bastasse essa tradicional recusa de nós mesmos — já que a língua que se fala está estreitamente ligada à identidade mesma de cada um —, recusa estimulada durante muito tempo pela escola repressora, surge agora, com todo o espalhafato das tecnologias de ponta, uma nova onda prescriti-

Scanned with CamScanner

vista, um novo policiamento gramatiqueiro, empreendido por aqueles que resolvi chamar aqui de *comandos paragramaticais*, que se aproveitam do que há de mais novo nos meios de comunicação para tentar preservar o que há de mais antigo em termos de concepção de língua.

Os *comandos paragramaticais* operam com aquilo que Marilena Chaui (1997: 7) define como o *discurso competente*:

> O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro e autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. Assim, não é paradoxal nem contraditório em um mundo como o nosso, que cultua patologicamente a cientificidade, surgirem interdições ao discurso científico. Podemos dizer que exatamente porque a ideologia contemporânea é cientificista, cabe-lhe o papel de reprimir o pensamento e o discurso científico. É nesse contexto de hipervalorização do conhecimento dito científico e de simultânea repressão ao trabalho científico que podemos melhor apanhar o significado daquilo que aqui designamos como discurso competente.
>
> O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

As interdições e repressões ao discurso científico por parte dos comandos paragramaticais se evidenciam, por exemplo, nos freqüentes e grosseiros ataques de seus sustentadores à atividade dos lingüistas profissionais, empenhados em conhecer a realidade lingüística do Brasil e em opor esse conhecimento às fantasias míticas e aos esoterismos de uma norma-padrão (equivocadamente chamada de "língua culta") que há muito tempo já deixou de servir de meio eficaz para a comunicação e a expressão dos brasileiros de todas as classes sociais.

Uma de minhas intenções aqui será justamente desmontar e desautorizar esse *discurso competente*, denunciando-o por se apoiar em bases falsas, em preconceitos e mitos que uma análise científica um pouco mais atenta não tem dificuldade em derrubar. Enfim, mostrar a verdadeira e patente *incompetência* de todos esses que, neste momento — por ingênua boa-intenção ou por desonestidade intelectual mesmo —, se autoproclamam defensores da "língua portuguesa", mas que defendem, na verdade, não a

língua, e sim a ordem social contemporânea brasileira, na qual se cristaliza perversamente a maior injustiça social de todo o planeta.

Diante de tudo isso, não deve surpreender o tom marcadamente engajado, militante mesmo, com que o presente texto foi escrito. Afinal, como diz um velho provérbio latino, "para um duro nó de árvore é necessária uma dura cunha".

Antes de começar a luta propriamente dita, tenho de reservar muitas palavras de carinho e gratidão a algumas pessoas que me ajudaram ao longo deste percurso. Em primeiro lugar, agradeço a Ataliba Teixeira de Castilho por ter me acolhido sob sua orientação num momento em que me encontrava sem bússola e sem sextante. A confiança que depositou em meu trabalho só se equipara à liberdade com que me deixou empreendê-lo, assumindo comigo os riscos de navegar em águas muitas vezes hostis. O convívio com este poderoso cientista da linguagem me permitiu compreender plenamente a admiração e o respeito que lhe são dedicados pelos intelectuais brasileiros engajados na busca de um conhecimento maior e melhor da língua falada neste país.

O encontro com Maria Marta Pereira Scherre teve algo de uma epifania. Depois dele, senti que era uma obrigação de minha parte comprometer-me na luta que ela tão bravamente tenta sustentar contra a utilização espúria do conhecimento gramatical normativo como um mecanismo de discriminação e exclusão social, sobretudo por parte dos meios de comunicação. Foi sob influência dela que transformei meu projeto inicial neste exame do preconceito lingüístico, tomado como fio condutor da investigação. Sua atitude de modéstia e de solidariedade intelectual são o modelo do professor que não vê distinção entre aprender e ensinar. Conheci ela graças ao carinho de nossa amiga comum Orlene Lúcia Sabóia de Carvalho, amor antigo e, como todo amor, definitivo.

Jânia Ramos me desafiou, com a doçura que lhe é peculiar, a encontrar hipóteses mais plausíveis para a neogramatiquice contemporânea. Espero ter atendido suas expectativas. Na busca dessas hipóteses pedi socorro a Inês Signorini, que teve paciência para o vaivém das mensagens eletrônicas, respondendo todas as minhas indagações e propondo-me outras. Iniciamos assim um diálogo que, espero, ainda renderá muito no futuro. Diálogo frutífero já tem sido o que mantenho com Sírio Possenti, com quem me identifico na luta contra a redução empobrecedora da tradição gramatical empreendida pelos comandos paragramaticais em sua ânsia de transformar séculos de reflexão filológica e filosófica num *fast-food* insosso e prejudicial à saúde.

Scanned with CamScanner

A Sociolingüística me foi apresentada, com amor quase apostólico, por Stella Maris Bortoni-Ricardo, quando, iniciando meus estudos universitários, ela fez eu descobrir que já existia uma ciência dedicada ao estudo das relações entre língua e sociedade e que eu, felizmente, não precisava inventar. Mais recentemente, a retomada do intercâmbio de idéias, em que tive muito mais a receber do que a dar, me revelou uma cientista sempre inquieta, em constante progresso intelectual e, sobretudo, disposta a partilhar dadivosamente suas descobertas.

A Manoel Luiz Gonçalves Corrêa agradeço sugestões de leitura, observações teóricas, críticas bem fundadas, advertências indispensáveis e tudo quanto mais se abriga sob o teto generoso da amizade.

Quero deixar registrada minha profunda gratidão a José Luiz Fiorin, Marilza de Oliveira, Milton do Nascimento e a Ângela Cecília de Souza Rodrigues pelas instigantes observações que me levaram a reconsiderar muito do que havia escrito nas versões preliminares deste trabalho.

Agradeço a Dino Preti, do Projeto Nurc de São Paulo, e a Maria da Piedade Moreira de Sá (outro amor definitivo), do Projeto Nurc do Recife, o acesso ao material que entrou na formação do *corpus* analisado neste trabalho.

Foi fundamental a ajuda oferecida por Irandé Antunes, Ésio Macedo Ribeiro, Lourenço Chacon e Marcos Marcionilo na obtenção de artigos, teses e livros importantes para o empreendimento da pesquisa.

Marcos Bagno
www.marcosbagno.com.br

1 Gramática Tradicional e senso comum

1.1 GRAMÁTICA TRADICIONAL, GRAMÁTICA NORMATIVA E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

O preconceito lingüístico, acredito, manifesta (em suas diversas formas, nas distintas faces que assume) a ideologia cristalizada há séculos na Gramática Tradicional (GT) e materializada, por assim dizer, no gênero literário conhecido como *gramática normativa* (GN). Faço a distinção entre *Gramática Tradicional* e *gramática normativa* usando uma metáfora simples e nada original: a GT é a "alma" de um "corpo" chamado *gramática normativa*. A GT é o "espírito", a "mentalidade", a "doutrina" (a *ideologia*) que dá alento, vigor e *ex-sistentia* ao "ser", ao "objeto", à "coisa material" que podemos adquirir, manusear e submeter aos nossos sentidos, chamada *gramática normativa*. A história da filosofia nos dá uma série de termos para marcar essa diferença. A GT, por exemplo, estaria no mundo *numênico*, no "plano das idéias" de Platão, *mundus intelligibilis*, metafísico, enquanto as GN estariam no mundo *fenomênico*, *mundus sensibilis*, físico. Com Descartes falaríamos de "espírito" (GT) e "matéria" (GN). Por isso as gramáticas normativas podem diferir, e diferem, umas das outras, apresentando mudanças ao longo do tempo, quando comparadas no nível do gênero literário, e também variações idiossin-

Scanned with CamScanner

cráticas, quando comparadas entre si como obras individuais. No entanto, o "espírito" que as move, a GT, é o mesmo. A GT, por consubstanciar uma *ideologia*[1], não tem autor, ao contrário das *gramáticas normativas*, às quais podemos nos referir como "a gramática de Celso Cunha", "a gramática de Rocha Lima", "a gramática de Cegalla" etc.

O caráter ideológico da GT se revela na análise que dela fazem autores não necessariamente preocupados com essa identificação:

> [...] não podemos esquecer que "ancilla Theologiae", como a designa Isidoro de Sevilha, a gramática (latina) estivera, na Idade Média, associada a intenções e práticas teológicas e canônico-litúrgicas e fora utilizada como instrumento científico e *suporte do discurso político e administrativo* [Buescu, 1998: 17] (grifo meu).

Minha análise visa demonstrar que essa instrumentalização da GT como suporte do "discurso político e administrativo" não se interrompeu com o fim da Idade Média, permanecendo viva e forte até os dias de hoje, ao menos no que diz respeito à sociedade brasileira.

Antes de prosseguir, quero insistir na distinção entre o que *é* a GT e o que são os *usos* que se faz dela, para que minha argumentação não corra o risco de parecer uma tentativa de demolição radical da GT. A Gramática Tradicional, não cabem dúvidas, é um patrimônio cultural do Ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios, um repositório das reflexões, investigações e especulações filosóficas acerca da linguagem feitas por alguns dos mais brilhantes pensadores da história da humanidade. Como bem enfatiza Mattos e Silva (1994: 14),

> independente da origem elitista dessa tradição de pensamento sobre a linguagem humana que veio a favorecer com este instrumento, entre outros, um segmento social em detrimento da maioria, o processo cumulativo que se desenvolveu durante vinte e três séculos e que se perpetua até nossos dias é do maior interesse para a história cultural do homem e para a percepção de como se foi construindo um campo do saber, o da reflexão sobre a linguagem humana, o da Lingüística, portanto. O embate político-ideológico que se inicia na Grécia clássica abriu, sem dúvida, um espaço para o início da criação de um discurso científico não só sobre a linguagem, mas também sobre o homem e o mundo.

1. Emprego aqui o termo *ideologia* com o sentido de visão de mundo ou conjunto de idéias dominantes numa sociedade, imposto pelas classes sociais que detêm o poder político e econômico. Não deixo de reconhecer, porém, a existência de outros conjuntos de idéias, de outras ideologias, associadas às outras classes sociais.

De fato, também na percepção de Lyons (1968: 18), existe uma continuidade na história da reflexão sobre a linguagem no Ocidente, que começa com os gregos antigos, passa pelos escolásticos medievais e prossegue hoje com os lingüistas e filósofos da linguagem:

> Os verdadeiros continuadores dos gramáticos clássicos e escolásticos não são aqueles que buscam preservar intacto todo o arcabouço da gramática clássica, mas, antes, aqueles que empreendem a investigação livre e crítica sobre o papel e a natureza da linguagem dentro do contexto do atual pensamento científico, e com o conhecimento mais extenso sobre as línguas e as culturas de que se dispõe agora.

Com efeito, a Gramática Tradicional até hoje é o ponto de partida e também o pano de fundo da atividade científica e especulativa da Lingüística e da Filosofia da Linguagem. Não é contra isso que nos devemos bater. Nos devemos bater é contra os *usos* e os *abusos* perpetrados por aqueles que, arrancando a Gramática Tradicional do lugar que legitimamente é o seu — o da reflexão filosófica, o de ferramenta de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem —, impuseram-lhe o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas. É desse papel que estarei falando ao empregar o termo *Gramática Tradicional* e ao tentar defini-la como uma ideologia. Afinal, assim como as formulações éticas e teológicas atribuídas ao Jesus dos relatos evangélicos não podem ser culpadas dos crimes praticados pela Igreja autodenominada "cristã" — que, apropriando-se autoritariamente do nome de Cristo, oprimiu, perseguiu, torturou e assassinou seres humanos —; assim como não se pode atribuir a Marx todas as atrocidades cometidas ao longo do século XX pelos regimes totalitários auto-rotulados de "marxistas", tampouco pode a Gramática Tradicional, *pelo que realmente é*, ser responsabilizada pelas distorções ideológicas a que tem sido submetida ao longo da História por aqueles que se dizem seus "defensores", embora não sejam, de direito nem de fato, seus legítimos herdeiros[2].

2. Cf. Ilari, 1985: 14: "Há também quem aponte casos de uso irresponsável da Lingüística, por exemplo sua redução a um jargão, de que se lança mão para justificar qualquer afirmação estapafúrdia sobre fatos da língua. Estas críticas apontam para um problema real, com que o lingüista se irrita mais do que ninguém; a essa crítica, responde-se lembrando que nenhuma ciência (aliás, nenhuma lei, nenhum código de ética) está a salvo de aplicações abusivas; não se pode julgar um corpo de doutrina pelos abusos que se praticam contra ele ou em nome dele".

Scanned with CamScanner

1.2 GRAMÁTICA TRADICIONAL: DOUTRINA, NÃO CIÊNCIA

Estudando a história da filosofia, das ciências e das demais formas de saber, topa-se com um fato histórico surpreendente: a Gramática Tradicional — que ainda é, de longe, a máxima fonte de inspiração doutrinária para o ensino da língua portuguesa[3] no Brasil e para as atividades econômicas a ele associadas (indústria editorial, mídia e multimídia) — repousa até hoje em bases epistemológicas que remontam a uma fase da história do conhecimento humano anterior ao que se convencionou chamar de "inícios da ciência moderna". Acreditar na GT como explicação válida da língua é acreditar no sistema ptolomaico como descrição acurada da Terra e do espaço extraterrestre. A GT passou incólume pela revolução promovida por Copérnico, Galileu, Kepler, Newton e outros cientistas que, entre os séculos XVI e XVII, fizeram ruir concepções de homem, de natureza e de cosmo que haviam dominado o mundo ocidental durante quase dois milênios. Como explica Bryan Magee (1999: 63):

> A principal novidade da ciência moderna foi sua insistência em testar as teorias pelo confronto direto com a realidade, verificando-as pela observação e pela medição dos dados que se esperava que elas explicassem. Antes disso, as teorias tinham sido testadas sobretudo pela discussão e pelo debate.

O "confronto direto com a realidade" é tudo o que as gramáticas normativas, inspiradas na GT, *não* fazem. Em Rocha Lima (1989: 15), por exemplo, lê-se:

> Em extensas faixas do Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, a consoante /l/, quando em final de sílaba, apresenta uma pronúncia "relaxada", que a aproxima da semivogal /w/. Este fato faz que desapareçam oposições como as de *mal* e *mau*, *alto* e *auto*, *servil* e *serviu* — oposições que a norma culta procura cuidadosamente observar.

Antes de mais nada, chama a atenção a tentativa de animizar a "norma culta", de personificar um conceito abstrato, quando o que existe concretamente são os *falantes cultos* de uma língua. Ora, basta ouvir os locutores de rádio, os apresentadores de telejornal e os professores universitários — três profissões que exigem educação superior e, portanto, domínio da

3. A expressão "ensino de língua portuguesa" equivale, para mim, a ensino da norma-padrão, tal como a defino no Capítulo 3. Como a norma-padrão não é língua, mas só um ideal abstrato de língua, oponho-me ao uso de expressões como "ensino de língua materna", uma vez que me filio à linha teórica para a qual *língua materna não se ensina*, mas se adquire no ambiente familiar, nos grupos sociais que a criança freqüenta antes de ingressar (se jamais ingressar) na escola formal.

"norma culta"[4] — para verificar que a afirmação de Rocha Lima não se baseia na realidade empiricamente observável. É difícil acreditar que algum falante de variedade culta se preocupe, hoje em dia, em fazer a distinção entre as palavras por ele citadas. A pronúncia do L em final de sílaba como /l/ e não como /w/ só se verifica na fala de pessoas de uma faixa etária bem definida e/ou de falantes de variedades específicas de português do Brasil, como a gaúcha (e, mesmo assim, não de modo geral).

A tradição gramatical ainda se apóia em dois pilares que foram reduzidos a pó pela ciência moderna, senão em todos os campos da atividade humana, pelo menos no tocante ao estabelecimento das "verdades" que compõem o conhecimento científico: o *poder* e a *autoridade*. Nesse processo de derrubada encontramos a figura emblemática de Galileu que, arriscando a própria vida, defendeu a nova astronomia, cujas descobertas podiam ser vistas pelo telescópio, contra a autoridade da Igreja e da ciência tradicional, que se baseavam em Aristóteles. Segundo Magee (1999: 67),

> as conseqüências de seu trabalho [de Galileu] para o entendimento humano do mundo, e portanto para os processos do pensamento humano, ultrapassam todo cálculo. Apesar da precariedade de sua situação, ele ousou proclamar o princípio de que o poder e a autoridade, incluindo as autoridades da religião cristã, não deviam ter o direito de interferir nas atividades da ciência na busca da verdade: "Por que", dizia ele, "haveria de ser que um déspota absoluto, não sendo nem médico nem arquiteto, mas sabendo-se livre para mandar, se pusesse a administrar remédios e a erguer edifícios segundo seu capricho, para grave risco de vida de seus pobres pacientes e rápido desmoronamento de seus edifícios?" *Fora!* — era seu recado às autoridades. E a difusão lenta mas definitiva dessa postura provocaria mudanças radicais na vida intelectual e social da Europa.

Mas essas mudanças radicais não atingiram a Gramática Tradicional. A GT não aderiu à revolução epistemológica da era moderna, não substituiu seus métodos de argumentação baseados na afirmação das autoridades antigas pelos métodos científicos da observação de dados, da verificação e testagem de hipóteses, de dedução de regras a partir de observações da realidade sensível, de crítica das metodologias, da comprovação ou refutação de hipóteses pela experimentação etc. Como toda ideologia, a GT é um "discurso que pressupõe a grande verdade apriorística" e esse tipo de discurso "é sempre justificativo, nunca investigativo" (Pignatari, 1998: 99).

4. Coloco "norma culta" entre aspas por ser uma expressão sujeita a muita ambigüidade e confusão conceitual. O Capítulo 3 será dedicado à análise dessa terminologia.

Scanned with CamScanner

Por tudo isso, a GT — ao contrário das demais disciplinas ensinadas na escola — não pode receber o rótulo de *ciência*: "Afinal, as ciências e a própria filosofia admitem a crítica e a refutação explícita do que precedeu ou de fases de atividade intelectual" (Gnerre, 1985: 20), mas a Gramática Tradicional não. Ou ainda, nas palavras de Karl Popper (*apud* Magee, 1999: 222): "A ciência é talvez a única atividade humana em que os erros são sistematicamente criticados e, com o tempo, corrigidos". Os erros contidos na doutrina gramatical tradicional, já tantas vezes apontados pela Lingüística, ainda são estampados, sem alteração, nas gramáticas normativas e preconizados como "formas certas" pelo ensino e demais mecanismos perpetuadores da GT.

A GT ergue-se como um contrapeso à ciência, um obstáculo ao avanço do saber. Numa exposição didática do que constitui o saber científico, Magee (1999: 223) explica:

> Embora nenhuma teoria geral possa ser provada, ela pode ser refutada, isto é, pode ser testada. Como vimos, por maior que seja o número de observações de cisnes brancos, ele jamais provará a verdade da afirmação "Todos os cisnes são brancos", pois uma única observação de um cisne preto é suficiente para refutá-la. Assim, podemos testar afirmações gerais buscando exemplos contrários. Sendo assim, a crítica se torna o principal meio pelo qual de fato progredimos. Uma afirmação que não seria invalidada por nenhuma observação não pode ser testada, e portanto não pode ser chamada de científica, porque se tudo o que poderia acontecer é compatível com sua verdade, então nada pode ser visto como prova para ela. Um bom exemplo seria a afirmação "Deus existe": ela tem significado, e pode ser verdadeira, mas nenhuma pessoa intelectualmente séria a consideraria uma afirmação científica.

É sabido que a ideologia se caracteriza por ser um discurso preso ao passado e, portanto, nada disposta a "progredir" por meio da crítica.

1.2.1 Gramática Tradicional, Alquimia e Astrologia: três doutrinas esotéricas

O que as três disciplinas alinhadas neste subtítulo podem ter em comum, a ponto de me permitir reuni-las e equipará-las? Para começar, são muito antigas — a Astrologia tem, no mínimo, cinco mil anos. Além disso, ocuparam, durante longos séculos, a curiosidade e o empenho de alguns dos espíritos mais brilhantes da história da humanidade. Cada uma delas, fascinante por si mesma, deu origem a uma verdadeira ciência que, livrando-se do caráter de "seita secreta" de sua matriz, ampliou os conhecimentos do homem sobre si mesmo e sobre a natureza que o circunda e da qual faz parte.

Astrologia e Alquimia são, de alguns séculos para cá, universalmente classificadas como *pseudociências*, isto é, como doutrinas baseadas em dados

não passíveis de verificação empírica ou inspiradas por concepções da natureza e do homem que distorcem a realidade ao interpretá-la de modo arbitrário e incoerente. As doutrinas da Astrologia tradicional, por exemplo, fazem sentido apenas se acreditarmos que a Terra está imóvel no centro do universo, pois elas só levam em conta o movimento do Sol pelas constelações do Zodíaco, desprezando totalmente o trânsito da própria Terra em torno do Sol. Fica óbvio que a teoria planetária subjacente à Astrologia é a ptolomaica. Com a revolução copernicana do século XVI, a Astrologia, que sobrevivera durante milênios a fio, recebeu seu golpe fatal. Até hoje, porém, ela subsiste na forma de passatempo popular ou de superstição e, nessa qualidade, tem espaço garantido nos meios de comunicação e na efervescência pseudomística que parece caracterizar este final de milênio. Se compararmos o estudo do céu a uma moeda, a Astrologia — doutrina ocultista, forma supersticiosa de adivinhação — é uma de suas faces, enquanto a outra é a Astronomia — ciência que investiga, mede, analisa e interpreta com rigor metodológico e critérios consistentes os dados obtidos na observação dos fenômenos cósmicos[5].

A Alquimia também é uma doutrina esotérica, talvez a mais hermética de todas (aliás, foi nela que surgiu a noção de "hermetismo"), modelo perfeito de "ciência oculta". Seus objetivos podem se resumir na palavra *transmutação*, entendida em todos os seus sentidos: nas mudanças químicas em que certos elementos se transformam em outros, nas mudanças fisiológicas como a passagem da doença à saúde, na ansiada mutação da velhice em juventude, e até na passagem de um estado terreno a uma existência sobrenatural. Em milênios de experimentos secretos, porém, os alquimistas nunca conseguiram realizar seus intentos de transformar os "quatro elementos" em ouro nem de encontrar a *matéria-prima* pura e perfeita de que se compõe tudo o que existe na natureza. A Alquimia é a face "oculta" da moeda cuja face exposta é a Química. E assim como a Astronomia herdou diversos termos e conceitos da Astrologia (por exemplo, o nome das constelações tradicionais), também a Alquimia legou à Química uma grande quantidade de termos (*elixir*, *álcool*, *matéria-prima*), inclusive o próprio nome da ciência: *(al-)quimia*. Além disso, a Alquimia foi responsável pela extra-

5. Evidentemente, refiro-me aqui à Astrologia reduzida a técnicas de mera adivinhação ou de pseudoterapia psicológica. Tal como reconheço a importância cultural da Gramática Tradicional, também sei que existe uma tradição astrológica que, combinada com o estudo dos símbolos e dos mitos, constitui um interessante repositório de intuições sobre a alma humana.

Scanned with CamScanner

ção de metais e elementos minerais como o fósforo, o bismuto, o antimônio, o zinco ou o amoníaco. Afinal, quinze séculos de experimentos práticos em laboratórios secretos não podiam deixar de levar a algumas descobertas, ainda que por acaso.

Também a GT, como enfatizei mais acima, deu enorme contribuição à investigação dos fenômenos lingüísticos, sobretudo em suas estreitas ligações com a Filosofia. Basta lembrar que, apesar de todas as propostas terminológicas nascidas durante este século e das revisões conceituais a que foi submetida, a nomenclatura gramatical clássica ainda dá provas de grande vigor e utilidade.

Me parece muito instrutivo comparar a Gramática Tradicional à Alquimia e à Astrologia. Cada uma dessas três pseudociências, como foi dito, está na origem de uma ciência, no sentido moderno desse termo: respectivamente, a Lingüística, a Química e a Astronomia. Gramática Tradicional, Alquimia e Astrologia baseiam-se em visões do mundo, da natureza e do homem incompatíveis com tudo o que atualmente se sabe a respeito do mundo, da natureza e do homem.

Se não é uma ciência, o que é a Gramática Tradicional? É uma *doutrina*, composta de *dogmas a serem aceitos como verdades incontestáveis* e não de *leis empiricamente testáveis, sujeitas a comprovação ou a refutação*. Seu corpo de definições, preceitos e prescrições apenas aparentemente serve para um estudo da língua. A função dele é, de fato, substancialmente, *ideológica*: a GT é um instrumento, um dos muitos, de legitimação das classes dominantes no poder.

Não será por outro motivo que muitos gramáticos tradicionalistas se recusam a aceitar as propostas de abordagem do fenômeno da linguagem feitas pela Lingüística: são propostas que lançam dúvidas sobre a validade do discurso gramatical tradicional, que deixam à mostra as inconsistências desse discurso.

O exemplo talvez mais extremista desse reacionarismo anticientífico, no Brasil, se encontra em Napoleão Mendes de Almeida que afirma (1994: 316) que o estudo da Lingüística serve "para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantinices" e que esta ciência é "um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras". É a defesa intransigente e obscurantista da GT e de seu discurso contra qualquer tentativa de renovação da mundividência que ela comporta. Segundo Ilari (1985: 15), reações desse tipo contra a inclusão da Lingüística nos cursos de Letras têm motivos bem definidos:

> Exclui-se a Lingüística porque suscita a todo momento o contraste entre culturas dominantes e culturas relegadas (como no caso das línguas indígenas ou das áreas de bilingüismo resultantes de imigração), entre formas de expressão socialmente prestigiosas e formas de expressão desprestigiadas (como no contraste entre a literatura oficial e a literatura popular); entre a solução de gabinete e as soluções de quem vive os fatos; entre a indústria de livros didáticos das grandes tiragens e os materiais cujo parâmetro são pessoas reais.

A crítica da GT, portanto, deve ser feita contra o pano de fundo da história da ciência e das idéias em geral.

1.2.2 Uma doutrina medieval

Reiterando a importância das descobertas científicas para o surgimento da Era Moderna, Magee escreve (1999: 69):

> As conseqüências de tudo isso para as estruturas de pensamento e as autoridades tradicionais foram cataclísmicas. Começou-se a acreditar cada vez mais que, em matéria de busca da verdade, a tradição era um estorvo e a autoridade não tinha lugar. Qualquer afirmação do tipo "*x* é verdade" já não topava com a pergunta: "Que autoridade disse isso?", mas com a pergunta: "Que provas você tem disso?" — e as autoridades acabaram por ser vistas como tão sujeitas ao questionamento crítico, como tendo de responder por seus atos, quanto as demais pessoas.

Esses grandes movimentos intelectuais demoraram a se produzir, é claro, mas desempenharam um papel central ao provocar o fim do que chamamos Idade Média. A Igreja católica perdeu seu controle sobre a vida intelectual e cultural da Europa — por completo nos países que se tornaram protestantes, mas em certa medida até mesmo nos que permaneceram católicos, onde, a longo prazo, ela também o perderia quase completamente. No nível científico, a visão de mundo que estava sendo derrubada era essencialmente o aristotelismo.

Se esses grandes movimentos provocaram o fim da Idade Média, e se a Gramática Tradicional, como acredito, permaneceu infensa a eles, não hesito em dizer que a GT — que inspira a prática pedagógica da língua portuguesa até hoje, no limiar do século XXI — é uma doutrina *medieval*, com tudo o que esse adjetivo costuma implicar de pejorativo e depreciativo.

A alusão ao aristotelismo vem mesmo a calhar. Na peça *Vida de Galileu*, de Bertolt Brecht (encenada pela primeira vez em 1943), os sábios convo-

Scanned with CamScanner

cados pelo grão-duque de Florença para examinar as novas descobertas astronômicas de Galileu (um filósofo, um matemático e um teólogo) recusam-se terminantemente a olhar pela luneta, como lhes sugere Galileu, para comprovar, com esse gesto simples, as afirmações feitas por ele. Em vez disso, propõem resolver a questão por meio da discussão, do debate, da dialética. A todo momento, Galileu lhes pede que olhem pelo telescópio, mas eles preferem continuar presos à tradição e à especulação:

O FILÓSOFO
[...] O universo do divino Aristóteles, com as suas esferas misticamente musicais e as suas abóbadas de cristal e os movimentos circulares de seus corpos e o ângulo oblíquo do trajeto solar e os mistérios da tabela dos satélites e a riqueza estelar do catálogo da calota austral e a arquitetura iluminada do globo celeste, forma uma construção de tal ordem e beleza, que deveríamos hesitar muito antes de perturbar esta harmonia.

[...]
O MATEMÁTICO
Enfim, que adianta dançar sobre ovos? Mais cedo ou mais tarde, o Senhor Galileu se habituará aos fatos. A esfera de cristal seria furada pelos planetas de Júpiter. É simplíssimo.

FEDERZONI
O senhor não vai acreditar, mas não existem as esferas de cristal.

O FILÓSOFO
Existem, qualquer manual ensina isto, meu rapaz.

FEDERZONI
Nesse caso, é preciso escrever manuais novos.

O FILÓSOFO
Alteza, o meu ilustre colega e eu nos apoiamos em nada menos que na autoridade do divino Aristóteles, nele mesmo.

GALILEU
Meus senhores, a fé na autoridade de Aristóteles é uma coisa, e os fatos, que são tangíveis, são outra. Os senhores dizem que segundo Aristóteles há esferas de cristal lá no alto; que, portanto, há movimentos que não são possíveis, porque as estrelas seriam obrigadas a quebrar as esferas. Mas e se os senhores puderem constatar esses movimentos? Isto não indicaria aos senhores que essas esferas de cristal não existem? Meus senhores, eu lhes peço com toda a humildade que acreditem nos seus olhos.

O MATEMÁTICO
Meu caro Galileu, por mais antiquado que pareça ao senhor, eu ainda tenho o hábito de ler Aristóteles, e lhe garanto que acredito nos meus olhos quando leio.

[...]
O FILÓSOFO
Se a intenção aqui é sujar Aristóteles, uma autoridade aceita não só pela totalidade da ciência antiga, como também pelos grandes Padres da Igreja, quer me parecer supérfluo prosseguir nesta discussão. Eu recuso discussões que não tenham objetivo concreto. Para mim, chega.
(Brecht, 1977: 80-85)

A ciência moderna se afirmou rompendo com a tradição aristotélica. Até mesmo o teatro moderno só pôde se estabelecer quando recusou os preceitos da poética de Aristóteles. A Gramática Tradicional, porém, como bem sabemos, é toda ela fundamentalmente aristotélica — seus defensores até hoje recusam olhar pela luneta para ver a realidade dos fatos, não aceitam o convite para "acreditar em seus olhos" e jamais admitiriam que "é preciso escrever manuais novos", como propõe o amigo de Galileu, Federzoni, que ousou olhar pela luneta e viu que o cientista estava certo.

Aristotélica, sim, e apesar disso conseguiu sobreviver ao cataclismo, como diz Magee, provocado pela derrubada do aristotelismo promovida por Copérnico, Galileu, Newton, e tantos outros. E sobreviveu também a outros terremotos epistemológicos, como o deflagrado por Einstein e sua teoria da relatividade, que alterou profundamente as concepções tradicionais de universo, tempo, espaço, energia e matéria. Como escreve Gnerre (1985: 19-20):

> O *corpus* de conhecimento constituído pela tradição clássica, não utilitário em sentido trivial, está associado com a virtude, com a sabedoria, com a respeitabilidade, características estas que constituem um amparo de legitimação para exercer o poder das decisões de alcance público. [...] O fato é que na cadeia de legitimação do saber não aconteceu nenhuma revolução, nenhuma mudança do poder absoluto para o constitucional, nenhuma mudança da monarquia para a república, etc. A cadeia de legitimações do saber vem em linha direta de descendência. A gramática normativa é o elemento privilegiado nesta linha direta de poder absoluto. Afinal, as ciências e a própria filosofia admitem a crítica e a refutação explícita do que precedeu ou de fases da atividade intelectual. Não é o mesmo para a língua padrão.

Scanned with CamScanner

1.3 IDEOLOGIA GRAMATICAL

Como sustentam Marx e Engels (1991 [1846] : 72), o domínio de uma classe social sobre as demais não ocorre apenas no plano material pela detenção dos meios econômicos de produção, do poder político, das fontes de matéria-prima, dos bens fundiários etc. É preciso que esse domínio também se dê no plano espiritual, das idéias. Desse modo,

1) embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias idéias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as idéias da classe dominante;
2) para que isto ocorra, é preciso que os membros da sociedade não se percebam como estando divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características humanas comuns a todos e que tornam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância.

Se no que Chaui (1998: 94) classifica acima de "idéias" pudermos incluir "variedades lingüísticas" será fácil entender o caráter ideológico da Gramática Tradicional, de que estão imbuídas as gramáticas normativas. Embora a Lingüística, e mais precisamente a Sociolingüística, há muito tenha postulado a existência, no universo particular de toda e cada língua viva, de múltiplas variedades lingüísticas associadas a diferenciações regionais, étnicas, etárias, de classe social etc., as gramáticas normativas brasileiras permanecem apegadas ao mito da "língua única" e se apresentam como "descrição" de uma variedade lingüística supostamente empregada pelas "pessoas cultas" do país, isto é, pelas classes dominantes, apresentando-a sempre como o "padrão" a ser imitado. Daí nasce o preconceito de que toda e qualquer variedade diferente dessa é "feia", "estropiada", "corrompida" e não é raro escutar que "isso não é português". Cria-se assim uma entidade abstrata chamada "Língua Portuguesa", cuja definição e descrição — tal como dadas nas GN — não encontram comprovação empírica na realidade histórico-social.

Os títulos mesmos desses compêndios deixam clara essa opção ideológica. Se eliminarmos um ou outro adjetivo ("novíssima", "contemporânea", "moderna") — em geral imposto pelas editoras para distinguir seus "produtos" —, praticamente todos os compêndios se chamam *Gramática da língua portuguesa* ou *Gramática do português*, como se "língua portuguesa" e "português" fossem conceitos unívocos, inequívocos e compactos, rótulos de uso exclusivo para a suposta variedade lingüística das classes dominantes — tal como os vinhos das grandes regiões produtoras européias trazem o selo "denominação de origem controlada". Toda diferenciação social é apagada

para "que os membros da sociedade não se percebam divididos em classes" e, conseqüentemente, divididos em universos lingüísticos diferentes.

Coerente com essa ideologia, e com o discurso que a ela corresponde, assim a defende Cegalla na sua *Novíssima gramática da língua portuguesa* (1990: xvii):

> A Gramática, segundo a conceituamos, não é nem deve ser um fim, senão um meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita. Maldizer da Gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas de polidez que todo civilizado deve acatar.

Conceituar a "Gramática" como um meio para "*disciplinar* a linguagem e atingir a *forma ideal* da expressão oral e escrita" é uma declaração de princípios ideológicos e anticientíficos tão bem enunciada que dispensa comentário. A comparação com os compêndios de boas maneiras deixa ainda mais a nu o reducionismo ideológico do autor. Para ele os pre(con)ceitos da gramática normativa são válidos para todo e qualquer falante de português, em qualquer lugar, em qualquer época, por serem equivalentes às "normas de polidez" dos manuais de boas maneiras. Como se as "normas de polidez" de uma determinada classe social, de um determinado país, numa determinada época tivessem aceitação universal em todas as culturas, em todas as suas fases históricas.

A *Gramática da língua portuguesa*, de Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante (1997: 16), segue a mesma trilha:

> As línguas que têm forma escrita, como é o caso do português, *necessitam da Gramática normativa* para que se *garanta a existência* de um padrão lingüístico *uniforme* no qual se registre a produção cultural. Conhecer a norma culta é, portanto, uma forma de ter acesso a essa produção cultural e à linguagem *oficial* [grifos meus].

A inversão da realidade e da história (uma característica das ideologias) está claramente expressa aqui: não é o gramático normativista que precisa de uma língua ou de uma variedade de língua como *corpus* para sua descrição e análise, mas as línguas é que "necessitam da Gramática normativa" para "garantir" a "existência" de um padrão lingüístico "uniforme". Sem a gramática normativa, portanto, não existe língua culta... Não é por acaso que muitos estudiosos do fenômeno das ideologias falam da *ilusão* criada por elas. Neste caso, a ilusão de que é possível existir um padrão lingüístico uniforme, quando se sabe que toda língua é essencialmente heterogênea e multiforme. Vê-se também que, para os autores, "produção cultural"

Scanned with CamScanner

é apenas aquela oriunda dos meios "cultos", das classes sociais de prestígio, que têm acesso à linguagem *oficial* (na verdade, elas não "têm acesso" e, sim, *criam*, *definem*, *determinam e impõem* a linguagem oficial). A literatura de cordel, o cancioneiro popular, as parlendas e rimas tradicionais, as fábulas, lendas e mitos, as adivinhas e simpatias, as cantigas de roda, os remédios caseiros, as receitas tradicionais, as brincadeiras infantis, as danças típicas, os ritmos musicais, os metros da poesia oral, as festas e folguedos, os autos populares, o artesanato... enfim, todo o saber, todo o folclore, toda a *cultura* do povo, em suas diversas manifestações e expressões, não pode merecer o rótulo de "produção cultural" por não estar "registrada" em "norma culta". *Produção cultural* é, aqui também, uma "denominação de origem controlada".

O uso do adjetivo *oficial* no trecho acima citado de Cipro & Infante remete à teoria da "economia das trocas lingüísticas", proposta por Bourdieu (1996: 32):

> A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições de constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas, etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas lingüísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei lingüística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter *universalmente* ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho lingüístico dos sujeitos falantes.

Para que um modo de expressão entre outros (uma língua, no caso do bilingüismo, uma utilização da língua, no caso de uma sociedade dividida em classes) se imponha como único legítimo, é preciso que o mercado lingüístico seja unificado e que os diferentes dialetos (de classe, regionais ou étnicos) estejam na prática referidos à língua ou ao uso legítimo. Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma "comunidade lingüística" constitui a condição da instauração de relações de dominação lingüística.

Prosseguindo sua análise do processo de constituição das ideologias, Chaui explica:

> 3) para que todos os membros da sociedade se identifiquem com essas características supostamente comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em *idéias comuns* a todos. Para que isto ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias idéias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis.

A Gramática Tradicional cumpre perfeitamente o papel de distribuição das crenças dominantes de que fala Chaui. Quando se analisa o que chamo de *mitologia do preconceito lingüístico* (cf. próximo Capítulo), encontra-se alguns chavões concernentes à língua portuguesa que refletem precisamente o sucesso da ideologia dominante em transformar em opiniões correntes, em lugares-*comuns*, a sua própria concepção distorcida de língua: "Brasileiro não sabe português", "português é muito difícil", "as pessoas sem instrução falam tudo errado" etc. A difusão dessas e de outras "ilusões", feita pela escola e pelos meios de comunicação, cristaliza-se no que chamo de *círculo vicioso do preconceito lingüístico* (Bagno, 1999: 73) que tem seu ponto de partida e de chegada na Gramática Tradicional.

O papel dos meios de comunicação nesse processo evidencia-se, nos dias que correm, pela força crescente de um movimento que denomino *neogramatiquice*, levado adiante por *comandos paragramaticais*: programas de rádio e de televisão, colunas de jornais e de revistas, manuais de redação de empresas jornalísticas, "consultórios gramaticais" por telefone, páginas na Internet, CD-ROMs etc. Em todas essas manifestações da *neogramatiquice*, encontramos expressos os chavões a que me referi:

- "Fala-se mal o português. Ou melhor, fala-se errado" (Sérgio Limoli, *IstoÉ*, 20/8/1997).
- "Só índio fala *pra mim fazer*" (Eduardo Martins, *IstoÉ*, 20/8/1997).
- "Professor de português — um idioma que de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros, precisa ser divulgado e explicado para os milhões que o têm como língua materna" (Mario Sabino, *Veja*, 10/9/1997).
- "A língua é difícil" (Marilene Felinto, *Folha de S. Paulo*, 28/10/1997).
- "Atentados contra a língua portuguesa" (Daniel Castro, *Folha de S. Paulo*, 26/10/1997).
- "Nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa" (Arnaldo Niskier, *Folha de S. Paulo*, 15/1/1998).
- "A língua portuguesa propriamente dita é bastante difícil" (Arnaldo Niskier, *O Dia*, 28/02/1999).
- "Basta pensar que a língua brasileira é outra. Uma pequena mostra de erros de redação coletados na imprensa revela que o português aqui transformou-se num vernáculo sem lógica nem regras" (Marilene Felinto, *Folha de S. Paulo*, 04/01/2000).

Scanned with CamScanner

Esses são alguns dos inúmeros exemplos de como a mídia (e aqui apenas a mídia impressa) participa ativamente do processo de consolidação da ideologia da Gramática Tradicional e, por meio dela, do preconceito lingüístico. A esses *comandos paragramaticais*, em suas formas clássicas e contemporâneas, será dedicado um lugar de destaque neste livro (Capítulos 3 e 4).

O quarto e último aspecto da dominação ideológica, segundo Chaui, é o seguinte:

> 4) como tais idéias [as da classe dominante] não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, as imagens das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isso, inverter a relação fazendo com que a realidade concreta seja tida como a realização dessas idéias.

Já se viu de que modo a ideologia é usada para se contrapor à ciência, isto é, à investigação empírica da "realidade real". Vimos também, na citação de Cipro & Infante, de que modo a Gramática Tradicional empreende a inversão da relação *idéias-realidade*: a *existência* de um padrão *uniforme* é *garantida* pela gramática normativa. Essa inversão é notável quando se trata da relação entre *escrita* e *fala*: "O certo é falar assim porque se escreve assim"; à forma gráfica das palavras é que nos deve guiar no momento de pronunciá-las; a língua oral é que deve "respeitar" a ortografia, enquadrar-se em seus moldes, caber na roupagem gráfica, e não o contrário...

A distância entre a ideologia da GT e a realidade social é bem demonstrada por Britto e D'Angelis (1998: 2):

> A insistência no ensino da gramática canônica articula-se com três noções que não se confirmam na análise das práticas sociais: a de que a ação normativa tem por finalidade evitar a corrupção e a degradação da língua nacional; a de que a chamada norma culta é própria de relações formais, de modo que seu não domínio implica na exclusão do sujeito dessas situações; e a de que seu conhecimento garante o acesso a determinadas expressões superiores de cultura e informação.

Concluindo sua análise dos quatro procedimentos elencados por ela, Chaui (p. 95) diz que eles constituem

> a operação intelectual por excelência da ideologia: a criação de *universais abstratos*, isto é, a transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das idéias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não a universalidade humana. As idéias da ideologia são, pois, universais abstratos.

Me parece que a GT realiza plenamente essa operação intelectual, e podemos constatar seu sucesso precisamente no arraigado preconceito lingüístico que caracteriza a cultura brasileira. Novamente, se onde Chaui escreveu "idéias" for possível ler "variedade lingüística", ficará fácil entender por que classifico a GT de *ideologia*. Afinal, a variedade lingüística das classes dominantes (se é que existe, se é que não passa, ela também, de um "universal abstrato"; ver Capítulo 3) é que se transforma nesse universal abstrato chamado "Língua Portuguesa". Só ela vale para todos os membros da sociedade brasileira como língua legítima e digna de respeito. Tudo o que escapa do domínio lingüístico delimitado pelas gramáticas normativas é "corruptela", é "feio", é "errado". Não é "língua de gente" ou, quando muito, é língua de seres humanos degradados, os párias da sociedade. Por isso Napoleão Mendes de Almeida fala de "língua de cozinheiras" ou de "infelizes caipiras", Luiz Antonio Sacconi condena a "língua de jacu" ou de "asnos", enquanto Eduardo Martins a atribui a "índios":

> A atitude hipócrita do poder quando se abriga por trás da "vontade de todos", vontade que ele suscita, planeja e interpreta, é um dado permanente da política. A mesma atitude se observa entre os puristas, quando pretendem encarnar a vontade de uma instância social (como a "índole da língua") na qual se encontra o "bom uso", e se saúdam como os bons falantes [Rey, 1972: 8].

Somente a ilusão de que a Gramática Tradicional, cristalizada nas gramáticas normativas, é modelo infalível, perfeito, *universal* para todas as línguas do mundo é que permite a Almeida (1994: 591) redigir disparates como este:

> A gramática, no que diz respeito à função da palavra, é internacional. O que é sujeito em português é sujeito em chinês; o que é objeto direto em nosso idioma é objeto direto em qualquer outro, e o mesmo se diga de todas as funções sintáticas e de todas as classes de palavras.

Essa gramática "internacional" (um *universal abstrato*) é pura ficção do autor, decorrente de sua recusa a "olhar pelo telescópio" e de seu apego à tradição não-científica[6]. Para comprovar isso, e usando o exemplo que ele mesmo sugeriu — o chinês —, basta um breve exame da literatura científica especializada:

6. Evidentemente, essa "gramática internacional", a que se refere Almeida, não é da mesma natureza do projeto filosófico-científico contido na busca da chamada *gramática universal*, empreendimento investigativo de que se ocuparam, por exemplo, os racionalistas de Port-Royal no século XVII-XVIII e o gerativismo de Chomsky, no século XX. É, antes, uma noção distorcida, tentativa de aplicação a todas as línguas do mundo das categorias formais aplicáveis ao português literário clássico.

Scanned with CamScanner

> [em chinês] não existe nenhuma morfologia de casos que assinale diferenças entre relações gramaticais como sujeito, objeto direto ou objeto indireto, nem existe qualquer "concordância" ou flexão verbal para indicar o que é sujeito e o que é objeto. No chinês, de fato, há poucas razões gramaticais para se postular relações gramaticais, embora haja, é claro, meios de distinguir quem fez o quê a quem, tal como existem em todas as línguas [Li & Thompson, 1987: 824-825].

Nesse caso, o apego de Almeida à tradição leva ele a ultrapassar os limites de sua própria sociedade: as regras da *única* gramática que ele conhece — a gramática normativa da língua portuguesa escrita, formal, literária, clássica — lhe parecem, *naturalmente*, válidas para todas as línguas da humanidade. No mundo irreal desse gramático, "todos os cisnes são brancos", a despeito de evidências em contrário.

Os quatro procedimentos listados por Chaui são ampliados para seis em Eagleton (1997: 19):

> Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com eles; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* idéias que possam desafiá-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. Tal "mistificação", como é comumente conhecida, com freqüência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais. Em qualquer formação ideológica genuína, todas as seis estratégias podem estabelecer entre si interações complexas.

Me parece que esse processo de "mistificação" é patente, na sociedade brasileira, na mitologia do preconceito lingüístico que detalharei no próximo capítulo. Como veremos também, na parte a eles consagrada, os *comandos paragramaticais* cumprem primordialmente a missão de *denegrir* as manifestações lingüísticas que não se enquadrem no modelo canônico e de *excluí-las* de qualquer esforço por democratizar o ambiente lingüístico brasileiro.

1.3.1 A realidade às avessas

Como adverte Fiorin (1998: 30): "A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de idéias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores". Não cabe acreditar, portanto, que as ideologias existem simplesmente porque os "seres humanos [estão] atolados em preconceito irracional, incapazes de raciocinar de modo coerente" (Eagleton, 1997: 24). A força e o vigor perene das ideologias conservadoras têm sua razão de ser no fato de codificarem "ainda que de maneira

mistificada, necessidades e desejos genuínos" (p. 25). Existe uma lógica, por mais distorcida que seja, por trás dos preconceitos; existe, inclusive, algum vestígio de verdade neles. Como diz Eagleton: "É falso acreditar que o Sol se move ao redor da Terra, mas não é absurdo", e por isso uma recente sondagem mostrou que um terço dos britânicos acreditam que o Sol gira em torno da Terra, enquanto um sétimo deles crêem que o sistema solar é maior que o universo... Também pode não ser absurdo acreditar que existe uma única língua "boa", "bonita" e "correta" e que, por extensão, as pessoas que a falam também levam uma vida "boa", "bonita" e "correta" — embora seja falso.

Para ser eficiente, a ideologia precisa ter um enraizamento mínimo na experiência das pessoas: "Uma ideologia sempre possui uma *base real*, só que essa base está de ponta-cabeça, é a *aparência* social" (Chaui, 1998: 108). É o mesmo que já diziam Marx e Engels em *A ideologia alemã*, ao comparar a ideologia a uma "câmara escura" em que os homens e suas relações aparecem invertidos.

No caso da Gramática Tradicional, é fácil comprovar que sua doutrina corresponde, na superfície dos fatos, ao que realmente acontece na língua falada pelas pessoas. Quando quero dizer que estou residindo na capital da Bahia desde 1980 e digo: *Moro em Salvador há vinte anos*, vejo que as gramáticas normativas têm razão ao ensinar que *moro* é um verbo no *presente*, pois eu o usei precisamente para relatar algo que está acontecendo comigo *neste momento presente*. As gramáticas normativas também estão certas ao dizer que na oração *Pedro abriu a porta* o sujeito é *Pedro*, já que elas definem *sujeito* como "o ser que pratica a ação". Assim, como explica Žižek (1999: 13),

> uma ideologia não é necessariamente "falsa": quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser "verdadeira", muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas *o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo — "verdadeiro" ou "falso" (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) — é funcional com respeito a alguma relação de dominação social ("poder", "exploração") de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta.*

Afinal, como prossegue o mesmo autor (p. 16),

> A ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc.), uma lacuna separa seu sentido público "oficial" e sua verdadeira intenção — ou seja, em que lidamos com uma tensão não refletida entre o conteúdo enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos.

Scanned with CamScanner

É o que se verifica, por exemplo, com os *comandos paragramaticais* que, em seu alegado propósito de "democratizar o acesso à norma culta", visam, de fato, a preservar (e, se possível, alargar) a distância que separa os que já "sabem" essa "norma culta" dos que a ignoram.

Recorrendo, novamente, a Chaui (1998: 114-115), encontramos uma descrição de ideologia que parece corresponder precisamente às críticas que, ao longo do século XX, a Lingüística vem fazendo da inconsistência da Gramática Tradicional:

> Na qualidade de corpo teórico e de conjunto de regras práticas, a ideologia possui uma coerência racional pela qual precisa pagar um preço. Esse preço é a existência de "brancos", de "lacunas" ou de "silêncios" que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica. O discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas "partes" ou entre suas "frases" há "brancos" ou "vazios", responsáveis pela coerência. Assim, ela é coerente não *apesar* das lacunas, mas *por causa ou graças* às lacunas. Ela é coerente como ciência, como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia, como explicação e como ação apenas porque *não diz tudo* e *não pode dizer tudo*. Se dissesse tudo, se quebraria por dentro.

Daí a recusa peremptória dos gramáticos tradicionalistas de admitir que muitos de seus postulados são inconsistentes, que há contradições internas em suas doutrinas, que muitas de suas regras são antes exceções do que regras, que suas definições de conceitos esbarram o tempo todo com obstáculos que eles se negam a ver. Admitir isso tudo equivaleria a preencher os "vazios", as "lacunas" da GT, enchendo-as com cargas explosivas que a fariam implodir.

A dose de realidade contida no discurso ideológico está sempre subordinada à mundividência que o conforma. Não interessa se um mesmo autor clássico usou *onde vou* e *aonde vou* indiferentemente em sua obra. As abonações oferecidas pelo gramático normativo serão exclusivamente aquelas que corroborem as suas prescrições, as que o ajudem na imposição e conservação da *norma*, no sentido mais jurídico e moralista do termo, a despeito de provas em contrário:

> [...] o discurso ideológico exibe, de modo típico, uma certa proporção entre proposições empíricas e aquilo que poderíamos grosseiramente denominar "visão de mundo", na qual a última leva uma ligeira vantagem sobre as primeiras. [...] É possível, portanto, pensar no discurso ideológico como uma complexa rede de elementos empíricos e normativos, dentro da qual a natureza e organização dos primeiros é, em última análise, determinada pelos requisitos dos últimos (Eagleton, 1997: 33).

Novamente, as definições de Eagleton concordam com as de Chaui (1998: 113):

> A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador.

Que outra coisa é a Gramática Tradicional, corporificada nas gramáticas normativas e nos *comandos paragramaticais*, senão exatamente um "conjunto lógico, sistemático e coerente de representações" bem como de "normas ou regras de conduta"? Não é por acaso que um clássico paragramatical do início do século se chamava *O que se não deve dizer* (Figueiredo, 1903) e outro clássico do final do século se chama *Não erre mais!* (Sacconi, 1998). São continuadores fiéis da velha tradição gramatical que já na época do latim vulgar publicava suas listas de "barbarismos" e "metaplasmos" como a de Consêncio (século V) e o famosíssimo *Appendix Probi* (século III). São, portanto, mais de mil e quinhentos anos de policiamento gramatiqueiro. O que Chaui diz da ideologia — "Ela é um corpo explicativo e prático de caráter prescritivo, normativo, regulador" — pode ser aplicado *ipsis litteris* à Gramática Tradicional tal como corporificada nas gramáticas normativas.

1.3.2 Visão de mundo vitoriosa

O sucesso de uma ideologia é pleno quando, como já vimos, as crenças que ela veicula se tornam *communis opinio*, "visão de mundo" compartilhada por todos os membros da sociedade. E a melhor maneira de verificar esse sucesso é aferindo a interiorização dos preconceitos disseminados por essa ideologia. Quando ouvimos tão freqüentemente declarações do tipo "brasileiro não sabe português" ou, pior, "*eu* não sei português", estamos diante da absorção total da ideologia por parte de seus "súditos", como diz Eagleton. O sentimento de inferioridade e, pior, sua aceitação como algo "natural" são provas cabais do êxito da ideologia dominante:

> Uma prova de que ninguém é, ideologicamente falando, um tolo completo, é o fato de que as pessoas ditas inferiores devem realmente aprender a sê-lo. Não é suficiente para uma mulher ou um colono serem definidos como uma forma de vida inferior: é preciso ensinar-lhes *ativamente* essa definição, e alguns deles revelam-se brilhantes bacharéis nesse processo. É surpreendente quão hábeis, enge-

Scanned with CamScanner

nhosos e perspicazes podem ser os homens e as mulheres em provar para si mesmos que são incivilizados e burros [Eagleton, 1997: 14].

O velho sentimento conformista expresso no comentário "é porque Deus quer assim" ou "foi por vontade de Deus", que encontramos na fala de brasileiros desfavorecidos diante de alguma calamidade perfeitamente evitável (seca no Nordeste, enchente na periferia de São Paulo, desabamento de barracos em favelas do Rio de Janeiro) é a síntese perfeita desse processo. Mas não devemos crer, ingenuamente, que só os nossos pobres se submetem a ele. Descrevendo uma sociedade totalmente diversa da brasileira, a britânica, Eagleton (1997: 49) deixa claro que "a sociedade capitalista avançada ainda requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores de seus deveres e inteligentemente conformistas".

Na questão da interiorização do preconceito lingüístico temos os resultados da pesquisa empreendida por Coelho (1998) sobre atitudes lingüísticas no sertão pernambucano-baiano, que revelam a que grau pode chegar o preconceito contra si mesmo:

> Partimos da hipótese de que o nordestino do Submédio São Francisco que foi para São Paulo, por ocasião do enchimento do Lago de Itaparica, e manteve contato com falantes paulistas, ao regressar à sua terra manifesta atitudes negativas em relação ao seu próprio falar (culturalmente estigmatizado) e positivas em relação ao falar paulista (culturalmente prestigiado). [...] Os resultados indicaram tendência acentuada dos informantes do Grupo B (com viagem a São Paulo) a rejeitarem o falar nordestino e a prestigiarem o falar paulista. Os nordestinos do Grupo A (sem viagem a São Paulo) manifestaram também, embora de forma menos acentuada, rejeição pelo próprio falar e admiração pelo falar paulista [Resumo].

Uma grave conseqüência dessa situação está em seu vínculo profundo com a problemática da *identidade*. A função mais elementar da linguagem é permitir a comunicação do indivíduo consigo mesmo: é com a língua que pensamos, é nela que sonhamos. Por isso Jacques Lacan pôde afirmar: "O inconsciente se estrutura como uma linguagem". A língua está, portanto, profundamente entranhada na constituição *ontológica*, poderíamos dizer, do indivíduo. Menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou variedade de língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo, ridicularizá-lo *enquanto* ser humano. Como diz Mey (*in* Signorini, 1998: 81): "Não há línguas em si, somente *falantes* das línguas", palavras que encontram eco nesta afirmação de Auroux (1998: 19): "A língua em si não existe. Não existem, em certas porções de espaço-tempo, senão sujeitos, dotados de certas capacidades lingüísticas". Fica fácil avaliar, portanto, a gravidade que assume

a auto-rejeição lingüística, a autodepreciação por parte do falante da língua/variedade que é a sua. Ele rejeita e deprecia, no mesmo movimento, tudo aquilo que constitui a sua *identidade* mesma de indivíduo.

1.3.3 Um discurso preso ao passado

Uma última tarefa importante na identificação da Gramática Tradicional como uma ideologia, parece-me, é mostrar de que modo as ideologias conservadoras — entre as quais incluo a GT — privilegiam um discurso totalmente voltado para o passado, num processo de *des-historicização* desse discurso, que passa a ser, assim, uma "grande verdade" atemporal, estática, autônoma, eterna e imutável em relação à situação histórico-social que a produziu, independente das lutas sociais que o conformaram. Explicando o conceito de "amnésia da gênese" proposto por Bourdieu, escreve Gnerre (1985: 21):

> A curta memória social e histórica permite um tipo de legitimação que não seria possível se a origem das instituições sociais e o seu significado e função fossem perfeitamente explícitos para todos. A amnésia da gênese, pelo contrário, permite que se aprenda a gramática normativa fora das condições políticas de sua instituição. [...] Essa idéia de continuidade e de necessidade é um traço fundamental do processo de legitimação.

Nessa tarefa recorrerei ao filósofo italiano Ferruccio Rossi-Landi e a sua obra *A linguagem como trabalho e como mercado* (1985; 1ª edição italiana: 1968), em cuja página 151 podemos ler:

> Sustentar que num objeto existe algo de extra-histórico significa operar um privilegiamento *baseado no passado*. Este é o primeiro ponto essencial para a interpretação de qualquer ideologia conservadora ou reacionária, independentemente das modalidades de comportamento segundo as quais ela pode manifestar-se contingentemente. Com efeito os objetos que são ditos *hoje* extra-históricos, nada mais podem ser senão objetos construídos pela humanidade em alguma fase precedente de seu desenvolvimento social. São esses os objetos que se quer defender e conservar — e tanto melhor se o processo histórico do momento tiver instituído uma máquina social capaz de conservá-los automaticamente.

O apego da GT ao passado é freqüentemente o alvo preferido de seus críticos. A própria qualificação de *tradicional* evidencia esse apego. A defesa intransigente das opções sintáticas dos grandes escritores clássicos (isto é, *do passado*), o ataque constante à língua "deturpada" e "corrompida" dos dias de hoje, a perseguição aos estrangeirismos, a recusa em aceitar a mudança-variação da língua são características dos defensores da GT.

Scanned with CamScanner

Por isso não vamos estranhar que o mesmo tom empregado por Cândido de Figueiredo no final do século XIX para lamentar a "degradação" da língua portuguesa esteja presente, por exemplo, num artigo de Arnaldo Niskier publicado no final do século XX. Em Figueiredo (1929: 13) lemos:

> Quanto mais progressiva é a civilização de um povo, mais sujeita é a sua língua a deturpações e vícios, sob a variada influência das relações internacionais, dos novos inventos, das travancas da ignorância, e até dos caprichos da moda. [...] Sábios e romancistas, poetas e prosadores, e nomeadamente a imprensa periódica, parece haverem conspirado para dar curso às mais extraordinárias invenções e enxertos de linguagem.

Os termos *invenções* e *enxertos* — que se referem a *inovações*, *mudanças*, *transformações* na língua — dão bem a prova do apego do autor a uma norma lingüística ideal enraizada no passado. Quase cem anos depois, é a vez do então presidente da Academia Brasileira de Letras lamentar:

> A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional, e a indigência vocabular tomou conta da juventude e dos não tão jovens assim, quase como se aqueles se orgulhassem de sua própria ignorância e estes quisessem voltar atrás no tempo (Arnaldo Niskier, *Folha de S. Paulo*, 15/1/1998).

O mesmo ataque feito por Figueiredo à imprensa periódica é retomado obsessivamente por Sacconi (1998) em diversos trechos de seu livro:

- Os brasileiros, por exemplo, vivem *mal e parcamente* num país onde os jornalistas escrevem muito *mal e parcamente*... (p. 77).
- Essa gente [os jornalistas] ainda vai um dia inventar uma nova língua, inteligível só para si mesmos (p. 82).
- A qualidade de nossos jornais piora (É preciso acrescentar *ainda mais*?) (p. 94).

O temor de que surja uma "nova língua" é revelador da ilusão conservadora que guia o autor, incapaz de olhar pelo telescópio e ver que a língua portuguesa do Brasil está mudando porque isso faz parte da natureza de qualquer língua viva. Mas o verdadeiro temor embutido nessa ideologia é outro: o temor da transformação social. É como analisa Rey (1972: 22):

> Uma das constantes do purismo é a recusa da mudança histórica. [...] A recusa se dirige aos imprevisíveis da história, e a recusa do tempo histórico recobre de fato a recusa do tempo social, da evolução social. A indignação diante de uma onda de empréstimos, abertamente justificada pelo temor de uma desestruturação da língua (assimilada ao léxico) corresponde sobretudo, parece, a uma reação diante de uma mudança social [...]. Por vezes, a rejeição de determinado elemento de uso é conscientemente motivado pela recusa de aceitar na norma ideal o comportamento de uma classe de falantes.

A noção de que a doutrina gramatical veiculada *hoje* pelas gramáticas normativas é um dos "objetos construídos pela humanidade em alguma fase precedente de seu desenvolvimento social", como diz Rossi-Landi, escapa totalmente aos defensores da GT. Como já argumentei em trabalho anterior (Bagno 1999: 63), o que aconteceu foi uma *inversão* da realidade histórica, que é, como vimos, uma característica das ideologias. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como "regras" e "padrões" as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados, numa determinada época, dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a *gramática normativa é decorrência do uso da língua*, é subordinada a ele, dependente dele. Como a GN, porém, passou a ser um *mecanismo ideológico de poder e de controle* de uma classe social dominante sobre as demais, surgiu essa "falsa consciência", esse "senso comum", essa "base real de ponta-cabeça" de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática normativa, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua "bonita", "correta" e "pura". A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática normativa. O que não está na GN "não é português".

Quanto a uma "máquina social" capaz de defender e conservar automaticamente, como diz Rossi-Landi, a ideologia dominante, a "supergramática" imperante, sabemos muito bem que ela existe no Brasil. A persistência de um preconceito lingüístico tão poderoso em nossa cultura demonstra isso claramente. Nossa "máquina social", que se caracteriza por ser simplesmente a sociedade com a pior distribuição de renda de todo o planeta[7], serve perfeitamente aos propósitos de defesa e conservação da ideologia (e do poder) das classes dominantes. A eleição (1994) e reeleição (1998) à Presidência da República de um obediente cumpridor das imposições da comunidade financeira internacional, aliado às forças políticas mais retrógradas e a bordo de um projeto econômico que visa declaradamente aprofundar o abismo entre as classes sociais do país, comprova isso cabalmente.

7. Dados de um relatório do Unicef publicados pela revista *Veja* (22/12/1999, pp. 36-37) revelam que há 21 milhões de crianças e adolescentes no Brasil vivendo abaixo do nível da pobreza; numa lista de 191 países, o Brasil ocupa o 108° lugar em mortalidade infantil; na distribuição de renda, só perde para Serra Leoa, considerado o país mais pobre do mundo, em guerra civil há dez anos. No Brasil, os 40% mais pobres ganham o equivalente a 8% da renda nacional, enquanto os 20% mais ricos ganham 64%. O ensino médio brasileiro só atende 50% da população entre 15 e 18 anos, deixando o país em 94° lugar numa lista de 165 países. Tudo isso num país que tem a décima maior economia do planeta.

Scanned with CamScanner

O que Rossi-Landi (1985: 152) diz acerca do "planejamento social" ou do "projeto" que toda ideologia comporta é um retrato fiel do pensamento gramatical conservador:

> O planejamento social às vezes declarado e às vezes ocultado pelo discurso privilegiado extra-historicamente consiste, então, em se contrapor ao presente o passado como mais forte e, sobretudo, em fazer com que o futuro se pareça com ele. O que se quer impedir é que do presente surja um futuro radicalmente diferente. O pedaço de passado a ser conservado é então imobilizado, estaticizado, des-dialetizado, justamente porque se quer subtraí-lo à mudança.

A ânsia desenfreada de "preservar" a língua em sua "pureza" faz parte, indubitavelmente, desse "planejamento social". Nesse planejamento desempenharam (e desempenham) papel importante as *academias* de língua, instituídas como autoridade única, absoluta e infalível na definição do vocabulário *oficial* das línguas e nos usos *legítimos* dos seus mecanismos fono-morfossintáticos e de sua semântica. Seu mais importante modelo foi, sem dúvida, a Academia Francesa. Analisando-a à luz da preservação do ideal clássico de "pureza" da língua, escreve Lyons (1995: 17-18):

> Não se poderia encontrar prova mais admirável da resistência da tradição clássica no estudo da linguagem do que as definições encontradas nas mais recentes edições do dicionário e da gramática da Academia Francesa que, desde sua fundação por Richelieu (em 1637), tem sido encarregada da tarefa de estabelecer autoritariamente o vocabulário e a gramática do francês. A gramática é definida como "a arte de falar e escrever corretamente"; seu objetivo é descobrir as relações existentes entre os elementos da língua, sejam essas relações "naturais" ou "convencionais"; a tarefa do gramático é descrever o "bom uso", isto é, a língua das pessoas educadas e dos escritores que escrevem francês "puro", e defender esse "bom uso" de "todas as causas de corrupção, tais como a invasão do vocabulário por palavras estrangeiras, termos técnicos, gíria e pelas expressões bárbaras que estão sendo constantemente criadas para satisfazer as necessidades duvidosas do comércio, da indústria, do esporte, da publicidade, etc."; quanto às regras da gramática, elas não são arbitrárias, mas "derivam das tendências naturais da mente humana".

Segundo Lyons, embora não exista um órgão oficial que tenha autoridade legislativa sobre o uso do inglês, os preconceitos literários e filosóficos embutidos nas definições de *gramática* da Academia Francesa (cuja origem podemos remontar à Accademia della Crusca, de Florença, fundada em 1583) não deixam de predominar nos países anglófonos, tanto quanto na

França[8]. Na Espanha, a Real Academia, fundada pelo rei Filipe V em 1714, à imitação da francesa, tem como objetivos "la propiedad, elegancia y pureza de las voces del idioma castellano", objetivos resumidos em seu lema: *"Limpia, fija y da esplendor"*. Seu dicionário e sua gramática têm força de lei não só na Espanha, mas em todos os países de língua espanhola. Em Portugal, sob os auspícios de D. Maria I, foi fundada em 1783 a Academia de Ciências de Lisboa, interessada não apenas nas questões lingüísticas e literárias como também em ciências naturais, ciências exatas e belas-artes. Ao contrário de suas congêneres francesa e espanhola, a academia portuguesa não levou a cabo a tarefa de publicar seu dicionário oficial, cujo único volume, publicado em 1793, deteve-se no verbete *azurrar*, o que deu margem a mais de uma pilhéria. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras, outro êmulo da francesa, fundada em 1896, tem por fim alegado "a cultura da língua e da literatura nacional". É responsável pela publicação e revisão periódica do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*.

Os gramáticos tradicionalistas parecem querer nos convencer de que só eles podem impedir a mudança da língua, salvá-la da "decadência léxica e sintática dos nossos dias" (Almeida, 1994: 525). A insistência na descrição de uma realidade lingüística ultrapassada, tida como a ideal, é que leva eles, por exemplo, a reproduzir, inalterados, os quadros dos "pronomes pessoais do caso reto" que ainda incluem *tu* e *vós* e deixam de fora *você* que é, realmente, o pronome-sujeito de segunda pessoa mais amplamente usado no Brasil. Ou em continuar prescrevendo uma preposição *a* para reger verbos de movimento como *ir* e *chegar*, embora a imensa maioria dos brasileiros de todas as classes sociais, inclusive as chamadas "cultas", usem outras preposições como *em* e *para* (ver Capítulo 4).

A repetição *ad nauseam* dos bordões que denunciam e deploram a "decadência" da língua é que gera, nutre e sustenta o preconceito lingüístico. A força desse preconceito é que assegura aos ideólogos da GT sua sobrevivência, em todos os sentidos, inclusive o econômico.

Em sua análise do processo de planejamento social constituído pela ideologia conservadora, Rossi-Landi (1985: 153) se pergunta o que acontece com o objeto "apenas-natural" ou "supra-natural", desdialetizado, deshistoricizado, oferecido pela ideologia:

8. Cf. Haugen (1972: 106): "Quando escritores ingleses do século XVIII debateram se se deveria estabelecer uma academia inglesa para regular a língua, a idéia desse tipo de instituição veio da França. A proposta foi amplamente rejeitada porque os ingleses não desejavam reproduzir o que consideravam ser a 'tirania' francesa".

Scanned with CamScanner

O que Rossi-Landi (1985: 152) diz acerca do "planejamento social" ou do "projeto" que toda ideologia comporta é um retrato fiel do pensamento gramatical conservador:

> O planejamento social às vezes declarado e às vezes ocultado pelo discurso privilegiado extra-historicamente consiste, então, em se contrapor ao presente o passado como mais forte e, sobretudo, em fazer com que o futuro se pareça com ele. O que se quer impedir é que do presente surja um futuro radicalmente diferente. O pedaço de passado a ser conservado é então imobilizado, estaticizado, des-dialetizado, justamente porque se quer subtraí-lo à mudança.

A ânsia desenfreada de "preservar" a língua em sua "pureza" faz parte, indubitavelmente, desse "planejamento social". Nesse planejamento desempenharam (e desempenham) papel importante as *academias* de língua, instituídas como autoridade única, absoluta e infalível na definição do vocabulário *oficial* das línguas e nos usos *legítimos* dos seus mecanismos fonomorfossintáticos e de sua semântica. Seu mais importante modelo foi, sem dúvida, a Academia Francesa. Analisando-a à luz da preservação do ideal clássico de "pureza" da língua, escreve Lyons (1995: 17-18):

> Não se poderia encontrar prova mais admirável da resistência da tradição clássica no estudo da linguagem do que as definições encontradas nas mais recentes edições do dicionário e da gramática da Academia Francesa que, desde sua fundação por Richelieu (em 1637), tem sido encarregada da tarefa de estabelecer autoritariamente o vocabulário e a gramática do francês. A gramática é definida como "a arte de falar e escrever corretamente"; seu objetivo é descobrir as relações existentes entre os elementos da língua, sejam essas relações "naturais" ou "convencionais"; a tarefa do gramático é descrever o "bom uso", isto é, a língua das pessoas educadas e dos escritores que escrevem francês "puro", e defender esse "bom uso" de "todas as causas de corrupção, tais como a invasão do vocabulário por palavras estrangeiras, termos técnicos, gíria e pelas expressões bárbaras que estão sendo constantemente criadas para satisfazer as necessidades duvidosas do comércio, da indústria, do esporte, da publicidade, etc."; quanto às regras da gramática, elas não são arbitrárias, mas "derivam das tendências naturais da mente humana".

Segundo Lyons, embora não exista um órgão oficial que tenha autoridade legislativa sobre o uso do inglês, os preconceitos literários e filosóficos embutidos nas definições de *gramática* da Academia Francesa (cuja origem podemos remontar à Accademia della Crusca, de Florença, fundada em 1583) não deixam de predominar nos países anglófonos, tanto quanto na

França[8]. Na Espanha, a Real Academia, fundada pelo rei Filipe V em 1714, à imitação da francesa, tem como objetivos "la propiedad, elegancia y pureza de las voces del idioma castellano", objetivos resumidos em seu lema: *"Limpia, fija y da esplendor"*. Seu dicionário e sua gramática têm força de lei não só na Espanha, mas em todos os países de língua espanhola. Em Portugal, sob os auspícios de D. Maria I, foi fundada em 1783 a Academia de Ciências de Lisboa, interessada não apenas nas questões lingüísticas e literárias como também em ciências naturais, ciências exatas e belas-artes. Ao contrário de suas congêneres francesa e espanhola, a academia portuguesa não levou a cabo a tarefa de publicar seu dicionário oficial, cujo único volume, publicado em 1793, deteve-se no verbete *azurrar*, o que deu margem a mais de uma pilhéria. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras, outro êmulo da francesa, fundada em 1896, tem por fim alegado "a cultura da língua e da literatura nacional". É responsável pela publicação e revisão periódica do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*.

Os gramáticos tradicionalistas parecem querer nos convencer de que só eles podem impedir a mudança da língua, salvá-la da "decadência léxica e sintática dos nossos dias" (Almeida, 1994: 525). A insistência na descrição de uma realidade lingüística ultrapassada, tida como a ideal, é que leva eles, por exemplo, a reproduzir, inalterados, os quadros dos "pronomes pessoais do caso reto" que ainda incluem *tu* e *vós* e deixam de fora *você* que é, realmente, o pronome-sujeito de segunda pessoa mais amplamente usado no Brasil. Ou em continuar prescrevendo uma preposição *a* para reger verbos de movimento como *ir* e *chegar*, embora a imensa maioria dos brasileiros de todas as classes sociais, inclusive as chamadas "cultas", usem outras preposições como *em* e *para* (ver Capítulo 4).

A repetição *ad nauseam* dos bordões que denunciam e deploram a "decadência" da língua é que gera, nutre e sustenta o preconceito lingüístico. A força desse preconceito é que assegura aos ideólogos da GT sua sobrevivência, em todos os sentidos, inclusive o econômico.

Em sua análise do processo de planejamento social constituído pela ideologia conservadora, Rossi-Landi (1985: 153) se pergunta o que acontece com o objeto "apenas-natural" ou "supra-natural", desdialetizado, deshistoricizado, oferecido pela ideologia:

8. Cf. Haugen (1972: 106): "Quando escritores ingleses do século XVIII debateram se se deveria estabelecer uma academia inglesa para regular a língua, a idéia desse tipo de instituição veio da França. A proposta foi amplamente rejeitada porque os ingleses não desejavam reproduzir o que consideravam ser a 'tirania' francesa".

Scanned with CamScanner

> Será possível, após tê-lo indicado, continuar falando dele? A resposta comumente é sim, com certeza. Aliás, faz parte de quase todos os projetos conservadores que se fale dele o mais possível. E justamente por se falar dele, isto é, por se estar desenvolvendo uma operação histórico-social por excelência, é que se precisa atribuir a seu isolamento de todo o resto, isolamento esse no qual se deseja manter o objeto, um caráter extra-histórico; e quanto mais se fala nisso, tanto mais se confirma sua fixidez e se evita falar do resto. Constituem-se, assim, os objetos das ciências naturais ou naturalizantes, que são todas ciências particulares, isto é, bem separadas uma da outra. Elas são solicitadas a estudar o mais detalhadamente possível aquilo que "está parado": não necessariamente no sentido de ser imóvel, pois pode também tratar-se de movimentos abstratamente periódicos; mas no sentido de não estar sujeito ao devir. Essas ciências farão uso então de técnicas lógico-quantitativas, mecanicistas, mensurativas, enfim, de técnicas da espacialidade enquanto isolada da temporalidade.

A Gramática Tradicional, como têm revelado todas as críticas feitas a ela ao longo do século XX, é eminentemente uma "ciência" do que "está parado". A língua que ela esmiúça, mensura e prescreve é um objeto atemporal, um "monumento" (termo de predileção dos gramáticos tradicionalistas), definitivamente não "sujeito ao devir". E as palavras de Rossi-Landi, publicadas em 1968, descrevem muito bem a situação da GT na cultura brasileira contemporânea: nunca se falou tanto de "língua portuguesa" nos meios de comunicação como se faz neste momento. Para o já citado Arnaldo Niskier, trata-se de uma "saudável epidemia". O jornalista Sérgio Limolli (*IstoÉ*, 20/8/1997) fala de "partir para um contra-ataque" contra as "agressões ao idioma" e usa termos como "uma dessas *ofensivas*", "saiu *em defesa* do idioma", "a rádio... *investe* no programa". Para Rossi-Landi,

> De um ponto de vista dialético, trata-se de um contínuo dar voltas em torno da tese, sem superar seus limites. Cada tese, historicamente, era uma síntese. Uma vez, porém, que ela foi assumida em sua nova imediatez, ela foi subtraída ao movimento e passou-se a ocupar-se apenas com ela, fragmentando-a internamente e complicando-a desmedidamente. A mesma operação é realizada sobre outras novas teses. Desse modo, nunca se chega à antítese; sem se falar de novas sínteses, completamente obliteradas.

A GT, como toda ideologia, "reluta em acreditar que um dia nasceu, pois isso seria o mesmo que reconhecer que pode morrer" (Eagleton, 1997: 61). A denúncia constante, por parte de tantos lingüistas e pedagogos, do caráter *repetitivo* e, ao fim e ao cabo, *inútil* do ensino gramatical é o desnudamento desse "contínuo dar voltas em torno da tese". Como analisa Gnerre (1985: 20):

> Uma série de pequenas mudanças caracterizam as gramáticas normativas de diferentes épocas: é assim que uma gramática de hoje estabelece uma norma que certamente é diferente da que encontramos numa gramática do século XVIII ou na gramática de Fernão de Oliveira. Porém, tal como na religião, nos valores morais e éticos, na norma lingüística não aparece uma crítica explícita de fases anteriores. Pelo contrário, a impressão que é transmitida é uma de continuidade. O paralelo com a religião e a formalização de crenças e valores é útil: podemos pensar na distância, em termos de dogmas, práticas e crenças, entre o catolicismo do século XV e o atual. Ainda assim a idéia que é transmitida como característica central da igreja é a de continuidade e estabilidade. As metáforas fortemente ideológicas nas quais a figura social do professor, peça-chave do processo burocrático-seletivo da escola do estado "democrático' moderno, é apresentada como a de cumpridor de uma "missão" (quase que sagrada) do ensino, são altamente significativas para pensar este paralelo língua-religião.

De fato, ainda é comum encontrar a designação da profissão docente como um "sacerdócio", para não falar do surrado clichê da professora como "segunda mãe", desqualificada em sua identidade profissional pelo rótulo hipocritamente afetivo de "tia". Mães, tias e sacerdotes fazem tudo por "amor" à "missão", e não haveria motivos, portanto, para aprimorar suas condições de trabalho e seus salários.

Perini (1997: 48) assim descreve a situação do ensino de língua no Brasil:

> O aluno de terceiro ano primário já está estudando as classes de palavras e a análise sintática — e não sabe. Ao chegar ao terceiro colegial, continua estudando a análise sintática e as classes de palavras — e continua não sabendo. Um professor de português, mesmo que de colegial, não pode entrar na sala esperando que os alunos dominem a análise sintática, ou que possam distinguir uma preposição de um advérbio, sob pena de graves decepções. E eles estudam esse assunto há oito anos, às vezes mais!

Como diz esse autor, gramática é "a matéria que ninguém aprende".

Sem cumprir seu objetivo declarado, "ensinar a língua", a pedagogia gramatiqueira só obtém sucesso em seu objetivo ocultado: reforçar a convicção do aprendiz de que "português é muito difícil" e de que "eu não sei português", isto é, empurrar sempre mais para cima a auto-aversão lingüística do brasileiro, fazer ele acreditar na mitologia do preconceito lingüístico e transformá-lo num perpetuador e reprodutor do círculo vicioso desse preconceito.

pedagogia gramatiqueira: fazer o brasileiro acreditar na mitologia do preconceito lingüístico

Scanned with CamScanner

Do mito ao preconceito: os comandos paragramaticais

2

«Science must begin with myths, and with the criticism of myths.» *

Karl Popper

«In an age when discrimination in terms of race, colour, religion or gender is not publicly acceptable, the last bastion of overt social discrimination will continue to be a person's use of language.» **

James Milroy

2.0 INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior (Bagno, 1999) fiz uma análise do preconceito lingüístico imperante na sociedade brasileira por meio dos *mitos* que o com-

* "A ciência deve começar com os mitos, e com a crítica dos mitos".

** "Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último bastião da discriminação social explícita continuará a ser o uso da língua por alguém".

Scanned with CamScanner

põem. Pouco depois de publicá-lo, tomei ciência do lançamento, na Inglaterra, do livro *Language Myths*, organizado por Bauer & Trudgill (1998). Nessa obra, 21 mitos sobre as línguas em geral e mais especificamente sobre a língua inglesa são examinados e confutados por mais de duas dezenas de sociolingüistas, numa estratégia de abordagem dos temas curiosamente muito semelhante à que adotei em meu próprio trabalho. Os dois livros se caracterizam por tentar uma apresentação menos acadêmica das noções da Lingüística e mais acessível ao leitor não especializado. Como dizem os editores da coletânea inglesa (1998: xv),

> nosso conhecimento sobre a linguagem tem se expandido num ritmo fenomenal durante a última metade do século XX. Os lingüistas andaram ocupados mantendo-se em dia com este conhecimento em expansão e explicando suas próprias descobertas a outros lingüistas. Os lingüistas mais influentes são aqueles que deram as mensagens mais importantes para outros lingüistas, e não para o público geral. Por várias razões (incluindo a natureza altamente técnica de parte do trabalho), muito poucos deles têm tentado explicar seus achados a uma audiência leiga.

Foram reflexões semelhantes que me encorajaram a escrever *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz* (1999, [4]2000), um livro que visa levar algumas noções básicas da Lingüística a uma "audiência leiga" mas, sobretudo, aos professores brasileiros de língua portuguesa que, em sua maioria, recebem uma formação quase exclusivamente normativo-prescritivista (ideológica, portanto) e não têm familiaridade com o tratamento científico de questões pertinentes à sua atividade profissional. Igual intenção presidiu a composição de *A língua de Eulália* (1997, [5]2000), em que procurei analisar mais detidamente a irracionalidade do preconceito que pesa sobre os falantes de variedades lingüísticas consideradas não-padrão.

Evidentemente, a análise que farei aqui dos mitos que conformam o preconceito lingüístico será de bem outra natureza, principalmente porque nas obras mencionadas acima não introduzi, deliberadamente, a discussão do conceito de *ideologia*, visto que isso não contribuiria para o tipo de abordagem (didática, digamos assim) pretendida. Me preocuparei fundamentalmente, a partir de agora, em relacionar o preconceito lingüístico com a ideologia que o sustenta.

2.1 MITO: A MORTE DA HISTÓRIA

Antes de mais nada, convém determinar o conceito de *mito* que entra em jogo nesta minha análise. Não se trata aqui do mito em seus significados

"positivos", como aparecem na história das religiões, na sociologia ou na psicologia: uma forma de explicação do mundo ou do espírito humano, narrativas que oferecem justificativas e/ou hipóteses para o entendimento do momento presente. Dentro de um quadro de significações antes "negativas", tal como Roland Barthes (1985: 162), considero que o mito é "uma fala despolitizada". Diz esse autor que a semiologia nos revelou que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade, e comenta (p. 163):

> Ora, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define: em todos os níveis da comunicação humana, o mito realiza a inversão da *anti-physis* em *pseudo-physis*.

As descrições que Barthes passa a fazer do *mito* remetem sempre às características do discurso ideológico conservador, já contempladas no capítulo anterior. Sua ênfase incide principalmente sobre a operação feita pelo mito na relação *história-natureza*:

> O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades, de atos humanos: sai do mito como um quadro harmonioso de essências. Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana. A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível.

Ou ainda (p. 163-164):

> Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundezas, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias.

Assim, embora gestado num passado, ao qual se mantém preso, o mito reveste-se de uma aura atemporal, condição indispensável para que assuma sua característica de essência pura, para que realize sua operação de purificar e inocentar as contingências e os acidentes, desumanizá-los e transformá-los em coisas-em-si.

Pouco mais adiante (p. 174), Barthes afirma que "o mito tende para o provérbio". É o que se verifica nos mitos que compõem o preconceito lingüístico: são provérbios, chavões repetidos à exaustão, tornados pura metalin-

Scanned with CamScanner

guagem. E como todo provérbio, afloram no discurso cotidiano como verdades naturais, como cápsulas de uma sabedoria compartilhada de que todos podem haurir livremente. O mito, fundamentalmente acrítico, é a ideologia sintetizada em pequenas falas. Despolitizado, des-historicizado, desdialetizado, o mito é um estranho fóssil vivo.

2.2 MITO, PRECONCEITO E IDEOLOGIA

O preconceito parece ser algo inerente ao ser humano que vive em sociedade. Segundo Eagleton (1997: 17), "sem algum tipo de preconcepção nem sequer seríamos capazes de identificar uma questão ou situação, muito menos de emitir qualquer juízo sobre ela". E o mesmo autor explica (p. 31):

> Por um lado, a ideologia não é um mero conjunto de doutrinas abstratas, mas a matéria da qual cada um de nós é feito, o elemento que constitui nossa própria identidade; por outro, apresenta-se como um "todos sabem disso", uma espécie de verdade anônima universal. [...] A ideologia é um conjunto de pontos de vista que eu por acaso defendo; esse "acaso", porém, é, de algum modo, mais do que apenas fortuito [...] Com bastante freqüência parece ser uma miscelânea de refrões ou provérbios impessoais, desprovidos de tema; no entanto, esses chavões batidos estão profundamente entrelaçados com as raízes de identidade pessoal que nos impele, por exemplo, de tempos em tempos, ao assassinato ou à tortura. Na esfera da ideologia, o particular concreto e a verdade universal deslizam sem parar para dentro e para fora um do outro, evitando a mediação da análise racional.

O que Eagleton chama de "refrões ou provérbios impessoais" e "chavões batidos" é justamente o que tenciono designar com o rótulo de *mito*. E com o rótulo de *preconceito* designo o que ele chama de "uma espécie de verdade anônima universal", um "todos sabem disso". É aquilo a que Gramsci se refere como o "senso comum" na consciência empírica do povo (*apud* Eagleton, 1997: 111):

> Tal senso comum é um "agregado caótico de concepções díspares" — uma zona de experiência ambígua, contraditória, que, como um todo, é politicamente retrógrada. Como poderíamos esperar que fosse diferente se um bloco governante teve séculos para aperfeiçoar sua hegemonia?

Me parece, portanto, impossível dissociar *preconceito* de *ideologia*. Talvez se possa até arriscar ver na relação *ideologia-preconceito* uma hiperonímia: os diversos preconceitos (racial, sexual, etário, lingüístico, religioso, de classe, de origem geográfica etc.) que imperam no "senso comum" são *hipônimos* da ideologia dominante, assim como os mitos que os conformam são *hipônimos* desses preconceitos:

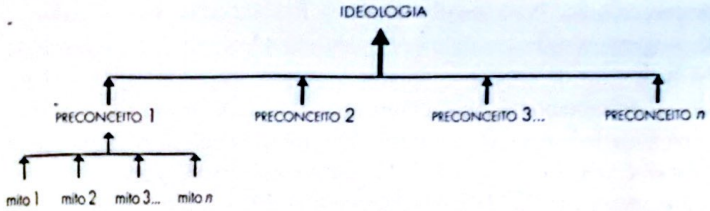


Figura 2.1

2.3 OITO MITOS

No texto de introdução da obra já mencionada, Bauer & Trudgill (1998: xvi) justificam o emprego do termo *mito* com as seguintes palavras:

> Como lingüistas, temos toda a consciência de que as pessoas em geral têm algumas idéias bem estabelecidas acerca da língua. Encontramos tais idéias quando não-lingüistas conversam conosco em festas, nas dependências comuns das universidades, entre os membros de nossas famílias e na mídia. Algumas dessas idéias se acham tão bem estabelecidas que poderíamos dizer que fazem parte de nossa cultura. É neste sentido que nos referimos a elas como mitos (embora nossos colegas dos estudos mitológicos possam não aprovar este uso do termo).

Assim como os diversos especialistas convidados a refletir sobre os mitos que povoam o senso comum dos falantes de língua inglesa empreenderam suas análises partindo das "idéias bem estabelecidas acerca da língua", sem se preocupar em retraçar a origem desses mitos, de igual modo acredito que, para o trabalho que se propõe a presente investigação sobre o preconceito lingüístico no Brasil, não é tão importante retroceder no tempo e detectar o momento histórico de irrupção de cada um dos mitos que configuram o senso comum dos falantes brasileiros a respeito da língua portuguesa falada neste país. Além disso, embora talvez seja possível detectar, com o auxílio da História, as causas que levaram à constituição de um tipo específico de preconceito, acredito ser muitíssimo mais difícil estabelecer o momento exato de consubstanciação, na mentalidade de um povo ou comunidade, das idéias que se relacionam com esse preconceito.

Finalmente, não me parece tarefa simples determinar, entre mito e preconceito, o que veio primeiro: foi o preconceito que, rompendo-se como uma granada, liberou uma miríade de mitos, ou são os mitos que, agrupando-se em torno de uma preconcepção nuclear, configuram um tipo específ-

Scanned with CamScanner

fico de preconceito? Por exemplo, o mito de Eva, tal como textualizado na Bíblia — apresentando a mulher como subordinada ao homem, secundária até no momento da criação e, sobretudo, como introdutora do mal no mundo —, certamente se deve ao preconceito que já pesava sobre as mulheres na sociedade hebraica primitiva, mas também serviu para reforçar e justificar esse preconceito ao longo da História ocidental, quando o cristianismo incorporou muito da visão de mundo judaica ao seu cânon doutrinário. Como delimitar, no preconceito que existe *hoje* contra as mulheres, o que é herança anterior ao relato mítico bíblico e o que é influência desse relato sobre a cultura ocidental cristã?

Abandonada, pois, a pretensão de narrar a história dos mitos que compõem o preconceito lingüístico no Brasil, limitei-me a recolher essas idéias que "fazem parte de nossa cultura", analisando os elementos que compõem o *círculo vicioso do preconceito lingüístico* (ver abaixo, 2.4). Tal como os autores da coletânea inglesa já citada, decidi encapsular essas idéias em frases feitas que, como acabamos de ver, são "falas despolitizadas", provérbios, subprodutos da ideologia dominante, mitos:

- (1) A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente
- (2) Brasileiro não sabe português [Eu não sei português] [Só em Portugal se fala bem português]
- (3) Português é muito difícil
- (4) As pessoas sem instrução falam errado [feio]
- (5) O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão
- (6) O certo é falar assim porque se escreve assim
- (7) É preciso saber gramática para falar e escrever bem
- (8) O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social

É provável que haja vários outros mitos desse tipo e quem sabe até em vez de 8 pudéssemos escrever ∞. Me ocorrem, por exemplo, os mitos de que "os jovens têm uma linguagem pobre", "a televisão [a mídia] está arruinando o português", "os anglicismos vão acabar com a língua portuguesa", "eu não tenho sotaque, os outros é que têm" etc. Mas esses oito me parecem os mais graves, sobretudo porque são sistematicamente reproduzidos pela prática escolar tradicional e pela mídia, colaborando para a manutenção do que chamo o círculo vicioso do preconceito lingüístico. Na análise a seguir, me concentrarei nos mitos que considero os mais importantes para o estudo do preconceito lingüístico da sociedade brasileira, a saber: (1),

(4), (6) e (8). Os demais mitos, de uma forma ou de outra, acabam tendo aspectos que os aproximam de um ou mais desses quatro mitos que passarei a analisar.

2.3.1. O mito da língua única

O primeiro desses mitos diz respeito à suposta unidade lingüística do Brasil, o mito da "língua única". Esse mito está presente numa longa tradição filológica brasileira e aparece com todas as letras em obras como *A unidade lingüística do Brasil* (Elia, 1979) ou *O prodigioso espírito de unidade luso-brasileiro* (Jucá, 1961). Neste último texto, encontramos afirmações do tipo:

> O transunto perfeito do ideal de nacionalidade se alcança quando, num mesmo *território*, se encontra uma só *raça*, com uma só *religião*, uma só *moral*, uma só *língua*, e uma só *tradição*. [...] Pois eu diviso em Portugal e no Brasil exemplos frisantes de nacionalidades consumadas (p. 3).

> A história da *língua* portuguesa no Brasil é mais uma confirmação de nosso asserto (p. 12).

> O resultado foi o predomínio da língua portuguesa, com a prevalência do espírito de unidade que aqui se implantou (p. 14).

Como é fácil deduzir, trata-se de um devaneio místico-nacionalista, puramente ideológico, que nada tem de científico. Supor que no Brasil existe uma só raça, uma só religião, uma só moral e uma só língua é levar ao paroxismo a operação intelectual característica da ideologia: a criação de *universais abstratos*, isto é, a transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade, como vimos no capítulo anterior. Essa operação ideológica de conectar *língua e moral* se encontra também no prefácio escrito por Sousa da Silveira para o opúsculo de Gladstone Chaves de Melo intitulado precisamente *A atual decadência da língua literária* (1946). Ao apresentar o trabalho, diz o conhecido filólogo (p. 1-2):

> Homem de bem e honesto, [Melo] procurou descobrir as raízes do descalabro de que é vítima, atualmente, a nossa língua. Reconheceu que tal descalabro é apenas uma das tristes conseqüências de uma decadência moral coletiva, muito grave e assustadora. Ele aponta várias causas responsáveis pelo grande mal; por isso, a leitura do seu trabalho se recomenda a todas as pessoas que ainda se preocupam, sinceramente, com o bem da humanidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca Comunitária

Scanned with CamScanner

Vemos aí novamente um universal abstrato, a "humanidade", identificada com a ínfima classe letrada brasileira, parcela reduzida da população total (mais reduzida ainda em 1946 do que hoje). Quanto ao texto do próprio Gladstone Melo, é de se perguntar de que "atual língua literária" tão decadente ele trata se no ano mesmo de sua publicação estavam vivos e ativos alguns dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos como Graciliano Ramos (*Infância*, 1945), Carlos Drummond de Andrade (*A Rosa do Povo*, 1945), Manuel Bandeira (*Poesias completas*, 1944), Cecília Meireles (*Mar absoluto*, 1944), Clarice Lispector (*O Lustre*, 1946), João Cabral de Melo Neto (*O Engenheiro*, 1945) e Guimarães Rosa (*Sagarana*, 1937), para citar apenas os nomes de maior notoriedade no Brasil e no exterior.

Como analisa Pereira (*in* ABL, 1999: 96) tem que ser falha a ideologia que dominou o país durante o período colonial, e prevalece de certa forma ainda hoje — isto é, a de centrar suas reflexões apenas na unidade lingüística brasileira. É ela que dá corpo às afirmações de que a imprensa escreve errado, a televisão fala errado, o povo usa mal a língua, parecendo ignorar a realidade pluriétnica, pluricultural e plurilingüística brasileira.

Não espanta, portanto, que num projeto de lei que tem por objeto "a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa", apresentado em 1999 ao Congresso Nacional pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), ainda se afirme algo como:

> Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse — um autêntico milagre brasileiro — está hoje seriamente ameaçado.

Como se vê, o preconceito lingüístico é tão impregnado na sociedade brasileira que se revela até como um ponto em torno do qual forças políticas radicalmente opostas encontram um consenso. É que, como esclarece Chaui (1998: 114),

> a função da ideologia é a de apagar as diferenças como as de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

O apagamento das distinções de classe se percebe claramente, por exemplo, neste "conselho para as mães", dado por Arnaldo Niskier (*in* ABL, 1999: 33):

> A mãe deve tratar o filho com muito carinho, conversar com ele corretamente, como ser humano. No processo de alimentação física, providenciar, paralelamente, a alimentação espiritual: livros. As crianças devem se habituar, desde os 4 anos, a manusear livros. Na minha casa, livro sempre foi boca-livre e é por isso que hoje em dia as minhas netas me convidam para um passeio à livraria.

Evidentemente, as netas de Niskier não estão entre os 21 milhões de crianças brasileiras que vivem abaixo da linha da miséria, nem entre os 67% de jovens brasileiros que não freqüentam a escola. Nesse discurso está evidente um dos processos ideológicos mais freqüentes: a visão de toda a sociedade como identificada com o *modus vivendi* de uma única classe social, o que implica, conseqüentemente, na idéia de que "a" língua é apenas aquela falada por essa mesma classe. Só mesmo uma visão que apaga as diferenças sociais permite a Niskier fazer sua campanha em favor do livro e da leitura, num país onde "no processo de alimentação física", como ele diz, milhões de brasileiros simplesmente não têm o que comer. E é também o que autoriza ele a fazer uma dedução sociológica inconsistente sobre as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, atribuindo as "dificuldades de crescer" do nosso país à falta de bibliotecas:

> Um livro nos EUA tem 100 mil exemplares de tiragem. Nós, aqui, quando temos uma tiragem de 3 mil exemplares, é óbvio que o custo unitário tem de ser alto, porque a tiragem é ridícula. Nós temos só 3.500 bibliotecas públicas. E temos 3.500 bibliotecas mal localizadas, fechadas boa parte do tempo, com o acervo ultrapassado. Os EUA têm 185 mil bibliotecas e são um território assemelhado ao nosso em termos de extensão territorial. *Aí está por que um país é grandemente desenvolvido e por que o outro tem dificuldades para crescer* [in ABL, 1999: 60-61].

O imortal esqueceu-se, porém, de outros dados estatísticos, que considere talvez menos relevantes: o Brasil, segundo o UNICEF, ocupa o 108º no conjunto dos países em termos de mortalidade infantil e, segundo a UNESCO, é o 7º país com maior número de analfabetos em todo o mundo. Daí se deduz que o que Niskier realmente lamenta é a falta de interesse pelos livros, não de toda a sociedade brasileira, mas da restrita camada social a que ele pertence.

Esse apagamento da heterogeneidade social é que instituiu nos estudos filológicos brasileiros tradicionais a crença de que em nosso país existe uma "unidade na diversidade e uma diversidade na unidade" da língua portuguesa aqui falada, fórmula que se encontra, inalterada, numa seqüência de obras que vai desde Silva Neto (1950: 234), passa por Cunha & Cintra (1985: 9) e chega até a mais recente edição do compêndio gramatical de Bechara (1999: 50). É essa crença que leva Silvio Elia, no livro já citado

Scanned with CamScanner

(1979: 12-13), a encadear citações de renomados estudiosos que viriam corroborar este "princípio" que, segundo ele, "parece ter-se tornado uma *communis opinio*". Essa *opinio*, felizmente, não é assim tão *communis*, como atestam as palavras de Houaiss (1985: 129):

> A justificação em geral dada por intelectuais brasileiros (e, com eles, muitos estrangeiros) é a de que existe um milagre linguageiro entre nós, que é o da intercomunicação dos falantes de quaisquer pontos do território [...]. A tese é plausível a partir de certo nível de culturalização escolarizada dos falantes; abaixo, no nível da iliteração e vivência localista, as diferenças dialetais, se não são impeditivas da intercomunicação sem contigüidade, são, pelo menos, muito obstrutivas, exigindo um esforço de adaptação e circunlocução sensíveis [...]

O grande defensor da tese da "unidade" lingüística do Brasil, Silvio Elia — que a qualifica de "esplêndida", "notável", "quase perfeita", "real e proclamada" (cf. Rossi, 1980: 36-37) —, alega que uma das razões que tornaram possível essa "unidade" é a ausência, por parte de falantes de outras línguas "concorrentes" (e cita o caso das línguas africanas trazidas pelos negros escravos e o dos falares "caipiras" e "matutos" do português), de uma "reivindicação" em favor do uso ampliado ou do ensino reconhecido dessas línguas. A razão dessa ausência de "reivindicação" não é, porém, como pretende o autor, o fato desses falantes quererem "trocar" seu "falar socialmente desprestigiado" pelo "domínio da língua padrão", mas um mecanismo muito mais complexo no jogo político e social da dominação:

> Ora, é sabido que o normal nas relações de dominação é a coincidência entre a ideologia do dominador e a do dominado, porque o processo de dominação elabora, para legitimar-se, uma ideologia sem a qual não teria como sustentar-se e não deixa, enquanto vige, alternativa ao dominado que, até construir a sua própria, só dispõe da que lhe é imposta, como (por sinal falacioso) instrumento da chamada "ascensão social" (Rossi 1980: 37).

A leitura crítica que Rossi faz do livro de Elia deixa bem claro o quanto a obra é contraditória, teoricamente inconsistente e — embora o autor se apresse a negar — etnocêntrica e preconceituosa. Infelizmente, ela é o registro escrito de um mito que ainda perdura na tradição cultural brasileira. E a escola, espaço privilegiado de transmissão da ideologia dominante, não se furta ao seu papel de reprodutora desse mito. Na escola,

> simula-se que inexistem diferenças entre a variedade que se quer ensinar e a variedade que o aluno domina. Constata-se essa diferença — é impossível esconder o sol com a peneira — mas age-se como quem não a escuta. Porque escutá-la não é corrigi-la para calá-la, mas ouvir vozes que preferiríamos caladas. Ou que outros preferem caladas [Geraldi, 1999: 90].

Tendo empreendido uma pesquisa de campo que demonstrou a problemática da comunicação entre falantes de variedades cultas e não-cultas na periferia de Brasília, Bortoni-Ricardo (1984: 9) tem provas suficientes para afirmar:

> A idéia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista lingüístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de conseqüências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los.

De fato, os dados do Projeto NURC evidenciam que a propalada "unidade" não chega a existir nem sequer entre falantes que compartilham um perfil social semelhante — o apresentado por uma minoria de brasileiros que têm acesso a uma educação formal superior completa e aos meios de expandir seu universo cultural —, pois mesmo dentro deste conjunto social existe a interferência das realidades regionais e culturais, bastante diferentes e até contrastantes, que conhecemos no Brasil. Além disso, do ponto de vista das classes sociais, não poderia haver "igualdade lingüística" se não existe "igualdade social":

> Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não tem acesso ao código, ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela "norma pedagógica" ali ensinada. Apesar de fazer parte da experiência de cada um o fato de as pessoas serem discriminadas pela maneira como falam, fenômeno que se pode verificar no mundo todo, no caso do Brasil não é difícil encontrar afirmações de que aqui não existem diferenças dialetais [Gnerre 1985: 7].

Quando, efetivamente, se trata de uma comunicação entre os diferentes estratos sociais, a situação assume contornos bem distintos do da mítica "unidade na diversidade":

> A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. Todos nós sabemos quanto pode ser entendido das notícias políticas de um Jornal Nacional por indivíduos de baixo nível de educação. A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constituem um verdadeiro filtro da comunicação de informações: estas podem ser entendidas somente pelos ouvintes já iniciados não só na linguagem padrão mas também nos conteúdos a ela associados [Gnerre 1985: 15].

Os que defendem a "unidade" do português do Brasil parecem levar em conta exclusivamente o critério da mútua compreensão entre falantes de regiões e classes sociais diferentes, com base na existência meramente

Scanned with CamScanner

estrutural de um mesmo repertório de recursos fonológicos, morfossintáticos e, em menor grau, lexicais. Desconsideram, porém, o bloqueio que é possível criar com a utilização desses mesmos recursos para a constituição de um "código elaborado" cujo quadro de referência, como diz Gnerre, escapa totalmente aos não-familiarizados com essa retórica específica.

Em seu projeto de lei contra os estrangeirismos, o deputado Aldo Rebelo pergunta se "nosso homem do campo" pode entender o termo *printar*. Cabe perguntar também, no entanto, se esse mesmo homem rural entenderia o significado de *imprimir*, suposto equivalente português de *printar*. A compreensão de um termo não depende da sua língua de origem, mas do conhecimento do quadro de referências a que ele remete.

O que na verdade ocorre é que o mito da unidade lingüística é essencial para sustentar outro mito igualmente poderoso: o mito da *unidade nacional*. É ele que pode explicar o preconceito discriminador que pesa sobre todas as variedades lingüísticas não-padrão, diferentes daquela usada pelas instituições dominantes para se preservarem no poder:

> A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe [Gnerre 1985: 16].

A entidade abstrata chamada Nação tem de estar presente no imaginário do povo que a compõe sob a forma de um ser único, compacto, de uma só raça, professando uma só religião e falando uma única língua, como sonhava Jucá em seu texto de 1961. Sabe-se que não existe em todo o mundo uma só "Nação" assim composta, e a História nos relata todo o horror que foi a tentativa desvairada do nazismo de criar uma Alemanha nesses moldes, copiados pelo nacionalismo sérvio contemporâneo em sua prática criminosa de "faxina étnica" nas regiões da Iugoslávia de maioria populacional não-sérvia.

Apesar disso, essa é a imagem veiculada pelo discurso político quando se serve de supersubstantivos como "o País", "a Nação", "a Pátria", "a União", sempre no singular e grafados com inicial maiúscula. Toda tentativa de diferenciação é vista como uma "ameaça à unidade nacional", uma vez que, ao contrário do que prega a máxima "dividir para governar", o grande objetivo dos portadores desse discurso é "homogeneizar, compactar para dominar". Isso se reflete nitidamente no ensino da língua, onde a homogeneidade (que não existe) é considerada "normal" e a heterogeneidade,

"problemática", embora a Lingüística já tenha provado abundantemente que a variação é característica intrínseca a todas as línguas humanas vivas. Como diz Haugen (1976: 104), uma nação,

> enquanto unidade política, será presumivelmente mais efetiva se for também uma unidade social. Como qualquer unidade, ela minimiza as diferenças internas e maximiza as externas. À identidade pessoal e local do indivíduo ela sobrepõe uma identidade nacional ao identificar o ego deste com o de todos os demais indivíduos de dentro da nação e ao separá-lo de todos os outros indivíduos de fora dela. Numa sociedade que é essencialmente familiar, tribal ou regional, isso estimula uma lealdade para além dos grupos primários, mas desencoraja qualquer lealdade conflituosa com outras nações. O ideal é: coesão interna — distinção externa.

Dado que o encorajamento dessa lealdade exige uma comunicação livre e intensa dentro da nação, o ideal nacional pede que haja um único código lingüístico através do qual se possa realizar tal comunicação. Não é de estranhar, portanto, que os revolucionários franceses de 1789 promulgassem uma lei de condenação aos dialetos regionais, acusando-os de serem resquícios do sistema feudal. Conforme explica Bourdieu (1996: 34),

> Os membros dessas burguesias locais de párocos, médicos ou professores, que devem sua posição ao domínio que exercem sobre os instrumentos de expressão, só têm a ganhar com a política de unificação lingüística implementada pela Revolução: a promoção da língua oficial ao estatuto de língua nacional lhes confere o monopólio efetivo da política e, de maneira geral, da comunicação com os representantes do poder central que, por sua vez, buscarão definir os notáveis locais de todos os regimes republicanos.
>
> A imposição da língua legítima contra os idiomas e os dialetos faz parte das estratégias políticas destinadas a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução do homem novo. Ao fazer da língua um *método*, a teoria de Condillac permite identificar a língua revolucionária com o pensamento revolucionário: reformar a língua, expurgá-la dos usos ligados à antiga sociedade e impô-la assim purificada é o mesmo que impor um pensamento igualmente depurado e purificado.

Para Bourdieu é uma ingenuidade atribuir a política de unificação lingüística simplesmente à necessidade técnica de comunicação entre o poder central e as províncias. Em sua análise, o conflito entre o francês da *intelligentsia* revolucionária e os "idiomas" ou os "dialetos" é na verdade um conflito pelo poder simbólico, pela formação e re-formação das estruturas mentais. Com a ascensão de uma nova classe dominante ao poder, uma nova *formação ideológica* se impõe sobre a arcaica, impondo também, conseqüentemente, uma nova *formação discursiva*:

Scanned with CamScanner

> Não se trata, em suma, apenas de comunicar, mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade, com seu novo vocabulário político, termos de estilo e referência, metáforas, eufemismos e a representação do mundo social por ele veiculada. Estando vinculado aos novos interesses dos grupos emergentes, esse discurso se revela indizível nos falares locais moldados por usos ligados aos interesses específicos dos grupos camponeses.

Não foi por outro motivo que a ditadura de Franco proibiu, sob pena de morte, o uso das línguas minoritárias na Espanha (galego, catalão, basco). No caso do Brasil, onde "só se fala uma língua", a unidade nacional é buscada com a imposição de uma variedade lingüística considerada padrão e a sistemática discriminação preconceituosa das demais variedades, resultando na exclusão social de seus falantes. O processo de unificação lingüística ocorrido na França pós-revolucionária encontra seu paralelo em projetos aparentemente "democráticos" como as campanhas de alfabetização, de aumento das oportunidades e dos recursos educacionais. Esses projetos, conforme analisa Gnerre (1985: 21),

> estão muitas vezes conjugados com processos de padronização da língua, que são menos obviamente democráticos e "liberadores". A chave da unidade profunda destes processos é a função, que eles vão assumindo, de instrumentos para aumentar o controle do Estado sobre faixas menos controláveis da população. Os grupos sociais que mantêm poucos contatos com a variedade padrão da língua, que usam e produzem pouco material escrito, são mais difíceis de ser controlados, uma vez que pode faltar a eles um instrumento poderoso para determinar sua posição social relativa. Isso num mundo "democrático", em que outras importantes marcas explícitas de posições sociais podem ser reduzidas. Passar forçosamente as pessoas através do túnel da educação formal significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer as posições sociais e fornecer um mapa da estratificação social com alguns diacríticos relevantes para o reconhecimento de quem é quem: um instrumento a mais para medir a desigualdade social.

Contrapondo-se ao mito da "língua única, sem dialetos", Bortoni-Ricardo (1978: 17) especifica os tipos de problemas encontrados durante a realização das entrevistas empreendidas em sua pesquisa:

> A maioria dos problemas de comunicação durante as entrevistas parecem derivar de diferenças dialetais nos níveis fonológico, gramatical e semântico. Em outras palavras, o ouvinte deixa de compreender o sentido do enunciado do falante num contexto específico porque não está familiarizado com: a) determinada regra fonológica que altera a forma de uma palavra conhecida; b) determinada variante gramatical; c) o significado que determinada palavra assume no dialeto do interlocutor e d) o objeto ou estado de coisas a que a palavra se refere.

Como conclusão a autora alerta para a confusão, que vigora na tradição cultural brasileira, entre os conceitos de monolingüismo e de homogeneidade lingüística. Se é verdade que a grande maioria da população do Brasil fala "uma só língua", o português, também é verdade que esse português não é uma entidade compacta, homogênea, uniforme:

> O mito da inteligibilidade tem conseqüências perversas pois oculta, num limbo de temas não discutidos, os problemas lingüísticos que afligem os falantes das variedades desprestigiadas. E um problema não reconhecido como tal não pode, naturalmente, despertar o interesse da comunidade para a sua solução (p. 29).

O que existe no Brasil, de fato, é uma espécie particular de *diglossia*, que Bortoni-Ricardo (*in* Kleiman, 1999: 122) assim define:

> à variedade padrão e às variedades populares cabem funções bem distintas, mas grande parte da população não é bidialetal, já que o acesso à língua padrão é muito restrito. Temos, pois, uma situação de diglossia sem bidialetalismo extensivo.

Estendendo-se mais sobre o problema, a mesma autora (em comunicação pessoal) escreve:

> Em sociedades mais democráticas, como as a dos países escandinavos, a língua-padrão está associada ao contexto de uso. Qualquer cidadão, apresentando-se-lhe o contexto adequado ao emprego da variedade supra-regional, faz uso dela, pois dispõe dos recursos lingüísticos necessários para implementá-la. No Brasil, a língua-padrão é determinada, só secundariamente, pelo contexto. Sua distribuição é, em princípio, associada a classe social. As classes que têm acesso à cultura de letramento, por meio de uma escolarização eficiente, têm o apanágio das formas prestigiosas de falar. À grande massa de brasileiros é sonegada uma boa escolarização e, conseqüentemente, o acesso aos recursos lingüísticos que permitem ao falante transitar, com segurança, de um estilo menos monitorado aos mais monitorados, de acordo com as exigências da situação social. Nessas circunstâncias, muitos brasileiros são silenciados, porque se sentem inseguros no uso de sua própria língua materna!

Já em 1964, o filólogo Celso Cunha chamava a atenção para este problema:

> Em verdade, num idioma como o português, falado por vastas comunidades de analfabetos, com uma pequena elite a ditar uma norma obsoleta, por ela mesma infringida a todo momento, porque completamente desvinculada da realidade, a diglossia só tende a acentuar-se, caso continue este estado de coisas [1964: 36].

E o mesmo Cunha, em trabalho posterior (1985: 44-45), alertava:

> A justificação da norma prescritiva é de *caráter niditamente ideológico* e baseia-se no conceito de "uso", manipulado com intenções definidas. A norma passa a

Scanned with CamScanner

identificar-se com o *bon usage* da língua, e ambos, ao fim e ao cabo, se confundem com a própria língua, reduzida à parte normativamente legitimada. Daí o percurso de estigmas que vão desde "isso não é bom português" até "isso não é português". [grifo meu].

2.3.2. O mito da língua estropiada

O Mito 4 tenta justificar a proibição do uso do rótulo "língua portuguesa" por parte dos falantes de variedades não-padrão do português do Brasil, acusando eles de falar "errado" ou "feio". O preconceito lingüístico se nutre da crença de que só existe, como vimos no Mito 1, *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que é a norma ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, pelo preconceito lingüístico, "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente":

> Fundamenta-se o discurso normativo na suposição de que existiria um padrão lingüístico uniforme e mais elaborado, o qual permitiria aos sujeitos comunicação mais eficiente e raciocínio mais organizado. A fala popular, expressão de incultura, seria uma corrupção da língua culta, devendo ser corrigida por meio do ensino regular e do preceptismo (Britto e D'Angelis, 1998: 2).

Para analisar a origem desse preconceito, Giles & Niedzielski (*in* Bauer & Trudgill, 1998: 86-89) propõem duas hipóteses que, segundo eles, "competem" para explicar o mito em questão: a *hipótese do valor inerente* e a *hipótese das conotações sociais*. Embora os autores não as classifiquem com esses termos, fica claro que a primeira hipótese é *ideológica* (conseqüentemente, um *preconceito*) e a segunda, *sociológica*.

A hipótese do valor inerente afirma que algumas línguas ou variedades de uma língua (ou sotaques) são inerentemente mais atraentes (porque mais "bonitas" ou mais "corretas") que outras. É como se essa atratividade não fosse um fenômeno externo a nós, como se ela nada tivesse a ver com preferências históricas ou condicionamentos sociais mas, sim, com certas características internas, biológicas, dentro de alguns de nós que nos permitem falar "mais bonito" que outras pessoas. É somente por isso que determinadas formas lingüísticas assumem prestígio em detrimento de outras. Essas outras jamais poderiam ganhar prestígio ou tornar-se o padrão porque são inerentemente grosseiras, vulgares, desagradáveis. Essa é a hipótese que preside opiniões tão corriqueiras como "francês é bonito", "alemão é feio",

"inglês é prático", "italiano é exagerado" ou, dentro de um mesmo universo lingüístico, o sotaque carioca é "antipático", a fala caipira é "ridícula", o nordestino é "rude" etc.

Se a coisa é assim, um "fato da vida", um fenômeno "natural", perguntam os autores por que deveríamos, enquanto pensadores, nos preocupar com ela. E a resposta é que "isso tem implicações deploráveis para a sociedade" (p. 87), três das quais eles enfatizam. Primeiramente, um número excessivo de falantes de certas línguas ou variedades são levados a acreditar, "às vezes por meio do ridículo e do abuso", que seu meio de comunicação — "um aspecto fundamental de sua identidade e de quem eles são" — é grosseiramente inadequado. Como sublinhei ao citar o trabalho de Coelho (1998), esses falantes têm baixa auto-avaliação lingüística e péssima opinião acerca do modo como falam. Giles & Niedzielski citam um informante que, tendo sotaque de Norwich (Inglaterra), afirmava: "Eu falo horrível". E dizem que esse fenômeno tem sido chamado de "auto-aversão lingüística" (*linguistic self-hatred*).

Não é de admirar, prosseguem eles, que certas instituições educacionais denigram o modo como falam certas minorias étnicas e crianças de camadas sociais inferiores. Tais instituições, professores, e até pais, tentam "obliterar essa expressão de si mesmos para se acomodarem a uma maneira 'melhor' de falar". Cabe acrescentar aqui que, pelo menos no caso do Brasil contemporâneo, outros elementos contribuem para esse processo de "acomodação" fundamentada num preconceito: os *comandos paragramaticais*, isto é, as diversas manifestações da (multi)mídia que pontuam nosso cotidiano com noções de português "bom" e "correto". Trataremos deles mais adiante.

A segunda implicação, sempre segundo Giles & Niedzielski, é que pesquisas empreendidas mostraram haver um estreito laço entre a suposta agradabilidade de uma variedade lingüística e a aparente inteligibilidade do que está sendo dito nela. Muitas vezes, nossas opiniões acerca de uma variedade (e de seus falantes) pode influenciar nossas crenças sobre se é possível para nós compreendê-la e influenciar sobretudo nossa disponibilidade de desprender esforços para interpretá-la. Rotular uma determinada variedade de "vulgar", por exemplo, e sentir desconforto e insatisfação ao falar com usuários dela pode "enviesar inconscientemente nossas percepções de sua inteligibilidade" e, portanto, ao fim e ao cabo, enviesar seu valor como uma forma viável de comunicação.

A terceira implicação está no fato de que quão "bem" podemos falar é algo que tem grande aceitação social. Os autores usam mesmo o termo

Scanned with CamScanner

currency ("moeda corrente"), o que logo nos remete ao conceito de *capital lingüístico* proposto por autores como Rossi-Landi e Bourdieu e que abordaremos ao tratar do Mito 8. Pesquisas têm mostrado que falar de uma maneira que é consensualmente considerada "desagradável" levaria a certas conseqüências sociais desfavoráveis em situações como "ser diagnosticado numa clínica, testemunhar num tribunal, buscar moradia e candidatar-se a um emprego de prestígio" (p. 88).

Depois de apresentar a hipótese do valor inerente e suas implicações, Giles & Niedzielski declaram (1998: 88):

> Nós, e a maioria dos estudiosos da linguagem, não abraçamos a hipótese do valor inerente — acreditamos que ela é um mito social flagrante, ainda que compreensível. No lugar dela, defendemos uma posição totalmente diferente que, junto com Peter Trudgill, rotulamos previamente de "hipótese das conotações sociais". Como este termo implica, favorecemos uma visão que propõe que a agradabilidade ou desagradabilidade de uma variedade lingüística é uma convenção social consagrada pelo tempo. A agradabilidade, ou não, de uma variedade lingüística (e por conseguinte as qualidades emotivas associadas a ela) é dependente dos atributos sociais de seus falantes. Assim, se um grupo social (como uma elite étnica ou classe social) assume o poder numa sociedade, ele tomará medidas para que sua forma de comunicação seja privilegiada através da mídia, da educação e assim por diante.

Diferentemente da hipótese do valor inerente, que não passa de um dos muitos mitos que configuram o preconceito lingüístico, a hipótese das conotações sociais pode ser testada empiricamente, tendo por conseguinte uma base científica clara. Giles & Niedzielski alegam que as origens sociais das opiniões acerca da variação lingüística têm raízes profundas. Os autores revelam (1998: 89) que estudos empreendidos por eles mesmos têm mostrado que o "fundamento emocional" dessas opiniões

> pode se estabelecer já aos três ou quatro anos de idade! De modo igualmente interessante, verificamos que enquanto crianças de seis anos (com pronúncia não-padrão) riam e zombavam de sotaques de prestígio, aos nove anos de idade já tinham se socializado a ponto de aceitar sem hesitação, para serem imitadas, exatamente essas formas de prestígio. Dados provenientes da Itália também endossam a inclinação das crianças a gostar da fala não-padrão até começarem a freqüentar o sistema escolar. [...] Estudos têm mostrado que os falantes de formas lingüísticas de prestígio são considerados mais bonitos e fisicamente atraentes!

A conclusão a que chegam os autores — que, recordemos, escrevem para um público de não-lingüistas — é o pressuposto básico da Sociolingüística:

> Em suma, são as conotações sociais dos falantes de uma variedade lingüística [...] que ditam nossos julgamentos estéticos (e outros) acerca dessa variedade lingüística. Não é uma equação simples, é claro, e os "fatos" lingüísticos podem às vezes mudar bruscamente — um processo que sustenta esse argumento. Como ilustração, oferecemos os movimentos "Black is beautiful" ou "Welsh is beautiful" (entre vários outros). Quando grupos subordinados na sociedade passam a questionar a legitimidade de seus papéis inferiores na sociedade e a atribuí-los a medidas opressivas e discriminatórias de uma "elite", eles podem redefinir a beleza e a importância de sua língua de acordo com isso, e às vezes ruidosamente.

De acordo com uma noção que já se tornou quase um clichê dos estudos sociolingüísticos, o que importa não é *o que se diz*, mas *quem diz o quê a quem*. Todo o preconceito que pesa sobre uma variedade lingüística é mero reflexo do preconceito social que pesa sobre seus falantes: "Uma variedade lingüística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais" (Gnerre, 1985: 4). Podemos dizer, portanto, que onde tem *variação* também tem *avaliação*.

No caso do Brasil, o preconceito (e o autopreconceito) que oprime os falantes de variedades não-padrão é fortíssimo. São variedades que apresentam as formas fonomorfossintáticas mais estigmatizadas no universo lingüístico brasileiro: a transformação em [y] da consonante [λ] (*telha* > *têia*); a rotacização do [l] de grupos consonantais (*globo* > *grobo*); a simplificação da conjugação verbal (*eu falo, você/ele/nós/vocês fala*) entre outras. Analisei a irracionalidade da "hipótese do valor inerente" tentando mostrar a lógica do português não-padrão (Bagno, 1997), inspirado no clássico artigo de Labov sobre a "Lógica do inglês não-padrão" (1969).

No entanto, frente aos exemplos dados por Giles & Niedzielski de grupos oprimidos que passaram a valorizar seu próprio modo de falar, só é possível dizer que a situação social brasileira é dramaticamente oposta. Não me parece haver perspectiva próxima de que os milhões de brasileiros falantes de variedades não-padrão ou que têm sotaques regionais desprestigiados venham a se sublevar contra o preconceito em movimentos do tipo "Nordestino é lindo" ou "Caipira é lindo". Se numa sociedade de alguma tradição democrática como a britânica há lugar para um lingüista escrever que "o último bastião da franca discriminação social continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua" (J. Milroy, *in* Bauer & Trudgill, 1998: 65), o que se pode esperar de uma estrutura social como a brasileira, marcada por relações agrárias arcaicas, por gritantes atentados aos direitos humanos mais ele-

Scanned with CamScanner

mentares, pelas maiores desigualdades econômicas do mundo, por uma elite governante imersa na corrupção e na impunidade?

Diante desse quadro dramático, é difícil concordar com a proposta de Giles & Niedzielski quanto ao tratamento a ser dado institucionalmente aos preconceitos estéticos acerca de outras línguas ou variedades lingüísticas. Para eles, "não podemos dizer às pessoas que suas reações estéticas são falsas; isso seria irrealista e contraproducente" (p. 92). Em vez disso, propõem que se encoraje os professores e outras pessoas "não a abandonar inteiramente esses julgamentos estéticos, mas a reconhecê-los pelo que são: o resultado de um complexo de associações e preconceitos sociais, culturais, regionais, políticos e pessoais". Para os autores (ibid.),

> existe, em sala de aula, uma enorme e importante diferença entre 'Alemão é feio', afirmação de um fato aparente, e 'Eu pessoalmente acho a língua alemã pouco atraente' que [...] é um reconhecimento da subjetividade de reações devida a conotações sociais.

Pode ser que essa atitude de "respeito" à "subjetividade" seja "politicamente correta" e funcione em outros contextos sociais, como o britânico e o norte-americano. Mas não creio que seja adequada no caso do Brasil. Além disso, vejo na expressão "subjetividade de reações devida a conotações sociais" um simples eufemismo para *preconceito*. Essa subjetividade não passa, a meu ver, da "falsa consciência" (que muitos autores consideram sinônimo de *ideologia*), do "senso comum" gramsciano, sendo, por conseguinte, a evidência da interiorização dos preconceitos que compõem a ideologia dominante.

No Brasil existe a arraigada convicção de que "português é muito difícil" (meu Mito 3). Será possível tentar melhorar a situação dramática do ensino de português no Brasil "respeitando" essa "subjetividade"? Será possível imaginar uma prática pedagógica que democratize o conhecimento da norma-padrão "respeitando" noções absurdas como "brasileiro não sabe português" ou, pior, "eu não sei português", ou ainda "só em Portugal se fala bem português" (Mito 2), que já de saída cortam pela raiz qualquer boa disposição do falante nativo para com sua própria língua materna, numa negação radical de sua individualidade e de sua identidade nacional, situando o ideal lingüístico num ponto geográfico do outro lado do Atlântico?

2.3.3. O mito da inferioridade da língua falada

O Mito 6 expressa a prática milenar de confundir *língua* em geral com *escrita* e, mais reduzidamente ainda, com *ortografia oficial*. A tal ponto que

uma elevada porcentagem do que se rotula de "erro de português" é, na verdade, mero desvio da ortografia oficial. O vigor desse mito se depreende, por exemplo, num exercício de pesquisa sugerido por um livro didático de publicação recente que tenta abordar, como se lê na capa, "temas de português e cidadania" (Carvalho & Ribeiro, 1998: 125), na verdade uma tentativa, bastante incipiente, de incorporar ao livro didático as sugestões feitas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, do Ministério da Educação. Após apresentar o poema "Erro de português", de Oswald de Andrade, os autores pedem ao aluno:

> 1. Procure localizar erros de português em cartazes, placas, ou até mesmo na fala de pessoas que você conhece. Transcreva-os em seu caderno.

Ora, em cartazes e placas não aparecem "erros de português" e, sim, desvios da ortografia oficial. Escrever, digamos, LOGINHA DE ÀRTEZANATO onde a lei obriga a escrever LOJINHA DE ARTESANATO em nada vai prejudicar a intenção do autor da placa: informar que ali se vende objetos de artesanato. Nem mesmo a realização fonética da placa "certa" e da placa "errada" vai apresentar diferença. O fato também de haver "erro" na placa não dá certeza nenhuma de que os objetos ali vendidos sejam de qualidade inferior, "errados" ou "feios". No entanto, não se pode negar que o erro ortográfico é um selo social altamente estigmatizante.

Se mais acima escrevi "lei" é porque se trata exatamente disso. A ortografia oficial é fruto de um gesto político, é determinada por decreto, é resultado de negociações e pressões de toda ordem (geopolíticas, econômicas, ideológicas). No início do século XX o "certo" era escrever: EM NICTHEROY ELLE POUDE ESTUDAR AS SCIENCIAS NATURAES COMO A CHIMICA E A PHYSICA. Se hoje o "certo" é escrever: EM NITERÓI ELE PÔDE ESTUDAR AS CIÊNCIAS NATURAIS COMO A QUÍMICA E A FÍSICA, isso não altera a sintaxe nem a semântica do enunciado: o que mudou foi só a ortografia.

O exercício proposto por Carvalho & Ribeiro, além de confundir *português* com *ortografia do português*, também admite implicitamente a existência de "erros" na "fala de pessoas que você conhece". O problema aqui é ainda mais grave porque simplesmente *não existe erro de português*. O que existe, como bem sugere Possenti (*in* Geraldi, 1999: 36), são *hipóteses significativas*, tentativas de uso que vão depender do aval da comunidade dos falantes. E essas hipóteses não surgem *ex nihilo* na fala de um indivíduo: elas se constituem com base em experiências lingüísticas anteriores, em analogias, em intuições etc. Como escreveu Henri Frei em 1929 (*apud* Cunha, 1964: 43): "Não se comete erros pelo prazer de cometer erros. Seu aparecimento é

Scanned with CamScanner

determinado, mais ou menos inconscientemente, pelas funções que eles têm de cumprir (maior expressividade, maior clareza, maior economia, etc.)".

Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao tocar piano, erra-se ao pôr uma máquina em funcionamento, erra-se ao falar/escrever uma língua estrangeira. A língua materna não é um saber desse tipo: ela é *adquirida* pela criança por volta do primeiro ano de vida. Por isso qualquer criança entre os cinco e seis anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua materna. O corolário disso é, como diz Perini (1997: 11), que "nosso conhecimento da língua é ao mesmo tempo altamente complexo, incrivelmente exato e extremamente seguro". E o mesmo autor prossegue, afirmando (p. 13) que

> qualquer falante de português possui um conhecimento *implícito* altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E [...] esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas.

Assim, podemos até dizer que existem "erros de português", só que nenhum falante nativo da língua comete eles. Por exemplo, seriam "errados" os enunciados abaixo:

(1) *Aquela menino me bateu

(2) *Eu te vimos ontem na rua

(3) *Maria chegou semana que vem

(4) *Não duvido que ele não possa não ir lá

(5) *Que o carro que o rapaz que Pedro que estuda comigo me apresentou comprou é bom não nego

Esses enunciados, precisamente por conterem "erros", não aparecem na fala espontânea e natural de falantes nativos do português do Brasil, mesmo que sejam crianças pequenas que ainda não freqüentam escola ou adultos totalmente iletrados.

O que está em jogo aqui, evidentemente, é a noção de *erro* e seu estreito vínculo ideológico com o que tradicionalmente é chamado de *português*. Como já mostrei, existe, no plano da língua escrita, a confusão entre *português* e *ortografia oficial* da língua portuguesa. No plano da língua falada, os termos que se confundem, ou que são tomados como equivalentes, no senso comum, são *português*, *gramática normativa* e *norma-padrão*.

Em relação à língua escrita, seria pedagogicamente proveitoso substituir a noção de *erro* pela de *tentativa de acerto* que, embora possa soar como simples eufemismo, pode ter um efeito significativo ao trocar um termo de conteúdo negativo (*erro*) por um de conteúdo positivo (*acerto*). Afinal, a língua escrita é uma *análise* da língua falada, e essa análise será feita, pelo usuário da escrita no momento de grafar sua mensagem, em consonância com seu perfil sociolingüístico. Uma pessoa com poucos anos de escolarização, pouco habituada à prática da leitura e da escrita, tendo como quadro de referência apenas uma suposta equivalência unívoca entre som e letra, fará uma análise dotada de reduzido instrumental teórico, empregando como ferramenta básica a *analogia*. Assim, quem escreveu CHÍCARA em vez de XÍCARA não fez isso porque quis errar, mas sim porque quis acertar. Se existe CHINELO, CHICOTE, CHIQUEIRO, CHICLETE, por analogia se chega à possibilidade de também haver CHÍCARA. É importante notar que os "erros" de ortografia são constantes: troca de J por G, de S por Z, de CH por X e assim por diante — justamente por serem casos em que é necessário fazer uma análise que ultrapassa os limites teóricos da suposta equivalência som-letra. Dificilmente alguém vai tentar escrever XÍCARA usando um J, um G, um S no lugar do X oficial, porque faltam dados de experiência para uma analogia razoável. Por outro lado, uma pessoa que tenha freqüentado a escola por muitos anos, que leia e escreva assiduamente, que tenha se familiarizado com o uso do dicionário, que tenha sido despertada para a existência das regularidades e irregularidades da ortografia, saberá que a simples *analogia* não será suficiente como guia no momento de escrever — outros quadros de referência terão de ser acessados: a cultura erudita, a etimologia das palavras, os critérios de normativização da ortografia etc.

No tocante à língua falada, fica óbvio que o rótulo de *erro* é aplicado a toda e qualquer manifestação lingüística (fonética, morfológica e sintática, principalmente) que se diferencie das regras prescritas pela gramática normativa, que se apresenta como codificação da "língua culta", embora na verdade seja a codificação de um padrão idealizado, que não coincide com nenhuma variedade culta real. Dentro dessa conceituação, são igualmente "errados" os enunciados abaixo:

Scanned with CamScanner

(6) A Joana é uma menina que ela sabe o que faz
(7) *A Joana que ela sabe é uma menina o que faz,

muito embora (6) seja perfeitamente inteligível, decodificável, interpretável e, portanto, *gramatical*, aceitável, enquanto (7) é claramente *agramatical* e, por conseguinte, não ocorra na fala normal de nenhum brasileiro. No entanto, (6) é considerado tão "errado" quanto (7) pela gramática normativa porque nenhum dos dois enunciados se enquadra nas prescrições tradicionais. O enunciado (6), porém, tem uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática que qualquer falante nativo do português do Brasil aceita com tranqüilidade, e a prova disso é que enunciados desse tipo são proferidos aos milhões diariamente em todos os cantos do país, por pessoas de todas as classes sociais. Trata-se, aqui, de uma mudança de categoria gramatical do pronome *que*, de toda uma complexa perda de casos sintáticos, como analisaremos no Capítulo 4.

Conforme argumenta Aléong (*in* Bédard & Maurais, 1983: 263),

> nesta visão da língua como um conjunto de regras das quais algumas são variáveis, a noção de erro lingüístico fica reservada a fenômenos marginais ou nocivos à inteligibilidade da comunicação. A partir do momento em que um uso ou, melhor, uma regra ultrapassa o limiar individual e conhece uma freqüência de emprego para além de um nível determinado, trata-se de uma regra a ser inscrita no repertório lingüístico da comunidade. O erro, portanto, não é absoluto, mas sim relativo ao meio ou ao grupo social de referência. Segundo nossa definição, o erro é essencialmente um uso que, num dado momento, vem se opor a um outro uso até então dominante.

Mais adiante (p. 276), o mesmo autor escreve:

> Quem quer que tenha folheado uma obra de correção de erros sabe que a grande maioria dos erros não representam nenhuma dificuldade de compreensão. [...] E nada impede que numa outra época um erro se torne a regra.

Mas a prova oferecida pelo uso intenso de construções sintáticas como a de (6) não convence os defensores da gramática normativa, pois admitir essa sintaxe como "certa" seria abrir brechas no monolito ideológico da GT.

O Mito 6 reflete também, e sobretudo, a tradicional associação, no senso comum, entre *língua escrita* e *norma-padrão*:

> [...] a escrita passou a ser usada como forma de "normatizar" a fala: para sujeitos letrados, o lugar utópico em que gostariam de estar quando falam (e que se imaginam ocupando quando falam) é "falar como se escreve" porque a escrita é que seria a "língua correta" (Geraldi, 1996: 62).

Isso explica por que as gramáticas normativas, em geral, não admitem outro modelo de língua a ser imitado que não o dos "grandes escritores". Os autores dos compêndios gramaticais tradicionalistas consideram "língua culta" apenas a língua *escrita* e, mais precisamente, a língua escrita pelos "bons autores", escolhidos segundo critérios de gosto estético totalmente subjetivos. Esse modelo único é apresentado sem rodeios por Cunha & Cintra (1985: xiv) no prefácio de sua *Nova gramática do português contemporâneo*:

> Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua *forma culta*, isto é, da língua como a têm utilizado os *escritores* portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá [grifos meus].

Essa obra, portanto, teoricamente só poderia ser consultada por quem tivesse dúvidas no momento de *escrever* um texto *literário*, já que, segundo os próprios autores, não serão abordados nela fenômenos característicos de outras variedades cultas escritas, como a jornalística ou a da produção científica, muito menos os fenômenos típicos da língua falada. No entanto, esse mesmo compêndio traz um longo capítulo sobre fonética e fonologia do português, isto é, um exame dos fenômenos *orais* e *acústicos* da língua, o que está em franco desacordo com o projeto traçado no prefácio do livro, que é o de estudar a língua dos *escritores*.

A maioria das obras do gênero gramática normativa procedem de modo semelhante. Seus autores assumem a variedade escrita literária como a única digna de ser estudada, ensinada e praticada, e acham isso tão "natural" que nem se dão ao trabalho de defini-la como seu objeto de estudo. Fica evidente que para eles só essa variedade escrita mais conservadora merece o rótulo de "língua portuguesa". O que é dito nesses compêndios vale para todas as variedades do português, em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento histórico, em qualquer classe social, em qualquer faixa etária.

Os autores dos compêndios gramaticais, inclusive os mais recentes, não fazem a distinção básica, elementar, entre *ortografia* e *fonética*, isto é, entre as regras de escrita da língua e os fenômenos da língua oral. Aliás, o projeto ideológico desses manuais fica claro quando eles classificam a ortografia como uma das subdivisões da fonética!

Assim procedem, por exemplo, Cipro & Infante (1997), e por isso não nos surpreendemos quando explicam (p. 35) que a letra X representa o fonema /ʃ/ depois de um ditongo, e dão como exemplo de palavras "com ditongo": AMEIXA, CAIXA, PEIXE, EIXO, FROUXO, TROUXA, BAIXO — sem fazer a

Scanned with CamScanner

menor referência ao fenômeno de monotongação que atingiu essas palavras na língua falada no Brasil (inclusive em sua norma urbana culta), resultando nas pronúncias [a'meʃa], ['kaʃa], ['peʃi], ['eʃu], ['froʃu], ['troʃa], ['baʃu]. O termo *ditongo* ("dois sons"), que se aplica a um fenômeno *fonético*, não cabe nesses exemplos, que retratam simplesmente a *convenção ortográfica* que ainda conserva, na *escrita*, as duas letras vogais antes do X. Trata-se, na verdade, de *dígrafos* ("duas letras"), termo mais adequado para descrever as regras ortográficas. O que ocorre é que esses "monotongos" podem vir a se ditongar em situações bem específicas, tal como a redução da velocidade da fala com finalidade de dar ênfase ao enunciado ou numa leitura "hipercorreta" em voz alta de um texto escrito. Pense-se, por exemplo, no uso das palavras *louco* e *loucura* quando usadas de modo deliberadamente afetado para indicar coisas surpreendentes ou muito boas: "Foi uma *louuucura*!"

Os mesmos autores dizem que na palavra QUAL existe um "ditongo crescente", quando qualquer brasileiro de ouvido mais afinado vai reconhecer aí, na verdade, um *tritongo*: ['kwaw], pois é muito restrita, no português do Brasil, a pronúncia [l] ou [ɬ] para o L que aparece, na escrita, em final de sílaba. Na grande maioria dos falares brasileiros o que se ouve é a semivogal [w]. É o velho preconceito *grafocêntrico*, isto é, a análise de *toda a língua* do ponto de vista restrito da escrita, que impede o reconhecimento da verdadeira realidade lingüística.

A atitude do professor de português tradicional — isto é, do *repetidor* e *reprodutor* da ideologia gramatical tradicional —, ao receber um texto produzido por um aluno, é procurar imediatamente os "erros", direcionar toda a sua atenção para a localização e erradicação do que está "incorreto". É uma preocupação quase exclusiva com a *forma*, pouco importando o que haja ali de *conteúdo*. É sobretudo aquilo que chamo de *paranóia ortográfica*: uma obsessão neurótica para que todas as palavras tragam o acento gráfico, que todos os Ç tenham sua cedilha, que todos os X, S e Z estejam em seus lugares... e assim por diante.

Para curar essa paranóia seria fundamental que os professores se conscientizassem de que *saber ortografia* não tem nada a ver com *saber a língua*. São dois tipos diferentes de conhecimento, controlados, aliás, por partes distintas do cérebro. É preciso insistir: a ortografia não faz parte da *gramática* da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua. Saber ortografia é como tocar piano, dançar balé, atirar com arco e flecha: são atividades que exigem treinamento, prática constante, memorização. Saber a língua é outra

coisa. Afinal, milhões de pessoas nascem, crescem, vivem e morrem sem jamais aprender a ler/escrever, sendo, no entanto, conhecedores perfeitos da *gramática* de sua língua, capazes de distinguir com clareza uma construção agramatical de uma gramatical.

Como já frisei acima, ao contrário da língua, que muitas vezes vem acompanhada do adjetivo *natural*, a ortografia é *artificial*, depende da vontade dos homens e, sobretudo, dos homens que a legislam. Muitas vezes, ela fica sujeita aos gostos pessoais ou às interpretações dos fenômenos lingüísticos por parte dos filólogos que ajudam a estabelecê-la. Em alguns casos, ela tem uma clara função político-ideológica, de afirmação de uma identidade nacional: é o caso do servo-croata que na Sérvia é escrito com alfabeto cirílico (como nos demais países eslavos de religião católica ortodoxa) e na Croácia, com alfabeto latino (como nos outros países de religião católica romana), embora as diferenças entre as variedades faladas nos dois países sejam do tipo das diferenças entre o português falado no Nordeste e no Sudeste do Brasil[1].

Por todas essas vicissitudes é que a lei nos obriga a escrever HUMO ou HÚMUS, mas ÚMIDO e UMIDADE, embora sejam todas palavras da mesma família; ESTRANHO e ESTRANGEIRO, com S, embora sejam palavras formadas com base no prefixo EXTRA-. Por tudo isso também o adjetivo EXTENSO e o substantivo EXTENSÃO apresentam um X, mas o verbo ESTENDER se escreve com um S.

Se os legisladores da língua podem ser tão incoerentes no momento de definir a ortografia oficial, não há por que estranhar que as pessoas em geral se confundam. Mas não é assim que aparece em Cipro & Infante (1997: 33):

> Não é admissível que com um alfabeto tão restrito (apenas 23 letras!) se cometam tantos erros ortográficos pelo Brasil afora. Estude com cuidado este capítulo para integrar o grupo de cidadãos que sabem grafar corretamente as palavras da língua portuguesa[2].

1. Cf. Corbett (in Comrie, 1987: 396), em sua apresentação do servo-croata: "Embora existam diferenças consideráveis, a maioria delas não é absoluta, mas uma questão de freqüência de uso. Vários aspectos freqüentemente citados como característicos de uma variedade na verdade ocorrem na outra, embora sejam menos comuns ali. Toda a questão do *status* das duas variedades é muito delicada, por causa das implicações culturais e políticas. Para o lingüista estrangeiro, os numerosos aspectos compartilhados entre as variedades acrescentados à comodidade da compreensão recíproca sugerem uma língua com duas variedades, e muitos iugoslavos concordam. Mas devemos aceitar que alguns iugoslavos considerem importante, no mais das vezes por razões não-lingüísticas, reconhecer o croata e o sérvio como línguas distintas."

2. Em comunicação pessoal, Cipro atribuiu este trecho a uma interpolação dos editores de sua gramática. Não há por que duvidar dele. No entanto, seja quem for o autor, o texto revela a confusão tradicional embutida no mito que analisamos agora.

Scanned with CamScanner

Coerentes com a ideologia da Gramática Tradicional, essas palavras atribuem ao domínio da escrita um elemento de *distinção social*, que é na verdade um elemento de *dominação* dos iletrados por parte dos letrados. De fato, o surgimento da escrita, como explica Geraldi (1996: 33) fez aprofundar-se as diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual, além de permitir uma cisão drástica entre cultura popular e cultura erudita. Assim se entende o uso da expressão *produção cultural* feito por Cipro & Infante (1997: 16) e que analisei no capítulo anterior (cf. 1.4).

O uso da escrita como elemento de distinção social é assim analisado por Geraldi (1996: 101):

> Somente o exercício do poder, reservando a uma minoria estrita o acesso ao mundo da escrita, permitiu a façanha da seleção, da distribuição e do controle do discurso escrito, produzindo um mundo separado, amuralhado, impenetrável para o não-convidado. E de dentro desses muros, uma função outra agrega-se à escrita, como se lhe fosse própria e não atribuída pelo poder que emana de seus privilegiados construtores e constritores: submeter a oralidade à sua ordem, função jurídica por excelência, capaz de dizer o certo e o errado, ditar a gramática da expressão, regrar os processos de negociação de sentidos e orientar, através de suas mensagens uníssonas e uniformes, os bons caminhos a serem trilhados. A sociedade só pôde ser assim construída, sob o império de uma separação radical, a partir de uma estrutura de exclusão.

Existe a crença de que a escrita tem o objetivo de "difundir as idéias". No entanto, uma rápida investigação histórica mostra que, em muitos casos, a escrita funcionou (e ainda funciona) com a finalidade oposta: ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso.

Como nos informa Tfouni (1988: 10), a escrita na Índia esteve profundamente ligada aos textos sagrados, a que só tinham acesso os sacerdotes, os "iniciados", os que passavam por um longo processo de "preparação": no fundo, a garantia de que poderiam ler aqueles textos guardando-os em segredo. De fato, a célebre gramática de Panini (século V a. C.), que esmiúça toda a estrutura da língua sânscrita, tinha um objetivo preciso: permitir a leitura "correta" e a interpretação "exata" dos textos sagrados. Era, portanto, a filologia a serviço da casta sacerdotal. Convém lembrar que foi necessária a Reforma protestante, no século XVI, para que a Igreja católica romana permitisse a "popularização" da Bíblia, tolerando que as Escrituras fossem lidas e estudadas em outras línguas vivas e não somente em latim. A primeira tradução da Bíblia para o português, por exemplo, só aconteceu em 1710, por obra de um protestante, João Ferreira de Almeida.

Na China, o sistema ideográfico de escrita exerceu durante séculos a função de assegurar o poder aos burocratas e aos religiosos. Realmente, a grande quantidade de ideogramas, juntamente com o alto grau de sofisticação de seus desenhos, eram obstáculos para que as pessoas do povo pudessem aprender a ler e escrever. Pesquisadores citados por Tfouni (p. 10-11) relatam que a classe dominante chinesa, apesar de conhecer a escrita alfabética desde o século II d. C., se recusou a aceitá-la até a época atual, provavelmente porque seu código antigo, mais complexo e pouquíssimo prático, há séculos se estabelecera como o meio de expressão de uma vasta produção literária, "*além de estar inextricavelmente ligada às instituições religiosas e de ser aceito como marca distintiva das classes educadas*" (grifos de Tfouni).

A autora atribui (p. 12) à introdução da escrita alfabética na Grécia, no século V-VI a. C., todo um processo de radicais transformações culturais, políticas e sociais:

> O aparecimento, entre outras coisas, do pensamento lógico-empírico e filosófico, a formalização da História e da Lógica enquanto disciplinas intelectuais, e a própria democracia grega têm íntima relação com a expansão e solidificação da escrita fonética na Grécia e na Jônia.

Por quê? Porque, ao contrário de outras civilizações suas contemporâneas, a grega não tem uma casta sacerdotal monopolizadora dos livros sagrados. A própria escrita não é um segredo dos governantes e escribas, mas é de domínio público e comum, possibilitando, agora sim, a ampla difusão e discussão de idéias.

Assim, se por um lado pode se atribuir à escrita um papel no surgimento de civilizações modernas e do desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial das sociedades em que foi adotada, por outro não convém negligenciar fatores como as relações de poder e dominação que governam a utilização restrita ou generalizada de um código escrito.

Ao convidar o leitor a fazer parte do "grupo de cidadãos que sabem grafar corretamente as palavras da língua portuguesa", afirma-se, implicitamente, que esse conhecimento não é amplo e generalizado (nem poderia com o número de analfabetos no Brasil), mas sim restrito a um "grupo de cidadãos", mais precisamente aos privilegiados leitores dessa gramática, que tem um capítulo cuja leitura cuidadosa, como um rito de iniciação, permite ingressar nesse "grupo" de bem-aventurados.

Outra idéia (ingênua?) é achar "inadmissível" o número de erros cometidos "pelo Brasil afora" já que nosso alfabeto tem apenas 23 letras! Ora, o alfabeto tem 23 letras, sim, mas elas podem se juntar em milhares de

Scanned with CamScanner

combinações possíveis, criando a riqueza inumerável das palavras escritas em língua portuguesa. E essas combinações possíveis nada têm de coerente: nosso sistema ortográfico, como explica Lemle (*in* Silva, 1993: vii-viii), é, ao mesmo tempo, um sistema de representação fonêmica, um sistema de representação morfofonêmica, um sistema de memória etimológica e um sistema que privilegia uma variedade lingüística em detrimento de outra.

O Mito 6, "o certo é falar assim porque se escreve assim", pode ser posto a nu recorrendo-se a táticas bem simples. Por exemplo, perguntando a quem o defende: "Você sabia que a letra S pode representar o som do J em JÁ?" Diante da perplexidade do interrogado, explica-se que na pronúncia do Rio de Janeiro, de Belém ou de Lisboa, numa palavra como MESMO o S "tem som de J", e o próprio nome de Lisboa na fala de seus nativos se pronuncia [li3'boa]. Nessas mesmas pronúncias, um enunciado como AS MESMAS BOAS GAROTAS soa [a3 'me3ma3 'boa3 ga'rotaʃ], por causa de características fonéticas típicas do português (culto inclusive) falado nesses lugares. Convém insistir, portanto, que a ortografia não reproduz nenhuma variedade lingüística específica, não podendo ser tomada como camisa-de-força ou leito de Procusto para a realização fonética de nenhuma das muitas variedades que compõem uma língua.

"*É claro que o fonema é um conceito da língua oral e não se confunde com a letra, na língua escrita*" (Camara 1984: 34). Infelizmente, o que é tão claro para o lingüista não é assim para autores das *gramáticas* normativas, dos livros didáticos de língua portuguesa, *dos comandos paragramaticais* e demais reprodutores da *ideologia do preconceito* lingüístico. Em todas essas instâncias, como já enfatizei, reina a confusão entre fala e ortografia, dando-se exagerada ênfase à segunda, tomada sempre como base para uma idealizada pronúncia "correta". A fala deveria, portanto, ser um reflexo fiel da ortografia: "O certo é falar assim porque se escreve assim". Esse preconceito é visível, por exemplo, num livro didático (Correia & Galhardi, 1990: 35) onde se lê:

> Não esqueça o *u*! Leia *besouro*.

E os mesmos autores, no livro do professor, sugerem:

> Verificar individualmente os alunos que [...] engolem o *u* depois do *o*.

Cunha & Cintra (1985: 49), porém, informam:

> Nem na pronúncia normal de Portugal nem na do Brasil se conserva o antigo ditongo [ow], que ainda se mantém vivo em falares regionais do Norte de Portugal e do galego. Na pronúncia normal reduziu-se a [o], desaparecendo assim a distinção de formas como *poupa/popa*, *bouba/boba*.

Ora, "corrigir" os alunos que não pronunciam esse "ditongo" é, então, obrigá-los a adotar uma pronúncia totalmente estranha aos ouvidos brasileiros (e até portugueses!). Isso não impede, contudo, que na mesma coleção (Correia & Galhardi), no volume destinado à 4ª série (p. 65), surja outra recomendação do mesmo tipo ao professor, desta vez em relação ao "ditongo" /ey/:

> Existe a tendência nas crianças de não pronunciar o I depois do E nos encontros vocálicos. Solicitar que leiam pausadamente as palavras. Verificar a pronúncia correta.

O que se escreve EI nem sempre é pronunciado /ey/ no português falado no Brasil. Dependendo da consoante seguinte, este encontro vocálico é monotongado em [e] como nas palavras escritas DINHEIRO, CHEIROSA, BEIJO, PEIXE etc. Já vimos isso mais acima em relação ao uso da letra X depois de supostos "ditongos".

A atitude não mítica, mas científica, seria estabelecer os contextos fonéticos em que se dá essa monotongação (depois de admitir que ela existe, é claro), em vez de induzir os professores a impor aos alunos uma falsa "correção" de pronúncia. Ao menos diante das consoantes palatais /ʃ/ e /3/ e da vibrante /r/ há uma clara monotongação de /ey/ em [e] (cf. Silva, 1993: 78). Não estaríamos aí diante de mais um caso de "dígrafo"?

O Mito 6 pode ser apreciado à luz do conceito de *civilização grafocêntrica*, apresentado por Gnerre (1985). Ele argumenta que a civilização européia, colonizadora, sempre se recusou a valorizar a cultura não escrita, a tradição oral, vista como "rudimentar", "primitiva", "insuficiente" ou, quando muito, "pitoresca". Daí se formou a idéia, mais do que aceita, dos incontestáveis benefícios da alfabetização (Gnerre 1985: 32):

> Existe hoje um verdadeiro "mito" da alfabetização, compartilhado pela maioria (ou a totalidade) dos governos, tanto de países em desenvolvimento como de países industrializados, e pela própria UNESCO. [...] A capacidade de ler e escrever é considerada intrinsecamente boa e apresentando vantagens sobre a pobreza da oralidade. Como tal, a escrita é um bem certamente desejável.

Ora, este consenso acerca dos benefícios da alfabetização é fenômeno recente. Segundo Stubbs (1990: 557), no século XIX muitas pessoas acreditavam que era perigoso estender a letração às classes trabalhadoras, pois isso poderia levar a uma escassez de mão-de-obra não-especializada e a distúrbios sociais se as classes trabalhadoras tivessem acesso a literatura "sediciosa". O mesmo se pode dizer do ensino das letras às mulheres: como poderiam os

Scanned with CamScanner

homens continuar a exercer sua autoridade absoluta sobre mulheres instruídas, capazes de contestar e discutir? Para Stubbs, embora haja uma noção generalizada atual de que o "letramento é um direito", na verdade o que provocou a aceitação da existência deste direito foi, mais uma vez, a transformação das formas de dominação dentro das sociedades. Os avanços tecnológicos, os meios mais eficientes de difusão da palavra escrita, criaram novas modalidades de sujeição: o indíviduo precisa saber ler para submeter-se aos contratos de trabalho, para ler as instruções das máquinas com que vai trabalhar, para obedecer às palavras de ordem que lhe são dirigidas maciçamente por cartazes, placas, letreiros. Em suma, "a escrita populariza-se mais por necessidade da distinção do que pelo objetivo de humanização" (Geraldi, 1996: 103). Por isso, prossegue este autor (p. 104), ao expandir o letramento, a escola não está criando leitores plenos, mas instrumentalizando o ler-escrever como forma de perpetuação das dominações:

> A leitura, em lugar de se tornar espaço de confrontos e rupturas, torna-se meio de sobrepor e subjugar as contrapalavras do estudante, substituindo-se pelas palavras do texto lido. Palavras alheias, estrangeiras, de um saber que se apresenta como pronto, acabado. Não uma relação dialógica de construção, mas relação hierárquica de imposição.

Em todo o longo e sofrido processo colonial e neocolonial esteve presente o objetivo de transformar as línguas ágrafas em línguas escritas. O que estaria por trás deste objetivo? O antropólogo Lévi-Strauss (*apud* Gnerre 1985: 44) argumenta:

> *Minha hipótese, se correta, nos obrigaria a reconhecer o fato de que a função primária da comunicação escrita é favorecer a escravidão... Ainda que a escrita não haja sido suficiente para consolidar o conhecimento, ela foi talvez indispensável para fortalecer a dominação...* A luta contra o analfabetismo está então em relação com um crescimento da autoridade dos governos sobre os cidadãos. Todos têm que ser capazes de ler, de forma que o governo possa dizer: a ignorância da lei não é desculpa.

Na contracorrente de toda essa tradição grafocêntrica que determina uma estreita ligação entre escrita e pensamento lógico, Tfouni (1988) empreendeu uma pesquisa que revela que adultos não-alfabetizados são perfeitamente capazes de raciocínio silogístico. Ora, o silogismo é, desde Aristóteles, uma forma requintada, sofisticada de raciocínio contido em um argumento cujas premissas fornecem provas decisivas para a verdade de uma conclusão. Os resultados deste trabalho desnudam o preconceito de que somente a língua escrita permitiria a abstração, o distanciamento

do factual, o raciocínio mental "superior", enquanto a língua oral, mais pobre de recursos, só atuaria sobre o concreto — é o "mito do letramento" a que se refere Graff (1979, *apud* Kleiman, 1999: 34), isto é,

> uma ideologia que vem se reproduzindo nos últimos trezentos anos, e que confere ao letramento uma enorme gama de efeitos positivos, desejáveis, não só no âmbito da cognição ... mas também no âmbito do social. Esses efeitos vão desde a participação na espécie até a posse de qualidades espirituais [ibid.].

Kleiman faz uma lista dos supostos "efeitos positivos" do letramento, exemplificando cada um deles com trechos de reportagens e artigos publicados em diversos jornais brasileiros (pp. 35-36):

- efeitos que garantem a manutenção das características da espécie (por causa do grande número de analfabetos do mundo, "é como se assistíssemos, neste final de século, a uma degradação do Homo Sapiens — nós e a nossa civilização", *O Globo*, 04.03.1990);
- efeitos que garantem a modernidade, a capacidade de integração na vida moderna, o igualitarismo;
- efeitos que determinam a ascensão e mobilidade social;
- efeitos nos macroprocessos de desenvolvimento econômico (tentativa de associar "a entrada da Europa no processo de industrialização" à "difusão da instrução", *O Globo*, 04.03.1990);
- agente necessário para a distribuição da riqueza;
- efeitos no aumento da produtividade ("sem educação e treinamento, o operário é um desastre para si mesmo e para a empresa", *Folha de S. Paulo*, 07.03.1993);
- agente necessário no processo de emancipação da mulher;
- agente necessário para o avanço espiritual.

A autora, porém, combate o mito do letramento afirmando (p. 37):

> Trata-se, como vemos, de uma grande gama de conseqüências para cuja postulação não existe evidência histórica. Em seus estudos sobre a história do letramento, Graff mostra, através da análise de esforços concretos de alfabetização em massa nos países do Hemisfério Norte no século passado, que não houve um efeito estatisticamente significativo da alfabetização na mobilidade social. Pelo contrário, alguns indivíduos conseguiram ascensão social, mas os grandes grupos de pobres e discriminados ficaram ainda mais pobres. Não existe evidência para a correlação entre letramento universal e desenvolvimento econômico, igualdade social, modernização. Entretanto, as vozes de historiadores, educadores, sociólogos raras vezes se fazem ouvir na mídia entre as vozes mais fortes dos políticos profissionais e dos burocratas.

Scanned with CamScanner

A esse "mito do letramento", cristalizado no *modelo autônomo do letramento*, que se encontra em autores como Ong, Goody e Olson, Kleiman opõe a concepção do *modelo ideológico do letramento*, de Brian Street, que postula que as práticas letradas são determinadas pelo contexto social. Resenhando um experimento feito nos Estados Unidos por Heath, Kleiman (p. 44) conclui que

> o modelo que determina as práticas escolares é o modelo autônomo do letramento, que considera a aquisição da escrita como um processo neutro, que, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover aquelas atividades necessárias para desenvolver no aluno, em última instância, como objetivo final do processo, a capacidade de interpretar e escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo, dos quais o protótipo seria o texto tipo ensaio.

O trabalho de Heath demonstrou, porém, que as práticas escolares eram encaminhadas, desde o princípio, de modos diferentes, segundo a classe social e/ou etnia dos alunos, permitindo assim a manutenção das desigualdades sociais. Kleiman (p. 45) argumenta que

> Os estudos realizados no contexto brasileiro mostram uma situação semelhante quanto à reprodução do *status quo* pela escola, situação esta, entretanto, muito agravada pela pobreza e pelo analfabetismo generalizado, que tornam as conseqüências desse processo cíclico de reprodução da desigualdade muito mais desumanas.

As complexas relações entre fala e escrita vêm recebendo especial atenção dos lingüistas. No Brasil um de seus estudiosos mais destacados é sem dúvida L. A. Marcuschi. Em recente comunicação (1999) ele refez a trajetória das noções que guiaram o estudo dessas relações. A primeira idéia que imperou foi a da *dicotomia*: língua falada e língua escrita seriam praticamente duas "línguas" diferentes, com regras específicas, com usos específicos, atendendo a necessidades específicas, com diferenças enormes e quase intransponíveis. Posteriormente se passou à idéia do *continuum*: fala e escrita não se oporiam radicalmente, mas se distribuiriam ao longo de um *continuum* que iria do mais falado para o mais escrito, e a localização de determinada manifestação lingüística perto de um ou do outro pólo se deveria às especificidades, que antes eram tidas como dicotômicas, características de cada uma das duas modalidades. Finalmente tem-se a posição teórica mais recente de todas, a da *mescla* entre fala e escrita. O que antes era tido como característico da fala também existe na escrita, e vice-versa, havendo a introdução decisiva da noção de *gênero*.

Em outro trabalho (1998), Marcuschi lista os equívocos mais comuns no tratamento das relações entre oralidade e escrita. É possível resumi-los assim:

- a valorização da escrita como um bem maior e mais qualificado,
- a sugestão de que a fala se dá como uso informal da língua,
- a sugestão de que a fala varia mais do que a escrita,
- a contextualização e a implicitude da fala *versus* a explicitude, descontextualização informal da escrita,
- o envolvimento por parte da fala e o distanciamento por parte da escrita.

Depois de passar essas noções equivocadas em revista, Marcuschi (1998: 7) conclui:

> Se prosseguirmos com esta listagem, veremos que a maioria das propostas de observação da relação fala-escrita fundava-se em algum aspecto trivialmente verdadeiro e irrelevante para a observação do fenômeno (tal como o aspecto da situação e do contexto físico), algum tipo de visão idealizada da língua, sem observação da produção autêntica (intuições do pesquisador, falas idealizadas) ou algum tipo de preconceito avaliativo (a escrita é superior à fala) que levava a distinções dicotômicas.

A supervalorização da escrita sobre a fala, que está na raiz do Mito 6 e do preconceito que pesa sobre a oralidade, data de muitos séculos. Já estava cristalizada na Antiguidade clássica no conhecido ditado latino *Verba volant, scripta manent*. Na fraseologia popular brasileira temos: "O que Fulano diz não se escreve", para depreciar as enunciações de determinado falante, que não merecem elevar-se ao *status* de língua escrita. Correspondentemente, para alguma afirmação ter valor é preciso que ela apareça "preto no branco", isto é, impressa em papel, grafada, escrita.

Marcuschi acredita que "o lugar mais evidente das crenças errôneas e equivocadas sobre a relação entre língua falada e língua escrita acha-se representado pelos manuais de ensino de língua" (1998: 8). Decerto, nos livros didáticos é que se encontram de maneira mais institucionalizada, digamos assim, os equívocos elencados por Marcuschi (cf. Bagno, 1995). No entanto, sou da opinião de que esses equívocos, nos livros didáticos, refletem os preconceitos contra a língua falada e a favor da língua escrita (literária, formal) que nutrem boa parte da ideologia veiculada pela Gramática Tradicional que, como mostrarei mais adiante, é o ponto de partida e de chegada do círculo vicioso do preconceito lingüístico, no qual os manuais de ensino da língua desempenham importante papel.

Recorrendo novamente a Kleiman (1999), é possível, diante do exposto, dizer que

> o distanciamento entre a língua oral e a língua escrita devido à especialização e ao funcionamento diferenciado de ambas configura uma situação diglóssica, não de línguas em contato, mas de línguas em conflito (...). Trata-se de duas modalidades

Scanned with CamScanner

que constituiriam variedades discursivas da mesma língua, sendo que cada uma tem *status* e prestígios diferentes, e que também teriam diferenças devido às suas funções diferenciadas na sociedade (...). Também nos níveis formais — lexical, morfológico, sintático — do sistema, há diferenças. Estas se acentuam mais ainda quando consideramos que apenas a língua escrita tem uma herança literária de prestígio, que codifica, reproduz e divulga os valores culturais dos grupos de poder da comunidade. Também apenas a língua escrita tem sido objeto de processos de gramaticalização, dicionarização e normatização. Do ponto de vista sócio-histórico, as condições para a configuração de uma situação diglóssica de línguas em conflito também estão presentes: o uso da escrita está limitado a uma pequena elite, e a situação de usos, funções e contextos diferenciados tem uma realidade histórica, pois emerge juntamente com a burocracia letrada nas cidades no século XVI [p. 49-50].

Embora haja atualmente um notável empenho científico na elaboração minuciosa de uma *gramática do português falado* — título do grande projeto coletivo iniciado em 1988 com base em proposta feita por Castilho (cf. Castilho, 1991: 9), e do qual já surgiram, até o momento, sete volumes de estudos voltados para os mais diferentes aspectos lingüísticos e apoiados em diversos arcabouços teóricos —, e, junto com esse empenho, um reconhecimento da importância da língua falada no ensino (Ramos, 1997; Castilho, 1998) — reconhecimento posto "preto no branco" inclusive pelo Ministério da Educação em seus *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) —, não se pode desprezar a força e o vigor do preconceito formulado no Mito 6.

Outro pesquisador que vem se dedicando a uma sistemática reflexão sobre as relações entre fala e escrita é Manoel Corrêa (1997; 2000). A constituição do mito da superioridade da escrita sobre a fala decorre, entre outras coisas, da visão da língua escrita simplesmente como um *código* e não como um *modo de enunciação* tal como a fala. Dentro da perspectiva desse mito, a fala é heterogênea, ao contrário da escrita que *deveria ser* homogênea. Surge daí a noção de um *ideal de pureza da língua escrita*, em que toda suposta "interferência da língua oral" deve ser eliminada. Como enfatiza Corrêa, reconhece-se a heterogeneidade *na* escrita — como um influxo vindo do exterior — e não a heterogeneidade *da* escrita, constitutiva da própria escrita como tal.

Na qualidade de mero código, a escrita tem sido vista como um instrumental para a obtenção de *produtos culturais*, "forma particular de registro em que memória e história se identificavam" (Corrêa, 2000: 5). Se encarada, porém, como um *modo de enunciação*, como um *processo*, será preciso reconhecer plenamente a *heterogeneidade constitutiva* da escrita, uma vez que será preciso levar em conta também o *sujeito* dessa enunciação.

O mito de que é preciso "falar assim porque se escreve assim", além de se basear na ilusão de uma escrita pura e infensa às "interferências da fala", cristaliza um esquecimento básico: para se constituir, a ortografia teve necessariamente de neutralizar a *variação lingüística*, inerente a toda e qualquer língua, e fixar como objetivo para si mesma a tentativa de representação de *uma dada variedade*, eleita por motivos sócio-históricos os mais diversos (cf. Cagliari, 1996).

No senso comum vigora a ilusão de que o alfabeto consegue cumprir a função de uma transcrição fonética perfeita. Não existe, porém, *alfabeto* sem *ortografia*, isto é, sem a determinação de um *único* modo *oficial* de escrever. Por isso, um mesmo alfabeto (como o latino) pode ser submetido a uma multiplicidade de convenções ortográficas: as convenções que valem para a ortografia do português não valem para a do francês, do alemão, do húngaro etc.

A ortografia oficial, por isso, apresenta uma *tensão* permanente entre os diversos influxos que ela tenta acomodar, entre as diversas exigências que se vê pressionada a atender, e que poderíamos resumir assim, retomando a análise (e os exemplos) de Lemle (*in* Silva, 1993: vii-viii), já mencionada mais atrás:

(1) a pressão da representação fonética: uma letra para um único som. No português do Brasil temos as letras P, B, F e V que, parece, conseguem realizar esse ideal;

(2) a pressão da representação fonêmica: a letra T pode representar a oclusiva alveolar mas também sua variante africada condicionada pela posição diante de [i], em muitas variedades do português brasileiro;

(3) a pressão da representação morfofonêmica: o S representa um [z] em *os olhos*, um [s] ou [ʃ] em *os pintos* e um [z] ou [ʒ] em *os vidros*, segundo as variedades;

(4) a pressão da representação da etimologia: escreve-se *lasso* com SS por causa do étimo latino *lassu*, e *laço* com Ç por causa do étimo latino *laceu*;

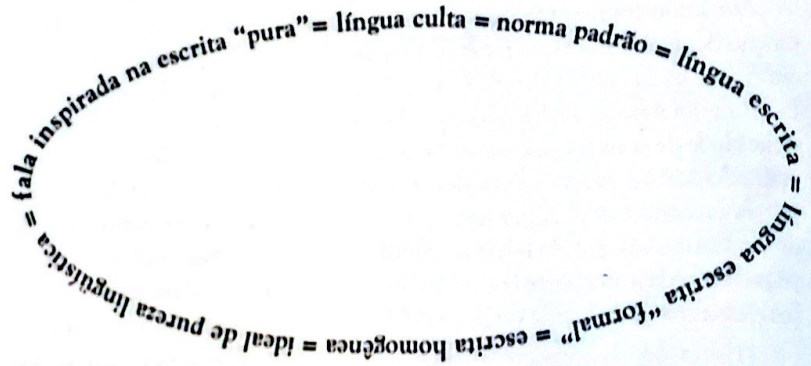
(5) a pressão da representação privilegiada de uma variedade lingüística sobre as demais: é preciso escrever FLAMENGO e PALHA ainda que em muitas variedades se pronuncie *framengo* e *paia*.

Essas pressões se exercem de modo tão entrelaçado que fica difícil distinguir quais delas entraram em ação no momento da determinação da ortografia oficial de uma palavra. Como todo tipo de padronização, a ortografia se revela constitutivamente arbitrária e muitas vezes incoerente. Por que a pressão etimológica se exerceu, por exemplo, sobre a grafia do verbo EXPRIMIR, com X, mas não sobre o verbo ESPREMER, com S, embora ambos tenham o mesmo étimo latino EXPRIMERE? Como explicar, diante da pressão de representar as variedades de prestígio social, a forma ortográfica BRECHÓ resultante da transformação do nome próprio BELCHIOR por força de tendências fonéticas consideradas típicas das variedades não-padrão?

Scanned with CamScanner

São dados que vêm corroborar a afirmação de Corrêa (2000: 4) de que "o escrevente oscila entre a representação dos sons que produz em sua variedade lingüística falada e a convenção ortográfica que a escola ensina".

No Mito 6 está encapsulado, me parece, um círculo de associações sinonímicas equivocadas, que poderíamos representar do seguinte modo:



Os equívocos decorrentes desse mito estão presentes, por exemplo, numa coluna assinada por Pasquale Cipro Neto, publicada na *Folha de S. Paulo* de 20.11.1997, em que ele critica, sem nenhum aparato científico consistente, o fenômeno chamado *dequeísmo*, que já mereceu a atenção de diversos estudiosos. Condenando o aparecimento de "de que" na fala de um membro da equipe econômica do governo em entrevista na televisão, assim escreve ele:

> Alguns lingüistas (alguns), idiotas, dirão que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc. Esses ociosos não conseguem perceber que os homens não estavam na mesa de um boteco, batendo papo. Estavam falando para o país, sobre um assunto técnico, usando linguagem teoricamente culta. (...) E alguns idiotas, ociosos, dizem que a fala é sempre boa, que isso e aquilo[3].

Para o autor, como se vê, uma "linguagem teoricamente culta" é aquela que mais se aproxime de um ideal de língua escrita pura, não contaminada pelas supostas interferências da língua falada, reconhecida como heterogênea, nem sempre boa etc.

3. Em todas as suas acusações contra lingüistas, Cipro Neto usa o determinante *alguns* que, em princípio, teria função restritiva. No entanto, como ele *nunca* nomeia explicitamente os lingüistas a quem chama de "idiotas, ociosos", entre outras coisas, nomeação explícita que o obrigaria a rebater com argumentos científicos as críticas que recebe, só é possível ver no *alguns* uma função generalizadora disfarçada.

Como afirma Marcuschi (1998: 6):

> De tão primária e carente de fundamentação, esta visão não necessita aqui de maiores comentários, mas é bom não perder de vista que ela perpassa a maioria das opiniões dos "letrados" brasileiros.

2.3.4. O mito da necessidade da gramática normativa

O Mito 7 — "É preciso saber gramática para falar e escrever bem" — pareceria facilmente desmontável, bastando para tanto inverter seus termos: "É preciso falar e escrever bem para saber gramática"! Afinal, o estudo da gramática, ao menos tal como se vem fazendo na nossa tradição pedagógica, só pode ser empreendido por alguém que já tenha um domínio razoável da norma-padrão. Por isso, sou da opinião de que o ensino da gramática deva ser o *ponto de chegada* da prática pedagógica e não seu *ponto de partida*. Ou, como sugere Possenti (1997: 87), "privilegiando a gramática internalizada, em seguida, a descritiva e, por último, a normativa". Tal como Possenti (1997: 95), também acredito que o ideal é

> fazer com que o ensino do português deixe de ser visto como a transmissão de conteúdos prontos e passe a ser uma tarefa de construção de conhecimentos por parte dos alunos, uma tarefa em que o professor deixe de ser a única fonte autorizada de informações, motivações e sanções. O ensino deveria subordinar-se à aprendizagem.

Já sugeri (Bagno, 1999: 113-116) que, para assumir essa nova postura teórica, basta a substituição de uma sílaba: em vez de RE*pe*TIR o conteúdo gramatical tradicional, o professor e o aluno deveriam RE*fle*TIR criticamente sobre esse conteúdo. Como nova postura prática, basta a eliminação de uma sílaba também: no lugar de rePRODUZIR a velha doutrina gramatical (e com ela a ideologia e seus preconceitos), o professor e o aluno deveriam PRODUZIR seu próprio conhecimento lingüístico por meio da investigação, da pesquisa constante, da dedução das regras de funcionamento da língua (no máximo de variedades possíveis) em substituição à transmissão intacta de "pacotes gramaticais" prontos e acabados (ver adiante, capítulo 3, item 3.3).

Por exemplo, em vez de fazer o aluno memorizar mecanicamente definições inconsistentes de "substantivo abstrato" e "substantivo concreto" e decorar listas intermináveis de exemplos, por que não se deter na especulação (filosófica, sim!) do significado de "abstrato" e "concreto", ou até mesmo da noção básica de "substantivo"? O que quer dizer "substantivo"?

Scanned with CamScanner

A definição tradicional de substantivo dá conta de todos os elementos enquadrados nessa categoria? Haverá uma oposição radical entre "concreto" e "abstrato" ou essa distinção (se existir) dependerá de usos específicos em contextos determinados? Em vez de oposição não haverá aí, antes, um *continuum* que vai do mais abstrato ao mais concreto, ou vice-versa? O substantivo *cobertura*, por exemplo, é abstrato ou concreto? Quando digo "aquela cobertura onde João mora custou dois milhões de dólares" e "João vai fazer a cobertura da visita do Papa para o jornal", tenho em mente o mesmo sentido de "cobertura"? Levanta-se aí um problema, que não será difícil transformar numa discussão interessante acerca das noções tradicionais de "substantivo", "significado", "sinônimo" etc. Se para isso servir o estudo da gramática, para estimular e desenvolver o raciocínio especulativo do aprendiz, sua curiosidade criativa, então haverá razões para mantê-lo vivo na escola. Mas não é isso que acontece hoje, pois

> os compêndios atuais de gramática e os livros didáticos (e, em decorrência, a própria escola) não trazem as razões por que a Gramática Tradicional surgiu nem os fundamentos filosóficos e científicos que a motivaram, de modo que a metalinguagem e as definições a ela subjacentes ficaram esvaziadas de sua história e de um sistema de referência que lhe garantisse um sentido. Afinal, por que se define *sujeito* ou *pronome* do modo como se faz? Trata-se de rótulos vazios que recobrem os termos identificados por um determinado procedimento heurístico, ou são síntese de uma forma de representação da linguagem? Com isso, a análise de fatos lingüísticos perdeu sua dimensão criadora e os vínculos com a realidade lingüística, tornando-se numa espécie de *puzzle* sem maior valor científico [Britto, 1997: 124-125].

Essa desvinculação do estudo da gramática com seu objetivo original especulativo-filosófico — "uma descrição da língua, que remete a uma concepção de linguagem e a uma concepção epistemológica (uma episteme)" (Britto, 1997: 126) — e sua transformação num mero instrumental taxionômico têm como resultado, na prática pedagógica tradicional, uma série de reduções sucessivas (ver Figura 2.2 na página seguinte).

Surge daí a absurda sinonímia *ensino de português = ensino de gramática* ou, mais drasticamente ainda, *ensino de português = ensino de classes/funções de palavras*[4]. De fato, a pesquisa empreendida por Neves (1990: 12) revela

4. O reducionismo a que me refiro não está no fato de se dedicar grande atenção ao estudo das palavras, isto é, do léxico que, como se sabe, é central em diversas teorias gramaticais. Minha crítica se dirige à prática da taxionomia como um fim em si, e não como meio para uma reflexão válida sobre o estatuto categorial das palavras. Parece que, na prática tradicional, impera a crença de que saber classificar é suficiente para saber empregar os recursos da língua com competência e criatividade.

que, dentre os 40 tipos de exercícios mais freqüentes aplicados pelos professores de português entrevistados, os quatro mais freqüentes — (1) reconhecer classes de palavras; (2) reconhecer funções sintáticas; (3) reconhecer e classificar funções sintáticas (4) reconhecer e subclassificar classes de palavras — são responsáveis por 62,67 por cento das ocorrências, restando por conseguinte apenas 37,33 por cento para serem distribuídos entre os demais 36 tipos de exercício!

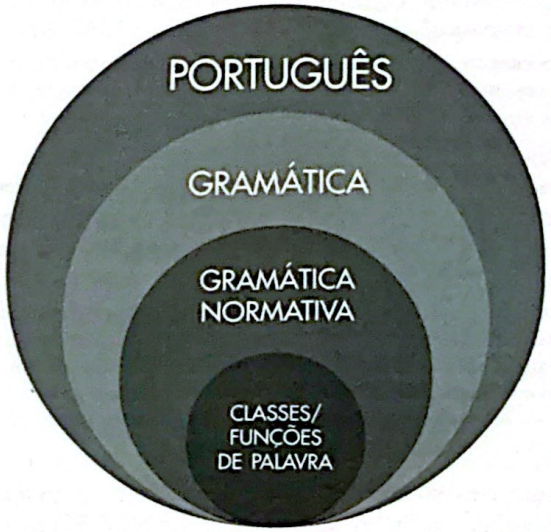


Figura 2.2

Na mesma pesquisa junto aos professores de língua portuguesa da rede estadual de ensino de São Paulo, Neves (1990: 11) perguntou aos docentes para que servia a gramática que ensinavam. Os dados levantados revelaram:

> A aquisição das estruturas da língua é vista como uma finalidade do ensino *desligada de aplicação prática*, traduzindo-se no próprio conhecimento das estruturas da língua, *em si e por si*, ou mais uma vez, *em nada*. Quanto à finalidade de ensino para simples cumprimento do programa, sua utilização vem ligada ao sucesso na própria sala de aula (acertar exercícios), o que significa, novamente, *não se apontar necessidade real para o ensino da gramática* (grifos meus).

Scanned with CamScanner

Para muitos professores, ainda segundo Neves, o objetivo de "ensinar gramática" está em "cumprir o programa". Não é de admirar, portanto, que encontrem poucos alunos dispostos a "aprender". Diante de uma disciplina árida, sem conexão com a vida real do estudante, os alunos só podem mostrar-se refratários. O grave é que, para os professores, o problema não está na disciplina, mas nos próprios alunos (Neves 1990: 21). Mais de 60 por cento dos entrevistados atribuíram as dificuldades a problemas dos alunos: "Falta de esforço, falta de interesse, falta de vontade de pensar, falta de maturidade, falta de capacidade de abstração, falta de percepção da utilidade da gramática". E a pesquisadora conclui (1990: 46):

> Os professores na sua totalidade mostraram que consideram sua grande missão oferecer um ensino que permita que seus alunos falem e escrevam de acordo com as regras vigentes na gramática tradicional, o que é considerado, sem dúvida, como "escrever melhor".

Verifica-se desse modo o vigor do Mito 7 no sistema educacional e, por conseguinte, no senso comum da sociedade. A adoção desse conceito restrito de "gramática" por parte das escolas representa, como analisa Possenti (*in* Geraldi 1999: 56),

> um sintoma de que elas pouco se preocupam em analisar efetivamente uma língua mas, antes, em transmitir uma ideologia lingüística. Se considerarmos que aquelas gramáticas adotam uma definição de língua extremamente limitada, que expõem aos estudantes um modelo bastante arcaico e distante da experiência vivida, mais do que ensinar uma língua, o que elas conseguem é aprofundar a consciência da própria incompetência por parte dos alunos.

Realmente, é muito fácil encontrar quem concorde com a afirmação de que "é preciso saber gramática para falar e escrever bem". Ela está na ponta da língua da grande maioria dos professores de português, como se viu acima, e se acha formulada em muitos compêndios gramaticais, como o já citado de Cipro & Infante (1997), cujas primeiríssimas palavras são: "A Gramática é instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua". Ora, Perini (1997: 50-51) chama a atenção para a "propaganda enganosa" contida nesse mito:

> Quando justificamos o ensino da gramática dizendo que é para que os alunos venham a escrever (ou ler, ou falar) melhor, estamos prometendo uma mercadoria que não podemos entregar. Os alunos percebem isso com bastante clareza, embora talvez não o possam explicitar, e esse é um dos fatores do descrédito da disciplina entre eles.

E Possenti (1996: 54-55) relembra que as primeiras gramáticas do Ocidente, as gregas, só foram elaboradas no século II a. C., mas que muito antes

disso já existira na Grécia uma literatura ampla e diversificada, que exerce influência até hoje em toda a cultura ocidental. A *Ilíada* e a *Odisséia* já eram conhecidas no século VI a.C., Platão escreveu seus *Diálogos* entre os séculos V e IV a.C., na mesma época do grande dramaturgo Ésquilo, verdadeiro criador da tragédia grega. Que gramática eles consultaram? Nenhuma. Como puderam então escrever e falar tão bem sua língua?

Já mencionei anteriormente a *inversão da realidade histórica* operada pela transformação da Gramática Tradicional numa ferramenta ideológica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como "regras" e "padrões" as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a serem imitados. Ou seja, a *gramática normativa* é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. Com a instrumentalização da gramática normativa em *mecanismo ideológico de poder e de controle* de uma camada social sobre as demais, formou-se essa "falsa consciência" coletiva de que os usuários de uma língua é que precisam da gramática normativa, como se ela fosse, repito, uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua "bonita", "correta" e "pura". A língua ficou subordinada à gramática. O que não está na gramática normativa "não é português", assim como as palavras que não estão no dicionário simplesmente "não existem"...

Resumindo esse processo, escreve Cagliari (*apud* Terra, 1997: 46):

> A gramática normativa foi num primeiro momento uma gramática descritiva de um dialeto de uma língua. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da linguagem. Por sua própria natureza, uma gramática normativa está condenada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social demonstrado por um dialeto, a gramática normativa deveria mudar.

Deveria mudar, mas não muda, pois tal mudança só tem chance de ocorrer se for acompanhada de uma mudança na correlação das forças que detêm o poder.

Os gramáticos normativistas, numa feliz definição do crítico literário Ivan Teixeira em artigo na revista *Veja* (21/4/1999, p. 148-149), "não passam de meros guardiães de uma inutilidade consagrada pelo poder constituído". Uma inutilidade, talvez, mas uma inutilidade que garante aos que a dominam um *status* privilegiado no plano social, econômico, intelectual e político. Uma inutilidade, portanto, muitíssimo *útil*. O apelo obsessivo feito pelas forças políticas conservadoras à "ignorância" da "gramática" por parte do candidato do Partido do Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, nas

Scanned with CamScanner

campanhas eleitorais de 1989, 1994 e 1998 — como razão suficiente para desqualificar sua candidatura — permitiu avaliar todo o peso do preconceito lingüístico em nossa sociedade. O argumento mais ouvido pelos que não admitiam votar em Lula foi: "Como posso eleger à Presidência da República uma pessoa que não sabe português?"[5]

É difícil discordar da tese de Possenti (1996: 32-33) de que

> No dia em que as escolas se dessem conta de que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, e que é em grande parte por isso que falta tempo para ensinar o que não sabem, poderia ocorrer uma verdadeira revolução. Para verificar o quanto ensinamos coisas que os alunos já sabem, poderíamos fazer o seguinte teste: ouvir o que os alunos do primeiro ano dizem nos recreios (ou durante nossas aulas), para verificar se já sabem ou não fazer frases completas (e então não precisaríamos fazer exercícios de completar), se já dizem ou não períodos compostos (e não precisaríamos mais imaginar que temos que começar a ensiná-los a ler apenas com frases curtas e idiotas), se eles sabem brincar na língua do "pê" (talvez então não seja necessário fazer tantos exercícios de divisão silábica), se já fazem perguntas, afirmações, negações e exclamações (então, não precisamos mais ensinar isso a eles), e assim quase ao infinito. Sobrariam apenas coisas inteligentes para fazer na aula, como ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre mais sofisticada etc.

Nossa prática pedagógica tradicional, como é fácil comprovar, se detém basicamente no ensino de "inutilidades" ou de coisas irrelevantes. Mas haverá uma razão para isso? Segundo Britto (1997: 104):

> É óbvio que a escola tem finalidade, sempre. Trata-se, em qualquer sociedade, de um poderoso instrumento social de produção de consciências e, na sociedade capitalista, constitui-se fundamentalmente como lugar de reprodução de um saber instituído, exercendo sua ação através de procedimentos coercitivos e discriminatórios, assim como pelo estabelecimento de modelos de avaliação de valores e comportamentos.

Ao contrário do pensamento que vigora no imaginário popular de que a escola serve para transmitir conhecimento, democratizar o saber acumulado pela humanidade, preparar o cidadão para ocupar um lugar digno na sociedade, transformar uma pessoa "ignorante" num ser humano "culto" etc.,

> O aparelho escolar, ao desempenhar sua função de inculcação da ideologia dominante, submete a clientela tanto da classe dominante como, também, e principalmente, da classe dominada, a uma visão de mundo em que a estruturação da sociedade em classes e a exploração de uma pela outra tornam-se naturais. [...] Como se afirmou anteriormente, a ideologia não pode apresentar-se como tal e assume, portanto, a imagem de ciência neutra. A Escola, também, conseqüentemente, pretende representar o papel de instituição com objetivos culturais neutros. [...] Mediante a imposição da visão de mundo da classe dominante à classe dominada, impede-se que esta última tenha a possibilidade de elaborar sua própria visão de mundo, a partir das suas condições de existência e de seus interesses: construir, enfim, uma ideologia própria, antitética à da classe dominante (Nosella, 1981: 26-27).

5. Cf. Salles, 1995: 139-144, "O socioleto de Lula".

Por isso tamanha insistência no ensino do irrelevante. As "coisas inteligentes" que "sobrariam para fazer na aula" comprometeriam o projeto social embutido na ideologia: veicular a visão de mundo da classe dominante como a única legítima. A *revolução* — termo empregado com justeza por Possenti — revela-se, portanto, como a grande inimiga da *ideologia*, como sua antítese precisa e bem definida. Ensinar coisas inteligentes é despertar o senso crítico, provocar o questionamento, incitar à dúvida. Mas não é isso o que a escola e sua ideologia buscam. Seu projeto é o "contínuo dar voltas em torno da tese, sem superar seus limites", como diz Rossi-Landi (1985: 153).

O ensino da gramática na escola, portanto, enquadrando-se no projeto ideológico mais geral, não visa, como quer o Mito 7, levar o aluno a "falar e escrever melhor". Visa, sim, desprezar o conhecimento gramatical intuitivo do falante (Mito 2), convencendo-o de sua absoluta ignorância da língua (sinônimo de "gramática"); língua que, sendo "difícil" (Mito 3), só pode ser ensinada e aprendida na escola, lugar privilegiado de "transmissão do saber" (Mito 7), "saber" que permitirá uma ilusória "ascensão social" de quem tiver acesso a ele (Mito 8), permitindo a integração do indivíduo na "unidade nacional" política e lingüística (Mito 1).

Toda e qualquer proposta de renovação ou reavaliação do ensino de português deve levar em conta a realidade ideológica inerente ao aparelho escolar. Como bem descreve Nosella (1981: 13):

> A ideologia dominante (como *a maneira* de conceber o mundo) não opera apenas enquanto maneira de as pessoas representarem o mundo, mas constitui elemento intrínseco às estruturas da personalidade das crianças, ao mesmo tempo em que atua como elemento estruturador dessa personalidade, pelos processos de *assimilação* e *acomodação*. As crianças, submetidas à maciça inculcação dessa ideologia, não irão apenas aprendê-la, mas terão toda a sua estrutura de pensamento impregnado por ela.

A conseqüência óbvia disso é que a maioria das pessoas que freqüentaram a escola absorveram, em grau maior ou menor, a ideologia dominante inculcada por ela, ideologia que se tornou parte constituinte de suas pró-

Scanned with CamScanner

prias personalidades. Daí a grande resistência de pais, professores, pedagogos, donos de escola, administradores escolares, burocratas da educação, etc. em aceitar novas formas de ensinar. As mais aceitas são quase sempre aquelas que interferem apenas no *modo* de transmissão dos conteúdos tradicionais — tidos como justos, úteis e corretos —, tentando buscar novas ferramentas pedagógicas (exercícios, atividades práticas, jogos etc.) que facilitem essa transmissão. Aquelas que questionam na raiz os conteúdos mesmos das disciplinas escolares têm pouca chance de aceitação.

Todavia, é no questionamento e na *mudança radical do conteúdo* das aulas de gramática que reside o grande nó do ensino de língua portuguesa. Os pais, em sua grande maioria, esperam que seus filhos aprendam na escola, sobretudo na disciplina Língua Portuguesa, exatamente o que eles aprenderam e consideram bom saber: divisão silábica, acentuação tônica, sinônimos e antônimos, coletivos, diminutivos, aumentativos, comparativos, superlativos, classes de palavras, análise sintática etc. É comum ouvir relatos de professores que, tentando abolir um ou outro desses "pontos de gramática", foram interpelados e até agredidos pelos pais ou administradores da escola por não estarem "ensinando o que é preciso saber" ou "o que vai cair no vestibular". Houve sucesso, portanto, na transformação da ideologia gramatical numa "ciência neutra", como diz Nosella, isolada da realidade social de produção material da existência.

O Mito 7, como se vê, é profundamente problemático, uma vez que se relaciona diretamente com o ensino da língua e com todos os obstáculos ideológicos que impedem que esse ensino seja liberador de consciências, que coloque o aprendiz como sujeito de seu próprio aprendizado, produtor de seu próprio conhecimento e de visões de mundo alternativas que se oponham à das classes dominantes.

O que há de mais perverso no Mito 7 (assim como no 8, que analisarei a seguir) é que ele cria a ilusão de que o mero conhecimento da "gramática" é competência suficiente para a inserção do indivíduo na categoria dos que *podem falar*, dos que *sabem falar*, dos que *têm direito à palavra*. A discriminação explícita contra os que "não sabem português" é apenas a face visível de um mecanismo de exclusão que atua também, e mais insidiosamente, num nível bem mais sutil. Na precisa análise de Gnerre (1985: 22):

> A visão tradicional da língua é muito restrita, com uma ênfase forte sobre as estruturas lingüísticas. Como é uma visão derivada da tradição escrita, fatos como "sotaque", prosódia e outras características "menores" não são considerados formalmente como parte da língua, mas obviamente eles desempenham um papel central na real comunicação face a face. Quando os lingüistas e, ainda mais, os donos da gramática normativa fazem referência às estruturas lingüísticas ou às regras, eles fazem referência somente a parte de totalidade dos sinais da comunicação, descontextualizados da totalidade dos sinais comunicativos que se dão na real interação verbal face a face. Este tipo de abstração permite na realidade uma discriminação que vai além do simples domínio e uso da gramática normativa. Até no caso em que alguém consegue controlar as estruturas gramaticais e o léxico da variedade lingüística padrão, ele ou ela ainda deverá passar através do teste da interação face a face, que implica a produção de uma fonologia e de uma prosódia aceitáveis, um bom controle do tempo, do ritmo, da velocidade e da organização das informações ou dos conteúdos. Além destas características estritamente relacionadas à língua, há outras, tais como as posturas do corpo, a direção do olhar, etc. Tudo isso entra, na realidade, no "julgamento" através do qual uma pessoa tem que passar, mas nada disso está explicitamente mencionado ou legislado na gramática normativa.

Outros elementos de discriminação não citados por Gnerre são, sabidamente, a cor da pele, o sexo ou a orientação sexual do falante (assumida ou presumida), a indumentária, a compleição física, a procedência geográfica (explicitada ou suposta), a zona de residência, a opção religiosa, a impostação da voz em sua correlação com os papéis sociais atribuídos aos gêneros masculino e feminino (ao homem cabe falar "grosso" e impositivamente; à mulher, ser "delicada" e condescendente), os sinais exteriores de filiação do falante a conjuntos de atitudes não-convencionais (muitos brincos na orelha, barba comprida, *piercings*, tatuagens de grande dimensão, cabeça raspada, cabelos e/ou unhas pintados de cores "extravagantes", etc.) e até mesmo o signo zodiacal, o ter ou não automóvel (e a marca do automóvel), o ser ou não fumante, entre tantas outras coisas... Saber "gramática" não poupará o falante de ser avaliado também (e às vezes até *sobretudo*) por essa grade de critérios quando se encontrar, principalmente, em situação de assimetria de poder social, cultural e econômico.

Todos esses elementos discriminadores conjugados provam, como conclui Gnerre (1985: 22-23), que

> a gramática normativa é um código incompleto que, como tal, abre o espaço para a arbitrariedade de um jogo já marcado: ganha quem de saída dispõe dos instrumentos para ganhar. Temos assim pelo menos dois níveis de discriminação lingüística: o dito ou explícito e o não dito ou implícito.

Daí ser forçoso concluir, com Gramsci (*apud* Gnerre, ibid.), que em toda sociedade existe uma "gramática normativa escrita" ao lado de uma "gramática normativa não escrita", complemento do código incompleto que é a GN escrita, configurando uma "dupla articulação" da discriminação: a discrimi-

Scanned with CamScanner

nação lingüística e a não-lingüística. Seria ingênuo, portanto, atribuir apenas à "gramática normativa escrita" o papel principal no drama do preconceito lingüístico.

2.3.5 O mito da ascensão social

O Mito 8 (ou ∞), o mito da "ascensão social", cristaliza a noção equivocada de que o acesso à "norma culta" supostamente ensinada na escola permite ao aluno falante de variedades não-padrão, de modo quase mágico e instantâneo, "subir na vida", "progredir", "ter sucesso". O Mito 8 pareceria, então, estar em contradição com o Mito 1 — que nega a existência de uma pluralidade de variedades lingüísticas para sustentar a "prodigiosa" unidade do português do Brasil —, uma vez que reconhece a diversidade lingüística e vê nela um "problema" social que pode ser "resolvido" com a facilitação do acesso à norma lingüística considerada padrão. No entanto, a contradição é só aparente. Os dois mitos se enquadram perfeitamente no planejamento social que é toda ideologia.

A "justificação natural e eterna" da ideologia é denunciada por Chaui (1998: 79) ao dizer que ela "faz com que [as pessoas] creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes *dá iguais chances de melhorar*". No caso de nosso Mito 8, basta ler *escola* onde Chaui escreve "vida social" e *aprender a norma padrão* onde escreve *trabalhar*.

Mais uma vez, temos aqui o processo de *inversão* característico da ideologia. Afinal,

> Diferentemente do que afirmam os defensores do ensino da norma culta, não é através do domínio desta que os indivíduos podem ter acesso aos bens que a sociedade industrial produz. Ao contrário, é através do exercício pleno da cidadania, o que inclui o acesso a todos os direitos e às atividades da classe dominante, que os segmentos excluídos poderão reconhecer e eventualmente dominar outras variedades lingüísticas, entre as quais a norma culta (Britto, 1997: 106-107).

Já argumentei (Bagno, 1999: 68) que se o domínio da chamada norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, uma vez que, supostamente, ninguém melhor do que eles domina essa norma...

Além disso, o Mito 8 veicula a noção ingênua de uma escola democratizadora, que "dá" a todos o conhecimento, a ciência, o saber. Ora, a realidade, muito bem denunciada por Magda Soares (1986: 62), é bem diferente disso:

> A escola exige de todos os alunos que cheguem a ela trazendo algo que ela mesma não se propõe a dar, e que só as classes dominantes podem trazer — o domínio prático da língua "legítima"; pressupondo esse domínio prático, oferece um ensino da língua "legítima" que, evidentemente, só pode levar a bons resultados aqueles que já dispõem daquilo que ela não dá, mas de que depende o que ela dá.

A escola, portanto, cobra na entrada aquilo que ela mesma, na ilusão do senso comum, deveria dar na saída. É como querer ensinar uma pessoa a nadar jogando ela no lado mais fundo da piscina, esperando que se salve do afogamento recorrendo ao conhecimento de natação que já deveria ter trazido antes de se matricular no curso!

Por isso,

> o fracasso, na escola, dos alunos pertencentes às camadas populares, por falta de um *capital lingüístico escolarmente rentável*, por cuja aquisição essa mesma escola seria responsável, é apenas uma aparente contradição: a negação (ou a sonegação?) a esses alunos do *capital lingüístico escolarmente rentável* tem, na verdade, a função de colaborar para a perpetuação das relações assimétricas entre as classes, de garantir a *opressão* das classes dominantes sobre as classes dominadas [Soares, 1986: 63-64].

Recorrendo à noção de *capital lingüístico*, que toma emprestada de Bourdieu, Soares mostra que só haverá realmente sucesso e "ascensão social" para aqueles que já chegarem à bolsa de valores que é a escola dotados de um capital socioeconômico capaz de lhes garantir um bom lote de ações na disputa pelo mercado lingüístico.

É o que se verifica hoje, no Brasil, na diferença gritante de acesso a uma "boa educação". Quem tem capital — não só o capital "simbólico" representado pelo domínio da língua "legítima", mas o capital monetário mesmo, o dinheiro — pode oferecer aos filhos um ensino "bom" (dentro dos critérios da ideologia burguesa) numa escola particular, ao passo que aos desprovidos desse capital só resta o sistema público de ensino, cada vez mais negligenciado, reprodutor de práticas pedagógicas arcaicas, dotado de material obsoleto, infenso aos avanços tecnológicos que permitem um acesso muito mais rápido e eficiente ao conhecimento. Opera-se ali, então, de forma sistemática, a formação de cidadãos de segunda categoria — inevitavelmente atrasados em comparação com os progressos feitos, em todos os níveis, pelos que freqüentaram escolas particulares —, cidadãos que já têm definido, desde cedo, seu lugar subalterno na divisão do trabalho. É a cola-

Scanned with CamScanner

boração efetiva e eficaz do Estado na manutenção do primeiro lugar ocupado pelo Brasil entre os países com a maior injustiça social do mundo[6].

Numa análise muito lúcida, Haugen (1972: 109-110) escreve que uma língua-padrão, para não ser considerada morta, precisa ter *aceitação*:

> Qualquer aprendizado requer dispender tempo e esforço, e deve de algum modo contribuir para o bem-estar dos aprendizes e para que não queiram fugir das aulas. Uma língua-padrão que é o instrumento de uma autoridade, como um governo, pode oferecer a seus usuários recompensas materiais na forma de poder e posição. Aquela que é instrumento de uma confraria religiosa, como uma igreja, também pode oferecer a seus usuários recompensas mais adiante. As línguas nacionais têm oferecido inclusão na nação, uma identidade que dá ao indivíduo ingresso num novo tipo de grupo, que não é apenas parentesco, ou governo, ou religião, mas uma mescla nova e peculiarmente moderna dos três. O tipo de importância atribuída à língua nesse contexto tem pouco a ver com seu valor como um instrumento de pensamento ou persuasão. Ela é primordialmente simbólica, uma questão de prestígio (ou falta dele) que se atribui a formas ou variedades específicas de língua em razão de identificar o *status* social de seus usuários. O *domínio da língua-padrão naturalmente terá maior valor se ele der ingresso ao indivíduo na assembléia dos poderosos. Senão, o estímulo para aprendê-la, exceto talvez passivamente, pode ser muito baixo; se o* status *social for fixado por outros critérios, é compreensível que transcorram séculos sem que uma população a adote* [grifos meus].

É precisamente nesse aspecto dos critérios fixados para a aferição do *status* social que reside o inegável fracasso da escola brasileira em ensinar a norma-padrão. De que serve dominá-la, conhecer suas regras, se esse domínio não será suficiente para se sobrepor aos outros tantos incontáveis critérios de avaliação social, como os que listei na seção anterior?

Prosseguindo, Haugen conclui: "Mas em nossa era industrializada e democrática, há razões óbvias para a rápida difusão das línguas-padrão e para sua importância nos sistemas escolares de toda nação". Infelizmente, no caso brasileiro, existe um abismo entre *industrialização* e *democracia*. Embora o Brasil tenha a décima economia do mundo e um dos maiores parques industriais do planeta, o grau de *democratização da sociedade* — *democracia* entendida aqui como algo que vai muito além da mera existência de eleições rituais (aliás, obrigatórias) para os cargos governamentais —, está entre os mais baixos do mundo.

É preciso permitir, sim, a todos os brasileiros o acesso à norma lingüística padrão (depois de devidamente redefinida), e nisso concordo plenamente com Geraldi (1999: 90) ao dizer que "o compromisso político primeiro do professor de língua portuguesa é possibilitar o domínio efetivo da língua padrão", e também com Possenti que escreve (*in* Geraldi 1999: 33): "O objetivo da escola é ensinar o português padrão [...]. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico".

6. Ver, por exemplo, as seguintes matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*: "Desigualdade é recorde no país" (10/9/98), "A conta do pacote" (9/11/98) e "Líder de injustiça" (22/11/98).

Certamente, mas também é preciso ter bem claro em mente que não é a norma-padrão que vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente, como sugere o automatismo contido no mito que analisamos agora. O que está em jogo não é a simples "transformação" de um indivíduo, que vai deixar de ser um "sem-língua padrão" para tornar-se um falante de alguma variedade culta. O que está em jogo é *a transformação da sociedade como um todo*, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma *só é possível com desigualdades sociais profundas*, todas as tentativas de promover a "ascensão social" dos marginalizados "não passam de mistificação: não surtem efeito, e parecem mesmo ter o objetivo de apenas simular soluções, sendo, na verdade, um reforço da discriminação" (Soares, 1986: 64).

Fazendo uma rápida abordagem dessas questões, Mattos e Silva (1995: 12), depois de citar Nelson Rossi, Maurizzio Gnerre, Magda Soares e Norbert Dittmar, diz que estes são "lingüistas que têm e externam a consciência de que a manipulação do dialeto de prestígio na sociedade ultrapassa os limites da Lingüística: inscreve-se, fundamentalmente, como uma questão, antes que mais, política".

2.4 O CÍRCULO VICIOSO DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

2.4.1 Três elementos mais um

Os mitos que acabamos de passar em revista perpetuam-se em nossa sociedade por meio de um mecanismo que chamo de *círculo vicioso do preconceito lingüístico*. O modo de conceber a língua veiculado por essa mitologia

> é sustentado e reproduzido por um conjunto de formadores de opinião, também perpassados pelos valores político-ideológicos, que atuam no sentido de reforçar os valores de senso comum, estabelecendo uma exigência circular: a escola ensina assim porque a sociedade exige — e a sociedade exige porque a escola ensina assim [Britto, 1997: 185].

Análise semelhante se encontra também em Lopes (1993: 37):

> As diferenças entre elas [as variedades lingüísticas] devem ser anotadas e estudadas, mas não desconsideradas, nem — pior ainda — reprimidas. E, no entanto, todos

Scanned with CamScanner

sabemos que é isso precisamente que faz, a pretexto do ensino da Língua Portuguesa, a nossa práxis escolar. Assim procedendo, nossa escola de 1º e 2º grau se converte em *um espaço de exclusão do Outro ideológico e assume, ao camuflar a existência dos conflitos de classe subjacentes aos conflitos lingüísticos, o papel de aparelho reprodutor da ideologia da elite, das classes dominantes, enquanto reprime "a fala das classes dominadas"*.

O círculo vicioso a que me refiro funcionaria, portanto, segundo Britto, como uma poderosa correia de transmissão da ideologia dominante religando *escola*, de um lado, e *sociedade*, de outro (se for aceita a separação, para finalidades teóricas, entre essas duas instâncias que, de fato, se interpenetram nos mais diversos níveis).

Numa primeira análise, pareceu-me que esse círculo vicioso era formado por três elementos (os "formadores de opinião" de Britto): a *Gramática Tradicional* (corporificada na forma de compêndios gramaticais normativo-prescritivos), a *prática pedagógica convencional* e os *livros didáticos*. Nessa análise, o círculo vicioso se formaria da seguinte maneira: a Gramática Tradicional inspira a prática pedagógica convencional, que por sua vez gera e nutre o mercado editorial do livro didático, cujos autores, fechando o círculo, recorrem à GT como fonte máxima de concepção de língua. Lopes (1993: 38) chama esses elementos de "agentes promotores da deseducação", identificando-os também como três: "o professor conservador, a gramática e o livro de texto".

Depois de feita, contudo, essa análise pareceu-me não levar em conta um quarto elemento que, por não ser tão compactamente institucionalizado quanto a GT, a pedagogia convencional e o mercado do livro didático, consegue diluir-se dentro do processo, escapando à primeira tentativa de dissecação do círculo vicioso do preconceito lingüístico. Britto chama esse quarto elemento simplesmente de "mídia", mas esse termo não me parece suficiente para abarcá-lo em sua totalidade. Por isso prefiro usar a expressão *comandos paragramaticais*, que engloba a pluralidade de manifestações desse quarto elemento. Para forjar esse termo, inspirei-me nesta tira do cartunista argentino Quino (1973: 52), criador da famosa personagem Mafalda:

Assim como os "comandos paramaternais" deplorados por Mafalda, os *comandos paragramaticais* tampouco suportam que nos molhemos deleitosamente na chuva da língua, querem delimitar os espaços legais e legítimos de uso do idioma, coibir nosso prazer linguageiro, ameaçando-nos com profecias fatalistas ("así es como luego se enferman") sobre a saúde e a sobrevivência mesma do português.

2.4.2 Comandos paragramaticais "clássicos" e "modernos"

Os *comandos paragramaticais* (CP) são, em sua forma "clássica", livros destinados ao público em geral (portanto, livros não-didáticos, no sentido de não serem manuais para o ensino convencional), escritos por autoproclamados "defensores da língua portuguesa" que investem contra os "erros comuns", a "invasão de estrangeirismos", a "ruína do idioma de Camões", a "pobreza da língua da atual geração" e outros "males" igualmente graves. Encontramos esses argumentos alarmistas na série de obras desse tipo, de fato um gênero literário específico, que, numa visão panorâmica que incorpora Portugal e Brasil, vai, por exemplo, desde *O que se não deve dizer*, de Cândido de Figueiredo (1899) até o recém-publicado *Com todas as letras*, de Eduardo Martins (1999), passando por todo um século de publicações do mesmo teor que, de tão numerosas, é quase impossível elencar[7].

Em sua forma mais "moderna", os CP servem-se tanto dos meios de comunicação mais difundidos ao longo do século XX — jornal, revista, rádio, televisão, telefone — quanto das inovações mais recentes no campo da produção e difusão de informações — o CD-ROM e a Internet. Além disso, surgiu também um novo gênero literário, o *manual de redação de empresa jornalística*, que vem se constituindo num verdadeiro fenômeno de vendas.

Uma interessante análise deste último tipo de CP é feita por Dias (1996). Segundo esta pesquisadora, os grandes jornais e empresas jornalísticas tomaram para si a missão de "defender a Língua Portuguesa" e, para tanto, passaram a divulgar suas normas internas de redação, na tentativa de sugeri-las como guias confiáveis para quem quiser escrever bem. No entanto, como alerta a autora,

7. Talvez conviesse inserir entre os CP "clássicos" os "consultórios gramaticais" a que se refere Houaiss (1985: 133) e que, segundo o autor, têm um prestígio que "perdura há quase dois séculos". Em sua versão contemporânea, esses consultórios passaram a usar o telefone e, mais recentemente, a Internet.

Scanned with CamScanner

> Essa preocupação dos jornais de "ensinar" a língua culta à comunidade acaba por conduzir os manuais a posições nem sempre sustentáveis, em razão das leis socioculturais que presidem ao fenômeno da variação lingüística. Passam essas publicações, como as gramáticas tradicionais, a ditar normas que se perdem na superficialidade, desconsiderando contextos jornalísticos em que ocorrem, tornando-se, portanto, praticamente inúteis [p. 42-43].

Os manuais são inúteis, na prática, porque, como todos os *comandos paragramaticais*, operam um enxugamento drástico da complexidade das regras de funcionamento da língua, reduzem à dicotomia certo-errado fenômenos que as gramáticas normativas (nas quais se inspiram) se detêm a examinar com maior rigor e refinamento, ignoram cabalmente o fenômeno da variação lingüística e desprezam as condições de produção de um texto:

> Essa simplificação dos Manuais revela a dificuldade de seus autores para discutir problemas lingüísticos como o da norma e o do processo de variação sociocultural e geográfico da linguagem. Os Manuais que, hoje, se tornam uma "moda" no ensino de redação, invadindo algumas escolas e vindo a funcionar precariamente como livros didáticos, pequenas gramáticas de incorreções na língua escrita, na verdade divulgam uma filosofia de avaliação da língua extremamente discutível, quando não pretensiosa [p. 44].

O fato é que os manuais de redação cumprem uma dupla função, a primeira delas explícita e declarada — auxiliar quem pretende escrever "certo" —; a segunda implícita e dissimulada, de caráter nitidamente ideológico, como destaca Dias (1996: 44-45):

> Em tese, a divulgação dos Manuais, ao mesmo tempo em que, por um lado, propicia ao leitor a possibilidade de fiscalizar a execução do jornal, levando-o a crer, por exemplo, que notícias bem escritas significam apuração dos fatos igualmente eficiente; por outro, atende à preocupação dos jornais com a formação de um público leitor específico que seja receptivo e se identifique com o discurso produzido. Em outras palavras, diríamos que se estabelece uma relação de dupla legitimidade, de mútuo reconhecimento, com a caracterização de um emissor autorizado a dizer e de um receptor apto para compreender o dito, ou seja, "os que falam consideram os que escutam dignos de escutar e os que escutam consideram os que falam dignos de falar" (Bourdieu).

A crítica dos outros três elementos formadores do círculo vicioso do preconceito lingüístico — a Gramática Tradicional, a prática de ensino e os livros didáticos — já conta com ampla bibliografia. No caso da GT, por exemplo, e de suas inevitáveis relações com o ensino, sem querer fazer um levantamento exaustivo, é possível citar Batista (1997), Britto (1991, 1997), Geraldi (1991, 1996), Ilari (1986), Luft (1986), Mattos e Silva (1994,

1995), Neves (1990), Perini (1985, 1997), Possenti (1996), Soares (1986) etc. A crítica dos livros didáticos também se apresenta, por exemplo, em Bagno (1995), Perez (1991) e, do ponto de vista da *ideologia* neles contida, em Nosella (1981). Por isso, neste trabalho, vou me concentrar basicamente nos *comandos paragramaticais*, numa tentativa de cumprir a agenda proposta por Scherre (1996: 37):

> os estudiosos da linguagem, em especial os sociolingüistas, precisam discutir de forma mais sistemática e mais incisiva todas as situações de preconceito lingüístico, especialmente as veiculadas pela mídia. [...] considero que, com os resultados de que dispomos, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar.

2.4.3 O conservadorismo gramatical como notícia e bem de consumo

É inegável a importância desses CP clássicos e modernos como formadores de opinião (leia-se: como perpetuadores da ideologia do preconceito lingüístico). A prova mais eloqüente disso é o espaço que eles vêm recebendo, na imprensa, como *notícia* merecedora de destaque, como por exemplo, o convite feito a Pasquale Cipro Neto, representante maior, talvez, desses CP, para ser entrevistado nas prestigiosas páginas amarelas da revista *Veja* (10/9/97). Ou a matéria "O português está no ar", assinada por Sérgio Limolli, publicada em *IstoÉ* (20/8/97), e que vale a pena reproduzir por ser uma síntese oportuna da função ideológica e do teor preconceituoso dos *comandos paragramaticais*:

> Fala-se mal o português. Ou melhor, fala-se errado. Ninguém agüenta mais ouvir erros grosseiros do tipo "houveram acidentes" ou "é para mim fazer". Para os mais letrados, essas agressões ao idioma têm ferido tanto os ouvidos que se decidiu partir para um contra-ataque. Pelo menos três rádios de São Paulo e uma emissora de televisão estão veiculando pequenos *inserts* de especialistas com dicas para não maltratar tanto a língua mãe. Longe de se parecerem com aquelas modorrentas aulas de gramática cheias de regras que ninguém sabe bem para que servem, essas intervenções são antes de mais nada bem-humoradas. Ensinam o que se pode chamar de gramática de resultados. Ou seja, dicas úteis e sem complicações das expressões mais usadas no dia-a-dia.
>
> Uma dessas ofensivas veio da rádio Eldorado AM de São Paulo. Basta sintonizar a estação para ouvir o jornalista Eduardo Martins dar suas advertências em flashes de um minuto chamados *De palavra em palavra*. Autor do *Manual de Redação do Estadão*, Martins também faz aos sábados um programa de uma hora de duração que leva o mesmo nome. Com um tempo maior, aproveita para fazer entrevistas e responder dúvidas dos ouvintes. Desde que entrou no ar, em maio, ele recebe a média de 60 cartas por semana. Para Martins, essas solicitações retratam

Scanned with CamScanner

o quanto os brasileiros estão fracos no próprio idioma. "As escolas estão ruins e as pessoas não sabem nem consultar um dicionário", diz.

[Sob foto de Martins na mesma página, a legenda: "Só índio fala pra mim fazer"].

O precursor dessas aulas-relâmpago é o professor de português Pasquale Cipro Neto, 42 anos, que mantém desde março de 1992 o *Nossa língua portuguesa* na rádio Cultura AM de São Paulo. Mas o sucesso aconteceu quando o programa foi colocado na tevê em julho de 1994 pela Rede Cultura. A aceitação foi tanta que Cipro vem sendo abordado por outras emissoras comerciais para protagonizar um programa semelhante. "Já recebi convite de duas grandes rádios de São Paulo", diz. Tamanho sucesso garantiu a Cipro Neto estrelar a campanha publicitária do McDonald's.

A rádio Jovem Pan também saiu em defesa do idioma e investe no programa *S.O.S. língua portuguesa*, na voz do professor Odilon Soares Lemos, 63 anos, que veicula suas lições em flashes de um minuto. O programa de Lemos começou voltado para melhorar o desempenho de estudantes às vésperas do vestibular, mas o interesse dos ouvintes cresceu tanto que hoje Lemos tem também a preocupação de dar dicas para o dia-a-dia, respondendo a perguntas dos ouvintes. "Não é o erro de português em si que é chocante. Pior é quem o comete. É duro ver um senador da República cometendo um erro de concordância, como o recorrente 'fazem' tantos anos. Se essas pessoas pretensamente escolarizadas erram em público, o que dirá em suas casas?"

Como é fácil verificar, os comandos paragramaticais "modernos" em nada diferem de seus antecessores "clássicos". O léxico empregado por Limolli em sua reportagem tem estreito parentesco semântico, por exemplo, com o usado por Figueiredo ao longo dos três volumes de *O que se não deve dizer*. A mitologia do preconceito lingüístico está aqui presente em expressões como "erros grosseiros", "agressões ao idioma", "maltratar a língua mãe", "saiu em defesa do idioma". A mais disparatada delas é, talvez, "os brasileiros estão fracos no próprio idioma" por não significar absolutamente nada do ponto de vista científico.

Chama a atenção também, no texto, a referência a "especialistas" em questões lingüísticas: um é jornalista e os outros dois, professores de português, isto é, de gramática normativa. Não se faz a menor menção à Lingüística nem aos pesquisadores do português do Brasil, empenhados em dezenas de projetos científicos sediados nas principais universidades e centros de pesquisa do país. O termo "especialista" usado por Limolli é completamente inadequado. Como dizem Bauer & Trudgill (1998: xvi):

> Acreditamos que, se se quer saber acerca da fisiologia respiratória humana, deve-se consultar um médico ou um fisiologista, não um atleta que vem respirando

> com sucesso há muitos anos. Se se quer saber como funciona o metrô, deve-se consultar um engenheiro e não um usuário habitual do trem. E se se quer saber como a língua funciona, deve-se consultar um lingüista e não alguém que usou a língua com êxito no passado. Em todos esses casos, o raciocínio é o mesmo: os usuários não precisam ter um conhecimento consciente de como um sistema funciona a fim de tirar proveito dele. As explicações sobre o sistema requerem o tipo de conhecimento que somente o especialista pode oferecer.

Por mais talentoso que seja um poeta, um romancista, um dramaturgo, um jornalista no exercício de sua arte ou ofício, isso não lhe garante o conhecimento minucioso e específico do funcionamento de toda a complexidade da língua, da qual é simplesmente um usuário competente (como, aliás, todos os falantes nativos da língua). Quanto ao professor de português (isto é, de gramática normativa, como é o caso no Brasil), seu conhecimento, por maior que seja, de *uma única forma de utilização* da língua — a norma escrita literária formal conservadora veiculada pela Gramática Tradicional — não lhe permite emitir pareceres cientificamente embasados acerca de *todos* os fenômenos que caracterizam a linguagem humana, sua estrutura complexa e seus múltiplos usos.

No artigo de Arnaldo Niskier, que já mencionamos na seção anterior, a importância dos comandos paragramaticais é devidamente reconhecida e louvada:

> Uma saudável epidemia tomou conta da imprensa brasileira. Os grandes jornais publicam alentadas seções de valorização da língua portuguesa, que alguns até ajudam a abastardar com sua crônica e indesculpável falta de cuidado. [...] Desses tempos saudáveis de reação participa também a *Folha*, com sua oportuna e bem escrita seção "Inculta e bela", assinada pelo competente Pasquale Cipro Neto, que também produz em *O Globo* o "Ao pé da letra". O professor Sérgio Nogueira é autor de "Língua Viva", no *Jornal do Brasil*, enquanto Napoleão Mendes de Almeida, durante muitos anos, deu lições admiráveis em *O Estado de S. Paulo*. O jornal carioca *O Dia* presta a sua contribuição aos domingos, com o "Na ponta da língua". E há outros exemplos por aí. A que se deve atribuir tamanho e súbito interesse?
>
> [...] Arriscamo-nos a uma interpretação, sempre passível de discussão. Em primeiro lugar, pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa. Culpa, quem sabe, da deterioração do nosso sistema de educação básica. Em segundo, o pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura. Nosso índice *per capita* mal alcança dois livros por habitante; na França, por exemplo, oscila em torno de oito.
>
> [...] Em terceiro lugar, para não ir muito longe, podemos citar a "contribuição" dos meios televisivos. Donos de uma força descomunal, salvo as exceções de praxe, como os programas gerados pela TV Cultura de São Paulo, praticam um magistral

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca Comunitária

Scanned with CamScanner

desserviço à educação brasileira. Comunicadores falam mal, atores não se expressam adequadamente, dublagens são feitas de forma chula, programas infantis deseducam: o que se pode esperar desse triste universo?

[...] A conclusão é que se deve cuidar dessa matéria de forma inteligente, sem patriotadas, mas com objetividade, no sentido de valorizar o idioma de Machado de Assis e Eça de Queirós. Se a nossa pátria é a língua portuguesa, por que não cuidar dela?

Esse artigo do então presidente da Academia Brasileira de Letras contribui com a revelação de alguns novos mitos para a galeria do preconceito lingüístico. Entre eles o de que "nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa" por causa do "pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura". A comparação que faz a seguir entre os índices de leitura do Brasil e da França é, no mínimo, grotesca, uma vez que a França ocupa a 11ª posição no quadro do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), estabelecido pelas Nações Unidas para avaliar a qualidade de vida nos 175 países do mundo (a primeira posição é do Canadá), enquanto o Brasil, que em 1996 ocupava a 58ª posição, caiu, em 1999, para a 79ª, devido à sensível piora das condições sociais dos brasileiros como um todo. Diante dessa diferença, um índice *per capita* de dois livros por ano, num país com 60 milhões de analfabetos plenos e funcionais (número igual ao da população da França), é mesmo espantoso.

A afirmação, carente de todo fundamento (embora o autor a considere "facilmente comprovável"), de que "nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa" equivale à de Limolli, no texto de *IstoÉ*, de que "os brasileiros estão fracos no próprio idioma". Talvez Niskier tenha razão em dizer que os brasileiros falam e escrevem mal o "idioma de Ruy Barbosa" e não "valorizam o idioma de Machado de Assis e Eça de Queirós". Afinal, tentar falar e escrever como os autores citados seria, nos dias de hoje, tão anacrônico e ridículo quanto se vestir à moda da época deles. Como é característico do discurso ideológico, também aqui o ideal perde-se nas brumas do passado, enquanto o presente é triste e sombrio[8]. Mais uma vez, em coerência com a mitologia do preconceito lingüístico, o padrão a ser imitado — na fala ou na escrita e em todas as situações e contextos de uso da língua — é a língua escrita literária formal, cristalizada nas opções estilísticas, profundamente idiossincráticas, de uns poucos autores eleitos como modelos perfeitos de "pureza" idiomática.

8. O apego ao passado está simbolizado até na grafia "Ruy", com y, quando a própria Academia Brasileira de Letras recomenda a atualização ortográfica dos nomes de personagens históricos.

Outra "explicação" proposta por Niskier para o "abastardamento" da língua de hoje é o "magistral desserviço à educação brasileira" prestado pela televisão. Se é verdade que a televisão pública brasileira manifesta um sistemático descaso pela elevação do nível de informação e formação dos espectadores, também é verdade que a influência da televisão na língua e, sobretudo, na mudança lingüística, está muito longe de ser a descrita por Niskier. Trata-se aqui de dar roupagem "eletrônica" à acusação que sempre foi feita, pelos "defensores" da língua, contra a imprensa escrita (acusação, aliás, que Niskier não deixa de fazer também), e que se encontra, como já citei na seção anterior, ao longo dos três volumes da obra de Cândido de Figueiredo e das quase quinhentas páginas do livro *Não erre mais!*, de Sacconi.

Ora, na obra *Language Myths* essa acusação aparece formulada como o mito nº 3: "A mídia está arruinando o inglês". Jean Aitchison, criticando esse mito, transcreve queixas contra a "ruína" do inglês estampadas em jornais de 1880! Assim, ela pode afirmar (*in* Bauer & Trudgill, 1998: 15): "A ilusão de que nossa língua está doente é portanto recorrente":

O inglês está enfermo, talvez até fatalmente doente, a julgar pelas queixas [...]. Essa mórbida preocupação com a saúde do inglês não é nova. A cada década, pululam "defensores" da língua como sentinelas diante de velhos castelos. Comportam-se como se somente eles pudessem evitar que a língua seja reduzida a pó.

Como se vê, é um mito que existe em outras línguas e não apenas no "fraco" português dos brasileiros. Segundo Aitchison, essa falácia se deve sobretudo à ignorância de como as línguas mudam, o que não deve surpreender, prossegue ela, já que a mudança lingüística só passou a ser compreendida nas últimas três ou quatro décadas. Após investigar 150 anos de imprensa inglesa, dando como exemplo o aparecimento e difusão do uso do prefixo *mini-*, a autora afirma:

A mídia, portanto, é um espelho lingüístico: ela reflete o uso corrente da língua e o propaga. Os jornalistas são observadores atentos que apreendem rapidamente as formas novas e as divulgam para uma platéia mais ampla. Normalmente eles não inventam essas formas, nem estão corrompendo a língua. O rádio e a televisão reproduzem as várias maneiras de falar que ouvimos à nossa volta, não as inventam.

No mesmo livro, J. K. Chambers analisa o mito (nº 15) de que "a televisão faz todo mundo falar igual". Em conclusões baseadas em pesquisas, o autor afirma que o máximo que a televisão consegue é difundir alguns bordões (*catch-phrases*) que, mais efêmeros que a gíria, pertencem, durante o período de sua vigência, ao nível lingüístico mais superficial, o léxico. No

Scanned with CamScanner

Brasil, esses bordões entram na fala comum oriundos sobretudo de personagens caricaturais de programas humorísticos ou, em menor escala, de telenovelas. A vida útil desses bordões é igual à do próprio programa ou telenovela de que provêm, sendo raros os casos de sobrevivência mais prolongada que isso. Citando alguns deles, extraídos da televisão e do cinema de língua inglesa, Chambers (*in* Bauer & Trudgill, 1998: 126) diz:

> Diferentemente das mudanças fonéticas e sintáticas, essas mudanças lexicais [os bordões] baseadas na mídia se assemelham a afetações. As pessoas percebem-nos quando outras as usam, e conhecem sua fonte. E, ao que parece, consideram-nas como protótipos para outras mudanças na língua. Se os meios de comunicação de massa conseguem popularizar palavras e expressões, logo, raciocina-se, presumivelmente também podem difundir outros tipos de mudanças lingüísticas.
>
> *Torna-se uma grande surpresa, então, descobrir que não existem provas de que a televisão e outras mídias populares disseminam ou influenciam mudanças fonéticas ou inovações sintáticas.* A prova contra isso, na verdade, é indireta. Na maioria dos casos, ela consiste da falta de prova onde esperaríamos encontrar fortes efeitos positivos.

Segundo Chambers, é sabido que as variedades regionais continuam a divergir das variedades cultas urbanas apesar da exposição dos falantes daquelas variedades à televisão, ao rádio, ao cinema e a outros meios de comunicação. A divergência dialetal mais bem estudada é a dos guetos negros das grandes cidades dos Estados Unidos, onde a variedade dos afro-americanos mais segregados soa cada vez menos parecida com a de sua contrapartida branca. No entanto, esses grupos são ávidos consumidores de *mass media* e passam de quatro a cinco horas por dia diante da televisão.

Outra prova interessante, apresentada por Chambers, é a de que os meios de comunicação não são capazes de oferecer o estímulo necessário para a aquisição da língua. O experimento feito com filhos de pais surdos é revelador. Pais que não podiam ouvir nem falar submetiam os filhos pequenos a muitas horas de televisão e rádio por dia, na esperança de que isso os levaria a falar normalmente. No entanto, essas crianças só passaram a falar quando entraram em contato com seres humanos reais em situações de uso efetivo da língua.

A conclusão de Chambers é de que a televisão é que "corre atrás" da mudança lingüística, tentando ajustar-se a ela, e não vice-versa.

A interpretação ("sempre passível de discussão") dada por Niskier à "saudável epidemia" gramatiqueira que invade a mídia e a multimídia brasileira inspira-se em meras suposições preconceituosas, sem nenhuma base científica, portanto.

O que os sustentadores da ideologia gramatical-normativista lamentam, na verdade, é o "rebaixamento", não do que eles chamam de "a língua", mas do *poder falar/ouvir* e do *poder ler/escrever*. Reservado durante séculos a uma mínima elite de letrados (quase todos homens, quase todos brancos: os "barões doutos" a que se refere João de Barros em seu *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de 1540), esse *poder falar/ouvir-poder ler/escrever* foi, no final do século XIX e ao longo do século XX, propagando-se por todos os níveis da sociedade. A impressionante revolução tecnológica deste período — maior que a de toda a história da humanidade até então — provocou o surgimento de meios de comunicação cada vez mais velozes e cada vez mais acessíveis a praticamente todos os estratos sociais. A própria palavra escrita deixou de ser veículo único de transmissão de informações, conhecimentos, ideologias e de manipulação das massas. O rádio, a televisão, o cinema, a câmara fotográfica, o gravador, o toca-discos, o vídeo-cassete, o CD-player etc. dispensam o conhecimento mesmo da escrita, uma vez que recorrem ao som e/ou à imagem (estática ou em movimento), com seu poder de comunicação e persuasão muito mais imediato, graças ao apelo a diversos sentidos: visão, audição, tato.

Para que tal comunicação fosse eficiente, foi preciso retirar "a língua" do restrito universo literário-retórico-litúrgico em que permanecera durante séculos e trazê-la para mais perto de seu novo e crescente público. (Uma comparação da linguagem empregada em jornais do século XIX, em que abundavam recursos que hoje chamaríamos de "literários", num uso pejorativo do termo, com a empregada em jornais do século XX evidencia este processo de adaptação dos meios de comunicação a um público leitor mais amplo e mais diversificado.) Mas nem por isso deixou de *também* ser empregada para a investigação filosófica e científica mais profunda, a prática retórica mais rebuscada, o exercício estético mais criativo e sublime. O problema, contudo, está precisamente nesse *também*, que os tradicionalistas desejariam que fosse *tão somente*.

Esse período assistiu a democratização do ensino, a popularização da palavra escrita, a expansão gigantesca dos meios de reprodução da fala — seu uso na publicidade, nos comícios políticos, nas assembléias sindicais, nas torcidas esportivas, nas grandes festas de rua, nas brigas de trânsito, nas conversas telefônicas de todo gênero etc. Mas nada disso autoriza a diagnosticar a "morte" do idioma, muito pelo contrário.

O que os tradicionalistas temem, de fato, sob o disfarce da "ruína do idioma", é a ruína de uma determinada *ordem social*. Sua ânsia de preservar

Scanned with CamScanner

uma aristocracia lingüística é o lado visível de sua ânsia de preservar uma aristocracia política, econômica e cultural. Não admira que façam da televisão e do jornal, meios de comunicação *de massa*, seus alvos prediletos de denúncia do "caos do idioma". Isso explica também por que as gramáticas normativas continuam, até hoje, contra todo o bom-senso, a oferecer como modelo de língua a prática lingüística dos ficcionistas e poetas, que sempre foram uma ínfima minoria dos usuários da língua e, sobretudo, usuários especialíssimos, que só podem atingir sua individualidade artística justamente quando modificam, subvertem, ultrapassam as normas e imprimem à língua sua marca pessoal.

Nada mais paradoxal, portanto, do que uma gramática *normativa* que quer dar como língua exemplar a prática daqueles que sempre se empenharam por se *diferenciar do uso lingüístico corriqueiro*, por avançar *para além do normal*. Enquanto insistirem em abonar suas regras e definições com textos literários, as gramáticas normativas (e os dicionários com elas) permanecerão atadas a uma ideologia conservadora e entranhadamente antidemocrática.

Os alarmistas, porém, carentes de formação e informação científica, conseguem fazer ouvir suas predições apocalípticas, apoiadas em preconceitos que, como tenho argumentado, estão de tal modo impregnados em nossa sociedade que encontram audiência segura. Como diz Bourdieu (1996: 105): "Prega-se apenas aos convertidos". Os comandos paragramaticais têm seu êxito garantido exatamente por isso: dizem o que as pessoas em geral já esperam ouvir. Assim se explica a repercussão, por exemplo, de um livro como *A imprensa e o caos na ortografia* (Castro, 1999), onde é possível ler coisas como:

- Não fique nenhuma dúvida, o português do Brasil caminha para a degradação total (p. 10-11).
- A grande imprensa no Brasil gosta de deseducar e de confundir (p. 17).
- Começava a descida acelerada que iria comprometer o português do Brasil como língua de cultura. A um ponto tal que, neste fim de século, ou se toma uma providência imediata, ou o português do Brasil estará irremediavelmente comprometido. Já no século XXI deixará de ser uma língua de cultura... (p. 20).
- A educação já não é boa — e a imprensa ajuda a deseducar, dando sua larga e generosíssima contribuição (p. 21).
- Hoje, no Brasil — e só no Brasil, nunca é demais insistir —, não temos ortografia nenhuma. Vale tudo. É o salve-se quem puder. Pergunta-se: pode sobreviver um idioma assim? Como língua de cultura, é claro que não. Como

língua tribal, língua despreparada para vôos mais sublimes, como bagunça, pode, sim (p. 32).

- Os jornais e revistas brasileiros — e os telejornais — erram muito mais do que se poderia esperar num trabalho hoje feito por gente teoricamente de nível universitário. É gente formada em faculdade, mas, como esse nível universitário não existe na prática, fica aí o advérbio. [...] Se não são eliminados [os erros], é que o nível baixou tanto que ninguém [...] nas nossas redações sabe mais o que seja a norma culta, que a imprensa tem obrigação de seguir. Fala-se e escreve-se, nos telejornais e nos jornais e revistas, atualmente, o português mais rasteiro, a linguagem usada é a mais vulgar, o nível é o mais baixo (p. 99).

É a voz recorrente dos profetas apocalípticos que ecoa através dos séculos, pregando aos que pecam contra a língua: "Arrependei-vos, pois o fim está próximo". O padre e escritor português José Agostinho de Macedo (1761-1831) já bradava:

> Se não existissem livros compostos por frades, em que o tesouro está conservado, dentro em pouco podíamos dizer: — Ora morreu a língua portuguesa, e não descansa em paz (*apud* Lisboa, 1983: 42).

Ramalho Ortigão (1836-1915), escritor e político português, também atacava os "sarrafaçais diligentes do jornalismo" e o gosto "pelas bobices reles e pelos chulismos crassos dos linguageiros sem gramática e sem escova de unhas" (*apud* Lisboa, 1983: 44), e conclui, no mesmo tom trágico do autor de *A imprensa e o caos na ortografia*: "Temos a prosa histérica, abastardada, exangue e desfalecida de uma raça moribunda" (ibid.) — isso há exatamente um século!

Assim, o que se pode comprovar é que

> o apocalipse que hoje se anuncia como pendente sobre a língua portuguesa é apenas mais um de entre vários apocalipses periódicos que ao longo dos anos os nossos alarmados puristas têm vindo a anunciar como sendo, todos eles, decididamente terminais... A morte da língua é um pouco como a morte do romance — um tema com que se costumam entreter os especialistas, que gostam de a anunciar e lhe analisar, eruditamente, as causas e os efeitos. O romance, no entanto, vai sobrevivendo à sua anunciada extinção. A língua também. Os anjos anunciadores é que são passageiros e vão tendo que se substituir uns aos outros, a bem da persistência do tema. Dizia o poeta inglês Walter Savage Landor que "em termos de crime, logo a seguir àquele que viola as leis do país, vem o que viola as da língua." Criminoso será, mas digamos que se trata, para o caso, de um criminoso de espécie particularmente incompetente, visto que nunca mais acaba de consumar o crime... [Lisboa, 1983: 46]

Scanned with CamScanner

2.4.4 Hipóteses para a neogramatiquice contemporânea

Tentando achar uma resposta mais plausível ao novo vigor demonstrado pelos *comandos paragramaticais*, Britto e D'Angelis (1998: 3) sugerem:

> A atual onda preceptiva parece ser uma reação conservadora às novas propostas de ensino, particularmente àquelas produzidas pela universidade brasileira e incorporadas aos currículos das Secretarias de Educação de vários estados e nos parâmetros curriculares nacionais. Não é casual que os que tão veementemente denunciam os "maus-tratos cotidianos infligidos ao nosso idioma" ignorem as pesquisas lingüísticas contemporâneas, particularmente aquelas que buscam descrever o funcionamento e a estrutura do português do Brasil, como o projeto da Gramática do Português Falado, levado adiante em seis estados brasileiros.

Seria, portanto, uma reação da ideologia dominante contra as tentativas de subversão das noções tradicionais de *certo* e *errado*, de *correção gramatical*, de *norma padrão* ou *língua culta*, que são imprescindíveis à execução do projeto de discriminação e exclusão social de amplos setores da população brasileira.

Ignorar os avanços obtidos pelas investigações lingüísticas científicas é, realmente, prática comum dos comandos paragramaticais. Consultando, por exemplo, a bibliografia do livro *Com todas as letras*, de Eduardo Martins, lançado no início de 1999, dos 26 títulos elencados nenhum é de obra científica especializada: 10 são comandos paragramaticais "clássicos", tal como os defini mais acima (entre os quais o *Manual de Redação e Estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*, de autoria do mesmo Martins); 11 são dicionários de língua e/ou de regências verbais e nominais, e 5 são gramáticas normativas.

Visto que já arrisquei uma comparação entre Gramática Tradicional, Astrologia e Alquimia[9], e como essas duas últimas "ciências esotéricas" se encontram, neste final de milênio, no auge da moda (comprova isso o dado do mercado editorial brasileiro de que de cada 3 livros vendidos no país 2 fazem parte da categoria "esoterismo" ou "auto-ajuda"), pode ser que o atual movimento neogramatiqueiro se prenda a uma necessidade de buscar uma linguagem "pura", um código "sagrado" ou "secreto" que permita uma comunicação mais "perfeita". Descrentes dos métodos tradicionais de ensino (tal como há o descrédito das grandes religiões tradicionais), os novos peregrinos recorrem aos mestres iluminados do idioma, que têm as fórmulas secretas de acesso ao nirvana da língua-padrão. De fato, os comandos paragramaticais

9. Cf. meu artigo "Astrologia, Alquimia e Gramática: três doutrinas esotéricas", *Jornal de Brasília*, 14/11/1999, p. 5-C.

têm função similar aos dos livros e outras manifestações multimidiáticas de "auto-ajuda": mostrar um caminho diferente, melhor, que permita ao indivíduo subtrair-se ao caos da modernidade estressante. Ideologicamente, a auto-ajuda reforça a ilusão de que a felicidade, a paz e a harmonia podem e devem ser buscadas *individualmente*, deixando o resto da sociedade entregue a seu próprio destino. É a negação da necessidade da participação coletiva na transformação dos modos reais e objetivos de produção material da existência em prol do estímulo à "transmutação" (alquímica?) do "eu interior", de modo que o indivíduo, "harmonizado consigo mesmo", "num plano espiritual superior", possa conviver sem estresse com o sistema (que permanece intacto).

Infelizmente para os novos fiéis, contudo,

> Apesar de [a prática normativista] não interferir substancialmente no modo como as pessoas falam e continuarão falando o português (sob esse ponto de vista, é inócua), ela tem efeito perverso em nível de representação do que seja língua, escamoteando o fenômeno da variação e inculcando na sociedade a idéia de que existe um padrão lingüístico superior e que a maioria, principalmente pobres, fala mal e pensa pior. Em outras palavras, o normativismo reforça o preconceito lingüístico e social, sem trazer nenhum benefício à sociedade [Britto e D'Angelis, 1997: 3].

A auto-ajuda gramatiqueira oferecida pelos CP é inócua porque a língua muda incessantemente e, como diz Trudgill (*in* Bauer & Trudgill, 1998: 8), "não há nada que eles possam fazer a respeito". Já dizia João Ribeiro (1921:14):

> Perde-se um tempo enorme nessas cirurgias abusivas; instituem-se consultórios que numerosos clientes freqüentam com a avidez da saúde perdida. Com essa medicina truculenta são inúmeros os desenganados e os incuráveis.

Os "defensores" da língua deveriam desistir de deter a mudança lingüística porque as línguas, na feliz expressão de Trudgill, são *sistemas auto-reguladores*, que podem "ser deixados por sua própria conta". Elas são auto-reguladoras porque os falantes *querem* se entender um ao outro e ser entendidos. A auto-regulação da língua é que impede que venham à superfície as sentenças agramaticais, as "incorreções", as "ambigüidades" tão temidas pelos sentinelas da norma canônica. Disso se apercebeu J.-J. Rousseau que, já no século XVIII, escrevia:

> Que uma expressão seja ou não seja o que se chama de francesa ou de bom uso, não é disso que se trata; *as pessoas só falam e escrevem para fazer-se entender*; desde que sejamos inteligíveis, alcançamos nosso objetivo; mas quando se é claro, melhor ainda. Falai, pois, com clareza para quem quer que entenda o francês; essa a regra e estai certo de que, mesmo cometendo uma demasia de cento e cinqüenta barbarismos, não tereis escrito menos bem. Vou ainda mais longe e sustento que é mister, às vezes, cometer erros de gramática para ser claro; é nisso e não em todas

Scanned with CamScanner

> as pedantices do purismo que consiste a verdadeira arte de escrever [*apud* Leite, 1999: 197; grifos meus].

Nessa linha de raciocínio, Trudgill teve um antecessor ainda mais remoto em Santo Agostinho (século IV-V), que declarou: *Melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi* ("melhor sermos repreendidos pelos gramáticos do que não entendidos pelo povo")[10].

Inês Signorini[11] sugere como explicação para o vigor atual dos *comandos paragramaticais* a grande transformação que tem sofrido, em ritmo muito acelerado e em período recente, a "norma pedagógica" no Brasil, a "língua da escola", opinião que coincide com a de Mattos e Silva (1995: 53):

> Não se pode mais falar no Brasil do "dialeto da escola", como às vezes se faz, a não ser entendido como heterogêneo, já que vai longe o tempo [...] em que a escola preparava o indivíduo para uma "língua neutra".

Ao lado dessa transformação (que os "defensores" da língua chamam de "corrupção" ou "decadência") das variedades lingüísticas usadas como instrumento pedagógico, Signorini aponta o uso cada vez mais amplo e generalizado das variedades não-padrão no meio de comunicação de massa mais poderoso de todos em nossa sociedade: a televisão. Vamos refletir um pouco sobre essas duas instâncias de uso da língua.

No caso da escola, como bem analisa Castilho (1998: 9-10), o veloz processo de urbanização do Brasil fez com que as cidades, em poucas décadas, recebessem um contingente enorme de ex-moradores das zonas rurais, obrigando os poderes públicos a atender, bem ou mal, à geometricamente crescente demanda de vagas nas escolas públicas. Em conseqüência disso, segundo Castilho (*ibid.*),

> a incorporação de contingentes rurais alterou o perfil sócio-cultural do alunado de 1º e 2º graus. Nossas escolas deixaram de abrigar exclusivamente os alunos da classe média urbana — para os quais sempre foram preparados os materiais didáticos — e passaram a incorporar filhos de pais iletrados, mal chegados às cidades e a elas mal adaptados.

A isso podemos talvez atribuir a grande migração dos filhos das classes médias urbanas tradicionais para as escolas particulares, na esperança de evitar o contato deles com a fala "errada" — e, junto com ela, segundo a lógica dos

10. *Apud Ilari*, 1999: 63.

11. Em comunicação pessoal, via mensagem eletrônica. As citações que faço a seguir são extraídas de uma série de mensagens enviadas pela lingüista Inês Signorini em resposta a questionamentos e dúvidas de minha parte.

preconceitos, toda uma série de condutas, atitudes, idéias e crenças "erradas" e "feias" — dos prováveis colegas vindos das camadas socioeconômicas mais baixas. Ao mesmo tempo, modificou-se também o perfil dos professores em geral e dos professores de língua em particular. Com a desvalorização da profissão, representada sobretudo pela diminuição progressiva dos salários, o magistério deixou de ser carreira procurada, como até há algumas décadas, por membros de uma porção da classe média urbana que mantinha contatos mais estreitos do que hoje com certa cultura livresca, representada pelo conhecimento do latim e do francês, dos "clássicos" da literatura e da norma lingüística por eles empregada, e de outros componentes do que se chamava "cultura geral". Como lembra Pereira (*in* ABL, 1999: 99):

> Atualmente é comum ouvirmos homens e mulheres de sucesso saudosos da escola pública do seu tempo. Ela era boa (embora nem todas) porque abrigava indivíduos oriundos de uma elite econômica [...]

Os professores de língua portuguesa na atualidade provêm, em boa parte, de camadas urbanas, sim, mas que já incorporaram traços lingüísticos que caracterizavam, anteriormente, variedades mais rurais do português do Brasil. Determinadas opções fonéticas, sintáticas e morfológicas que hoje são moeda corrente na fala de professores de português seriam objeto de horror e condenação da parte dos professores de duas ou três gerações atrás, que zelavam pela manutenção de um padrão lingüístico o mais próximo possível de um ideal classicizante, em cujo panteão figuravam, entre outros, Machado de Assis, Rui Barbosa e Olavo Bilac. Mas esse padrão está muito distante da realidade cultural e social do Brasil desta virada de século. Como bem avalia Leite (1999: 203):

> Em verdade, houve um esgotamento da força da norma prescritiva, porque o processo de massificação trouxe, naturalmente, para a escola, a concorrência de outras normas lingüísticas e não contou com condições para equacionar o problema.

Essa situação também foi analisada por Mattos e Silva (1995: 53), que alerta:

> [...] não se deve perder de vista que hoje há um número significativo de professores que, certamente, não dominam o padrão preconizado pela escola; decorrente dessa realidade lingüístico-social, existem hoje, no interior da escola brasileira, variantes dialetais não só usadas pelos alunos, mas também pelos professores [...].

De fato, construções sintáticas do tipo *para mim fazer* — um dos alvos preferenciais de ataque insistente dos comandos paragramaticais — são cada vez mais freqüentes na fala de professores na cidade de São Paulo,

Scanned with CamScanner

como tenho verificado pessoalmente em visitas a escolas públicas desta Capital. Seria interessante objeto de pesquisa coletar e analisar a "língua dos professores de língua" e avançar hipóteses para o que poderá vir a ser, no futuro, a variedade urbana culta das grandes cidades brasileiras.

Resumindo os problemas trazidos pela massificação do ensino, Pereira (*in* ABL, 1999: 99-100) assinala os seguintes pontos, merecedores de reflexão:

1) a falta de preparação dos professores para atender a uma clientela tão diversificada quanto numerosa, cujo perfil é na maioria dos casos desconhecido deles;
2) a falta de conhecimento do pluralismo lingüístico, levando os mestres a ensinar apenas a descrição do sistema;
3) a ausência de diálogo entre as pesquisas lingüísticas e o dia-a-dia da sala de aula;
4) o distanciamento entre a fala do aluno e a norma culta preconizada na escola;
5) a falta de atrativo do ambiente escolar, se comparado à sedução das propostas veiculadas pela mídia;
6) a má remuneração dos professores, reflexo do seu desprestígio no elenco profissional;
7) o desinteresse demonstrado pelas nossas lideranças políticas nos projetos efetivos de educação.

Chama a atenção, na lista acima, o item 3 sobre a ausência de diálogo entre a pesquisa lingüística e a escola. Acredito que é precisamente nesse vácuo, nesse hiato entre a pesquisa e a prática pedagógica que vieram se instalar os *comandos paragramaticais*, com suas fórmulas prontas, sua auto-ajuda gramatical, seu *self-service* gramatical.

Quanto à televisão, pode se verificar um fenômeno semelhante ao que ocorreu, na escola, na relação público-privado. Setores cada vez mais amplos da classe média e alta, um tanto chocados com o que classificam de "vulgaridade", "apelação" e "baixo nível" de boa parte dos programas transmitidos pela televisão aberta, estão buscando a televisão por assinatura como alternativa de entretenimento e informação. Os programas da televisão gratuita, numa tentativa talvez de conquistar um público sempre mais numeroso nas camadas populares, dão amplo espaço a falantes de variedades lingüísticas não-padrão (ou a pessoas que arremedam, com fins caricaturais, essas variedades). É lamentável que esse uso (e abuso) das variedades não-padrão ocorra conjugado com a apresentação de cenas, depoimentos e reportagens

chocantes, preconceituosos e degradantes, fazendo o espectador (sobretudo o de classe média) associar fala não-padrão com comportamentos aviltantes e atitudes grotescas.

Para Signorini, os comandos paragramaticais, que sempre existiram, ressurgem agora — com muito mais visibilidade na mídia, com sua "cara de novo" e sua tentativa de descomplicar e dar respostas simples e rápidas: "o certo é assim e pronto" — como uma tentativa de preservar a todo custo — em contraposição ao aparente caos da heterogeneidade lingüística contemporânea, cada vez maior e mais premente — uma norma-padrão que na prática ninguém mais fala ou escreve, mas que eles consideram ser a "melhor", a mais "pura", a mais "bonita", a "adequada", a "racional". Nessa defesa intransigente de um padrão lingüístico em vias de extinção — padrão que é, de fato, uma régua simbólica usada para medir outras coisas além do mero "saber gramática" (como vimos nos Mitos 7 e 8), e um mecanismo de preservar uma ordem social (as *instituições*, cf. Bourdieu, 1996) e uma "ordem do discurso" (cf. Foucault, 1971) —, eles recusam o tratamento científico dos fenômenos da língua e criticam até mesmo as novas posturas das instâncias oficiais de ensino, condensadas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, acusando a Lingüística de "nivelar por baixo" e promover o "vale-tudo" em termos de gramática (Cipro Neto, em mesa-redonda de que participei ao lado dele, chegou a falar de "lingüistas bicho-grilo" e "lingüistas ortodoxos", seja isso lá o que for! Mais recentemente, tachou de "deslumbrados" os que nos opomos à sua maneira acientífica de encarar os fenômenos da língua)[12].

Aplica-se com justeza aos comandos paragramaticais a seguinte análise de Bourdieu (1994: 31-32):

> O trabalho necessário para produzir à luz do dia a verdade, e para fazer com que, uma vez produzida, seja reconhecida, esbarra nos mecanismos coletivos de defesa, que tendem a assegurar uma verdadeira denegação, no sentido de Freud. A recusa em reconhecer uma realidade traumatizante sendo proporcional aos interesses defendidos, compreende-se a violência extrema das reações de resistência que suscitam, entre os detentores do capital cultural, as análises que trazem à luz do dia as condições de produção e de reprodução denegadas da cultura: àqueles

12. "Só deslumbrados podem pensar que a missão [de ensinar português] seja fácil, e seja possível reduzir tudo à farta e preconceituosa distribuição de rótulos de 'preconceituoso' ou 'não preconceituoso'." (*Cult*, nº 23, junho/99, p. 28). "Mexer com a língua e a linguagem no Brasil não é tão simples como julgam alguns deslumbrados" (*Cult*, nº 26, setembro/99, p. 25). Como já disse em nota de rodapé anterior, o autor não identifica quem são os "deslumbrados" a que se refere nem por que assim os qualifica.

Scanned with CamScanner

devotados a pensarem-se sob as espécies do único e do inato, essas análises revelam apenas o que é comum e o que é adquirido.

Diante de minha argumentação de que os comandos paragramaticais tentam preservar uma "norma"[13], Signorini pergunta se o que eles se esforçam em preservar

> não seria a *idéia* ou o *imaginário* de uma norma?[14] Pois não é com uma dúzia de regras que se descreve uma norma. Veja o caso do NURC: quando os pesquisadores foram de fato descrever *a norma*, acharam *normas*. No caso dos *comandos*, a idéia da norma que é preservada é mesmo a tradicionalmente projetada pela instituição escolar e que tem a função de *gate-keeper* para outras instituições, como provam os concursos de todo tipo. Se essa função tivesse desaparecido, quem acreditaria neles? Veja o caso do aluno da UNICAMP ou da USP que sai da universidade e tem provas diárias de que essa função é real e mais concreta que tudo que possa ter visto em Lingüística.

Na avaliação de Signorini, os produtos multimidiáticos oferecidos pelos comandos paragramaticais têm, entre seus consumidores, os mesmos professores de português a que nos referimos mais acima. Segundo Castilho (1998: 13), 80 por cento dos professores da rede pública do estado de São Paulo se formaram em faculdades privadas, onde receberam uma formação conservadora, com rápidos acenos a teorias lingüísticas, muitas já ultrapassadas. Carentes, assim, de uma base científica (e crítica) mais rigorosa, sentem a gravidade dessa falta e tentariam compensá-la recorrendo ao que chamei acima de auto-ajuda gramatical, e se deixariam convencer pelos comandos paragramaticais de que não "sabem português", de que "português é muito difícil", de que "é preciso saber gramática" etc.

Signorini acredita que os comandos paragramaticais

> convencem justamente de que o que está valendo *mesmo* é a velha gramática. Não se pode esquecer que as teorias lingüísticas, apesar de não "absorvidas" de fato, serviram para deslocar muitas certezas do professor, sem trazer alternativas metodológicas significativas. Basta olhar o livro didático. Os *comandos* vêm e acabam de vez com as dúvidas, com o receio de que ensinar gramática é antiquado, de que "não se deve falar de erro com o aluno", e outras máximas vendidas como modernas, atualizadas, etc. Digo isso porque em todo curso que dou para professor,

13. O termo *norma* e a confusão de conceitos a que ele dá margem serão discutidos no próximo capítulo.

14. Cf. Geraldi (1996: 59): "Na verdade, não é concretamente a língua padrão contemporânea que indica as estigmatizações, mas uma certa 'imagem de língua correta e adequada' a responsável pelas qualificações postas em prática pelos falantes, quer professores, quer não-professores."

> a pergunta vem sempre: afinal, se não é para ensinar gramática "como diz a Lingüística", é para ensinar o quê? Isso explicaria, decerto, o tremendo sucesso das iniciativas da mídia e da multimídia em seus investimentos nesse campo.

Convém, portanto, reconhecer que os lingüistas, no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa, ainda não se deram conta integralmente do papel (social e político) que lhes cabe desempenhar. Para o professor que se debate diariamente com as dúvidas e os problemas que surgem a todo momento em sua atividade pedagógica, de nada vale dizermos que a gramática tradicional "já era" se fazemos isso "sem trazer alternativas metodológicas significativas", como bem enfatiza Signorini, sem oferecermos *material concreto e palpável* para substituir os compêndios tradicionalistas. Ao criticarem a GT e o normativismo, os lingüistas (a hipótese é minha) talvez tenham conseguido produzir um efeito colateral indesejado: justamente, como afirmei mais acima, a erupção numerosa e multifacetada dos comandos paragramaticais que, sob a aparência do "novo", parecem vir preencher, satisfatoriamente e sem rodeios, as lacunas denunciadas pelas teorias lingüísticas — embora as preencham, de fato, com a doutrina e as regras da GT. Há, por conseguinte, uma necessidade urgente de criar ou estreitar as conexões entre a reflexão acadêmica e a prática pedagógica, para reduzir a distância entre o que se aprende na universidade e o que se ensina em sala de aula.

Cabem aqui, finalmente, algumas palavras, inevitáveis, sobre o papel da *academia*, no sentido de instituição de ensino superior, como importante elo de transmissão das concepções lingüísticas tradicionais. Seria desonestidade intelectual acusar exclusivamente os professores de língua, os autores de livros didáticos, os responsáveis políticos pela educação e mesmo os animadores dos comandos paragramaticais como responsáveis por manter girando, na nossa cultura, o círculo vicioso do preconceito lingüístico. Afinal, a grande maioria dessas pessoas (senão todas) receberam sua formação em instituições onde, supostamente, deveriam entrar em contato com as teorias científicas e as metodologias pedagógicas mais avançadas em seus campos de conhecimento. No entanto, seria ilusão pensar assim. Ao lado de grupos de pesquisadores empenhados em renovar as concepções de língua e de ensino de língua existe também um grande número de docentes apegados à tradição gramatical, senão por opção ideológica consciente, ao menos por comodismo e preguiça de enfrentar o desafio de encarar, de uma perspectiva diferente, os objetos de estudo que a tradição já lhes entregou prontos, definidos e conceituados. O exercício do preconceito lingüístico

Scanned with CamScanner

por parte desses "intelectuais tradicionais", para usar a conhecida terminologia de Gramsci, não é menos nocivo à sociedade do que o praticado pelos comandos paragramaticais, quase sempre acusados (até por esses mesmos representantes da elite universitária) de terem formação científica insuficiente, de não se dedicarem à pesquisa, de se basearem em concepções ultrapassadas.

Para o sociolingüista, os comandos paragramaticais têm, por outro lado, uma utilidade prática: eles permitem que o pesquisador detecte os principais fenômenos de mudança que estão se processando atualmente na língua. Fazendo o levantamento dos "erros comuns" mais censurados pelos normativistas, chega-se com boa probabilidade de acerto ao reconhecimento das formas em mutação mais evidente e aos processos de *gramaticalização* (cf. Castilho, 1997) em curso. Por isso, no Capítulo 4, vou me servir da crítica ao preconceito contra a mudança-*variação* lingüística, detectado nos comandos paragramaticais, como metodologia de análise de alguns fenômenos importantes de mudança no português do Brasil.

Língua-padrão ou padrão-língua? As vicissitudes do conceito de norma

3

"As normas são sempre abstrações, rígidas fórmulas provisórias que não podem aspirar a incluir as ilimitadas possibilidades do ser."

Ortega y Gasset*

"[...] l'idéologie définit la norme au moyen d'un semblant de science que seule une science de l'idéologie pourrait démasquer [...]"

Alain Rey (1972: 7)**

3.0 INTRODUÇÃO

Conforme tentei mostrar no capítulo anterior, os comandos paragramaticais (CP) representam um fenômeno que, embora antigo na história da cultura brasileira, começou a exibir, de alguns anos para cá, um vigor e um

* *Apud* Leite (1999: 38).

** "[...] a ideologia define a norma por meio de um simulacro de ciência que só uma ciência da ideologia poderia desmascarar [...]"

Scanned with CamScanner

poder de fascínio (junto a um determinado público) até então inéditos, que se pode atribuir, quem sabe, à surpreendente facilidade de divulgação oferecida pelas tecnologias de comunicação mais avançadas, como a televisão, a Internet e o CD-ROM. É difícil precisar o momento de irrupção dessa nova onda prescritivista, mas talvez valha a pena traçar, como faz Possenti[1], um paralelo entre ela e, por um lado, a explosão da auto-ajuda (como argumentei no capítulo anterior) e, por outro, a tentativa de aplicação no Brasil do modelo político-econômico neoliberal, personificado na figura do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito para seu primeiro mandato em 1994 e para o segundo em 1998, com ampla maioria de votos, apesar das denúncias freqüentes de corrupção no processo de aprovação da emenda que permitiu sua reeleição[2].

Como analisa Possenti, os CP culpam o cidadão por não dominar a "norma culta", eximindo o Estado da responsabilidade de oferecer ao contribuinte um sistema educacional condizente com a pesada carga tributária que lhe é imposta. A pessoa que não consegue um emprego ou não tem sucesso na vida é responsável por seu próprio fracasso: nada a ver com a retração do mercado, com a eliminação de milhares de empregos no processo de privatização de empresas públicas, etc. De igual modo, não fala "certo" quem não quer: basta recorrer às inúmeras formas de auto-ajuda gramatical que estão disponíveis no mercado, a começar da televisão, que, como se sabe, chega até aos barracos mais miseráveis das favelas mais pobres — nada a ver com um sistema educacional classificado entre os piores do mundo[3]. Curiosa coincidência, o programa de televisão *Nossa Língua Portuguesa* começou a ser exibido pela TV Cultura de São Paulo precisamente no ano de 1994.

1. "Novo pronto-socorro", *Jornal de Jundiaí*, 18/3/1999, p. 2.

2. Ver, por exemplo, a série de reportagens "Mercado de votos", da *Folha de S. Paulo*, a partir de 13/5/1997, e também "Governo e Congresso evitam investigar", de 31/12/1998.

3. Cf. algumas reportagens da *Folha de S. Paulo:* "Brasil é o 7° em número de analfabetos" (8/9/1995) — que apresenta dados de um relatório da UNESCO que coloca o Brasil como o 7° país com o maior número de analfabetos do mundo —; "A verdadeira dimensão do desafio da escola" (8/1/1998) — em que se apresenta o índice de 4,5 anos de escolaridade como média brasileira, muito abaixo de outros países sul-americanos —; ou a reportagem de 8/7/1997 que apresenta os resultados de uma pesquisa segunda a qual 32,9% dos habitantes da cidade de São Paulo são analfabetos funcionais. Dados do Unicef publicados pela revista *Veja* (22/12/1999, p. 37), situam o Brasil em 94° lugar numa lista de 165 países no que diz respeito ao ensino de nível médio: apenas 50% dos jovens entre 15 e 18 anos são atendidos pelo ensino médio no Brasil. Também *Folha de S. Paulo* (17/1/2000): "Fora da escola no país são 67% — A baixa escolaridade dos jovens não é um problema apenas do Estado de São Paulo. Uma análise das estatísticas nacionais revela que o número de jovens de 18 a 24 anos fora da escola no país é proporcionalmente maior do que em São Paulo: 67,85% dessa população não estava estudando em 98."

O que, entre outras coisas, caracteriza os CP é, insisto, seu total desprezo pelos fenômenos de variação e mudança lingüísticas e pelo tratamento científico desses mesmos fenômenos; sua obsessão prescritivista; sua atitude preconceituosa em relação a tudo o que escape de um conceito, vago e indefinido, de "norma culta" ou "língua padrão" — conceito (aliás, preconceito) que será abordado mais adiante. Comprometidos ideologicamente com as camadas sociais que detêm o poder econômico e político, os CP só consideram dignas do rótulo LÍNGUA PORTUGUESA as realizações lingüísticas que obedecem às regras da gramática da suposta variedade de língua usada pelos membros dessas classes sociais dominantes. Isso leva eles a crer (ou a querer fazer crer) que somente o conhecimento teórico e a utilização prática dessa idealizada "língua culta" é que permitirão a todo e qualquer indivíduo a possibilidade de "alcançar um pouco mais da tão sonhada liberdade" (Sacconi, 1998: i). É o mito da "ascensão social" garantida pelo "saber gramática", que analisei no capítulo anterior. Esse mesmo compromisso ideológico é que permite exibir essa "língua culta" como a melhor de todas as variedades por causa de seus valores lingüísticos intrínsecos ("elegância", "concisão", "lógica"), que tornam ela capaz de produzir um "tesouro" ou um "patrimônio cultural", transformando-se ela mesma nesse "tesouro" ou "patrimônio". É a supervalorização de tudo o que provém das elites com a correlata marginalização (inevitável?) do que se produz nas camadas sociais inferiores, produção relegada ao rebotalho do "folclórico", do "popular" ou do "pitoresco". É o que veremos ao analisar de que modo os CP separam as regras lingüísticas "coloquiais" (ou "populares") das "cultas" (ou "formais").

Por carecerem da formação científica necessária para empreender o trabalho que se propõem (basta lembrar que muitos dos "paragramáticos" são jornalistas, advogados, etc., não tendo nem sequer a formação de professores de português, e os que têm não levaram adiante), os fomentadores dos CP limitam-se a "enxugar", nas gramáticas normativas, os capítulos que a eles interessam, expurgando-os de tudo o que pode haver ali de explicação tentativa, de hipótese ou divergência doutrinária, para extrair desses compêndios exclusivamente a regra categórica, terminante, decisiva, ocultando quanto puder haver de especulação filológica, fazendo de seus produtos paragramaticais um leito de Procusto ainda mais rígido e inflexível do que as gramáticas normativas — já transformadas ao longo dos séculos, muitas vezes à revelia de seus autores, em código penal para julgar os "crimes"

Scanned with CamScanner

contra o idioma. Não cabe, portanto, comparação entre gramáticos como, por exemplo, Celso Cunha, Rocha Lima e Evanildo Bechara — donos de profundos conhecimentos filológicos e vasta cultura clássica, capazes de fecundas comparações entre diversas línguas antigas e modernas e sensíveis às evoluções teóricas do saber lingüístico — e os atuais promotores do conservadorismo gramatical, que oferecem fórmulas prontas e definitivas de "certo" e "errado", apagam todas as sutilezas da análise filológica e oferecem um *fast-food* lingüístico insosso, sim, mas colorido e barulhento, uma auto-ajuda gramatiqueira rala e um prescritivismo dogmático. Seu atual sucesso é fruto exclusivo de estratégias de marketing da mídia, e não de uma suposta utilidade de seus produtos, que nem de longe conseguirão realizar o que prometem: ensinar o consumidor a falar e escrever "certo". Promovendo um verdadeiro colonialismo lingüístico interno, na tentativa de impor a suposta língua de uma suposta elite que até hoje não rompeu seus estreitos vínculos com o passado colonial, procedem eles à moda do Marquês de Pombal, que em 1757 proibiu o ensino e o uso das línguas indígenas e africanas e impôs o português (de Portugal, é claro) como língua única do Brasil.

Os CP se caracterizam também por uma atitude prescritivista muito mais rígida e inflexível do que a dos autores de gramáticas normativas. Regras morfossintáticas que já foram acolhidas ou, pelo menos, detectadas como freqüentes pelos gramáticos são taxativamente rotuladas de *erro* nessas manifestações multimidiáticas, elaboradas, como já se disse, por pessoas sem formação científica adequada e, por conseguinte, sem nenhuma consideração pelos avanços da pesquisa lingüística no Brasil nem pelas relativizações empreendidas pela própria tradição gramatical (à qual esses comandos paragramaticais alegam referir-se).

Um rápido exame do *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, revela a distância que separa suas prescrições categóricas daquelas que encontramos nas gramáticas escritas por filólogos conscientes das transformações por que passa a língua. Compare-se, por exemplo, o que dizem Cunha & Cintra, em 1985, acerca da aglutinação de preposição com artigo definido diante de infinitivo, com a explicação oferecida pelo *Manual* do *Estadão*, em 1998:

> CUNHA & CINTRA (p. 203): "Quando a preposição que antecede o artigo está relacionada com o verbo, e não com o substantivo que o artigo introduz, é aconselhável que os dois elementos fiquem separados, embora não faltem exemplos de sua aglutinação na prática dos melhores escritores".

> MANUAL DO ESTADÃO (p. 85): "**De a, de o, de ele, de aquele.** Não se faz a contração da preposição com o artigo quando este é parte do sujeito, nem da preposição com o pronome se ele funciona como sujeito ou o determina. Assim, eis os exemplos corretos: *Apesar de o* (e não *do*) *presidente ter dito a verdade, ninguém acreditou nele*. [...] ***Observação:*** Há gramáticos que aceitam essa contração; o **Estado**, porém, segue a norma da língua.

O que, para os gramáticos, é "aconselhável", para o jornalista é "não se faz". O conselho dado pelos gramáticos é seguido de uma concessão: "*embora* não faltem exemplos na prática dos melhores escritores". Para o jornalista, porém, só existem "exemplos corretos". Surpreende, acima de tudo, a referência do *Manual* a uma "norma da língua", não definida, que seria mais "correta" ainda do que a "norma culta" descrita e prescrita pelos gramáticos profissionais.

A análise do discurso dos comandos paragramaticais põe a nu, então, a maneira como

> uma pessoa da mídia, com conhecimento de gramática normativa, pode contribuir de forma negativa em termos sociais, reforçando o preconceito e ridicularizando as pessoas, que estão, em verdade, usando formas vernaculares, ainda não registradas pela tradição gramatical, embora do domínio de todos e por todos internalizadas. Os resultados da pesquisa sociolingüística se prestam bem para evidenciar que as pessoas não estão desrespeitando acordos lingüísticos tácitos; estão, sim, cumprindo acordos lingüísticos tácitos [Scherre, 1996: 34].

Uma exceção aparente a essa atitude seria a de Cipro Neto que, como veremos, em seus módulos na Internet (condensações de seus programas de televisão), apresenta as variantes lingüísticas, reconhecendo sua existência e seu vigor no conjunto de variedades do português do Brasil, mas que, ao final de cada módulo, impõe a regra "culta" como a única possibilidade para a redação de "textos formais" ou para o sucesso em concursos públicos e vestibulares.

3.1 A LÍNGUA DOS COMANDOS PARAGRAMATICAIS

Qual é, afinal, a variedade de língua prescrita pelos comandos paragramaticais? Aliás, falar de *variedade*, na perspectiva dos CP, é algo sem cabimento, pois o que eles prescrevem (ou "defendem", ou "promovem", ou "divulgam") é A língua portuguesa, única digna de usar esse rótulo, de ostentar o determinante NOSSA. Nessa perspectiva, "variedades" seria simplesmente um eufe-

Scanned with CamScanner

mismo para os "erros" que, de tão difundidos, correm o risco, juram os CP, de comprometer a existência mesma do idioma. A autoproclamação de gramáticos (e paragramáticos) como "depuradores" da língua é assim sintetizada por Mattos e Silva (1995):

> A pretensão autoritária dos gramáticos chega ao ponto de estarem convencidos de que eles podem "disciplinar" a língua e conseguir evitar a mudança que, nessa concepção, se identifica com decadência e anarquia. Os preocupados hoje em "sanear" o português brasileiro não desconfiam, parece, que lutam por uma guerra, a meu ver, perdida [p. 40].
>
> Essas características [fonéticas e sintáticas] da fala cada vez mais avançam nos usos escritos e são elas alguns dos motivos da constante preocupação de várias instâncias da sociedade brasileira, não só as escolares, com o que designam de "decadência" da língua portuguesa no Brasil [p. 53].

A análise do discurso dos comandos paragramaticais revela, da parte deles, uma atitude intrinsecamente *purista*. É claro que todos eles rejeitam veementemente essa classificação, pois, como explica Rey (1972: 21, nota 2), o termo *purista* surgiu na França no início do século XVIII e desde suas origens ganhou uma carga extremamente pejorativa, razão por que nenhum purista admite ser rotulado assim. No entanto, é forçoso qualificar de purista a atitude dos CP, sobretudo quando se leva em conta a definição do termo oferecida por Rey (1972: 21):

> Purismo, de fato, qualifica uma atitude normativa permanente que repousa num modelo unitário e fortemente seletivo da língua e não tolera nenhum desvio em relação a esse modelo pré-definido, quaisquer que sejam as condições objetivas da vida lingüística da comunidade. A norma purista deve ser única e permanente, já que ela serve para avaliar discursos emitidos durante um longo período de tempo; de fato, ela é pouco coerente, pois mistura critérios estéticos, "lógicos", "históricos" e "analógicos" de que se tratou mais acima. Para o purista, toda transgressão do modelo constitui um perigo para o sistema mesmo da língua, confundido com o uso, ele mesmo confundido com o discurso: assim, o "francês" se evapora, substituído por uma outra "língua", e cria-se por necessidade um termo para batizá-la. [...] O purista, portanto, não se deixa impressionar pelo caráter social de um discurso, não aceita as variantes combinatórias da norma objetiva, recusa dobrar-se à pressão estatística do uso.

Na busca de uma resposta para a pergunta formulada mais acima, descobre-se que o discurso — purista — dos CP se articula em torno de um binômio, cujos termos se apresentam sempre em pólos antagônicos: um termo negativo, usado para designar a língua "errada", em oposição a um termo positivo, para a língua "certa". É a *polarização maniqueísta* a que se refere Houaiss (1985: 133). Como esses pólos recebem designações muito variadas, pode ser útil empreender uma investigação para detectar as avaliações negativas e positivas de língua que subjazem nos CP. Vamos empreendê-la em três CP: o site da Internet em que se encontra o resumo dos módulos do programa de televisão *Nossa Língua Portuguesa*, concebido e apresentado por Pasquale Cipro Neto; o livro *Não erre mais!*, de L. A. Sacconi; e as colunas de jornal assinadas por Josué Machado e publicadas em livro sob o título *Manual da falta de estilo*.

3.1.1. *Nossa* língua? De quem?

No *site* da TV Cultura de São Paulo na Internet (*www.tvcultura.com.br*) se encontra o texto resumido de muitos dos módulos do programa *Nossa Língua Portuguesa* já levados ao ar. Num deles, intitulado "Linguagem coloquial", pode se ler:

> Neste módulo, o prof. Pasquale observa que a língua falada é diferente da língua escrita. A língua escrita é formal, enquanto a língua falada é um pouco mais livre, mais solta. Como exemplo é utilizado o trecho de uma canção em que aparece uma expressão muito comum na fala, no bate-papo, mas que não deve freqüentar o chamado padrão escrito, o padrão formal da língua. O trecho faz parte da canção "Pra Dizer Adeus", com os Titãs:
>
> "...**não dá pra** imaginar quando
> é cedo ou tarde demais
> Pra dizer adeus, pra dizer jamais"
>
> Na linguagem popular, a expressão "não dá pra..." é aceita e muito comum. No texto formal, no entanto, o mais apropriado seria utilizar "não é possível" ou algo equivalente.
>
> A expressão "não dá pra..." é muito comum, muito recorrente. Outro exemplo do seu uso é a canção "Rádio Bla", com Lobão:
>
> "... **não dá para** controlar, não dá,
> **não dá pra** planejar..."
>
> Utilizar esta expressão não é errado. Ela é adequada a um determinado nível de linguagem, como a fala. Mas na hora de usar o padrão escrito, nem pensar!

Já neste primeiro exemplo, é possível localizar os pólos positivo e negativo em torno do qual giram as concepções de linguagem de Cipro Neto:

Scanned with CamScanner

POSITIVO	NEGATIVO
Língua escrita	Língua falada
Formal	Livre, solta
Padrão escrito	Fala, bate-papo
Padrão formal	Linguagem popular
Texto formal	Linguagem coloquial

Quadro 3.1
Concepções de linguagem no módulo "Linguagem coloquial" do site *Nossa Língua Portuguesa* (www.tvcultura.com.br)

Logo de início, verifica-se o total desconhecimento (ou desprezo), por parte do autor do texto, da vasta literatura científica contemporânea dedicada à investigação das relações entre fala e escrita. A primeira afirmação — "Neste módulo, o prof. Pasquale observa que a língua falada é *diferente* da língua escrita" — expressa uma concepção dicotômica já ultrapassada de língua falada e língua escrita, em que se concebia cada uma delas como um universo totalmente independente, com características e especificidades exclusivas. A idéia de *diferença* entre fala e escrita vai simplesmente na direção contrária de *toda* a literatura especializada mais recente, que postula a existência de um *continuum* que vai do [+falado] até o [+escrito], distribuindo-se neste *continuum* as manifestações lingüísticas de acordo com o *gênero* a que pertençam (cf. Marcuschi 1998, 1999; Corrêa, 1997). Revela-se no texto o preconceito tradicional de opor uma única modalidade de escrita, a mais formal (sobretudo a literária "clássica"), a uma única modalidade de fala, a conversação informal (o "bate-papo") como se não pudesse haver falas extremamente formais ou escritas totalmente informais. A esse respeito assim se manifesta Blanche-Benveniste (1999: 16):

> Quando se compara ingenuamente, *sem preparação lingüística prévia*, a gramática da língua falada e a da língua escrita [...] é em geral para afirmar que a gramática da língua falada é "inferior" à da língua escrita. As comparações incidem quase sempre sobre a sintaxe. As avaliações da sintaxe feitas para a língua falada são essencialmente negativas. A sintaxe da língua falada seria não-normativa, não-complexa, pobre, etc. Esses julgamentos intuitivos são pouco sólidos. É fácil mostrar que eles se apóiam no mais das vezes em *comparações pouco sérias*: de um lado, o escrito impresso, devidamente corrigido e padronizado e, do outro, a língua falada da conversação, improvisada, sem correção e sem padronização. Os usos postos em causa são demasiado diferentes para que se possa compará-los sem precaução. [grifos meus]

Esse preconceito contra a língua falada, considerada "um nível de linguagem" (!) aceitável apenas em determinados contextos ("popular", "coloquial", "livre, solta" etc.), e a favor da língua escrita é, como veremos adiante,

a viga-mestra que sustenta os comandos paragramaticais. Já tivemos oportunidade de examiná-lo no Mito 6 do Capítulo 2.

Nesse primeiro módulo já aparece a expressão "padrão formal", utilizada recorrentemente por Cipro Neto em suas emissões televisivas para designar qualquer realização lingüística culta. Trata-se de um conceito no mínimo complicado, uma vez que, do ponto de vista sociolingüístico, não existe coincidência plena entre padronização e formalidade.

Examinando outros módulos, é possível ampliar ainda mais o quadro acima:

TÍTULO DO MÓDULO	POSITIVO	NEGATIVO
1. Pronome: uso culto x uso popular	• linguagem formal • texto formal	• linguagem do dia-a-dia • bate-papo, linguagem informal
2. Pronome: uso culto x uso popular 2	• uso culto • padrão formal da língua portuguesa • correto • padrão culto	• uso popular • português falado do Brasil, língua do dia-a-dia • uso errado • fala do dia-a-dia, no Brasil
3. Regionalismo	• dissertação formal • texto formal	• letra de música • papo informal, canção
4. Uniformidade de tratamento	• padrão formal da língua • linguagem formal	• linguagem do dia-a-dia • linguagem coloquial
5. Onde/aonde	• língua culta • norma culta, texto formal	• linguagem coloquial • língua do dia-a-dia, verso de letras musicais
6. Colocação pronominal 2	• língua portuguesa "oficial", isto é, o português de Portugal • prova de português, vestibular, concurso • escrever	• nossa forma está oficialmente errada • cotidiano, com os amigos, vida diária • falar
7. Regência verbal	• língua culta • rigor • texto formal	• língua falada • licenças • poesia musical, língua oral
8. Regência verbal 2	• norma culta	• linguagem cotidiana

Quadro 3.1.1.
Concepções de linguagem em oito módulos do site *Nossa Língua Portuguesa* (www.tvcultura.com.br)

Scanned with CamScanner

A inconsistência terminológica (e, simultaneamente, conceitual) é evidente. Fala-se indistintamente de "uso culto", "linguagem formal", "padrão formal", "padrão culto", "norma culta" e "língua culta" como se todas essas expressões fossem perfeitamente intercambiáveis ou, conforme a tradição gramatical, "sinônimas". Reveladora é a oposição, no módulo 7, entre *língua culta* e *língua falada*, como se não existisse língua falada culta e como se *língua culta* fosse equivalente de *língua escrita*. Mas é essa, de fato, a concepção que vigora nos CP, herdeiros que são do preconceito grafocêntrico da Gramática Tradicional, além de carecerem da "preparação lingüística prévia" a que se refere Blanche-Benveniste. Também a associação de "uso popular" com "língua falada", presente no texto de todos os módulos, se revelará, ao longo do próximo capítulo, uma perfeita falácia: todos os "erros" atribuídos ao "uso popular" estão perfeitamente documentados na variedade culta urbana falada.

O grande nó parece estar, aqui, na noção de "culto" empregada pelos CP. Enquanto a investigação sociolingüística mais rigorosa usa como critério para a definição de *falante culto* o nível de escolaridade (superior completo, como no caso do Projeto NURC), os comandos paragramaticais, na esteira da tradição normativa, classificam de "culto" exclusivamente o uso da língua escrita com finalidades de criação literária, dentro também de um conceito de literatura que só concede ingresso a autores selecionados à risca (os "clássicos"): aqueles que oferecem exemplos abonadores das formas lingüísticas consideradas "certas", "boas", "elegantes" e, conseqüentemente, recomendáveis.

No módulo 6 o autor do texto paga tributo ao mito da superioridade do português de Portugal, ao classificá-lo de "oficial" (o uso das aspas será uma tentativa de atenuar o preconceito?). Ao contrastar a colocação dos pronomes nas duas variedades nacionais, o módulo assim se expressa:

> O que acontece é que a língua portuguesa "oficial", isto é, o português de Portugal, não aceita o pronome no início da frase. Eles falam "Disseram-**me**...". O problema é que essa colocação pronominal não tem nada a ver com a nossa maneira de falar, a nossa sonoridade. Nós temos a nossa maneira de usar o pronome, e não há por que lutar contra isso.

Essa simpática defesa dos usos lingüísticos brasileiros, porém, não deve iludir: é apenas uma preparação para o desfecho típico de todos os módulos analisados, isto é, a imposição das regras normativas "oficiais" para os usos "formais" da língua:

> É importante lembrar que a nossa forma de usar os pronomes, no começo da frase, está oficialmente errada. No cotidiano, com os amigos, na vida diária, podemos falar à nossa maneira. Mas numa prova de português, num vestibular, num concurso, devemos escrever o pronome sempre **depois** do verbo. Console-**se**, são coisas da nossa língua portuguesa...

Seria o caso de perguntar a quem se refere o "nossa" da última frase com que o autor procura nos "consolar". É verdade que a colocação pronominal em início de oração é a *nossa* "forma" e a *nossa* "maneira" de usar os pronomes oblíquos, mas o dever de "escrever o pronome sempre depois do verbo" em provas e concursos não tem nada a ver com "coisas da nossa língua portuguesa", mas sim com coisas da língua portuguesa "deles", dos comandos paragramaticais e dos preconceitos que eles sustentam e com que se sustentam, preconceitos em que se baseiam também os elaboradores das provas de boa parte dos exames vestibulares e concursos públicos.

De fato, o reconhecimento da existência de regras alternativas de uso da língua portuguesa que não as do "padrão culto", "padrão formal" etc. é freqüente nos textos desses módulos. Mas o reconhecimento de sua existência é o passo mais avançado que o autor dos textos se permite dar. Admitir-lhes assento nos salões da "língua culta", nunca. Outros exemplos:

- Você notou o uso, por duas vezes, da expressão "ver ele voltar". O correto, pelo padrão culto, seria "vê-lo voltar". Essa discussão nunca vai ter fim. Na fala do dia-a-dia, no Brasil, esse uso errado já está sacramentado. Mesmo assim, coloque o pronome corretamente ao redigir um texto formal (Módulo "Pronome: uso culto x uso popular 2").
- O programa "Nossa Língua Portuguesa" já abordou algumas vezes a questão do preconceito lingüístico. Muitas pessoas ainda manifestam preconceito contra variantes lingüísticas típicas de determinadas comunidades. Isso é uma grande bobagem. Na verdade, o modo como comunidades do interior de São Paulo, por exemplo, pronunciam certas palavras e fonemas enriquece o patrimônio cultural da língua portuguesa. [...] Você notou, a certa altura, a expressão "sarto de banda". Não há nenhum problema nisso! Afinal, trata-se de uma letra de música, não de uma dissertação formal. É muito importante que nós tenhamos noção da variante lingüística empregada em determinado ambiente. Usar "sarto de banda" ou qualquer outra expressão similar num texto formal? Nunca. Mas num papo informal, numa canção, não há o menor problema (Módulo "Regionalismo").
- A uniformidade de tratamento é necessária na linguagem formal. Na linguagem coloquial nem sempre ela é respeitada, mas seria desejável (Módulo "Uniformidade de tratamento").
- Na linguagem coloquial, no entanto, é muito comum vermos construções como "eu cheguei **em** São Paulo", "eu cheguei **no** cinema". Não há grandes

Scanned with CamScanner

problemas em trocar "onde" por "aonde" na língua do dia-a-dia ou em versos de letras musicais populares, dos quais fazem parte o ritmo, a melodia e outros fatores. Mas, pela norma culta, num texto formal, use "aonde" sempre que houver a preposição "a" indicando movimento: ir a / dirigir-se a / levar a / chegar a (Módulo "Onde/aonde").

- Acontece que no dia-a-dia as pessoas não falam assim, com todo esse rigor, com essa consciência do sistema de regência. Dessa forma, nós podemos dizer "lembra de mim", sem problema. A língua falada permite essas licenças, e a poesia musical também, já que não deixa de ser um tipo de língua oral. Mas na hora de escrever, de adotar outro padrão, é conveniente obedecermos àquilo que está nos livros de regência. No texto formal, lembra-se de mim é o exigível, é o correto (Módulo "Regência verbal").

Analisando essa atitude recorrente do idealizador de *Nossa Língua Portuguesa*, assim se manifesta Sírio Possenti[4]:

> [...] considero que avaliações "generosas" de formas lingüísticas, seguidas de recomendação para não serem usadas "no formal", colaboram para fixar preconceitos tanto quanto a pura desqualificação, se não mais. [...] Mas, penso que analisar (mesmo considerando que os efeitos estéticos são relevantes e positivos) uma estrutura não-padrão que ocorra numa letra de música popular, p. ex., para, em seguida, recomendar que ela NÃO seja empregada, soa contraditório. A pergunta é: se os letristas podem, se os efeitos são positivos, por que um estudante não pode fazer o mesmo e ser avaliado com os critérios com que se avaliam os letristas (ou os poetas, os romancistas)? Claro que a questão é complexa. É por isso que não gosto da solução simples que o estilo cursinho tipicamente oferece. Vou ser mais incisivo: esse tipo de avaliação lembra o discurso corrente, fortemente racista, de quem diz que não tem nada contra os negros, desde que fiquem no seu lugar.

A "generosidade" a que se refere Possenti talvez seja uma tentativa, da parte de Cipro Neto, de apresentar a seus telespectadores algumas noções fundamentais da sociolingüística contemporânea. No entanto, a falta de uma base científica consistente (ou, sabe-se lá, o menosprezo por ela, uma vez que para ele há sociolingüistas "deslumbrados") faz com que essas noções sejam apresentadas só parcialmente, reduzidamente ou distorcidamente, dando a nítida impressão de alguém que ouviu cantar o galo, mas não sabe onde.

Contradições e incoerências não faltam nos textos dos módulos. Ao explicar o que é *regência* (no módulo "Regência verbal") o autor diz: "*Regência é a relação* que se verifica entre as palavras", para logo em seguida afirmar: "A *regência se ocupa de estudar essa relação* entre as palavras". Ou seja: a regência é o estudo da regência...

4. "Uma carta", *Jornal de Jundiaí*, 11/1/1998, p. 2.

Enfim, o preconceito de Cipro Neto contra a língua falada é posto a nu quando ele afirma, nesse mesmo módulo, que "no dia-a-dia as pessoas não falam assim, com todo esse rigor, com essa consciência do sistema de regência", ao mesmo tempo em que diz: "A língua culta, por seu lado, tem suas regras de regência, que levam em conta o significado do verbo", declarações que não encontram respaldo em nenhuma teoria (psico)lingüística consistente. Em sua concepção, portanto, a fala é "inconsciente" enquanto a "língua culta", isto é, como vimos, a *escrita*, é "consciente", por levar em conta o significado dos verbos. Ao "rigor" da escrita ele opõe as "licenças" da língua falada, na qual inclui as letras de música (esquecendo, porém, que, antes de serem cantadas, elas tiveram de ser *escritas*, num processo de produção tão demorado e refletido quanto o de qualquer outro gênero de texto escrito monitorado).

É sintomática, a esse respeito, a relação de Cipro Neto com as letras de música popular, que tanto gosta de usar em seus programas de rádio e televisão como *corpus* para análises gramaticais. Em depoimento à revista *Nova Escola* (junho de 1999, p. 23), ele declara: "Eu não tenho muito tempo para ouvir música. Então, o que faço é ler as letras das canções nos encartes dos CDs, sem me preocupar com a melodia. No próprio ato da leitura, já vou separando: isso aqui serve para ensinar acentuação, aquilo funciona para concordância verbal". Embora as considere, teoricamente, como exemplos de "língua oral", ele despreza conscientemente todos os aspectos melódicos, fônicos, sonoros das canções, reduzindo elas a mero pretexto para "ensinar gramática", quando a observação do material sonoro poderia explicar e justificar muitas das opções sintáticas e semânticas do compositor. O uso que Cipro Neto faz das canções se baseia, portanto, num processo de inegável empobrecimento dos muitos recursos pedagógicos de uma letra de música. Além disso, é possível criticar o uso das letras de música para "ensinar gramática" pelo fato de que elas, por utilizarem os recursos tradicionais da poesia (métrica, rima, aliterações, etc.), deveriam ser consideradas como textos *literários*, impróprios, portanto, como venho argumentando ao longo deste trabalho, para servir de exemplo de uso *normal* da língua.

Novamente cabe perguntar: não existe fala "rigorosa" nem escrita "licenciosa"? Não existem eventos de fala tremendamente monitorados nem manifestações escritas "inconscientes" (a "escrita automática" dos poetas surrealistas, por exemplo)? Não existem letras de música compostas com o maior "rigor" gramatical (como as de Catulo da Paixão Cearense) nem textos escritos

Scanned with CamScanner

produzidos com todas as "licenças" possíveis (as crônicas de José Simão, por exemplo, na *Folha de S. Paulo*)?[5]

3.1.2 Liberdade para obedecer

Ao abrir o livro *Não erre mais!*, de L. A. Sacconi (1990), o leitor se depara com um pequeno texto, intitulado "É isto", onde pode ler:

> Um indivíduo só pode dizer-se inteiramente *livre*, no âmbito da comunicação lingüística, quando conhece *todas* as modalidades de língua a seu dispor e *escolhe* aquela que melhor convém ao *momento* do discurso. É pouco, portanto, conhecer apenas *uma* língua funcional ou a sua variante sociolingüística. O ideal é que o indivíduo seja um poliglota dentro da sua própria língua.
>
> Conhecer a norma culta, assim, de certa forma, é sentir-se mais livre para comunicar-se. Norma culta, ou seja, a língua utilizada segundo os padrões estabelecidos pelos clássicos, pode comparar-se à etiqueta social: não é preciso usá-la para viver, mas é absolutamente indispensável conhecê-la para *conviver*.
>
> Este livro, desde a sua primeira edição, surgiu como uma opção aos que pretendem conhecer a norma culta, a fim de usá-la no *momento* que achar conveniente. Não se trata de um instrumento tirano, mas de um meio de levar você, caro leitor, a alcançar um pouco mais da tão sonhada liberdade.
>
> As brincadeiras, ironias e às vezes até alguns sarcasmos encontrados neste ou naquele caso ficam por conta de uma índole espirituosa, quando não de uma caturrice sem conta. Nada tem que ver com desprezo ou menosprezo aos ignorantes. Afinal, todos têm o direito de ser felizes à sua própria moda... [grifos do autor]

O que logo chama a atenção nesse texto é a utilização, por parte de Sacconi, de idéias extraídas da obra de outros autores, sem que ele se dê o trabalho de citá-los (nem mesmo na bibliografia do final do volume). Em Bechara (1986: 14), por exemplo, encontramos:

> No fundo, a grande missão do professor de língua materna [...] é transformar seu aluno num *poliglota dentro de sua própria língua*, possibilitando-lhe *escolher* a *língua funcional* adequada a cada *momento* de criação [...] [grifos meus]

5. O texto de apresentação do site *Nossa Língua Portuguesa* traz a seguinte informação: "A página do Nossa Língua Portuguesa foi selecionada pela Faculdade de Educação da USP como uma das melhores páginas educacionais brasileiras, dentro do projeto Catálogos de Sites Brasileiros em Educação Escolar, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)." A crer nessa informação, cabe lamentar que os pesquisadores da Faculdade de Educação da USP não tivessem consultado seus colegas dos departamentos de Lingüística e de Língua Portuguesa para conhecer a opinião dos especialistas da área acerca do conteúdo veiculado pelo site, repleto de inconsistências teóricas e de disparates científicos, como argumentei em minha análise. É provável que a maioria dos lingüistas (e não só da USP) apresentassem objeções à classificação tão positiva a que se refere o texto de apresentação do site.

Como se vê, a coincidência lexical é surpreendente. Além disso, no mesmo livro de Bechara, entre as páginas 13 e 15, aparece sete vezes a palavra *liberdade* (que consta, aliás, do próprio subtítulo da obra: "Liberdade? Opressão?"), que Sacconi também usa como argumento central de seu texto.

De igual modo, a comparação da "norma culta" à "etiqueta social" lembra muito a idéia de Cegalla (1990: xvii) de que "maldizer da gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras".

Quanto à "índole espirituosa" do autor, já tive oportunidade de examiná-la detidamente em outra ocasião (Bagno, 1999: 83-94), mostrando, por exemplo, quantas vezes (doze) nas primeiras cem páginas do livro, ele utiliza o termo "asno" e derivados para qualificar os mesmos "ignorantes" a quem se refere no texto de abertura do livro. É tratando assim seu leitor que Sacconi pretende levá-lo a "alcançar um pouco mais da tão sonhada liberdade"?

O que nos interessa aqui, porém, é o conceito de "norma culta" do autor: "a língua utilizada segundo os padrões estabelecidos pelos clássicos". Como é fácil concluir, mais uma vez temos aqui a equiparação de "norma culta" com "língua escrita literária", já que os clássicos não nos deixaram nenhum registro de sua língua falada. Em contraposição a essa "norma culta", Sacconi oferece mais de 10.000 "casos mais comuns da *língua popular*", que serão alvo de escárnio, deboche e tiradas preconceituosas como "pronúncia de jacu", "coisa de italianos", "influência do elemento africano", "excrescências", etc., num total desprezo pelo fato, empiricamente comprovável, de que muitos desses "casos" pertencem também às *variedades cultas urbanas*, faladas e escritas, tal como as definiremos mais adiante.

3.1.3 Manual da falta de quê?

Josué Machado era responsável pela crônica semanal "Dito e escrito" no jornal *Folha de S. Paulo* até 1997, quando foi substituído por Pasquale Cipro Neto, que passou a assinar a coluna, também semanal, "Inculta e bela". Segundo o "pé biográfico"[6] de suas crônicas, é formado em línguas neolatinas pela PUC de São Paulo e jornalista profissional. Uma coletânea de suas colaborações para a *Folha*, bem como para outros periódicos, foi publicada em livro sob o título *Manual da falta de estilo* (Machado, 1994).

Na capa do livro se lê: "como tirar proveito das distrações alheias para melhorar seu texto", enquanto na quarta capa aparece o convite: "divirta-

6. Termo usado em jornalismo para indicar as informações biográficas apresentadas de forma sucinta ao lado do nome do autor de um texto.

Scanned with CamScanner

se com os erros alheios... e aprenda (muito) com eles!" É sabido que os textos de capa e quarta capa em geral são de responsabilidade das editoras, por isso não os podemos atribuir ao próprio Machado, sobretudo se levarmos a sério o que ele afirma na apresentação do volume (p. 7):

> Pois este livro não tem coragem de apontar erros. Aponta enganos, distrações, escorregões. [...] Muitos deles resultam da pressa e da impaciência (jamais da ignorância, livre-nos Deus!).

Mas a coragem que ele, no prefácio, assegura não ter se manifesta em inúmeras passagens da obra, onde aparecem coisas como (os negritos são meus, e os *grifos*, do autor):

- Assim também, com o mesmo **erro tosco** do "há" reforçado pelo "atrás", o Caçador de Marajás defendeu-se pela tevê pouco antes de ser cassado (p. 11).
- É claro que ela se derreterá da mesma forma, mas o **correto**, se é que alguém se preocupa com isso nessas horas, é *esse* olhar, que se refere ao dela (p. 28).
- O uso do demonstrativo *mesmo* como pronome é uma das mais comoventes demonstrações de **ignorância** (p. 33).
- As gramáticas mostram em que casos se usa a vírgula, mas em geral não acentuam casos em que é **pecado** usá-la (p. 63).
- [...] a moçada não conhece muito bem o significado das palavras, além, é claro, de **ignorar** as estruturas mais simples da língua (p. 113).
- Isso nos leva a *corruptela*, o modo **errado** de escrever ou pronunciar uma palavra ou locução. E por que nos leva? Porque *corruptela* quer dizer **abuso, corrupção** (p. 145).

O humor com que Machado pretende divertir seus leitores é obtido com táticas exaustivamente empregadas ao longo do livro, e sua função foi bem detectada por Leite (1999: 222):

> Desse modo, a imagem da ortodoxia purista do texto fica disfarçada e, assim, o leitor não sente o peso da autoridade do saber lingüístico-normativo e não a tem como pedante.

Seu recurso mais freqüente é o surrado "falar mal do governo", o debochar dos políticos: os nomes Maluf, Sarney, Quércia e Collor aparecem insistentemente em quase todas as crônicas. O último deles é dezenas de vezes substituído pelas expressões "Grande Marajá" ou "Caçador de Marajás". Usa também à larga o termo *textículo* para se referir às reportagens, anúncios e legendas de fotos que submete a crítica. Mas decerto o que mais chama a atenção em suas crônicas são as obsessivas alusões a tudo o que possa ter relação com a sexualidade, sempre tratada de modo chulo e pre-

conceituoso. Em textos que se ocupam de questões de estilo e gramática, tais alusões parecem gratuitas e descabidas. Sua intenção, ao que parece, é ocultar, sob um manto de aparente liberalismo moral, a ideologia lingüística retrógrada e intolerante que caracteriza todo o discurso do autor. São tantas essas alusões que reproduzir todas equivaleria a copiar algo como um terço do livro.

Nesses textos também se detecta o preconceito contra o Nordeste e contra as orientações sexuais não-padrão, isto é, não estritamente heterossexuais. Embora na primeira parte da crônica "As surpresas da etimologia" (p. 188-189) — em que tenta descobrir a origem do uso dos termos *veado* e *bicha* para designar os homossexuais masculinos — o autor se mostre condescendente para com a diversidade sexual e declare que "falar de anormalidade nesse caso não fica bem", em várias outras passagens do livro assume atitude oposta e emprega uma série de metáforas preconceituosas para tratar do assunto:

- O pleonasmo contido em *meio ambiente*, expressão formada por palavras de sentido equivalente, equivale ao de algo como "mulher fêmea" ou "homem macho". Talvez esses não sejam os melhores exemplos, considerando que o sexo hoje é coisa meio fluida, difusa (p. 38).
- Ninguém chamará o José Maria de *a* José Maria porque o segundo de seus prenomes é feminino. Se ele não exagerar nos trejeitos, nenhum engraçadinho o classificará como feminino. Assim também a Maria José continua como feminina, até prova contrária, apesar do barbado José anexo, a não ser que ela se exceda no vigor das pisadas sapatônicas (p. 95).
- *Veado ou viado?* — A propósito, algumas pessoas consideram que um dos bichos se escreve com *e* e o outro com *i*. Engano. Seja qual for o gracioso animal, não importa o número de pernas com que saltita pela vida, será sempre *veado* com *e* (p. 104).
- Não fica bem falar de "todo mundo" como galicismo, já que seria frescurite excessiva, mas citar o sexo das criaturas nas matérias para dar-lhes dimensão pode criar problemas. Como é que se faz com esses sexos meio assim? (p. 199)
- Em geral o objeto direto, que é a criança ou o animal nascente, fica oculto: "Ela deu (um filho) à luz", e já se sabe, pela natureza da fêmea, no bom sentido, que ser ela fez ou fará vir à luz; faltará saber apenas o sexo, o que nem sempre fica claro nem muito, muito, muito tempo depois (p. 242).

Quanto a seu discurso sobre o Nordeste, o recurso preferido de Josué Machado para falar mal dos políticos nordestinos é reproduzir, com grafia arrevesada, a pronúncia característica das variedades lingüísticas da região, caricatura baseada no preconceito, vigente no Sul e Sudeste do Brasil, de

Scanned with CamScanner

que todas as pessoas que falam assim são necessariamente rudes e ignorantes (para não dizer corruptas e desonestas):

- [...] é como separar a mãe do filho ou o pefelê do poder, dito "pudê" por eles lá (p. 63).
- Foram frases de uma educadora, que se disse "apèrrèada" com seus compromissos (p. 89).
- Se for chegado ao regional nordestino, anunciará algo refinado como "eu tenho aquilo roxo" (p. 94).
- "Data venia, 'èxcèlência', discordo de sua 'còlòcação'!", exclamou o senador Ney Maranhão, espantosa figura (p. 102).
- Só que a palavra-chave deles [Collor e colaboradores] era "modernidade". Ou melhor "mudèrnidade".
- [...] a última pessoa que usou *adentrar* sem intenção de fazer graça foi o tartamudo deputado Inocêncio de Oliveira, ao enaltecer a excelência da técnica de perfuração de poços artesianos pelo DNOCS em Serra Talhada, seu Pernambuco natal: "As perfuratrizes adentraram o solo que foi uma 'bèleza'" (p. 230).

Outro tipo de humor preconceituoso claramente manifestado no *Manual da falta de estilo* é o que tem como alvo as camadas sociais inferiores ou as profissões menos prestigiadas. Referindo-se, por exemplo, à declaração do ex-presidente João Figueiredo de que preferia o cheiro de cavalo ao do povo, Machado, concordando com o general, escreve:

> Quem já viajou de ônibus ou trens de arrabalde, um e outro lotado, mesmo no começo do dia, pode concluir sem hesitar que o cheiro de herbívoros tratados com aveia é bem melhor do que o dos pobres carnívoros sem banho, que usam desodorante vencido ou não o usam. No fim do dia, então... (p. 65)

Surpreende igualmente o modo leviano, para não dizer o mau gosto, com que Machado trata de questões sociais graves ou de problemas individuais dolorosos. Para ilustrar o uso reflexivo do verbo *ferrar* dá o seguinte exemplo (p. 16): "Lula *se* ferrou quando esqueceu o dedo na máquina e ficou sem ele". Em sua opinião os ecologistas são "apóstolos da alface" (p. 168). Embora a AIDS seja um dos mais sérios problemas de saúde em todo o mundo neste final de século — estima-se que um terço de toda a população da África esteja contaminada pelo vírus HIV; no Brasil há milhares de crianças órfãs, cujos pais morreram de AIDS e que estão elas mesmas infectadas —, Machado não se peja de tentar fazer graça com a doença e chama de "AIDS idiomática" a "contaminação" dos textos jornalísticos com expressões que ele considera "desgastadíssimos, despregueados, puídos lugares-comuns" (p. 164-165). A última frase da crônica diz: "Morte costuma ser coisa séria" (p. 166). Faltou dizer em que situações a morte costuma ser engraçada. A crônica é ilustrada com esta caricatura de um vírus HIV com expressão zangada:

Outros usos jocosos da palavra AIDS aparecem nas p. 202 e 206.

O ponto alto desse tipo de humor (?) se encontra na p. 73, onde se lê:

> Isso nos leva à idéia de que talvez possamos ceder aos nossos mais baixos instintos e organizar uma corrente de pensamento negativo para induzir ao suicídio alguns milhares de pessoas. São pessoas que infestam o corroído cenário político, judiciário e empresarial e fariam enorme bem virando névoa. Congresso, Justiça, banqueiros, empresários... Poderiam suicidar-se em grupos, que a relação é grande.

Esse exame dos recursos estilísticos de Josué Machado visa compor um quadro geral da ideologia que impera em seu *Manual* e mostrar que suas análises dos fenômenos especificamente lingüísticos são coerentes com os preconceitos que abastecem suas crônicas "leves e bem-humoradas" (texto da quarta capa) ou "breves e deliciosas" (texto da orelha). Como é característico dos comandos paragramaticais, também aqui se encontra a oposição entre língua falada (negativa) e língua escrita (positiva):

> No *papo de rua, de botequim ou de cama*, o paulista mistura o pronome de segunda pessoa com o verbo de terceira e *fala* "eu te amo porque você é um demônio", "deixe que eu te encontro", "eu te vi quando você passou". Mas não *escreve* assim na *linguagem mais ou menos comprometida com a gramática* do jornal ou da revista bem comportada (p. 14) (grifos meus).

Daí se deduz que, na concepção do autor, só a língua escrita tem "gramática", não havendo cabimento, portanto, em imaginar uma gramática da língua falada. Novamente encontramos aqui a tentativa de identificar a língua falada com um único gênero possível de texto oral, o mais informal ("papo de rua, de botequim ou de cama"), para distingui-la da língua escrita ("mais ou menos comprometida com a gramática"), também considerada num

Scanned with CamScanner

único tipo de uso possível, a linguagem jornalística (cuja existência mesma discutirei mais adiante). Na p. 209 é feita a oposição entre "coloquial dos quintais" e "linguagem culta ou semiculta".

No que diz respeito aos fenômenos de mudança lingüística, Josué Machado procura opor "o uso e a tradição" à "brisa inovadora" (p. 41), e oferece interpretações no mínimo bizarras para as transformações por que a língua passa. Na sua opinião, "muita gente se acostuma tanto com o torto que estranha o certo" (p. 139), e "a moçada por aqui toma liberdades jupiterianas com a língua e produz resultados estranhos" (p. 213). Bizarra também é sua teoria de que "os jornais e a tevê de hoje ajudam a moldar a linguagem de amanhã" e de que "é certo que agora a língua vai-se transformando bem mais depressa do que nos tempos em que não havia jornais, rádio e tevê populares" (p. 41), teses que nenhuma pesquisa sociolingüística séria comprovou até o momento. Eis sua receita (é assim que ele chama) para explicar o vigor de certas inovações lexicais (como *vontade política*, *espaço físico*, *tempo hábil* e outras "expressões inefáveis", segundo ele):

> **Receita** — Essas expressões nascem em geral da seguinte forma: uma pessoa singela, mas em evidência, fala uma tolice, outra repete, às vezes vira manchete numa segunda-feira rala e vira moda. Por que é que esses amigos não pegam todos os adjetivos que adornam tais expressões, ou elas mesmas, e não os colocam num espaço físico qualquer, bem pessoal, bem final? Basta ter vontade política e tempo hábil. É por aí (p. 121).

Leite (1999: 226), que também faz uma análise das crônicas de Josué Machado sob o ponto de vista do que ela classifica de atitude *purista ortodoxa*, assim avalia a ideologia nelas contida:

> As crônicas são uma demonstração de como a assimetria do poder se pode exercer pela linguagem. Pelo conhecimento da gramática prescritiva o cronista fica na posição de quem detém o poder e os seus "colaboradores" ficam na posição de pobres coitados, ignorantes, porque não conhecem a sua própria língua. Nada além da norma prescritiva vale para os comentários. Se se estiver em desacordo com ela, está-se fora do mundo, da lógica.

De fato, como é característico dos comandos paragramaticais, os usos lingüísticos condenados são categoricamente classificados de "erros", sem que se busque nenhum tipo de hipótese científica para explicar seu surgimento e sua disseminação:

- O acento das palavras em português geralmente é herdado da língua de origem. Geralmente, porque em alguns casos a regra é atropelada pelo contínuo uso errado, que se consagra e deixa de ser errado (p. 178).

- O uso do *se* inútil está tão disseminado que a maioria dos escribas, locutores e leitores nem percebe. Nem por isso ele deixa de ser errado; esse é um dos casos em que a repetição do engano não vai dar certo, como certas mulheres que deram certo (p. 199).
- É possível que a linguagem popular "preferir uma coisa *do que* outra" venha a soterrar o ainda correto *preferir uma coisa a outra*, preferido por pessoas cuidadosas com o exercício da língua. Alguns dicionaristas consideram irreversíveis usos populares como esse e os registram sem dó, para amargura de mestres mais severos. Os severos afirmam que a preferência pela forma popular não decorre do amor ao povo, mas do singelo desconhecimento e da falta de boa leitura (p. 205).

Na última citação temos um exemplo da ambígua relação de Josué Machado com os dicionários. Analisando uma crônica assinada pelo autor do *Manual da falta de estilo*, Britto (1997: 193) comenta:

> É interessante perceber aqui o modo como funciona o raciocínio normativo: enquanto elemento de legitimação de sua visão estreita de língua, as fontes gramaticais podem servir de argumento e autoridade, mas, no momento em que contestam este princípio, elas se tornam ilegítimas. Negar ao Aurélio a autoridade no registro de formas freqüentes na língua como próprias do português brasileiro é uma demonstração ímpar da empáfia de que se reveste a postura do comentador [Josué Machado].

São freqüentes, de fato, as referências ao dicionário *Aurélio*, ora avaliado positivamente, ora negativamente, de acordo com critérios lexicográficos pessoalíssimos de Machado, todavia não explicitados. Quando o cronista concorda com o dicionarista e até se serve do trabalho deste para sustentar suas próprias diatribes prescritivistas, o *Aurélio* tem avaliação positiva (p. 46, 117, 122, 132, 171, 211). Quando, porém, o dicionário dá abrigo a formas que Machado repudia, sua avaliação muda radicalmente:

- Pior do que "crescimento negativo" na linguagem comum talvez seja a redundante expressão *meio ambiente*, porque já foi incorporada e nem dói mais. Até o *Aurélio* a aceitou, conformado. Só que ele aceitava quase tudo — um critério defensável (p. 38).
- Quando for preciso quantificar ou fortalecer a idéia, o *bastante* não fica bem, embora o *Aurélio* até o registre como sinônimo de *muito*. Mas o venerável *Aurélio* registrou todas as tendências, como já lembramos, um critério discutível mas aceitável, pois quem faz a língua é o povo (p. 97).
- Verdade que o *Aurélio* até registra a possibilidade de *concordar que*, considerando estar subentendida a preposição. Mas ele abona o uso troncho com um autor meio ruim de língua como o Aluísio Azevedo. Aliás, pode-se abonar o uso de qualquer coisa com um ou outro exemplo perdido. Há gosto para tudo, não só na língua. Quem procura acha (p. 198).

Scanned with CamScanner

- O repórter poderia ter achado graça na raridade da palavra, mas que tal olhar outro dicionário além do *Aurélio*, antes de esculhambar o ilustre pai da pátria? (p. 201)

Em outros momentos, Machado justifica suas preferências comparando o *Aurélio* ("bom") a outros dicionários ("melhores"), e acusando-o de abonar suas inclusões lexicais com citações de escritores que "maltratam" a língua:

- A maioria dos jornais acabou se fixando em *a* cólera, palavra feminina, mas muitos preferiram tratá-la como masculina. A forma masculina é defensável porque o bom *Aurélio* a aceitou como alternativa, junto com os dicionários de Antenor Nascentes e da Melhoramentos. Mas a maioria dos melhores dicionários — *Aulete*, *Cândido de Figueiredo*, *Silveira Bueno* e outros — e os especialistas mais conceituados preferem *a* cólera, palavra feminina, portanto. [...] Para abonar o uso masculino, *Aurélio* registra uma frase de Joaquim Manuel de Macedo, que não foi nenhuma autoridade em matéria de língua. Até pelo contrário. Foi um dos iniciadores do Romantismo literário brasileiro, escreveu folhetins como *A Moreninha*, *O Moço Louro*, coisas assim, superficiais e populares, e maltratou razoavelmente a língua como médico, escritor e deputado (eles fazem isso há muito tempo) (p. 94-95).

A mesma ambigüidade de critérios, ou a mesma "empáfia" como escreveu Britto, caracteriza a avaliação que Machado faz de escritores brasileiros. Seus gostos pessoais é que dizem quem é digno ou não do título de bom escritor. Além dos exemplos já citados de depreciação de Aluísio de Azevedo e Joaquim Manuel de Macedo, ele também critica Gonçalves Dias ("os erros repetidos às vezes se transformam em acerto e verdade", p. 193) e, apesar de considerar que "o velho Machado [de Assis] parece eterno" (p. 151), também pergunta: "Mas quem foi que disse que o Machadão não pisou no tomate da distração?" (p. 150).

Essa última observação acerca do autor de *Dom Casmurro* advém da recusa de Josué Machado de aceitar a regência *deparar-se com*, que ele classifica de "cacetada" (p. 148). Novamente nos deparamos com seus nebulosos critérios de comparação lexicográfica, cuja vítima agora é o *Dicionário Prático de Regência Verbal* de Celso Pedro Luft:

> São as regências que os **melhores** dicionários registram e a **maioria** dos gramáticos aceita (ou *aceitam*, a escolher). Em tais casos esse verbo cabeludo funciona sem provocar sustos. Mas, na verdade, *deparar* admite quase todas justamente porque, confusas, promíscuas, começaram a se cruzar. O dicionarista e gramático Celso Pedro Luft, **sempre muito receptivo**, defendeu todas elas. Em seu *Dicionário Prático de Regência Verbal*, anotou um exemplo dessa regência cruzada [*deparar-se com*] anotada por Antenor Nascentes num texto de Machado de Assis: "...a boa

> estrela (...) sempre me depara (...) com uma tábua de salvação", em vez de "me depara uma tábua...". A mesma coisa que o **feio** "se depara com" do jornal. Mas quem foi que disse que o Machadão não pisou no tomate da distração? É possível **justificar as formas e usos mais estranhos** com exemplos raros e excepcionais. O que não tem nenhuma graça. Por isso, o melhor é usar **regências indiscutíveis, formas indiscutíveis** (p. 149-150) (negritos meus).

Essa não é a única ocasião em que Machado acusa Luft, tal como acusara antes o *Aurélio*, de ser "receptivo" a usos feitos por escritores que ele, Machado, desqualifica. Num raciocínio tortuoso, em que procura impor a regência "inabalável" *relacionado com* em oposição a *relacionado a*, mas, ao mesmo tempo, eximir-se da pecha de "reacionário", assim se expressa o cronista:

> O adjetivo *relacionado* exige **sem dúvida** a preposição *com* para se relacionar com alguma coisa. *Relacionado com*. Especialistas **mais tolerantes**, como Celso Pedro Luft, foi um dos que admitiram a regência *relacionado a*, ao lado do **indiscutivelmente correto** *relacionado com*. [...] O fato é que Celso Pedro Luft abrigou em seu *Dicionário Prático de Regência Nominal*, **mais tolerante** do que o **clássico** *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, de Francisco Fernandes, a regência *relacionado a*, **baseado em autores modestos, sem expressão**. O melhor é ficar com os autores mais expressivos, que sempre preferiram *relacionado com*, **regência inabalável**, a **única** que Francisco Fernandes registra e admite. Claro que não convém como reacionário querer que a língua permaneça imutável e firme em sua trajetória como o senador Marco Maciel, uma rocha. Por isso admite-se a regência *relacionado a*, já que o povo faz a língua (p. 239) (negritos meus).

O que caracteriza os critérios lexicográficos de Josué Machado é, como em todos os comandos paragramaticais, a preferência por obras mais antigas, conservadoras, que chama de "clássicos", como o dicionário de Francisco Fernandes, cuja primeira edição é de 1950, e se mantém o mesmo até hoje, sem atualização, apesar de passado meio século. Em contrapartida, o dicionário de Luft — disponível também em formato eletrônico de CD-ROM desde 1998 — traz citações de autores vivos, entre os quais Fernando Sabino, João Ubaldo Ribeiro e José Saramago, mostrando o empenho do autor em acompanhar os usos literários contemporâneos. O mesmo se pode dizer da preferência de Machado por dicionários como *Caldas Aulete* e outros contra o *Aurélio*. O filólogo português Caldas Aulete morreu em 1878, e seu dicionário, mesmo em sua edição brasileira e atualizada, foi publicado por última vez no início da década de 70. Hoje só pode ser adquirido em sebos. Foi referência quase unânime até o surgimento, em 1975, do *Aurélio*, que se consagrou como o empreendimento lexicográfico mais popular da história do Brasil: desde seu lançamento, já foram vendidos dezoito milhões de exempla-

Scanned with CamScanner

res do dicionário (cf. *Folha de S. Paulo*, 10/11/1999). Este, revisto e ampliado, teve sua segunda edição lançada em 1986, a terceira em 1999, e hoje também pode ser encontrado em versão eletrônica, constantemente atualizada[7]. O apego às obras mais antigas no que diz respeito, por exemplo, à regência verbal se evidencia pela absoluta desconsideração do *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*, coordenado por Francisco da Silva Borba e publicado em 1990, uma obra coletiva, empreendida com base em critérios lexicográficos rigorosos e apoiados em teorias científicas consistentes, além de voltado para a descrição das regências verbais coletadas num *corpus* autêntico de língua escrita.

Outra característica comum a todos os comandos paragramaticais é a não distinção entre *fonema* e *grafema*, preconceito decorrente da supervalorização da língua escrita e da correlata depreciação dos fenômenos característicos da língua falada. Em consonância com essa confusão tradicional, Josué Machado escreve disparates como:

- Talvez o repórter tenha dito *patinar*, mas como a pronúncia das sílabas com **n** costuma **ganhar um h** em certas regiões nortistas, a palavra terá soado como *patinhar*, o que nesse caso não faz diferença (p. 144) (negritos meus).
- A **confusão** entre *u* e *l* (ele) na **linguagem falada** é muito comum, a não ser em áreas do sul do país, em que a maior parte das pessoas pronuncia o l com seu **real valor**. Em geral se diz, **mal**, "formidáveu", "gerau", "reau", "poupa" por *polpa*, "fausso" por *falso*, "legau" por *legal*, "mau" por *mal* e assim por diante. Mas **escrever** assim costuma dar chibatadas em Cingapura (p. 153) (negritos meus).
- Ele [Paulo Brossard] era então presidente do STE e declinou vocábulos como *preconício* (propaganda), *contubérnio* (camaradagem, concubinato), *bicameralll*, *unicameralll* (gaúcho **fala** bem a letra *l*) [...] (p. 210) (negritos meus).

Atribuir um "real valor" ao L, achar que é possível "falar bem" uma "letra" ou que uma pronúncia pode "ganhar um h" é ignorar as noções mais elementares de fonética e fonologia.

Como venho observando, os comandos paragramaticais querem ter e dar a palavra decisiva final, categórica, sobre o uso "correto" da língua. Josué Machado assim procede, e não poucas vezes usa o adjetivo *indiscutível* para qualificar as formas que lhe parecem as únicas aceitáveis: "regências indiscutíveis, formas indiscutíveis" (p. 150), "regência indiscutível" (p. 197),

7. Não estou fazendo uma defesa intransigente do *Aurélio* (bastante criticável sob a perspectiva das teorias lexicológicas contemporâneas) nem negando ao *Caldas Aulete* seu valor como empreendimento lexicográfico. Minha intenção é simplesmente mostrar as contradições do discurso de Josué Machado acerca dos dicionários.

"expressão indiscutível" (p. 198), "uso indiscutível" (p. 204), "formas paralelas indiscutíveis" (p. 205), "normas indiscutíveis" (p. 245). No entanto, é curioso notar que Josué Machado parece não se sentir obrigado a respeitar ele mesmo as regras cuja observância tão autoritariamente cobra do resto da humanidade que fala ou escreve em português. Em seu livro aparecem usos que nenhuma gramática normativa admitiria nem muito menos consideraria "indiscutíveis".

É o caso por exemplo do uso do pronome "elas" como objeto direto, condenado unanimemente por todos os comandos paragramaticais, mas que ele usa na p. 149 ao escrever "Luft (...) defendeu todas *elas*", quando o "certo" (segundo Sacconi, por exemplo, 1990: 82) seria "defendeu-*as* todas".

Outro uso bastante "discutível", da perspectiva prescritivista, é o de pronome oblíquo com particípio passado como em: "Teria o pobre Dennis *se matado*, ressuscitado e *se matado* de novo?" (p. 169).

E o que dizer da não-correlação temporal entre os verbos da seguinte frase: "O Marajá reafirmou que não via PC *há* dois anos e que não tem registro nenhum dele" (p. 174)? Embora a grande maioria dos falantes brasileiros analise esse "há" como um advérbio, portanto invariável, os CP continuam a classificá-lo de "verbo" e cobram que, em referências ao passado, seja conjugado no imperfeito: "não via PC *havia* dois anos" (cf. *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo*, p. 137).

Machado não obedece às "leis da atração pronominal", que ele mesmo explica na p. 77, e escreve: "Por isso admite-*se* a regência **relacionado a**..." (p. 239), quando o "certo", segundo ele mesmo, seria: "Por isso *se* admite".

Enganos? Distrações? Escorregões? Culpa da "secretária" (p. 26) ou da "datilógrafa" (p. 138)? Ou simples incapacidade de resistir às transformações da língua e às novas regras gramaticais que já governam o uso brasileiro da língua portuguesa, mesmo em sua modalidade escrita mais neuroticamente monitorada?

3.2 PROBLEMAS DE TERMINOLOGIA

Em contraposição às vagas, imprecisas e, sobretudo, preconceituosas definições de "língua culta" que vigoram nos comandos paragramaticais, gostaria de examinar as propostas de classificação de Castilho (1978), Lucchesi (1994) e Mattos e Silva (1995) para o exame da variação dialetal da língua portuguesa do Brasil e para o entendimento de sua relação com o ensino.

Scanned with CamScanner

Após passá-las em revista, ofereço minha própria classificação, em que tento evitar a confusão de conceitos que se abrigam sob o termo *norma*.

Antes disso, porém, quero esclarecer que não me servirei neste trabalho da conhecida teoria de Coseriu sobre "sistema, norma e fala". Minha consciente desconsideração da teoria de Coseriu sobre a *norma* baseia-se principalmente no fato dele não propor o que Castilho (1998: 12) chama de "um entendimento mais rico da linguagem". Num curso ministrado na Universidade de São Paulo no segundo semestre de 1996 (e que freqüentei), intitulado "História das idéias lingüísticas e as correntes representativas", o renomado lingüista romeno encerrou seu percurso histórico com a gramática gerativa de Chomsky. Todo o elenco das "novas disciplinas" listadas por Castilho (*ibid.*) — Sociolingüística, Psicolingüística, Análise da Conversação, Semântica Argumentativa, Análise do Discurso, Lingüística do Texto — foram conscientemente desconsideradas por Coseriu, que não contemplou sequer a chamada escola britânica de filosofia da linguagem, que inclui nomes tão importantes quanto Austin e Wittgenstein. Além disso, concordo com as críticas de Lara (*in* Bédard & Maurais, 1983: 175) de que, com base nas distinções coserianas, "a questão da *norma* se limita a uma escolha mais ou menos arbitrária da parte do lingüista, que decide qual sistema de isoglossas ele chamará de 'norma'." E endosso a conclusão do crítico ao dizer: "A *norma* histórica, social e tradicional deve ser estudada no quadro de uma teoria mais ampla que o estruturalismo ortodoxo".

3.2.1 Classificações de norma segundo Castilho (1978)

Numa descrição das atitudes educacionais conservadoras no tocante ao ensino da língua, Castilho (1978: 14), alinhando alguns dos mitos que abordamos no capítulo anterior, faz uma descrição que se aplicaria, hoje, perfeitamente aos comandos paragramaticais:

> Houve uma fase, infelizmente ainda em vigor em alguns ambientes, em que a visão do fenômeno lingüístico era bastante simplificadora. Dispunham-se em planos diferentes os canais de comunicação, privilegiando-se a língua escrita como fonte do padrão. Identificava-se determinada variante diacrônica ou geográfica com o melhor português. Valorizava-se o registro refletido e se desconsideravam as interferências de uma variante em outra, tudo o que levava a uma visão rígida e preconceituosa da linguagem.

Admitindo que a escola tem como função o ensino de uma *norma*, associada com as variedades de maior prestígio social, Castilho passa a

analisar o conceito estrito de *norma* lingüística e assim o expressa: "usos e atitudes de uma classe social de prestígio, sobre que se erguem as chamadas «regras do uso bom»" (p. 15). Com base nisso, define três tipos de norma:

a) Norma objetiva, explícita ou padrão real é a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, que se podia identificar no Brasil de hoje com a chamada classe culta, escolarizada. [...]

b) Norma subjetiva, implícita ou padrão ideal é a atitude que o falante assume perante a norma objetiva, fato que podemos avaliar por meio de testes especiais. [...]

c) Norma prescritiva: decorre da combinação da norma objetiva com a norma subjetiva. Por outras palavras, merecem ser ensinados os usos lingüísticos de uma classe prestigiosa considerados mais adequados a cada situação e melhor identificados com o ideal de perfeição lingüística. É em nome do caráter unificador da norma prescritiva que se pode aceitar sua feição impositiva.

Gostaria de me deter um pouco na questão da *norma prescritiva*, levando em conta o que a seu respeito escreve Castilho.

A norma prescritiva, ainda hoje no Brasil, é o conjunto de regras que compõem o *cânon lingüístico*, cuja obediência os gramáticos e os paragramáticos cobram insistentemente. Um exemplo: os testes de avaliação aplicados por Tarallo (1983: 135-147) mostraram que os falantes das classes cultas aceitam com tranqüilidade a estratégia de relativização cortadora (como em "as coisas ø que eu me refiro"). A norma prescritiva, no entanto, repudia com veemência essa construção, classificando-a categoricamente de erro. Outras tantas realizações fonomorfossintáticas que não geram avaliação negativa da parte dos falantes cultos continuam sendo sistematicamente combatidas pela norma prescritiva. A constituição de uma "norma prescritiva" que levasse em conta essas atitudes dos falantes cultos e acolhesse como "bons" e "certos" outros usos lingüísticos que não os tradicionais seria altamente desejável. Mas não é o que temos hoje. A síntese descrita por Castilho em (c) decerto se refere ao que realmente acontece ao longo do tempo, e o próprio autor escreve (p. 16) que "a norma prescritiva não está a salvo do fenômeno da variabilidade lingüística". A combinação da norma objetiva com a subjetiva na elaboração de uma norma prescritiva seria altamente desejável para a efetiva democratização de ensino de língua no Brasil (como proponho no Capítulo 4). Todavia, ainda não é o que empiricamente se detecta no nosso atual panorama pedagógico e cultural.

Identifico, assim, a norma prescritiva em vigor no Brasil de hoje com o conceito de *norma prescritiva* oferecido por Rey (1972: 17):

Scanned with CamScanner

> A norma prescritiva, sendo uma construção segunda, obtida por seleção dos tipos de uso e de seus elementos característicos, e depois por eliminação, desemboca num pseudo-sistema, único como a estrutura efetiva da língua, mais restritivo, mas também muito mais implícito que o modelo funcional dos lingüistas (pois omite, e não percebe, uma quantidade de traços estruturais). Chamo esta norma prescritiva de pseudo-sistema porque ela se oferece para substituir o sistema (que ela ignora em grande parte), batizando-se por exemplo de o francês ("ele fala mal: não sabe francês") ou, mais realistamente, como uma parte do sistema, mas evidentemente a parte "boa/certa" ("a língua boa/certa", o "francês bom/certo").

Na verdade, tenho dificuldade em aceitar o termo "norma" para designar todas as entidades descritas acima, preferindo reservá-lo para o que Rey chama de norma prescritiva (e eu, como se verá adiante, de *norma-padrão*). Acredito que a linguagem efetivamente usada pelos falantes cultos deveria receber uma designação diferente, e não a de "norma objetiva", uma vez que esta "é uma abstração pelo menos tão afastada da consciência fenomenal quanto o é o sistema" (Rey, 1972: 12). Por isso, como propõe o lingüista francês, é preciso partir da norma objetiva na direção da pluralidade de subnormas, domínio da sociolingüística — que é precisamente o meu objetivo.

Finalmente, convém evocar o que a respeito dos termos *objetivo* e *subjetivo* diz Lucchesi (1994: 18):

> Se a distinção entre uma norma objetiva, observável, e uma norma subjetiva, imposta, pode ser útil consoante sejam os objetivos teóricos e metodológicos que norteiam a investigação, essa distinção, na realidade, *não é tão nítida assim* (isso para não falar da precariedade da noção "objetivamente observáveis"). O que ocorre de fato é uma complexa interação do sistema de valores adotados por um grupo e os padrões lingüísticos observados no seu comportamento, ou seja, existe uma inter-relação entre o que é habitual e o que é imposto de forma clara ou subliminar [grifos meus].

Diante disso, considero necessário utilizar outro sistema de classificação para distinguir a língua que realmente se fala da *imagem de língua certa* que vigora no imaginário dos falantes e que a prática pedagógica tenta incutir como modelo a ser imitado.

3.2.2 Classificações de norma segundo Lucchesi (1994)

Em artigo publicado na *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Dante Lucchesi também oferece, como diz o subtítulo mesmo de sua contribuição, "elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil". Embora reconheça a polissemia do termo *norma*, o autor nem por

isso abre mão de usá-lo. Sua tentativa, na verdade, é mostrar que existe lugar para a conceituação de *norma* dentro da Sociolingüística, desde que não seja a definição dada por Coseriu em seu famoso artigo de 1952, "Sistema, norma y habla", uma vez que

> a motivação mais profunda da formulação coseriana é a de retirar da língua ou sistema, o objeto precípuo da análise lingüística, qualquer determinação social, de modo que o sistema lingüístico pudesse ser estudado apenas por suas relações internas, somente a partir da sua lógica funcional. Coseriu expressa, assim, a pretensão de todos os estruturalistas: estudar apenas o sistema que se situaria por sobre todas as normas sociais da língua [p. 22].

Diante desse programa estruturalista, nada mais natural que uma ciência chamada *Socio*lingüística abandonasse as noções de *norma*. Mas Lucchesi quer reparar esse abandono.

Ao longo de seu texto, Lucchesi propõe três conceitos de *norma* que, na sua opinião, podem dar conta do panorama lingüístico brasileiro. Sistematizando sua classificação, teríamos:

(1) *norma padrão*: "Reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas" (p. 18);
(2) *norma culta*: "Conteria as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo" (p. 18);
(3) *norma vernácula*: "Padrões lingüísticos das classes mais baixas, não escolarizadas, que se oporiam de forma nítida aos padrões das classes média e alta, escolarizadas" (p. 26).

A *norma padrão* não seria efetivamente uma variedade de língua, ou dialeto, mas um conjunto de prescrições — com o que concordo plenamente. A dificuldade, porém, começa quando o autor usa a palavra "norma" *no singular* para referir-se às entidades descritas em (2) e (3). Uma proposta sociolingüística de classificação não pode admitir a existência de *uma* norma culta e de *uma* norma vernácula. O próprio Lucchesi reconhece (p. 27):

> Apesar de conceber o português do Brasil como um sistema heterogêneo e variável, defendo que ele não pode ser analisado como um sistema unitário, mas um sistema plural, mais precisamente um *diassistema*, constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos e variáveis, que defini aqui como *normas*.

A heterogeneidade e variabilidade desses dois "subsistemas" obrigaria a falar de *normas cultas* e *normas vernáculas* sempre no plural.

A proposta de Lucchesi de reutilização do termo *norma* em Sociolingüística tenta distinguir *padrão* de *culta*, qualificativos que, no entanto,

Scanned with CamScanner

já se cristalizaram numa sinonímia, que ele mesmo reconhece como "o modo ideológico de operar das atitudes prescritivistas" (p. 18), e que, me parece, será impossível erradicar do senso comum, sobretudo graças à difusão-confusão dos dois adjetivos no discurso dos comandos paragramaticais, que conta, infelizmente, com um auditório muito maior que o discurso dos lingüistas.

A separação do português do Brasil em duas normas ou subsistemas também é um modo de classificação corrente no discurso normativista e paragramatical, que separa, como se viu, o "culto" (a língua dos "clássicos") do "vernáculo" (que os CP chamam de "língua de jacu", "língua do povão", "língua de índio" etc.). Falta nessa classificação de Lucchesi, a meu ver, a noção — fundamental — de *continuum*, introduzida na Sociolingüística brasileira desde 1985 pelo trabalho pioneiro de Bortoni-Ricardo sobre a urbanização dos falantes rurais, e aprofundada pela mesma autora em sua proposta de classificação das variedades lingüísticas brasileiras num texto de 1997, que será analisado pormenorizadamente no final deste capítulo. Apesar de reconhecer que existem "intercursos específicos e a mútua influência" entre a *norma culta* e a *vernácula*, nem por isso o autor deixa de classificá-las como "pólos" (p. 27), o que pode levar ao risco das classificações demasiado rígidas, obliterando precisamente os intercursos e a mútua influência das variedades.

3.2.3 Classificações de norma segundo Mattos e Silva (1995)

Outra classificação é proposta por Mattos e Silva (1995: 14):

a. **norma normativo-prescritiva, norma prescritiva** ou **norma-padrão**, conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de **erro** o que não segue esse modelo. De fato, a **norma normativo-prescritiva** passa a ser a norma codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos, embora com alguns deles se interseccione, e é parcialmente reciclada ou atualizada ao longo do tempo pelas imposições evidentes, decorrentes da razão universal de as línguas mudarem e suas normas também, entre elas, a que serve de modelo à **norma-padrão**;

b. **normas normais** ou **sociais**, "objetivas" e quantificáveis (?), atuantes nos usos falados de variantes das línguas. São normas que definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Distinguem-se em geral:

b.1 normas "sem prestígio social" ou estigmatizadas;

b.2 normas "de prestígio social", **equivalentes ao que se denomina** norma culta, **quando o grupo de prestígio que a utiliza é a classe dominante e, nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade**[8].

Esta classificação se aproxima um pouco mais de minha própria concepção do problema. Mattos e Silva reconhece que a "norma prescritiva" é, de fato, a norma preconizada pelas gramáticas normativas e que esta "distancia-se da realidade dos usos", não sendo ainda, portanto, a desejável combinação descrita por Castilho. A autora também emprega, como Lucchesi, a oposição entre "norma-padrão" e "norma culta" — o que me obriga a insistir na inadequação que vejo no uso de "norma" para qualificar os usos efetivos da língua por seus falantes.

Mattos e Silva, antes de apresentar sua classificação, lembra que "na metalinguagem da Lingüística a polissemia do termo *norma* é conhecida" e que "nem sempre os especialistas [coincidem] no que denominam *norma*" (1995: 14). Britto (1997: 56) também se refere às ambigüidades do termo e mostra os dois conceitos que se confundem por trás do rótulo *norma culta*:

1. aquela que se manifesta como uma espécie de língua ideal e que resulta da prática de determinados gramáticos, presa à tradição escrita. Esta norma [...] atua ideologicamente sobre as representações que as pessoas têm do que seja língua e gramática, por força de determinantes históricos e político-sociais, estipulando um padrão de correção [...].
2. aquela que efetivamente resulta da prática social, correspondendo à fala dos segmentos socialmente favorecidos. Trata-se de uma variedade bastante diferente da chamada língua padrão, com caracteríticas sintáticas muito particulares, ainda pouco descritas, a não ser em níveis superficiais.

Como se vê, Britto também reúne numa única definição (1) a norma prescritiva dos gramáticos e a representação que os falantes têm do que seja o uso correto da língua. Sua definição (1) seria igual à soma de (b) e (c) da classificação de Castilho e à definição (a) de Mattos e Silva (e à *norma padrão* de Lucchesi). Com base nessas ambigüidades e confusões é que passo a propor um uso restritíssimo do termo *norma*.

8. Todos os negritos e demais marcações são da autora, inclusive a interrogação depois de "quantificáveis", que ela assim justifica (1995: 14-15): "A interrogação que sucede o qualificador **quantificáveis** deve-se ao fato de que as quantificações possíveis, a partir de *corpus* predeterminado, é uma tentativa de objetividade, fundada em critérios considerados estatisticamente válidos e decorre de minha dúvida quanto à quantificação para fatos da língua, que resultam, parece-me, em aproximações, embora interessantes e cientificamente embasadas, da realidade."

Scanned with CamScanner

3.2.4 Restringindo o uso do termo norma

Por seu caráter jurídico, digamos assim, de regra(s) imposta(s), de modelo/medida/gabarito para avaliação, de lei (senão escrita, ao menos consuetudinária), prefiro restringir o termo *norma* àquilo que Mattos e Silva chama de *norma normativo-prescritiva*, *norma prescritiva* ou *norma-padrão* (Lucchesi), e proponho que esta última expressão seja usada para designar a concepção de língua das gramáticas normativas, dos comandos paragramaticais e instituições afins, bem como da ideologia "que atua sobre as representações que as pessoas têm do que seja língua e gramática", na análise de Britto[9]. Essa minha opção se aproximaria da primeira acepção do termo *norma* oferecida por Dubois *et al.* (1978: 435) em seu *Dicionário de Lingüística:*

> 1. Chama-se *norma* um sistema de **instruções** que definem o que **deve ser** escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo **ideal** estético ou sociocultural. A norma, que implica a existência de **usos proibidos**, fornece seu objeto à gramática normativa ou *gramática* no sentido corrente do termo (negritos meus).

A essa *norma-padrão* contraponho o termo *variedades*, já consagrado pela Sociolingüística. À "norma culta" de Mattos e Silva e Lucchesi, e à "norma objetiva, explícita ou padrão real" de Castilho prefiro chamar *variedades cultas*, sempre no plural[10] (ao contrário do que propõe Britto ao escrever "trata-se

9. Melhor seria, talvez, designá-la simplesmente de *norma*, no sentido mais jurídico do termo, uma vez que toda norma, para ser cumprida, estabelece um padrão a ser tomado como referência. Mas considerando a larga influência da tripartição, já clássica, *sistema-norma-fala* postulada por E. Coseriu, em que norma "é a realização coletiva do sistema" (cf. Mattos e Silva, 1995: 22), podemos conservar, para maior clareza do conceito, a expressão dupla *norma-padrão*, enfatizando sempre, porém, que, por ser um *padrão*, ela não é de modo nenhum uma "realização" muito menos "coletiva". É esclarecedora, a este respeito, a primeira definição que o Dicionário Aurélio Eletrônico, versão 2.0 (1998) oferece da palavra *norma*: "Aquilo que se estabelece como *base ou medida para a realização ou a avaliação* de alguma coisa" (grifos meus).

10. Não faz sentido falar de uma só variedade *culta*, nem que a ela se acrescente o adjetivo "urbana". Como os dados do Projeto NURC revelam, as variedades cultas das grandes cidades brasileiras apresentam diversos aspectos que as diferenciam. No nível fonético nem é preciso dar exemplos dessas diferenças, que são percebidas por qualquer leigo e servem como indício da origem geográfica do falante. Vejamos uns poucos exemplos sintáticos. Na variedade culta falada do Recife, por exemplo, é comum o uso do pronome LHE com função acusativa: "Eu *lhe* vi ontem na rua" (sempre como retomada anafórica de VOCÊ, e nunca de ELE/ELA), de ocorrência rara em variedades cultas urbanas do Sul-Sudeste. Nessa mesma variedade, são freqüentes as formas verbais TU FOSSE, TU VISSE, TU FALASSE onde a norma-padrão impõe TU FOSTE, TU VISTE, TU FALASTE. Já na variedade culta falada de Porto Alegre é comum encontrarmos as variantes TU FOI, TU VIU, TU FALOU para aquelas mesmas realizações. Nas variedades cultas faladas do Rio de Janeiro e São Paulo, por seu turno, é rara a ocorrência do pronome-sujeito TU, em cujo lugar aparece VOCÊ. Por isso só cabe falar de *variedades cultas* no plural. Para uma discussão das diferenças entre as variedades cultas das cidades que compõem o Projeto NURC, ver Mattos e Silva (1995: 82).

de *uma* variedade"). É essa oposição entre *norma-padrão* e *variedades cultas* que instaura, no ensino, o que chamo *dramática da língua portuguesa*, isto é, o conflito entre os usos reais da língua e a obrigação, sentida quase unanimemente pelos professores, de fazer cumprir um conjunto de regras que praticamente nenhum falante respeita em sua integralidade (nem mesmo os que tentam impô-las a todo custo, como se viu no caso de Josué Machado).

Por que não oponho *variedades cultas* a "variedade-padrão"?[11] Porque o termo *variedade* implica, na Sociolingüística, um *uso* concreto, efetivo por parte de falantes reais. Ora, não existe uma "variedade-padrão", expressão paradoxal na medida mesma em que comporta o termo *padrão*: todo padrão é estabelecido com vistas a uma uniformização, a uma homogeneização de formas e de usos, situando-se por conseguinte por cima e por fora de toda variabilidade, de toda heterogeneidade. Como é sabido, a característica precípua da *norma-padrão* é supor uma língua descontextualizada, arrancada de suas condições de produção histórica e social.

Aproveito o momento para, junto com minha rejeição dos termos "língua-padrão", "variedade-padrão" e "dialeto-padrão", reiterar minha rejeição à expressão "ensino de língua materna". Essa expressão, como bem analisa Aléong (*in* Bédard & Maurais, 1983: 270) é "no mínimo paradoxal, já que não há necessidade de ensinar essa língua [materna], mas, sim, a língua escolar ou o *bon usage* que pode apresentar defasagens consideráveis em relação à língua materna". Um pouco antes o mesmo autor já tinha dito (p. 262): "a língua materna é sempre aprendida bem antes do início da escolarização que, no que diz respeito às línguas, funciona como se a língua materna devesse ser aprendida na escola e não em casa". Talvez se possa aceitar dizer que existe um ensino *não-institucionalizado* da língua materna, na medida em que a criança vai sendo corrigida e/ou estimulada em sua produção lingüística pelos falantes com quem convive no ambiente familiar e comunitário. Mas falar de "ensino [institucionalizado] de língua materna", de "professor de língua materna" ou de "lingüística aplicada ao ensino de língua materna" é algo, a meu ver, descabido. Esse tipo de confusão terminológica, que grassa no meio acadêmico, é que permite que o jornalista Mario Sabino, no texto de abertura de sua entrevista com Pasquale Cipro Neto nas páginas amarelas da revista *Veja* (10/9/1997), apresente assim o entrevistado: "[...] professor de português — um idioma que,

11. Esta opção terminológica implica decerto uma revisão de trabalhos meus anteriores (Bagno 1997, 1999), em que trato de "variedade padrão" e de "norma culta", sem o rigor que proponho agora. Esta revisão já foi levada a cabo em Bagno (2000).

Scanned with CamScanner

de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros, precisa ser divulgado e explicado para os milhões que o têm como língua materna"... Como será possível "divulgar" uma "língua materna" para seus próprios falantes nativos? O que Cipro Neto tenta "divulgar e explicar" é a *norma-padrão*, a ideologia lingüística do "certo" e do "errado", e não a língua materna dos brasileiros.

Voltando à questão da descontextualização necessária à instituição de uma *norma-padrão*, é esclarecedora a análise de Mey (1998), que resumirei a seguir. Fazendo uma analogia entre o padrão-língua, usado para medir o valor de uma manifestação lingüística, e o padrão-ouro, usado para medir o valor de uma determinada moeda nacional, Mey assim se exprime (1998: 78):

> A propriedade crítica do ouro não é o seu valor intrínseco: como tal, ele é somente um elemento do Sistema Periódico, um dos vários metais da terra, exceto que é mais raro e mais estável do que a maioria dos outros. O valor do ouro consiste no fato de ele ser **colocado à parte**, não só fisicamente (como as barras de ouro nos cofres subterrâneos do Forte Knox, no Tennessee, ou como no clássico tesouro do açambarcador), mas, ainda mais, **mentalmente**, na cabeça das pessoas. O ouro é, ao mesmo tempo, a medida de todos os valores e de seus **padrões invisíveis** [...].
>
> A "língua comum" é a medida fictícia do ouro da nossa fala. Seu dialeto padrão — **virtualmente inexistente** — é tipicamente falado, na melhor das hipóteses, por muito poucos da população de um país. O valor da língua padrão, assim como o valor do precioso metal, é dependente da sua **descontextualização**, o que quer dizer que representa o valor absoluto, ao mesmo tempo em que, na realidade, não tem nenhum valor concreto, é um *padrão descontextualizado* [negritos meus, sublinhados do autor].

Prossegue Mey dizendo que a "língua-padrão" se converte num conceito abstrato e vazio, no mesmo plano de outras "grandes idéias" como Vida, Honra, País, Fé, Família, etc. Segundo Mey, "a norma é abstraída de sua essência, e, em conseqüência disso, não pode ser nunca tema de discussão". Assim como, no Brasil, as barras de ouro que esteiam o valor da moeda em circulação se encontram isoladas e protegidas nos cofres do Banco Central, assim também o *padrão de língua* que confere valor às falas e às escritas circulantes se encontra isolado e protegido nas gramáticas normativas e nos dicionários, além de estar impregnada, de forma mais ou menos nebulosa, na mentalidade dos falantes.

Por isso não vejo sentido em falar de "língua-padrão" ou "dialeto-padrão", uma vez que para se admitir a existência de uma língua, dialeto ou variedade é preciso também admitir a existência de seus falantes reais e concretos, o que não acontece com a *norma-padrão*, que, por ser descontextualizada, não é a língua materna de ninguém, sendo, antes, uma *representação de língua*, um ideal perseguido (mas impossível de alcançar). Conseqüentemente, o que existe não é uma "língua-padrão", mas, sim, um *padrão-língua*, um peso, uma medida, um metro, um gabarito para medir, avaliar, classificar as realizações lingüísticas. Para evitar o uso da expressão "língua-padrão" e sabendo do risco que poderia advir do uso da expressão invertida, *padrão-língua*, proponho que se fale sempre e exclusivamente de *norma-padrão*.

3.2.5 Caráter "jurídico" da norma-padrão. Sua mudança ao longo do tempo

Prosseguindo na investigação das características da norma-padrão (a "língua culta" das gramáticas normativas e dos comandos paragramaticais), pode se dizer que ela opera com uma concepção que seria possível subdividir do seguinte modo:

- uma *monoglossia*: uma só língua digna desse nome;
- uma *homoglossia*: uma língua uniforme, homogênea, imutável;
- uma *ortoglossia*: uma língua correta e, por conseguinte, boa/bonita.

Essas três hipóstases se consubstanciam numa *ortodoxia lingüística* que se contrapõe a toda e qualquer *heresia*, isto é, a toda tentativa de interpretação divergente dos fatos lingüísticos, bem como de produção lingüística divergente da prescrita. Trata-se, como diz Aléong (*in* Bédard & Maurais, 1983: 270), de um *discurso da norma*, isto é,

> um pensamento ou uma visão da linguagem mediante a qual se pode classificar os fatos lingüísticos segundo categorias de bom, ruim, correto, puro, errado, padrão, etc. Segundo esse discurso, existe um uso certo [*bon usage*] [...] e, por conseguinte, um uso errado. Ora, já que a realidade lingüística a todo momento dado apresenta defasagens em relação a todo ideal fixo, fica óbvio que o discurso da norma é, por definição, *imperativo, autoritário e arbitrário* [grifo meu].

O discurso da norma-padrão visa informar os falantes acerca dos julgamentos e das decisões que ela toma; serve para formulá-los, justificá-los, comentá-los:

> Discurso regulado pela natureza de seu objeto: avaliação crítica e condenação eventual dos outros discursos — que são também o discurso do Outro — e, menos francamente, julgamento de valor que hierarquiza os usos e, por meio deles, os usuários. Discurso definitório, pois, rejeitando uma parte dos usos da comunidade, ele delimita um objeto; discurso de julgamento imperativo quando enumera regras, contra-regras, batizadas de "exceções", e listas jamais concluídas de unidades

Scanned with CamScanner

de uso duplo [*baixar* ou *abaixar*; *guardiães* ou *guardiões*] ou de unidades a proscrever (os empréstimos recentes). A descrição, a exclusão e a avaliação condicionam um tipo de discurso prescritivo cujas marcas explícitas (*é preciso*; *quero que...*; *você deve...*) freqüentemente são apagadas [Rey, 1972: 18].

Rey observa que existem dois tipos de discurso purista bem definidos. O primeiro seria o *discurso prescritivo confesso*, realizado no imperativo: "Não diga X, diga Y". Esse discurso está presente já nos títulos mesmos das obras caracteristicamente puristas, como a de Sacconi, *Não erre mais!*, herdeiro de Cândido de Figueiredo com seu *O que se não deve dizer*. Encontra-se também no recente *Com todas as letras*, de Eduardo Martins, destinado a crianças, onde muitos capítulos trazem no título verbos no imperativo: "Acerte no uso do *lhe*" (p. 17), "Assista sempre *ao* jogo" (p. 27), "Prefira chamar o estado de *Rorãima*" (p. 29), "Não ceda à síndrome do hífen" (p. 44) e assim por diante. O outro tipo de discurso purista é aquele que assume as aparências de um discurso didático e, às vezes, "objetivo" e "neutro" — como ocorre em todas as atividades de Pasquale Cipro Neto, como se viu — ou ainda de um discurso polêmico, freqüentemente irônico e desrespeitoso — como exemplificam *ad nauseam* as colunas de Josué Machado.

O termo *ortodoxia* que usei acima remete à esfera da religião institucionalizada, e este paralelo com a teologia oficial se percebe claramente no discurso dos comandos paragramaticais: Josué Machado, por exemplo, referindo-se ao uso da vírgula (1994: 63), fala das situações em que é "pecado" usá-la. A norma-padrão configura-se também como uma *axiologia*, como um *corpus* de valores morais, ou um conjunto de *axiomas*, isto é, no vocabulário filosófico, premissas imediatamente evidentes admitidas como universalmente verdadeiras sem exigência de demonstração. O valor intrínseco das prescrições gramaticais normativas e a não-exigência de demonstração de sua verdade se evidenciam no discurso dos comandos paragramaticais:

- Não perca nenhum tempo em perguntar *por quê*, caro leitor: basta não esquecer que estamos estudando a língua *portuguesa*. Com certeza... (Sacconi, 1998: 14)
- Console-se, são coisas da nossa língua portuguesa... (Cipro Neto, módulo "Colocação pronominal 2", site *Nossa Língua Portuguesa*, *www.tvcultura.com.br*)
- Isso, claro, se o comentarista estivesse preocupado em escrever de acordo com as normas *indiscutíveis* da língua [...] (Machado, 1994: 245) [grifo meu]

Conclui-se, assim, que a norma-padrão é, antes de tudo, um *cânon lingüístico*, um corpo de regras verdadeiras e válidas, cujo descumprimento induz ao erro. Este cânon não existe, materialmente, num lugar só: ele se

acha disperso nas muitas gramáticas normativas já elaboradas. No entanto, embora haja, de gramática para gramática, algumas divergências doutrinais[12] — sobretudo hermenêuticas, na *interpretação* dos casos de aplicação ou não das regras prescritas —, o grau de convergência é muitíssimo mais elevado, e seria possível (se alguém se dispusesse a fazer isso) reunir num só códex todas as prescrições canônicas em torno das quais os gramáticos mostram acordo. Os comandos paragramaticais tentam levar a cabo uma parte dessa tarefa de compilação-condensação do cânon lingüístico. O *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*, de autoria de Eduardo Martins, apresenta, por exemplo, uma seção em que lista "os cem erros mais comuns", descrevendo, simultaneamente, por antinomia, os cem "acertos" correspondentes. O normativismo gramatical (e paragramatical) age, por conseguinte, como uma espécie de "Direito canônico", de poder legislativo e judiciário sobre a língua: dita leis e fiscaliza seu cumprimento.

A alusão ao Direito não me parece descabida. É conhecida a oposição que se faz, na ciência jurídica, entre o *legal* e o *legítimo*. O legal é aquilo que tem de ser inflexivelmente acatado por ser *lei*, mesmo que essa legalidade derive de um ato arbitrário ou sem fundamento racional visível. Um governo ditatorial, por exemplo, pode impor todo tipo de lei que lhe for favorável, tornando legal, por exemplo, o fuzilamento sumário de cidadãos suspeitos de se opor ao regime ou a eliminação física de membros de determinada etnia ou confissão religiosa. O legítimo, por seu turno, é aquilo que, mesmo não fazendo parte do Direito escrito, se baseia na justeza, na razão, no bom senso, nos hábitos e costumes de uma coletividade, etc. A tendência é, com o tempo, o *legítimo* ser absorvido pelo *legal* e tornar-se lei, entrando deste modo no terreno do normativo. É assim que, com o passar do tempo e sob pressão da sociedade civil, ocorre a descriminação do que antes era considerado um delito. No final do século XIX, por exemplo, a homossexualidade era crime na Grã-Bretanha, punido com prisão e trabalhos forçados (testemunho disso é o célebre caso do escritor Oscar Wilde). No final deste século XX, há homossexuais assumidos entre os ministros do governo britânico. O mesmo se pode dizer das questões do aborto e do uso de determinadas drogas, como a maconha: hoje ainda são, no Brasil, crimes punidos pela legislação, mas há forte movimento social na direção de sua descriminação. E isso não se dá apenas no plano das leis, mas em todas as normas que vigoram numa sociedade. Basta comparar, em momentos históricos distintos, numa mesma co-

12. Ver a esse respeito a obra de Hauy (1994).

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca Comunitária

Scanned with CamScanner

letividade, os padrões de certo e errado no terreno do comportamento, da sexualidade, da etiqueta, da indumentária, etc.

Assim, embora não haja legislação oficial que imponha sua observância estrita e transforme sua inobservância em crime, a *norma-padrão* (identificada ideologicamente em nossa sociedade como "a" língua portuguesa) é instrumentalizada como lei, e o fato de ser prescrita deixa claro que ela pertence à esfera do *dever ser*, do *legal*. Todas as demais variedades, pelo simples fato de existirem, isto é, de serem faladas e escritas por seres humanos (cuja suposta igualdade perante a lei é garantida em princípio pela Constituição), pertencem à esfera do *legítimo*, do que *é*[13]. E do mesmo modo como, em Direito, o legítimo tende a tornar-se legal, também no caso da língua ocorre a pressão das variedades cultas, reais, sobre a norma-padrão, ideal, sobre o cânon lingüístico, fazendo com que esse cânon apresente diferenças ao longo do tempo, diferenças devidas à incorporação de regras antes consideradas "erradas" ao *corpus* das regras tidas como "certas". É a isso que se referem Castilho — ao lembrar (1978: 16) que "a norma prescritiva não está a salvo do fenômeno da variabilidade lingüística" — e Mattos e Silva (1995: 14) — ao afirmar que a norma-padrão "é parcialmente reciclada ou atualizada ao longo do tempo pelas imposições evidentes, decorrentes da razão universal de as línguas mudarem". Evidentemente, no plano sincrônico, a *norma-padrão* também exerce poderosa influência sobre as variedades em geral e sobre as variedades cultas em particular, na medida em que seus falantes se sentem, por efeito da escolarização e por pressões da sociedade, mais ou menos obrigados a respeitar as "leis" daquilo que em francês se chama *le bon usage*, o uso correto-bonito da língua. No entanto, a força da mudança lingüística revela-se, ao longo do tempo, mais poderosa e acaba por triunfar, mais cedo ou mais tarde (a depender do vigor da padronização lingüística na sociedade), fazendo com que formas inovadoras concorram com as formas tradicionais até suplantá-las totalmente.

É o que Aitchison (*in* Bauer & Trudgill, 1998: 17) descreveu com a metáfora do cuco. Segundo a autora, até meados da década de 1950, acreditava-se que a mudança lingüística ocorria da mesma forma como um girino se transforma em sapo: uma palavra ou uma construção sintática ia assumindo gradualmente uma forma nova. Mas essa tese "do girino ao sapo" foi abandonada (graças sobretudo, diz ela, aos trabalhos de William Labov) em proveito do modelo do "filhote de cuco": o cuco é um pássaro do hemisfério norte cuja fêmea, em vez de construir seu próprio ninho, põe seus ovos em ninhos de outras aves, um ovo por ninho. Quando o filhote de cuco nasce, ele instintivamente empurra os outros ovos para fora do ninho, fazendo com que a ave-hospedeira se ocupe exclusivamente dele. Esse processo de eliminação de uma forma lingüística por outra é assim descrito pela autora:

> A competição, e não a metamorfose, está na raiz das alterações lingüísticas, demonstrou ele [Labov]. Uma nova variante desponta em alguma secção da comunidade e compete com a existente. Em seguida, a forma mais nova se expande e gradualmente expulsa as mais velhas, como um filhote de cuco empurrando para fora do ninho um ocupante anterior. Formas velhas e novas, portanto, coexistem e competem: as velhas não se transformam magicamente nas novas.

Temerosas diante da instabilidade representada por esse atrito entre o ideal conservador e o real inovador — e isso não só em relação às normas lingüísticas —, as forças dominantes da sociedade usam os meios de que dispõem para desqualificar o novo, o múltiplo, o variável, o heterogêneo (que elas classificam de "caos" e "desordem"). Surgem daí os conflitos ideológicos analisados aqui no primeiro e no segundo capítulos.

No espectro das variedades lingüísticas, a zona mais conservadora, mais resistente à mudança é ocupada pelas variedades cultas *escritas*. Isso se tornará mais evidente no próximo capítulo, quando investigarmos as ocorrências de cinco estruturas sintáticas em variedades cultas faladas e em variedades cultas escritas. Essa característica conservadora das variedades escritas faz com que, na concepção dos gramáticos e paragramáticos e, por conseguinte, na escola e no senso comum, essas variedades sejam identificadas com a norma-padrão, havendo cobrança ainda maior dos comandos paragramaticais sobre elas para que sigam mais fielmente as prescrições do cânon, cobrança correlata à depreciação das variedades faladas, como vimos mais atrás ao investigar as concepções de "língua culta" dos CP, baseadas numa polarização maniqueísta. Essa identificação da variedade culta escrita com a norma-padrão, no entanto, não tem cabimento, visto que, como já argumentei no capítulo anterior, ela é na verdade um dos mitos que compõem o preconceito lingüístico. A análise dos dados do *corpus* a ser apresentada no próximo capítulo esclarecerá melhor esse ponto.

Formas lingüísticas inovadoras (e também algumas conservadoras, como arcaísmos preservados nas variedades [–cultas], cf. próximo capítulo, 4.6) parecem surgir primeiramente nas variedades [–cultas], percorrendo um trajeto que poderíamos chamar de "ascensão social" até atingir as variedades [+cultas], onde, uma vez aceitas, exercerão pressão sobre a norma-padrão até serem

13. A relação entre *legal* e *legítimo* encontra um paralelo na relação entre o *normal* e o *normativo*, assim explicada por Aléong (*in* Bédard & Maurais, 1983: 257): "Se se entende por normativo um ideal definido por julgamentos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente da parte das pessoas concernidas, o normal pode ser definido no sentido matemático de freqüência real dos comportamentos observados".

Scanned with CamScanner

incorporadas ao cânon. Um exemplo desse processo seria a construção sintática do tipo *deixa eu ver*, condenada unanimemente em todas as instâncias gramaticais e paragramaticais, mas já amplamente difundida entre os falantes cultos de todas as variedades urbanas brasileiras, inclusive escritas, como veremos no próximo capítulo. É previsível que uma futura norma-padrão brasileira venha a admitir essa construção entre as regras gramaticais "corretas". Por outro lado, a construção do tipo *para mim fazer*, única possibilidade nas variedades [–cultas], é alvo de forte campanha estigmatizante da parte de falantes mais apegados à norma-padrão, e sua ocorrência nas variedades cultas urbanas faladas é quase nula nos dados do Projeto NURC, recolhidos há mais de vinte anos. No entanto, ao menos na capital de São Paulo, tenho verificado de forma empírica (mas não coletado sistematicamente) a ocorrência bastante disseminada dessa regra entre falantes cultos com menos de 40 anos de idade. Diante da pressão estigmatizante que ainda sofre, é provável que essa regra demore ainda muito mais tempo para conquistar seu lugar na norma-padrão. No entanto, é muito interessante que essa construção já mereça ser mencionada em gramáticas normativas. A respeito de *para mim fazer*, assim se expressam, por exemplo, Cunha & Cintra (1985: 290): "A construção parece ser desconhecida em Portugal, mas no Brasil ela está muito generalizada na língua familiar, apesar do sistemático combate que lhe movem os gramáticos e os professores do idioma." O reconhecimento da existência dessa construção por parte de uma gramática como a de Cunha & Cintra (enquanto a maioria das gramáticas normativas nem mencionam a "heresia") é revelador da pressão que essa inovação já exerce sobre as variedades [+cultas].

3.3 O QUE ENSINAR NA ESCOLA?

Diante do exposto, como responder à pergunta (invariavelmente presente na fala dos professores de língua): qual o objeto de ensino nas aulas de português? O que devemos ensinar a nossos alunos em sala de aula?

Uma resposta concisa e rápida seria: devemos ensinar a *norma-padrão*. Já que só se pode *ensinar* algo que não se conhece, cabe à escola ensinar a *norma-padrão*, que não é língua materna de ninguém, que nem sequer é língua, nem dialeto, nem variedade, como enfatizei acima.

Mas ensinar a norma-padrão não quer dizer simplesmente levar o aluno a conhecer todas as suas regras, a familiarizar-se com elas, a fazer ele saber aplicá-las com precisão e adequação. É muito mais que isso, na minha proposta. Defendo um *ensino crítico* da norma-padrão. E para empreender essa crítica, é necessário despejar sobre o pano de fundo homogêneo do

cânon lingüístico a heterogeneidade da língua realmente usada. Para tanto, a escola deve dar espaço ao *máximo possível de manifestações lingüísticas*, concretizadas no maior número possível de gêneros textuais e de variedades de língua: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não-cultas, etc. Proponho, como Mattos e Silva (1995: 37), "uma pedagogia voltada para o *todo* da língua e não para algumas de suas formas". Proposta que se assemelha à de Barthes (1996: 24-25), ao dizer:

> Se eu fosse legislador [...], longe de impor uma unificação do francês, quer burguesa, quer popular, eu encorajaria, pelo contrário, a aprendizagem simultânea de várias línguas francesas, com funções diversas, promovidas à igualdade. [...]
>
> Essa liberdade é um luxo que toda sociedade deveria proporcionar a seus cidadãos: tantas linguagens quantos desejos houver: proposta utópica, pelo fato de que nenhuma sociedade está ainda pronta a admitir que há vários desejos. Que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra [...]

Utopia, talvez, mas uma utopia mais humana e democrática do que a utopia autoritária da língua única e homogênea, decerto mais inatingível e irrealizável do que esta utopia de convívio com o plural, com o heterogêneo. O grau elevado de inviabilidade da utopia monolíngüe é que torna proporcionalmente elevado o grau da violência empregada para tentar realizá-la.

Proponho desdobrar dentro da escola o painel multifacetado, complexo e rico da realidade lingüística brasileira e não se limitar a oferecer como único modelo a ser imitado o dos clássicos da literatura. A escola, insisto, tem de se abrir a todos os *gêneros* em que se pode concretizar o uso da língua.

Esse ensino crítico implica um *questionamento da legimitidade da norma-padrão*, uma abordagem dos processos históricos, sociais e políticos que levaram à constituição do cânon lingüístico. No plano estritamente lingüístico, implica mostrar, cientificamente, de que modo a norma-padrão é uma tentativa de conservação de formas lingüísticas ultrapassadas, que não são nem melhores, nem mais bonitas, nem mais lógicas que as formas presentes nas variedades reais, mas apenas consagradas pelo uso de segmentos privilegiados da sociedade — não é por acaso que a norma-padrão na Inglaterra se chama *Queen's English*, o "inglês da Rainha"... Se for preciso, até, mostrar as "aberrações" da gramática normativa, suas inconsistências e incoerências, suas definições falhas (por exemplo: se o sujeito é termo "essencial" da oração, como pode haver "orações sem sujeito"?), etc., e também de que forma muitas das construções condenadas como "erro" demonstram ser muito mais eficientes para a comunicação de conteúdos e para a interação verbal do que as formas canônicas conservadoras.

Scanned with CamScanner

Como se pode ver, não advogo o reconhecimento da heterogeneidade lingüística apenas para impor, ao fim e ao cabo, a norma-padrão. Essa atitude, como bem analisam Soares (1986) e Mattos e Silva (1995), representa uma "violência simbólica", uma vez que "o respeito à diferença é apenas um caminho para a assimilação à sociedade dominante e, portanto, para a reprodução dessa sociedade" (Mattos e Silva, 1995: 13). Essa atitude está presente, como bem denunciam as autoras, nas propostas de lingüistas e educadores em que, conscientemente ou não, o bidialetalismo aparece apenas como uma etapa inicial na direção da assimilação/integração do aprendiz à sociedade dominante (Mattos e Silva, 1995: 48-51).

Sou a favor do ensino da norma-padrão para que os alunos oriundos das camadas sociais desfavorecidas (ou seja, a imensa maioria da população brasileira) possa ter como lutar com as mesmas armas do "inimigo". Minha proposta de ensino aproxima-se, assim, da de Soares (1986: 78), quando ela diz:

> Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, *não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais*. Um ensino de língua materna que pretenda caminhar na direção desse objetivo tem de partir da compreensão das condições sociais e econômicas que explicam o prestígio atribuído a uma variedade lingüística em detrimento de outras, tem de levar o aluno a perceber o lugar que ocupa o seu dialeto na estrutura de relações sociais, econômicas e lingüísticas, e a compreender as razões por que esse dialeto é socialmente estigmatizado; tem de apresentar as razões para levar o aluno a aprender um dialeto que não é o do seu grupo social e propor-lhe um bidialetalismo não para sua adaptação, mas para a transformação de suas condições de marginalidade [grifos meus].

Há, portanto, espaço para o ensino da gramática em sala de aula, desde que seja um *ensino de gramáticas*, sempre no plural, junto com a análise da funcionalidade de cada uma e da apreciação crítica dos valores sociais atribuídos a cada uma delas. No momento de ensinar os pronomes relativos, por exemplo, é imperioso apresentar as três gramáticas da relativização que vigoram no português do Brasil (cf. próximo capítulo), distribuí-las pelas variedades de língua que se servem delas, analisá-las lingüisticamente, descrever suas regras, etc., e demonstrar de que maneira a construção sintática padrão ocorre somente numa *minoria* de variedades bem delimitadas.

Não acredito, portanto, na validade de uma "norma pedagógica", nem sequer, aliás, na possibilidade de estabelecê-la. Em que se basearia? No uso

exclusivo dos "clássicos", postura elitista e antidemocrática, como querem as gramáticas normativas e os comandos paragramaticais? Na língua dos jornais? Mas os jornais não têm uma norma única, como vou mostrar mais adiante. Na língua dos falantes cultos? Mas as variedades cultas urbanas apresentam muitas diferenças entre si. Volto a repetir as palavras de Mattos e Silva (1995: 53): "Não se pode mais falar no Brasil do 'dialeto da escola'..."

Sou da opinião de que a disciplina Língua Portuguesa deve conter uma boa quantidade de *atividades de pesquisa*, que possibilitem ao aluno a *produção* de seu próprio conhecimento lingüístico, como arma eficaz contra a *reprodução* irrefletida e acrítica da doutrina gramatical normativa. Para cada assunto a ser abordado (colocação de pronomes, estratégias de relativização, regência verbal, concordância nominal, etc. etc.), seria o caso de levantar um *corpus* o mais diversificado possível para que nele se buscasse apreender as regras das diferentes variedades de língua, a distribuição dos usos de acordo com a modalidade de língua, com o registro, com o *gênero* de texto, etc. Esse *corpus*, para ser diversificado, deveria conter texto literário "clássico", texto literário "moderno", notícias de jornal, história em quadrinhos, crônicas assinadas, páginas da Internet, gravações de documentários na televisão, de programas de rádio, de telenovelas, de programas de entrevistas, de gravações de fala espontânea de pessoas de diversas extrações sociais, geográficas e assim por diante. O professor de português não pode mais ser apenas um repetidor da doutrina gramatical normativa, que ele mesmo (tantas pesquisas o mostram) não domina integralmente. Ele deve se converter num pesquisador e orientador de pesquisas a serem empreendidas por ele junto com seus alunos.

Para tanto, porém, é preciso que o professor de língua se conscientize de que ele é um lingüista, um estudioso da língua, capaz de produzir conhecimento lingüístico e material didático adequado para as necessidades de seus alunos.

Minha proposta se solidariza com a que já se encontra formulada no trabalho de Castilho (1998). Defendendo a inclusão da língua falada no ensino da gramática, diz este autor (p. 21):

> O ponto de partida para a reflexão gramatical será o conhecimento lingüístico de que os alunos dispõem ao chegar à escola: a conversação. O ponto de chegada será a observação do conhecimento lingüístico "do outro", expresso nos textos escritos de interesse prático (jornais, revistas de atualidades) e nos textos literários, cujo projeto estético será examinado. A proposta se fixa na língua que adquirimos em família, como um ponto de partida mais autêntico. Com ela nos confundimos, e nela encontramos nossa identidade. Ver considerado na escola seu modo próprio de falar, ser sensibilizado para a aceitação da variedade lingüística que flui da boca do outro, saber escolher a variedade adequada a cada situação — estes são os ideais da formação lingüística do cidadão numa sociedade democrática.

Scanned with CamScanner

Também se inclui nesta proposta a restituição à gramática de seu lugar de reflexão, debate e questionamento. Como bem analisa o autor (p. 22),

> A nova Nomenclatura Gramatical Brasileira fez da gramática um exercício classificatório, sem que sejam previamente discutidos os processos que estão sendo classificados. Insisto em que a gramática não é o lugar das certezas absolutas, e em classe não devemos transferir nossa capacidade de reflexão para o autor de uma gramática, por melhor que ele seja. É de todo inútil passar para os alunos o "pacote gramatical", o famoso "ponto" de gramática, cujo efeito prático será, infelizmente, afastar os educandos da reflexão. A aula de gramática deve implicar numa atuação participante de professor e alunos, movidos pelo desejo da descoberta científica. [...] Em qualquer um desses momentos, parece-me fundamental a convicção de que a gramática não é senão um debate contínuo, alimentado por dados, hipóteses, perguntas nelas fundamentadas e respostas que abrem novas perspectivas de indagação, e assim por diante. Para fazer girar o debate, cada aula será transformada num projetinho de pesquisa, movimentado pela liderança do professor.

A proposta de Castilho apresenta, segundo suas próprias palavras (p. 24), um "caráter modular", e se articula ao longo de três vetores, cada qual com um ponto de partida, um ponto intermediário e um ponto de chegada:

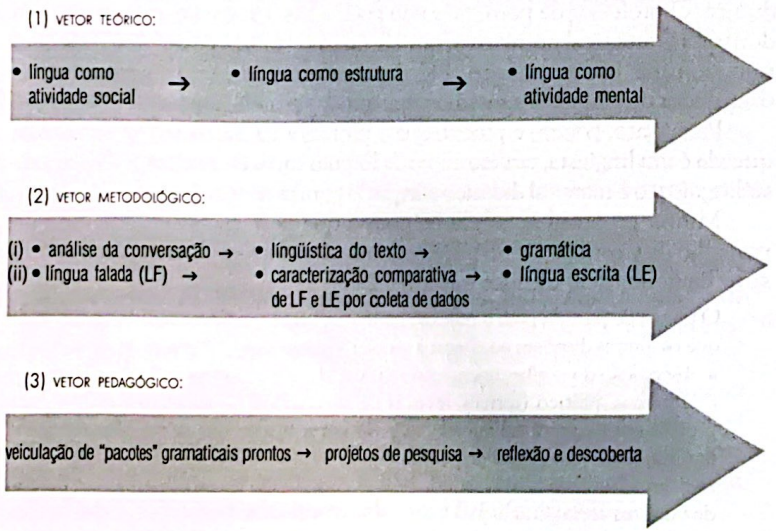


Figura 3.1: A proposta modular de ensino de Castilho (1998)

No terceiro vetor, o pedagógico, seria possível inscrever minha proposta de transformação do REPETIR (a doutrina gramatical tradicional) em REFLETIR (sobre o funcionamento da língua com base no estudo das variedades empíricas), e do REPRODUZIR (a ideologia gramatical normativa) em PRODUZIR (seu próprio conhecimento das regras de funcionamento da língua) — transformações para as quais é imprescindível, como insiste Castilho, a atividade de *pesquisa*.

A proposta de Castilho constitui um avanço pioneiro na tentativa de suprir a carência, que mencionei acima, da produção de material teórico-pedagógico acessível ao professor interessado em modificar sua prática de ensino da língua e em permitir que a gramática deixe "de ser vista pelos alunos como a disciplina do certo e do errado, reassumindo sua verdadeira dimensão, que é a de esquadrinhar através dos materiais lingüísticos o funcionamento da mente humana" (p. 23).

Outras propostas vetoriais também se encontram em Possenti (1997) e Geraldi (1999). Possenti (p. 87) sugere o vetor GRAMÁTICA INTERNALIZADA → GRAMÁTICA DESCRITIVA → GRAMÁTICA NORMATIVA, que parece sintetizar num só os três vetores de Castilho. Com ele, Possenti espera

> fazer com que o ensino de português deixe de ser visto como a transmissão de conteúdos prontos, e passe a ser uma tarefa de construção de conhecimentos por parte dos alunos, uma tarefa em que o professor deixa de ser a única fonte autorizada de informações, motivações e sanções. O ensino deveria subordinar-se à aprendizagem [p. 95].

Geraldi, por seu turno, (1999: 59-79) apresenta o que chama *unidades básicas do ensino de português*, articuladas em três grandes módulos:

(1) a prática de leitura de textos;
(2) a prática de produção de textos;
(3) a prática da análise lingüística.

Sugere atividades e distribuição de tarefas específicas para a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do ensino fundamental. É uma proposta que se concentra essencialmente no *texto escrito*, ao contrário da de Castilho que, como indica o título mesmo da obra, visa introduzir "a língua falada no ensino de português".

A GRAMÁTICA INTERNALIZADA é o produto da aquisição da língua materna, num processo intrinsecamente marcado pela *oralidade*: todos os seres humanos (que não apresentem deficiências físicas ou mentais) aprendem a *falar*, mas nem todos aprendem a *escrever-ler*. Por isso Castilho propõe a *análise da conversação* como suporte teórico para esse ponto de partida. A GRAMÁTICA NORMATIVA está estreitamente vinculada ao contato com as atividades de *letramento*. Como observa Possenti (p. 87), "a escrita, tal co-

Scanned with CamScanner

mo a conhecemos, tem recursos apenas para registrar a variedade padrão". Por conseguinte, quanto mais alguém se aproxima da gramática normativa, mais convive também com a *língua escrita*. Em vista disso, o autor argumenta que uma tarefa primordial da escola é aumentar o domínio de recursos lingüísticos por parte do aluno:

> Isso se faz expondo o aluno consistentemente a formas lingüísticas que ele não conhece, mas deve conhecer para ser um usuário competente da língua escrita. Se tais formas não são faladas, só um bom programa de leitura pode produzir a exposição necessária ao aprendizado ativo. O aluno aprendeu o dialeto com o qual tomou contato falando e ouvindo ativamente, na maior parte na própria família, algumas coisas com outras crianças da sua idade, outras com os marmanjos que lhe ensinam alguns dos segredos da vida, outras assistindo a programas de televisão. Seguindo o mesmo processo, vai aprender outras formas lendo, em especial aquelas que tipicamente estão apenas nos livros [p. 88].

O mais importante a destacar nessas propostas é sua ênfase na necessidade urgente, premente, inadiável de promover o que Possenti chama de "revolução" (p. 16) no ensino da língua, que se caracterizará sobretudo por uma *mudança de atitude do professor* diante de sua tarefa e, igualmente, por uma *mudança da concepção de língua*, que só pode ser alcançada, como salienta Castilho (p. 145), "pelo aproveitamento nas práticas pedagógicas das pesquisas que as universidades brasileiras vêm desenvolvendo desde os anos 70".

3.3.1 Mais um mito: a homogeneidade da língua escrita

Como vimos ao analisar a concepção de língua dos comandos paragramaticais, neles o que se define como "norma", "padrão", "culto", etc., é sempre alguma coisa muito presa à tradição escrita, como se a língua escrita fosse sempre e invariavelmente homogênea. Essa visão homogênea da língua escrita, porém, não é privilégio dos comandos paragramaticais. Como demonstra Corrêa (2000), também vigora na prática pedagógica e mesmo na pesquisa lingüística o que ele chama de *esquecimento* da heterogeneidade constitutiva da escrita. Quando muito, o que se reconhece é uma heterogeneidade *na* escrita, decorrente de algo que não lhe é constitutivo, mas que vem de fora: as supostas "interferências do oral no escrito", noção que deixa subentendida a crença numa escrita pura, isenta de toda possível marca de oralidade. No entanto, se recordarmos que a escrita surgiu como tentativa de representação da fala, perceberemos que é impossível evitar a presença da oralidade: afinal, a escrita estaria representando o quê?

Por sua vez, Street (1994: 100) chama a atenção para a necessidade de reconhecer a existência de *variedades de letramento*, tal como se reconhece a multiplicidade das *variedades de fala*:

> O modo como um padrão alcança esse *status* foi posteriormente enfatizado pela cunhagem da expressão *língua dominante* [...], que deixa explícito que se trata de poder e de luta pela dominação, mais do que de um processo natural da emergência do "melhor" como padrão. Eu gostaria de sugerir que adotássemos, de igual modo, a noção de *letramento dominante* a fim de salientar a extensão com que o letramento que é tratado como o padrão é apenas uma variedade entre muitas e que a questão de como ele se tornou o padrão é igualmente uma questão de poder. Isso implica, portanto, que nos refiramos a *variedades de letramento* tal como nos acostumamos a falar de *variedades de língua*. De que modo o letramento dominante marginaliza outras variedades, afirma sua própria dominação e disfarça sua própria base de classe e de cultura são questões que raramente têm sido levantadas no campo do letramento [...].

Argumenta ele que, nos Estados Unidos, toda a prática escolar em torno da língua parece visar à imposição do que ele chama de *letramento dominante*, que seria a preparação do indivíduo para a redação de uma dissertação acadêmica. (Seria o caso de nos perguntarmos qual seria o letramento dominante, em termos de imaginário, na pedagogia brasileira — a redação do vestibular? Cf. Kleiman, 1999: 44-47) Mas a língua escrita é tão heterogênea quanto a língua falada, e é muito fácil comprovar isso.

Não existe, por exemplo, uma "linguagem jornalística". Se é verdade que o jornalismo não é "literatura" (embora o jornal publique textos "literários"), também é verdade que, dentro de um mesmo jornal, é possível encontrar uma multiplicidade de gêneros textuais, a indicar uma igual multiplicidade de práticas de letramento. Basta folhear ao acaso a edição de qualquer grande jornal diário para nele se detectar uma miríade de gêneros:

- manchete
- carta de leitor
- anúncio publicitário
- charges
- ensaio acadêmico
- tabelas
- conto
- crônica
- ...
- chamada de primeira página
- horóscopo
- edital de licitação
- histórias em quadrinho
- anúncio fúnebre
- gráficos
- entrevista
- resenha bibliográfica
- ...
- editorial
- receita de culinária
- anúncios classificados
- notícia
- mapas
- previsão meteorológica
- coluna social
- poesia
- ...

Scanned with CamScanner

Tudo isso distribuído ao longo de um espectro que vai do mais formal ao menos formal, do mais impessoal ao menos impessoal, do mais "sério" ao mais "escrachado" e assim por diante.

Diante desse universo de práticas de letramento tão distintas entre si, fica difícil aceitar a classificação da "linguagem jornalística" (que nem sequer existe, ao menos no singular) como *uma* "língua veicular", segundo proposta de Dias (1996: 40), nem tampouco como o "português médio" aventado por Lopes (1993: 33) como a "norma" dos meios de comunicação de massa. Qualquer meio de comunicação de massa, exatamente como o jornal, apresenta uma multiplicidade de práticas de letramento e/ou oralidade: basta ver a grade de programação de uma emissora de televisão e comparar as diversas "linguagens" empregadas em cada tipo de programa: noticiário, telenovela, entrevista, documentário científico, filme, desenho animado, programa para crianças, espetáculo musical, programa de auditório, etc.

Daí a inutilidade, bem detectada por Dias (1996: 42-43), dos manuais de redação e estilo das empresas jornalísticas, que tentam prescrever uma única "norma lingüística" interna, pretensiosamente homogênea, sem levar em conta a multiplicidade de gêneros textuais que um jornal exibe.

Para exemplificar o que se disse até agora, vamos ler três textos publicados no mesmo dia (18/9/1999), num mesmo grande jornal (*Folha de S. Paulo*):

• Texto 1

O prédio do TRT – Editorial

É muito grave que atitudes corporativistas de certos parlamentares estejam colocando empecilhos à investigação do rumoroso caso da construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo. Como se sabe, tratou-se aí de um desfalque de uma centena e meia de milhões de reais nas verbas de uma obra já em si caríssima e que nem pronta ficou.

No centro dessa história revoltante apareceram a princípio um juiz, Nicolau dos Santos Neto, que coordenava as obras, e uma construtora, a Incal. Mais recentemente, surgiram indícios de um relacionamento até agora muito mal explicado entre a construtora do TRT e as empresas do Grupo OK, do senador Luiz Estevão (PMDB-DF); das relações entre esse senador e o juiz Santos Neto. Tais ligações foram intermediadas por telefonemas e cheques polpudos, segundo dados obtidos pela CPI. O Grupo OK tinha procurações para realizar operações financeiras pela Incal e realizou parte da obra do tribunal.

Senadores peemedebistas tentam recorrer a estratagemas duvidosos, para dizer o mínimo, para evitar que se lance um pouco mais de luz sobre os negócios de

seu colega Luiz Estevão. As manobras se dão no palco da CPI do Judiciário. Alguns senadores da comissão de inquérito pretendem colocar o caso em pratos limpos. Membros do PMDB, partido do senador, negaceiam.

O senador Luiz Estevão argumenta que cheques e telefonemas entre suas empresas e a construtora suspeitíssima do prédio do TRT são apenas sinais de um relacionamento empresarial normal, que nada teriam a ver com o desvio escandaloso do dinheiro da obra do TRT.

Mas não deixa de ser intrigante o comentário do senador Jefferson Peres (PDT-AM) a respeito de reunião da CPI sobre Luiz Estevão. "Dá nojo. Os membros de uma CPI têm de ter postura de magistrado", disse. Esperam-se agora explicações do PMDB sobre essa história nauseante.

• Texto 2

Briga de defuntos – Carlos Heitor Cony

Rio de Janeiro — Num debate entre gente mais culta que eu, reclamei do primarismo com que se rotula os outros. Um dos rótulos mais gastos no mercado é aquele que divide o clero entre progressistas e conservadores.

Nos anos 60, a mesma divisão era feita em cima dos burgueses. Havia burgueses conservadores e progressistas. As esquerdas aqui no Rio escolheram para candidato a governador um belíssimo sujeito, Sérgio Magalhães. Seu adversário era Carlos Lacerda, porta-voz ostensivo da reação.

Num ataque a seu competidor, Lacerda disse que Sérgio era tão burguês quanto ele. A resposta de um líder da esquerda foi esclarecedora: "Sim, é um burguês, mas um burguês progressista!".

Volto a falar sobre a missa rezada em Recife por alma de d. Hélder. O defunto dividiu o clero em vida e em morte. Bolas, um defunto é um defunto, não pode se jactar de ser um defunto progressista.

A briga ideológica, sobretudo agora, quando o neoliberalismo aproveitou a infantilidade da esquerda para dominar a sociedade, continua alimentando um tipo de azedume mal-informado.

Há defuntos respeitáveis que foram alçados à categoria de mais recente divisor de águas. Dias Gomes e d. Hélder, sem culpa na história, foram pretexto para a cruzada ideológica de certa parte da esquerda, a mais simplista e fisiológica. No Rio, esquerdistas infantis acham que a eleição de um direitista para a vaga deixada por Dias na Academia é uma provocação, um atraso na luta pela justiça social.

Em Recife, parte do clero dito conservador não quis rezar na mesma missa promovida pelos amigos mais fiéis de d. Hélder. Bobagens à parte, Adriane Galisteu, nos jardins de um castelo em Brissac, é mais progressista e muito mais agradável.

Scanned with CamScanner

• Texto 3

Pindaíba News! Até o agiota tá inadimplente! – José Simão

Buemba! Buemba! Macaco Simão Urgente! Hoje é dia do FHC criticar ou se desculpar? E sabe por que a imagem do Don Doca FHC tá queimada? Porque o marketeiro se chama Lavareda! E um amigo meu se meteu numa confusão em Belo Horizonte e foi parar na delegacia. Tinha três mulheres quietinhas encostadas na parede. Depois do sururu, o delegado gritou: "E vocês, o que são?". "Nóis? Nóis é puta em Betim". Rarará! Sensacional.

Parece aquela bicha que tinha uma boate e a polícia estourou e o delegado gritou: "E aí, viado, como é o teu nome?". "Viado, não. Artista plástico!". E corre pela Internet se você sabe qual a diferença entre a mulher e o furacão Floyd? Nenhuma. A mulher chega quente e úmida e quando vai embora te leva a casa e o carro!

E hoje é aniversário da fofa! Da primeira lunática dona Pizza Hut Cardoso! E eu vou dar pra ela o que ela dá pros outros: uma cesta básica só com cinco quilos de feijão. Ela vai catar feijão até 2002. E se eu fosse comunista mandava ela ir cortar cana em Cuba com tesourinha de unha. Rarará! Muy amigo!

E o Don Doca FHC vai cantar os parabéns e depois apaga a velha. Rarará! Ou então vou dar um tailleur novo pra ela parar de usar aquele em que a manga acaba no meio da mão! E ela não parece um quiabo de óculos? E o marido dela, o motoboy do FMI, tá pior que pato desarranjado, é uma após a outra!

E uma amiga minha toda endividada apelou pro agiota, pegou o cheque e depositou no banco e o cheque tava sem fundo. O quê? Esculhambou geral! Até o agiota tá inadimplente? Pior, corintiana roxa ela pagou 40 reais pelo pay-per-view e o Timão levou quatro logo nos primeiros dez minutos. Dez real por gol! Rarará!

É isso aí, tá todo mundo puto e sem um puto. E até quem não comprou não tá pagando. E olha essa manchete: "Febem espancou meu filho surdo-mudo". Devia ser "Febem espancou o meu filho e o Covas é surdo-mudo". Rarará!

E diz que o hormônio feminino da memória se chama estrogênio e o da loira estroburra. E aí uma outra amiga minha pra excitar o marido se fantasiou de Tiazinha. E o marido: "Do pescoço pra cima você parece o Zorro e do pescoço pra baixo, o Sargento Garcia". E um amigo meu que mora fora não quer mais voltar porque "o Brasil é o melhor lugar do mundo pra gente sentir saudades". Rarará! Nóis sofre, mas nóis goza. Hoje só amanhã. Vai indo que eu não vou! E o FHC recua e lança o "Recua, Brasil".

Esses três textos, de extensão relativamente semelhante (média de 2.000 caracteres), poderiam servir, em sala de aula, de material para uma excelente discussão em torno dos diferentes *gêneros* textuais que se pode encon-

trar num mesmo jornal, desfazendo, logo de início, o mito da homogeneidade da "linguagem jornalística", que simplesmente não existe como tal, assim como alguns estudos já demonstraram a "falácia da especificidade da linguagem literária" (Pratt, 1977).

Sem querer explorar esse material à exaustão, listo algumas das possibilidades de utilização que me parecem mais evidentes:

- Como seria possível distribuir esses três textos num *continuum* que fosse do [+formal] para o [–formal]? Certamente, o Texto 1 estaria num extremo do contínuo [+formal] e o Texto 3 no outro extremo [–formal], ficando o Texto 2 numa posição intermediária.
- Em que o uso dos verbos na primeira pessoa nos Textos 2 e 3 contribuem para torná-los menos formais?
- Quais as estratégias lingüísticas (e gráficas) empregadas pelo autor do Texto 3 para dar a ele o caráter mais informal possível?
- Como os Textos se comportam em relação às prescrições da norma-padrão? Observe-se a diferença, por exemplo, no Texto 1 e no Texto 2 na observância da norma canônica daquilo que as gramáticas normativas chamam de "passiva sintética": [+observância] no Texto 1 ("*Esperam-se* explicações") contra [–observância] no Texto 2 ("primarismo com que *se rotula* os outros"). Excelente oportunidade para estudar o assunto sob o ponto de vista da norma-padrão (que cobra verbo no plural em ambos os casos) em contraste com a regra vigente na maioria das variedades da língua falada (e em parte da escrita) no Brasil (que só admite verbo no singular em construções desse tipo). Observar também a construção "mandava *ela* ir cortar cana", no Texto 3, que não respeita as prescrições normativas. Também no Texto 3 a presença de "dez real" — o autor "errou" por ignorância ou de propósito? Se foi de propósito, qual o efeito por ele visado?
- Em que medida "escrever bem" tem a ver, obrigatoriamente, com a observância estrita das regras da norma-padrão? Será possível dizer que o Texto 3 não é bem escrito? Boa ocasião para uma abordagem *pragmática* da linguagem. O Texto 3 provoca, no leitor, efeitos e reações que, decerto, se aproximam dos visados por seu autor? Isso não seria critério suficiente para dizer que ele escreve bem? E se escreve bem, mesmo "desrespeitando" a norma-padrão, não seria legítimo que todo e qualquer falante/escrevente também desrespeitasse ela, se isso lhe conviesse, se isso fizesse parte dos efeitos que quisesse extrair de sua produção lingüística?

Além das análises estritamente lingüísticas (se é que existem), os textos proporcionariam excelente discussão sobre os temas abordados: corrupção na política, debate ideológico, situação econômica do país, etc.

Scanned with CamScanner

3.4 O MODELO DE BORTONI-RICARDO PARA A ANÁLISE DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Em comunicação apresentada no Congresso Substandard e Mudança no Português do Brasil, realizado em Berlim em outubro de 1997, a sociolingüista Stella Maris Bortoni-Ricardo ofereceu um modo de classificação das variedades lingüísticas brasileiras que, parece-me, pode se constituir numa ferramenta teórica e prática muito produtiva[14].

Na abertura de sua exposição, escreve a autora (p. 1):

> Os estudos dialetológicos realizados no Brasil nas primeiras décadas deste século identificavam na ecologia lingüística nacional diversas variedades, consideradas distintas entre si, a que atribuíam denominação de "português culto", "português popular", "português dialetal", etc. Essas classificações padeciam de dois problemas principais: não se reconheciam as características comuns às diversas variedades, e misturavam-se critérios analíticos, não se fazendo distinção entre variedades regionais, socioletais ou até mesmo funcionais. Ademais não se levavam em conta as características distintas das modalidades oral e escrita e dos gêneros discursivos.

Numa tentativa de resolver os problemas detectados nessas classificações (e que muito se aproximam dos problemas que encontrei nas propostas terminológicas analisadas mais acima), Bortoni-Ricardo propõe um modelo de análise em que as variedades lingüísticas são apreendidas ao longo de três *continua*:

1. o *continuum* rural-urbano;
2. o *continuum* oralidade-letramento;
3. o *continuum* de monitoração estilística.

No primeiro *continuum* é possível situar o *indivíduo*, o/a falante, "em função dos seus antecedentes socioecológicos (zona de nascimento e residência na infância, mobilidade geográfica, rede de relações sociais, área de residência ao longo da vida, etc.)".

O segundo *continuum* visa definir *a situação ou o evento*. Este *continuum* tem em um de seus pólos as *atividades de oralidade* e, no outro, as *atividades de letramento*. Embora vivamos numa sociedade dominada pela cultura letrada ("se a considerarmos como um acervo de conhecimento produzido, transmitido e acumulado por meio da escrita na sociedade", definição de Kleiman, 1999: 19), há situações e eventos em que a escrita não interfere, inclusive em sala de aula, lembra a autora. Interessante é sua observação de que o *continuum* de letramento corre paralelo à estandardização da língua: "Nos diversos domínios sociais, inclusive na sala de aula, as atividades próprias da oralidade são conduzidas em variedades informais da língua, enquanto para as atividades de letramento os falantes reservam um linguajar mais cuidado" (p. 2).

14. Além do texto da comunicação, a autora gentilmente me enviou também mensagens em que respondia a questões levantadas por mim e/ou esclarecia dúvidas que me surgiram na interpretação de seu modelo. Por tudo isso lhe sou muito grato. Esse material me chegou por via eletrônica (Internet). As citações sem indicação bibliográfica referem-se a mensagem eletrônica recebida em 13 de outubro de 1999.

O terceiro *continuum* busca dar conta de toda a dinâmica do *processo interacional*. Bortoni-Ricardo sintetiza esse processo citando Halliday, que escreveu: "*what we do is affected by who we are*" (*in* Bortoni-Ricardo, 1985: 103). Na definição do que entende por *monitoração estilística*, assim se expressa a autora (p. 2):

> Um(a) falante, diante de interlocutor desconhecido, de maior poder na hierarquia social ou a quem ele/a precisa ou deseja impressionar, sente-se na obrigação de usar um estilo mais cuidado. Para obter este efeito, necessita prestar mais atenção à forma de sua produção verbal. Pode-se resumir este processo, argumentando que o interlocutor é um dos fatores — talvez o mais importante — que determina o grau de pressão comunicativa que incide sobre o falante.

Na aferição da monitoração estilística, leva-se em consideração o grau de *atenção* e de *planejamento* que o falante confere à sua interação.

Configura-se assim um modelo de análise das variedades lingüísticas que tenta abarcar a complexidade de elementos que se conjugam no momento da produção verbal (oral e/ou escrita) de um falante. Cada um dos *continua* propostos representa um feixe desses elementos. Talvez se possa representar o modelo da seguinte forma:

CONTINUUM	ELEMENTO VISADO	FATORES CONTEMPLADOS
+ rural ⟷ + urbano	falante	ANTECEDENTES SOCIOECOLÓGICOS: • zona de nascimento e residência na infância • mobilidade geográfica • rede de relações sociais • área de residência ao longo da vida, etc.
+ oral ⟷ + escrito	situação ou evento	• atividades de oralidade • atividades de letramento
– monitorado ⟷ + monitorado	processo de interação	ATENÇÃO E PLANEJAMENTO: • acomodação do falante ao seu interlocutor • apoio contextual na produção dos enunciados • complexidade cognitiva envolvida na produção lingüística • familiaridade do falante com a tarefa comunicativa, etc.

Figura 3.2. Análise das variedades lingüísticas em três *continua* (com base em Bortoni-Ricardo, 1997)

Scanned with CamScanner

Depois de apresentar seu modelo, a autora passa a aplicá-lo na classificação de episódios de fala recolhidos em diversas regiões e em eventos variados de fala na comunidade brasileira. Com este modelo, obtém-se uma classificação muito mais abrangente e flexível, uma vez que se baseia em três conjuntos de fatores, o que permite uma rica combinação dos critérios de análise. Isso torna ele mais adequado para captar a variabilidade dos fenômenos lingüísticos do que as designações, bem mais rígidas, usadas pelos primeiros dialetologistas, geralmente expressas com um único qualificativo ("popular", "culto", "regional', "caipira", etc.). A importância deste modelo, em minha opinião, reside no fato de propor, como diz sua autora, uma *perspectiva macro-social*, que contempla não somente os aspectos lingüísticos propriamente ditos de uma variedade, mas também as características dos falantes e da dinâmica interacional das situações de fala.

Cada um desses *continua* funcionaria, portanto, como as coordenadas a serem levadas em conta no momento de localizar e classificar, com alguma precisão, uma determinada variedade dentro da multicolorida paisagem lingüística brasileira, à semelhança das coordenadas empregadas para localizar um dado ponto num mapa:

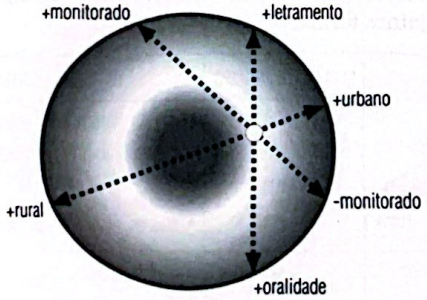


Figura 3.3

Bortoni-Ricardo põe assim à disposição dos pesquisadores um instrumental mais preciso, em que só se trata de *variedades* e do qual estão excluídos termos ambíguos como "norma", "dialeto", "falar", "língua popular" etc. Tem-se, deste modo, uma visão *tridimensional* dos eventos lingüísticos, no lugar das tradicionais classificações que se limitam a um único adjetivo. No caso específico que interessa ao presente trabalho — a análise dos preconceitos embutidos nas definições de "língua" dos comandos paragramaticais — o

modelo se revela muito útil. Às expressões ideologicamente carregadas de "língua do dia-a-dia", "bate-papo, linguagem informal", "linguagem cotidiana" (P. Cipro Neto); "língua de jacu", "excrescências" (L. A. Sacconi) e "papo de rua, de botequim ou de cama" (J. Machado) é possível opor uma classificação baseada em critérios de definição mais racional e rigorosa.

Aplicando esta matriz aos exemplos que oferece em seu texto, Bortoni-Ricardo demonstra que a posição de determinado evento lingüístico não precisa obrigatoriamente ser idêntica nos três *continua*, isto é, um evento pode ser ao mesmo tempo, por exemplo, [+urbano] [+oral] [–monitorado], havendo também ocasiões em que os eventos se revelam *rurbanos*[15] ou *semi-monitorados*, isto é, na zona intermediária entre os dois extremos dos respectivos *continua*. Na concepção das gramáticas normativas e dos comandos paragramaticais, no entanto, só merece o rótulo *língua portuguesa* a variedade que se classificaria, no modelo acima descrito, como [+urbana] [+escrita] [+monitorada], como se esses traços assim reunidos só fossem aplicáveis a *uma única variedade*, e como se o uso do rótulo *língua portuguesa* estivesse restrito aos extremos desses *continua*, enquanto todas as demais variedades ficam relegadas ao rebotalho do "isso não é português":

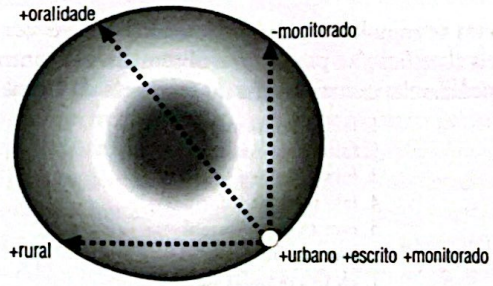


Figura 3.4
Localização ilusória da "norma culta" dos comandos paragramaticais

Essa mesma distorção conceitual promove a ilusão de que essa variedade [+urbana] [+escrita] [+monitorada], supostamente homogênea, equivale ao que acima defini como *norma-padrão*. A ilusão reside no fato de que, obviamente, existem divergências e discrepâncias entre os usos mais

15. "Denomino 'rurbanas', valendo-me de terminologia da antropologia social, comunidades urbanas de periferia, onde predomina forte influência rural na cultura e na língua" (Bortoni-Ricardo, 1997: 4).

Scanned with CamScanner

monitorados da escrita (o "texto formal" de Cipro Neto) e as prescrições do cânon lingüístico, uma vez que a língua é usada por seres humanos reais, sujeitos a uma miríade de influxos e condicionamentos sociais, políticos, culturais, físicos, psíquicos, etc., e não por criaturas desvinculadas de uma existência histórica concreta, única situação em que seria possível a realização efetiva de uma norma-padrão rigidamente uniforme e homogênea. Dessa ilusão trataremos no próximo capítulo.

3.4.1 Lopes (1993), precursor de Bortoni-Ricardo (1997)

Antes, porém, me parece justo mencionar que o modelo proposto por Bortoni-Ricardo em 1997 tem um precursor num texto de Edward Lopes publicado em 1993. Assim como Bortoni-Ricardo propõe a análise do português brasileiro com base em três *continua*, também Lopes (1993: 29) sugere uma classificação baseada em três critérios, cada um deles subdividido em duas categorias:

(1) a *norma*, que pode ser *culta* ou *popular*;
(2) a *modalidade de manifestação da língua*, que pode ser *escrita* ou *falada*;
(3) o *registro*, que pode ser *formal* ou *informal*.

Usando essa terminologia (um tanto tradicional, é verdade), Lopes combina as seis classificações propostas e obtém um conjunto do que chama *as oito variedades discursivas de base do português do Brasil*:

1. fala culta formal
2. fala culta informal
3. fala popular formal
4. fala popular informal
5. escrita culta formal
6. escrita culta informal
7. escrita popular formal
8. escrita popular informal

Não seriam, contudo, classificações rígidas e estanques, pois, como reconhece o autor, "as fronteiras entre essas variedades são fluidas, carecendo de demarcações estritas". Com a aplicação da noção de *continuum*, Bortoni-Ricardo dá conta melhor da fluidez entre as variedades, permitindo uma flexibilidade muito mais evidente ao seu modelo de classificação. Além disso, o uso de adjetivos como "culta" e "popular", sobretudo subordinados ao movediço conceito de "norma", permite ambigüidades de interpretação, impossibilita a sugestão de um evento de fala que seja simultaneamente [±culto] e [±popular] (como, talvez, o Texto 3, de José Simão, estampado

mais acima), além de incorrer nos perigos dos julgamentos de valor tradicionalmente vinculados aos conceitos de "cultura" e de "povo".

Apesar disso, reconheça-se ao autor o mérito de ter avançado uma classificação mais ampla e diversificada que as tradicionais dicotomias que, como se viu, tendem sempre à polarização maniqueísta. Além disso, Lopes chega a conclusão semelhante à que esbocei acima em relação ao que merece ser chamado de "língua" na escola (e, acrescento, nos comandos paragramaticais):

> De fato, das duas modalidades de manifestação, a escrita e a falada, nossa prática escolar desconhece sistematicamente a falada; das duas normas, a culta e a popular, ela só se preocupa com a culta; e dos dois registros, o formal e o informal, este último é, quando não banido, pelo menos desestimulado. O que passa por ser "ensino de Língua Portuguesa" é na prática, assim, o ensino quase exclusivo de uma única variedade de uso do português, a da **variedade escrita de norma culta e registro formal**. O que equivale a dizer, em outras palavras, que, no entendimento da escola que temos, *nosso povo não escreve nem fala a língua portuguesa* [...] [p. 30] [grifo do autor, negrito meu].

Diante disso, mais uma vez, me vejo obrigado a insistir no caráter *ideológico* do discurso normativo-prescritivista da escola e dos comandos paragramaticais. A desconsideração e/ou depreciação da língua materna e a hipervalorização paranóica da norma-padrão como única língua encaixam-se num projeto de manutenção de um modelo de sociedade assentado na distribuição profundamente desigual dos benefícios sociais, entre eles o acesso à educação. Só uma longa freqüentação dos bancos escolares permite a aquisição plena das regras lingüísticas padronizadas e da ortografia oficial. E já sabemos como essa freqüentação é dificultada, no Brasil, pelos mecanismos de exclusão social que atuam vigorosamente no afunilamento progressivo das oportunidades educacionais, reservando os graus médio e superior a uma minoria.

Como diz Aléong (*in* Bédard & Maurais, 1983: 277), "o manejo do código normativo é uma fonte de prestígio tanto mais importante por ser inacessível à maioria dos locutores. É, portanto, o código lingüístico das situações em que o prestígio é um trunfo importante". Ou, como diria Bourdieu (1996), um "capital lingüístico rentável" no mercado de trocas lingüísticas.

As palavras de Aléong encontram eco nas de Celso Cunha (1985: 45):

> De admirar, porém, é que nos dias que correm, num país como o Brasil, em que se impõe a adoção de uma pedagogia verdadeiramente democrática para que todos os seus filhos possam responder ao desafio de construção de uma identidade nacional, que incorpore as particulares, haja professores — e até lingüistas — que defendam a mesma postura elitista vaugelasiana de uma aristocracia do discurso, na qual obviamente não tem acesso a imensa maioria dos locutores.

Scanned with CamScanner

A "subversão herética" do ensino de língua: pela intervenção consciente no padrão lingüístico

4

"Que venham a convergir, no possível, o que se fala com o que se lê! Os caminhos futuros da história do português brasileiro, ou do brasileiro, e de seu ensino, conseqüências da história da sociedade brasileira, é que tornarão isso viável."
Rosa Virgínia Mattos e Silva (1995:88)

"Ao engajar-se neste conflito de ideologias é que a lingüística pode ter um papel socialmente emancipador."
David Sankoff (1988:144)

"O que é certo em matéria de uso lingüístico? O que é errado? A tarefa desta geração está em resolver esse impasse da cultura nacional, desvendando nossa realidade lingüística e reajustando a norma pedagógica no que for necessário"
Ataliba T. de Castilho (1980:18)

4.1 A INTERVENÇÃO CONSCIENTE NA NORMA-PADRÃO

Se é verdade que a norma-padrão se modifica com o tempo, que o *normal* se torna *normativo* (assim como o *legítimo*, pela pressão da sociedade, se torna

Scanned with CamScanner

legal), também é verdade que a pesquisa lingüística pode e deve contribuir para a *reforma consciente e planejada da norma–padrão*, no sentido de atualizá-la, de torná-la mais dinâmica e diminuir o fosso entre os usos reais e o uso ideal, fosso que é o campo das operações ideológicas que propiciam o preconceito lingüístico e a exclusão social. Estou argumentando, portanto, a favor de uma ação de *planejamento lingüístico*, expressão a ser entendida no sentido dado por Daoust & Maurais (*in* Maurais, 1987: 13) à locução francesa *aménagement linguistique*: "intervenção humana consciente sobre as línguas".

Trata-se, evidentemente, de um *processo político declarado*, na contramão do processo político dissimulado que subjaz às atitudes preconceituosas e/ou cientificamente desinformadas assumidas pelos comandos paragramaticais e pelos que tentam legislar sobre o idioma apoiados em inconsistentes concepções de língua (como, por exemplo, o já mencionado projeto do deputado Aldo Rebelo). Acredito ser função social da Lingüística intervir nas políticas do idioma, fazendo valer seu *status* de ciência e devolvendo à sociedade, em termos *práticos*, os dividendos que a ela cabem por proporcionar ao cientista as condições de seu desenvolvimento intelectual. Retomando as palavras de Myrian B. Silva (1994: 77), refiro-me à "norma escolar",

> definida aqui como o modelo idealizado de correção, cujo prestígio não tem sido suficientemente abalado pelo trabalho da Sociolingüística, e que penaliza a todos que se expõem um pouquinho ao julgamento implacável de um ouvinte mais atento.

O que defendo é, aparentemente, muito simples: a incorporação à *norma–padrão* de usos lingüísticos já comprovadamente consagrados na fala e na escrita da grande maioria dos falantes, inclusive os chamados *cultos*. Que esses usos sejam plenamente aceitos em todos os eventos de linguagem, em qualquer situação de interação, em todo tipo de texto, do mais informal ao mais formal, nas atividades de oralidade e de letramento de todo e qualquer falante nativo da língua portuguesa do Brasil.

4.1.1 Por uma "ruptura herética"

No entanto, essa mudança tem implicações muito mais profundas do que pode revelar um exame meramente superficial, digamos, "lingüístico" ou "pedagógico", do problema. Alterar o conteúdo mesmo da *norma–padrão* implica alterar a correlação de forças que se contrapõem na vida social:

> Na verdade, sabe-se que a ordem social deve em parte sua permanência à imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas,

> acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos: a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, está na raiz de um tipo de adesão originária à ordem estabelecida [Bourdieu, 1996: 117-118].

Romper com esquemas classificatórios cristalizados, denunciar sua arbitrariedade, rejeitar esse "contrato tácito de adesão à ordem estabelecida" é, segundo Bourdieu (1996: 118), começar a fazer política, e "a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão do mundo" (*ibid.*). Diante das ortodoxias bem assentadas e dominantes, é necessário promover, nas palavras do mesmo autor, uma "ruptura herética", porque "a subversão herética explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo" (*ibid.*).

Assim, frente à ortodoxia do discurso dos comandos paragramaticais, proponho um "discurso herético":

> O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo [Bourdieu, 1996: 119].

Acredito já haver capacidade científica suficiente para produzir um novo senso comum lingüístico, uma nova norma–padrão, na qual figurem "as práticas e as experiências" de uso da língua "até então tácitas ou recalcadas". A percepção dessa possibilidade de ruptura da *doxa* por parte da ciência talvez seja, como já propus, um dos motivos que vem provocando o ressurgimento e a proliferação dos *comandos paragramaticais*:

> Ao trabalho motor da crítica herética responde o trabalho resistente da ortodoxia. Os dominados tomam o partido do discurso e da consciência, até mesmo da ciência, uma vez que só podem se constituir em grupo separado mobilizando-se e mobilizando a força por eles detida em estado potencial, sob a condição de questionarem as categorias de percepção da ordem social as quais, sendo o produto dessa ordem, lhes impõem o reconhecimento dela e, portanto, a submissão.
>
> [...] Os dominantes ... vendo-se impossibilitados de restaurar o *silêncio da doxa*, esforçam-se por produzir um discurso puramente reativo como substituto de tudo aquilo que a própria existência do discurso herético ameaça. Não encontrando nada de novo para redizer ao mundo social tal como ele é, os dominantes se esforçam por impor universalmente, mediante um discurso inteiramente marcado pela simplicidade e pela transparência do bom senso, o sentimento de evidência e necessidade que este mundo lhes impõe [Bourdieu, 1996: 121].

Scanned with CamScanner

Em contraposição a esse *redizer o já dito*, a esse *reproduzir o improdutivo* que caracteriza o discurso dos comandos paragramaticais é necessário erguer o discurso científico:

> ao manifestar por meio de um discurso coerente e empiricamente validado o que era até então ignorado, isto é, conforme os casos, implícito ou recalcado, a ciência transforma a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social, ao viabilizar práticas ajustadas a essa representação transformada [Bourdieu 1996: 122-123].

A intenção deste capítulo é ser, precisamente, uma contribuição "coerente e empiricamente validada" para fazer valer os usos lingüísticos "implícitos ou recalcados", processo que implica inescapavelmente a alteração do cânon lingüístico vigente. É preciso que fique bem claro, contudo, que *não vejo essa reforma do padrão como a única solução para os grandes problemas do ensino de português na escola*. Tal como Myrian B. Silva (1994: 78), também acredito que

> a adoção de uma Gramática Normativa que reflita bem a variedade brasileira culta não resolve todos os problemas. Ela ainda padeceria do mal de eleger como *único e verdadeiro* o dialeto da classe dominante, negando (como o faz agora) as outras variedades sociolingüísticas, estigmatizando, alijando grupos sociais que não a dominam, convencendo os próprios usuários desses dialetos de que *não sabem falar*. É nessa Gramática Normativa que repousa, hoje, a concepção que a classe média tem da *norma padrão*, à qual se aferra como um bem custosamente adquirido (e o foi, já que mesmo o seu vernáculo, em muitos pontos, não coincide com ele), bem que não pode ser desvalorizado agora. Isso pode explicar, em parte, a atitude de desconfiança com que alguns professores mais conservadores vêem a Lingüística (liberal, licenciosa até). Explica-se, também, a dificuldade que mencionamos acima de difundir entre professores e a comunidade em geral, como fazem outros cientistas, os resultados das nossas pesquisas e interferir no ensino do português como língua materna.

A reforma que proponho, então, visa simplesmente a diminuir o fosso que existe entre a língua falada pelos indivíduos oriundos das classes mais favorecidas e o padrão que terão de aprender na escola, possibilitando-lhes deixar de ser, eles também, "uma legião de mudos ou de gagos", como diz M. B. Silva, quando se acham em situações de interação um pouco mais formais da fala e da escrita do que as da vida quotidiana familiar. É uma reforma para a emancipação lingüística da própria classe em cujos supostos usos a gramática normativa em vigor finge se basear. Mas não proponho simplesmente a substituição da velha gramática por uma nova, reformada. Não proponho a substituição pura e simples de um padrão-língua por

outro. Não acredito que se deva impor a todos os brasileiros os usos lingüísticos dos "melhores", que só são "os melhores" porque eles mesmos assim se consideram e, por estar no domínio dos bens da sociedade, acreditam que sua língua, sua cultura e sua visão de mundo servem para todos os cidadãos.

Como explicitarei mais adiante, a reforma da norma-padrão é apenas uma das propostas que faço para resolver o dilema que angustia o falante do português brasileiro, que asfixia sua liberdade lingüística. Outros investimentos políticos também são indispensáveis para a desconstrução do preconceito lingüístico e a instituição de práticas pedagógicas mais democráticas, com vistas à inclusão de um número cada vez maior de brasileiros ao até hoje restrito círculo dos que podem falar.

4.2 *CORPUS* & METODOLOGIA

Evidentemente, a reforma completa do cânon lingüístico é tarefa de tão grandes proporções que exigirá o empenho de grupos numerosos de investigadores e agentes, não cabendo, nem de longe, nos limites do presente trabalho. Aqui pretendo limitar-me à contemplação de cinco fenômenos sintáticos, a saber:

(1) estratégias de relativização;
(2) retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa;
(3) pronomes sujeito-objeto ("sujeito acusativo" na GT);
(4) pseudopassivas "sintéticas" ou "pronominais";
(5) regências dos verbos IR e CHEGAR com idéia de movimento.

A escolha desses cinco fenômenos ocorreu depois que a realização de pesquisas preliminares revelou serem eles fatos sintáticos de caráter pan-brasileiro, encontrados numa ampla gama de variedades, desde as [– cultas] até as [+ cultas].

O objetivo é examinar como esses fenômenos sintáticos ocorrem em dois conjuntos (A) e (B) de variedades lingüísticas que, aplicando-se a matriz proposta por Bortoni-Ricardo e apresentada no capítulo anterior, poderiam ser classificadas assim:

- (A) [+urbanas] [+orais] [±monitoradas]
- (B) [+urbanas] [+escritas] [±monitoradas]

Além desses três critérios de classificação, é conveniente introduzir aqui a noção de *falante culto*, tal como vem sendo usada há bastante tempo nas pesquisas sociolingüísticas brasileiras. Nesse campo científico, chama-se de

Scanned with CamScanner

culto o falante que detém um grau de escolarização formal classificável de *universitário completo*, isto é, um indivíduo que fez todo o percurso dos três níveis de educação: o fundamental (8 anos), o médio (3 anos) e o superior (4-5 anos em média). Uma vez que o objetivo deste trabalho é propor uma reforma da *norma-padrão*, escolhi como *corpus* amostras significativas de língua falada e de língua escrita selecionadas no universo *culto* do português do Brasil.

4.2.1 O *corpus* de língua falada

O conjunto (A) compõe-se de inquéritos pertencentes ao acervo do Projeto NURC[1]. Nele estão contempladas variedades de língua faladas nas cinco cidades que integram o Projeto (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre); por isso me refiro a um *conjunto de variedades* e não a *uma variedade*, uma vez que existem muitas diferenças nas realizações lingüísticas encontráveis em cada um desses núcleos urbanos. Essas diferenças são mais numerosas no nível fonético, mas também existem nos níveis morfológico e sintático (cf. Mattos e Silva, 1995: 82-83). No entanto, como já foi dito, as cinco estruturas sintáticas escolhidas apresentam uma grande uniformidade na sua realização por parte dos informantes das cinco cidades do Projeto.

As variedades do conjunto (A) são classificadas como [+urbanas] por razões que não é preciso explicitar; como [+orais] por serem amostras de língua falada; e como [±monitoradas] porque variam as atitudes dos diferentes informantes, dentro da situação de *entrevista* que caracteriza a coleta do material por meio de gravador: alguns demonstram tensão, procurando *monitorar* ao máximo sua fala; outros aparentam maior tranqüilidade, envolvendo-se mais no que estão a dizer do que no modo como dizem, sobretudo nos inquéritos que envolvem dois informantes que dialogam entre si.

No quadro abaixo estão listados os dez inquéritos que compõem o conjunto (A)[2]:

1. "O Projeto NURC tem por objetivo documentar e descrever o uso urbano culto do português falado no Brasil, em seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares. O Projeto se desenvolve em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e visa ao estudo da fala culta média, habitual, através de uma documentação sonora capaz de fornecer dados precisos sobre o português do Brasil, respeitadas as diferenças culturais de cada região. O corpus levantado no país perfaz um total de 1.500 horas de registros magnetofônicos. [...] Esse material representa o desempenho lingüístico de falantes de ambos os sexos, nascidos na cidade, com escolaridade universitária, distribuídos em três faixas etárias" (Callou, 1991: 9).

2. Deixei de fora, deliberadamente, os inquéritos de tipo EF, "elocução formal", por razões que explicitarei mais adiante, ao justificar os critérios de seleção do *corpus* de língua escrita.

	CIDADE	TIPO	Nº NURC	DATA DE REGISTRO	DURAÇÃO
1	REC	DID	150	25.09.1978	75'
2	REC	DID	156	03.10.1978	45'
3	SSA	DID	277	19.04.1977	40'
4	SSA	DID	231	09.06.1976	46'
5	RIO	D2	158	15.05.1973	70'
6	RIO	DID	328	12.07.1076	40'
7	SAO	D2	343	15.03.1976	80'
8	SAO	D2	062	05.08.1972	87'
9	POA	DID	045	22.09.1972	35'
10	POA	DID	121	30.04.1973	45'

OBS.: (1) DID = Diálogo entre informante e documentador D2 = Diálogo entre dois informantes
(2) As siglas das cidades correspondem a Recife (REC), Salvador (SSA), Rio de Janeiro (RIO), São Paulo (SAO) e Porto Alegre (POA)

Quadro 4.1 *Corpus* de língua falada

No quadro a seguir estão os dados acerca dos 13 informantes:

INQUÉRITO	SEXO	FORMAÇÃO/PROFISSÃO	IDADE
1. REC - DID 150	F	Psicóloga	25
2. REC - DID 156	F	Advogada/Professora	63
3. SSA - DID 277	M	Engenheiro Agrônomo	30
4. SSA - DID 231	F	Médica/Profª Universitária	40
5. RIO - D2 158	M	Engenheiro Mecânico	27
6. RIO - D2 158	M	Engenheiro Mecânico	28
7. RIO - DID 328	F	Psicóloga	37
8. SP - D2 343	M	Engenheiro	26
9. SP - D2 343	F	Psicóloga	25
10. SP - D2 62	M	Economista	26
11. SP - D2 62	M	Estatístico	26
12. POA - DID 45	F	Professora	36-55
13. POA - DID 121	F	Psicóloga	27

Quadro 4.2 Dados sobre os informantes

O conjunto (A) de variedades [+urbanas] [+orais] [±monitoradas] será citado daqui para a frente como *corpus de língua falada*, abreviado em CLF.

Scanned with CamScanner

4.2.2 O *corpus* de língua escrita

Para manter um paralelismo entre os dois conjuntos, selecionei um *corpus* de língua escrita em que estivessem representados os mesmos cinco núcleos urbanos do CLF. No caso deste *corpus*, aceito a sugestão de Perini (1985: 86-87) de que a prática literária não deve servir de base para a obtenção "dos dados que fundamentarão a gramática". No lugar da língua dos ficcionistas, Perini sugere "a linguagem técnica e jornalística, encontrada, por exemplo, nas revistas semanais, nos jornais, nos livros didáticos e científicos". Esta postura, logo de saída, implica ruptura (herética?) com a prática tradicional dos autores de gramáticas normativas, que, como já vimos no caso específico de Cunha & Cintra (1985), buscam sistematicamente abonar suas prescrições no uso dos "grandes escritores", eleitos como modelos a imitar. Com isso a tradição criou uma situação pedagógica absurda em que o objetivo do ensino de língua é, ao que parece, formar romancistas e poetas, e não usuários competentes da língua escrita para fins técnicos, científicos, profissionais, etc., sem finalidades especificamente estéticas. Além disso, apresenta muitas vezes como "regras gramaticais" as opções estilísticas pessoais dos autores "clássicos", impondo suas idiossincrasias como se fossem possibilidades "naturais" inerentes à "índole" da língua.

Mas a opção pela língua escrita presente nos jornais também levanta seus problemas. Como argumentei no capítulo anterior (3.3.1), não existe *uma* "linguagem jornalística", pois numa mesma edição de um único jornal é possível encontrar numerosos gêneros textuais, todos eles com suas sintaxes-semânticas-pragmáticas particulares, como *linguagens* particulares, portanto. Assim sendo, foi preciso delimitar, dentro da língua escrita dos jornais, o gênero que se adequaria à investigação que aqui se quer fazer. Me pareceu que, dentre os muitos gêneros, aquele que normalmente se chama de "notícia" corresponderia melhor aos intuitos da pesquisa. A *notícia* não está sujeita à camisa-de-força retórico-gramatical dos editoriais, mas nem por isso dispõe da liberdade de estilo e registro das colunas assinadas por colaboradores de renome, cuja fama dispensa eles de se submeter às regras anquilosadas da gramática normativa e isenta, inclusive, da observância dos preceitos dos manuais de redação e estilo do próprio jornal (exemplos célebres são Luís Fernando Veríssimo e José Simão). A notícia não tem a obrigação de ser teoricamente densa em suas análises, como o ensaio acadêmico dos cadernos de cultura, mas tampouco pode ser demasiadamente superficial, como o colunismo social e os horóscopos.

Esta localização do gênero *notícia* num ponto médio, parece-me, do *continuum* de práticas letradas que se pode encontrar num jornal é a justificativa que ofereço para ter selecionado, na composição do conjunto (B), textos que admitem a classificação de "notícia". Critério semelhante foi adotado no momento de excluir, do conjunto (A), os inquéritos do Projeto NURC classificados como *elocuções formais*, uma vez que tento investigar práticas de oralidade de falantes [+cultos], sim, porém em situações de interação, como as dos *diálogos* com o entrevistador ou com outro informante, nos quais (nem sempre, é verdade) o informante, envolvendo-se mais com o *que* está dizendo do que com o *como* está falando, usa uma linguagem mais espontânea — embora sempre reconhecendo que o *que* e o *como* são, de fato, vasos comunicantes em que as trocas se dão incessantemente, mais do que os extremos de um *continuum*.

O conjunto (B) compõe-se, portanto, de texto de jornal, mais precisamente de *notícias*. Foram coletados 492.507 caracteres de textos de cinco jornais, um de cada cidade, e de uma revista de circulação nacional, equivalendo a 234,5 laudas–padrão de editora comercial (uma lauda = 2.100 caracteres). As seções de onde este material procede são as de "Cidade" (reportagens sobre temas locais) e "Brasil" (política nacional). Todo o *corpus* foi coletado nos respectivos sites da Internet, indicados no quadro abaixo:

ABREVIATURA	NOME DO PERIÓDICO	CIDADE DE ORIGEM	DATA DA EDIÇÃO	SITE DA INTERNET
AT	A TARDE	Salvador	23.08.1999	www.atarde.com.br
IE	ISTOÉ	São Paulo	13.09.1999	www.zaz.com.br
JB	JORNAL DO BRASIL	Rio de Janeiro	24.08.1999	www.jb.com.br
JC	JORNAL DO COMMERCIO	Recife	27.08.1999	www.jc.com.br
OE	O ESTADO DE S. PAULO	São Paulo	25.08.1999	www.estadao.com.br
ZH	ZERO HORA	Porto Alegre	26.08.1999	www.zerohora.com.br

Nota: Por ter sido coletado na Internet, o material não poderá ser citado seguindo a paginação convencional do jornal impresso. As citações ao longo deste capítulo serão feitas por meio das abreviaturas constantes do Quadro 4.3

Quadro 4.3 *Corpus* de língua escrita

Considero as variedades do conjunto (B) como [±monitoradas] porque o gênero *notícia* tem condições de produção que diferenciam ele dos demais gêneros textuais encontráveis num jornal. Embora o simples fato de ser *escrita* já lhe confira um alto grau de monitoramento, o redator da notícia tem que lutar contra o fator *tempo*. Diferentemente de outros gêneros de

Scanned with CamScanner

texto publicados em jornal — editorais, críticas, ensaios, colunas assinadas, etc., que podem ser escritos e reescritos, num processo de produção em várias etapas —, a notícia é produzida em regime de urgência, antes do horário de fechamento da edição: o que aconteceu *hoje* tem de ser posto por escrito *hoje*, para ser incluído ainda *hoje* na edição que circulará amanhã. Por isso, a premência do tempo pode levar o redator a escrever menos monitoradamente, deixando de lado a observância estrita de várias regras gramaticais canônicas, sobretudo aquelas que mais se chocam contra sua gramática intuitiva de falante nativo.

O conjunto (B) de variedades [+urbanas] [+escritas] [±monitoradas] será citado daqui para a frente como *corpus de língua escrita*, abreviado em CLE.

4.2.3 CLF, CLE e comandos paragramaticais

Os cinco fenômenos sintáticos listados mais acima não serão submetidos, aqui, a uma análise lingüística rigorosa, e isso por mais de uma razão. Cada um deles constitui, sozinho, assunto suficiente para várias teses de doutoramento, sendo, portanto, impossível proceder ao estudo pormenorizado dos seus aspectos lingüísticos. Além disso, todos eles já motivaram extensos trabalhos de investigação científica, alguns dos quais indicarei à medida que a oportunidade se apresentar.

O objetivo de meu trabalho é essencialmente *comparativo*. Como pretendo mostrar a distância que existe entre a língua realmente empregada pelos brasileiros cultos em suas atividades de oralidade e letramento e as prescrições dos comandos paragramaticais (CP) — que condensam e simplificam, em fórmulas supostamente acessíveis ao grande público, as definições e prescrições da *norma-padrão* mais conservadora —, apresentarei as diferentes gramáticas que governam, em cada um dos *corpus*, os fatos sintáticos escolhidos e as compararei com as prescrições dos cinco CP abaixo listados:

1. Site da Internet: *Nossa Língua Portuguesa* (*www.tvcultura.com.br*)
2. CD-ROM: *Nossa Língua Portuguesa* (3ª edição, 1998)
3. *Manual de redação e estilo* (O Estado de S. Paulo/Editora Moderna, 3ª edição, 4ª reimpressão, 1998), de autoria de Eduardo Martins
4. Livro: *Não erre mais!*, de Luiz Antonio Sacconi (23ª edição, São Paulo, Atual, 1998)
5. Coluna de jornal: "*Dito e escrito*", assinada por Josué Machado (*Folha de S. Paulo*)

A eles me referirei daqui em diante como CP-1, CP-2, CP-3, CP-4 e CP-5, respectivamente. O primeiro item da lista acima tem a vantagem de abranger simultaneamente dois meios de comunicação, a Internet e a televisão, uma vez que os textos postos à disposição do internauta são transcrições dos roteiros do programa de televisão *Nossa Língua Portuguesa*, veiculado pela TV Cultura de São Paulo desde 1994. O CD-ROM de mesmo nome faz amplo uso dos recursos da multimídia, apresentando as "armadilhas do idioma" (conforme texto da caixa do produto) de modo bastante criativo e atraente.

Ao longo deste capítulo, tentarei proceder de acordo com as seguintes etapas:

(1) breve apresentação do fato sintático;
(2) apresentação do tratamento dado em cada um dos CP que o abordam;
(3) comentário da abordagem dos CP;
(4) análise dos dados do CLF referentes ao fato sintático;
(5) análise dos dados do CLE referentes ao fato sintático;
(6) resultado da comparação.

Ao final do capítulo, esboçarei propostas, baseadas nos resultados obtidos, para a reforma do cânon lingüístico, numa tentativa de aproximá-lo da realidade da língua culta falada e escrita no Brasil.

4.3 ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO

Sobre as estratégias de relativização no português do Brasil é fundamental, por sua amplitude e caráter seminal, o trabalho de Tarallo (1983), que faz o levantamento e a crítica da produção sobre o tema até o momento de sua própria investigação. Cite-se também Kato (*in* Roberts & Kato, 1993: 223-261).

Existem, no panorama lingüístico brasileiro, três gramáticas da relativização no que diz respeito a objetos indiretos, adjuntos adnominais e complementos nominais, e que podem ser assim exemplificadas:

(1) Esse é um livro *de que* eu gosto muito.
(2) Esse é um livro *que* eu gosto muito *dele*.
(3) Esse é um livro ø *que* eu gosto muito.

Segundo uma terminologia já bastante divulgada, tem-se em (1) uma *relativa padrão*; em (2) uma *relativa copiadora*, e em (3) uma *relativa cortadora*. O estudo de Tarallo demonstrou que a *relativa copiadora* é fenômeno muito

Scanned with CamScanner

antigo na língua portuguesa, sendo encontrado no latim vulgar e nos romances dele derivados, como informa Ilari (1999: 113), e que a *relativa cortadora* constitui uma inovação do português brasileiro. O mesmo autor comprova, estatisticamente, que a ocorrência das *relativas padrão* é mínima entre falantes cultos urbanos, os mesmos que, em testes de percepção, preferem a *relativa cortadora* e evitam a *relativa copiadora*. Esses resultados de Tarallo se repetiram no nosso CLF, como veremos mais abaixo.

Castilho (em comunicação pessoal), prosseguindo nas trilhas abertas por Tarallo (1983), analisa as transformações sofridas pelas orações relativas no português do Brasil pela ótica da *perda de casos gramaticais*. A mudança nos pronomes pessoais está demonstrando que também eles (e não só os relativos) perderam o traço de caso (seguindo o caminho há muito mais tempo trilhado pelos substantivos). Na situação específica da România ocidental, assim como o léxico se formou com base no acusativo latino, também os pronomes tendem cada vez mais na direção desse mesmo caso, o que explica, por exemplo, o *ele* acusativo (originalmente nominativo) e o *lhe* acusativo (originalmente dativo) detectáveis no português do Brasil. A tendência ao nominativo mostra que existem forças constitutivas da língua que, muito antigas, não cessam de se manifestar, evidenciando uma coerência no rumo das mudanças (ao contrário da acusação tradicionalista de que os "erros" — essas mudanças — podem levar a língua ao "caos"). As mudanças sofridas pelos pronomes relativos também evidenciam perda de caso (o desaparecimento do genitivo *cujo* é um exemplo eloqüente) e, mais do que isso, um passo a mais na sua gramaticalização[3]. Esses itens lexicais estão deixando rapidamente de funcionar como pronomes (fenômeno indicado pela perda da marcação de caso por meio de preposição nas chamadas *relativas cortadoras*), reanalisando-se como nexos, como *conjunções*.

Convém, finalmente, observar que a existência das relativas cortadora e copiadora também se verifica em outras línguas do grupo românico. No francês do Canadá, como informam Aléong e Gagné (in Bédard & Maurais, 1983: 255 e 502-503, respectivamente), são as estratégias relativas dominantes na língua falada. Também Guiraud (1973: 47-50) analisa o que chama de "desacúmulo do relativo" (*décumul du relatif*) no francês da França.

3. "Entendo por gramaticalização o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como conseqüência de uma cristalização extrema" (Castilho, 1997: 31).

Diante desse quadro complexo de perda de caso e gramaticalização, vejamos como se posicionam os CP.

4.3.1 Site da Internet: *Nossa Língua Portuguesa*

PRONOME RELATIVO PRECEDIDO DE PREPOSIÇÃO

Esse módulo trata do uso do pronome relativo QUE. Em certos casos ele deve ser acompanhado da preposição EM, como no caso da letra da música "GOSTAVA TANTO DE VOCÊ" (Edson Trindade). Tim Maia canta:

"...Pensei até em me mudar, lugar qualquer que não exista o pensamento em você ...".

Leila Pinheiro corrige e canta:

"... lugar qualquer em que não exista o pensamento em você ..." Leila Pinheiro tem razão. Afinal, se esse pensamento existe em algum lugar, o correto seria dizer "lugar qualquer em que não exista o pensamento em você". Trata-se do emprego da preposição com o pronome relativo "que".

Na linguagem do dia-a-dia essa preposição desaparece. É comum as pessoas dizerem "A empresa que eu trabalho". Se eu trabalho em algum lugar, deverei dizer "A empresa em que trabalho".

PRONOME RELATIVO E REGÊNCIA

Há pouco tempo foi exibido na televisão um anúncio cujo texto dizia:
"... a marca que o mundo confia."

Acontece que, "quem confia, confia em". Logo, o correto seria dizer: "... a marca em que o mundo confia."

As pessoas falam "A rua que eu moro", "Os países que eu fui", "A comida que eu mais gosto". O correto seria dizer "A rua em que moro", "Os países a que fui", "A comida de que mais gosto".

O problema também está presente em uma letra da dupla Roberto e Erasmo Carlos, "Emoções".

"... são tantas já vividas
são momentos que eu não me esqueci..."

Se eu me esqueci, eu me esqueci de

Quem esquece, esquece algo

Quem se esquece, esquece-se de algo

Logo, o correto seria "são momentos de que não me esqueci".

Pode-se, também, eliminar a preposição de e o pronome me. Ficaria "são momentos que eu não esqueci"

Scanned with CamScanner

Em um jornal de grande circulação o texto de uma campanha afirmava: "A gente nunca esquece do aniversário de um amigo."

O correto seria: "A gente nunca esquece o aniversário de um amigo" ou "A gente nunca se esquece do aniversário de um amigo."

Vale o mesmo esquema para o verbo lembrar.

Quem lembra, lembra algo

Quem se lembra, lembra-se de algo

Ex: Eu não lembro o seu nome. Eu não me lembro do seu nome.
Como você pode notar, esses erros de regência são muito comuns. É necessário redobrar a atenção para não cometê-los mais.

4.3.2 CD-ROM *Nossa Língua Portuguesa*

No índice há uma bandeira branca com uma cruz vermelha. Clicando-se sobre ela aparece este texto:

EMPREGO DA PREPOSIÇÃO COM PRONOME RELATIVO

Muita gente tem o hábito de "comer" as preposições das frases. Para evitar uma "indigestão" decorrente do uso incorreto da nossa língua portuguesa, recomendamos um exame de raios X no consultório do dr. Pasquale.

Com um duplo clique sobre a bandeira, tem-se acesso à figura de um rapaz e ouve-se este diálogo:

DOENTE: — Ai, que dor!
DR. PASQUALE: — O que você comeu?
DOENTE: — Comi uma feijoada, que é o prato que eu mais gosto.
DR. PASQUALE: — Bebeu?
DOENTE: — Não, doutor, a bebida é um vício que eu não dou a menor importância.
DR. PASQUALE: — Uhmm...
DOENTE: — O que que eu tenho, doutor? O senhor é o único médico que eu confio.
DR. PASQUALE: — Vamos pro raio X.

Ruído de passos. Aparece o desenho de uma radiografia do estômago do doente, dentro do qual se vê as preposições "a", "de" e "em".

DR. PASQUALE: — Você diria "eu gosto você"? Não, quem gosta gosta de. Ninguém erra isso nesse tipo de frase. Mas, quando se inverte a coisa, quando a preposição precisa vir antes do verbo, quando se usa um pronome relativo como "que", o que acontece? Todo mundo "come" a preposição, "engole" a preposição. Então é um tal de "a rua que eu moro", "a proposta que eu concordo", "a comida que eu mais gosto" e até "o copo que eu bebi". As pessoas bebem copos, sabia disso? Se você diz "o copo que eu bebi", você bebeu o copo. E eu acho que você bebeu em um copo. Portanto "o copo em que bebi". É isso.

Ouve-se uma música cuja letra diz "Ajude um doente a melhorar / Arraste a preposição para o seu lugar". No alto da tela, as frases ditas pelo doente aparecem com um espaço reservado à preposição que foi "engolida". O objetivo do exercício é fazer o consulente, servindo-se do mouse, "arrastar" a preposição de dentro do estômago do doente para seu lugar "certo" na frase. A cada "acerto" ouve-se a voz do doente soltar um "ah" de alívio. Concluído o exercício, o Dr. Pasquale diz: "É isso aí".

4.3.3 *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo*

Página 327 ("Os cem erros mais comuns"):

93 — **A moça "que ele gosta".** Como se gosta *de*, o certo é: *A moça de que ele gosta*. Igualmente: *O dinheiro de que dispõe, o filme a que assistiu* (e não *que assistiu*), *a prova de que participou, o amigo a que se referiu, etc.*

Página 244:

Que (com preposição). Em certos casos, a preposição que acompanha o ***que*** (pronome ou conjunção) deve estar expressa na oração e em outros pode ser omitida (elipse). Veja como proceder em cada um deles:

1 — A preposição é ***obrigatória*** quando o ***que*** tem um ***antecedente*** — como se trata de pronome relativo, lembre-se: ele pode ser substituído sempre por ***o qual, a qual, os quais*** e ***as quais*** — e a regência do verbo, da palavra ou da expressão a exige: *Como escrever algo com que* (com o qual) *não simpatizamos* (quem simpatiza *simpatiza com* alguma coisa)? / *Foi o melhor espetáculo a que* (ao qual) *assistiram* (*assiste-se a* um espetáculo). / *Era uma pessoa de quem todos gostavam* (quem gosta *gosta de* alguma coisa). / *Queria tudo a que* (ao qual) *tinha direito* (*ter direito a* alguma coisa). / *O jogador em quem* (e não que) *o Santos tinha interesse era X* (*ter interesse em*). / *Venceu a prova de que* (da qual)

Scanned with CamScanner

participou (participa-se de). / Não sabia com que (com a qual) *espécie de gente estava lidando (lida-se com). / O processo a que* (ao qual) *respondia prescreveu (responde-se a* um processo). */ O convite de que abriu mão... / A bondade de que era capaz... / O livro de que lhe falei...*

Atenção. São **erradas** frases como: *Esse contrato, que ninguém revela as bases... / A empresa, que o ministro não quis revelar o nome... / O criminoso, que ninguém sabia dizer o nome... / A carta, que ele guardou a cópia... / O acusado, que você ignorava a profissão...* Em todas elas falta um **de**: *de* que ninguém revela as bases, *de* que o ministro não quis revelar o nome, *do* qual ninguém sabia dizer o nome, *de* que ele guardou a cópia, *de* que você não sabia a profissão. E todas, melhor, poderiam ser construídas com o relativo **cujo**: *O contrato cujas bases ninguém revela... / A empresa cujo nome o ministro não quis revelar... / O criminoso cujo nome ninguém sabia dizer... / O acusado cuja profissão você ignorava... / A carta cuja cópia ele guardou...*

4.3.4 Livro: *Não erre mais!*

Página 3:

A mulher **que eu cuido dela** está esclerosada

Eis aí uma frase típica da língua popular. O povo não usa, de forma nenhuma, preposição antes de pronome relativo, a fim de satisfazer a regência, seja verbal, seja nominal. Prefere dar um torneio à construção, esquivar-se. A frase acima, na língua culta, fica assim:

A mulher ***de quem cuido*** *está esclerosada. (Porque, quem cuida, cuida de alguém.)*

Vejamos outras frases, em que aparece o pronome relativo **quem** antecedido da preposição pedida pelo verbo:

A pessoa **em quem** mais confio é Cármem. (Quem confia, confia **em** alguém.)

A mulher ***de quem gosto*** *já não mora aqui. (Quem gosta, gosta* ***de*** *alguém.)*

O professor **a quem me refiro** é Gumersindo. (Quem se refere, se refere **a** alguém.)

São essas as criaturas **por quem** me responsabilizo. (Quem se responsabiliza, se responsabiliza **por** alguém.)

O prefeito é pessoa ***em quem*** *não se pode acreditar. (Quem acredita, acredita* ***em*** *alguém.)*

O povo, além de não usar a preposição, também não usa **quem**, só sabe usar **que**, pronome que se usa quando o antecedente é coisa, e não pessoa. Ex.:

A casa **que** comprei foi demolida.

Cultura é a coisa de ***que*** *mais precisamos.*

4.3.5 Coluna de jornal *"Dito e escrito"*

Coluna "A educação em cartaz", *Folha de S. Paulo*, 19.12.1995, p. 3-2:

"Educação, um assunto que Minas dá aula."

Esse foi o fecho dos cartazes que o governo do Estado de Minas Gerais mandou afixar em vários pontos de Belo Horizonte, com explicações sobre como paga bem os professores.

O leitor Antônio Francisco das Neves, da capital mineira, manda o recado e pergunta se a frase oficial está certa.

Ele poderia perguntar por que a Secretaria de Educação não pediu a um dos fornidos e bem-pagos professores do ensino oficial que fizesse a revisão do texto.

Ou será que pediu? Será que o professor consultado resolveu sabotar o cartaz didático?

É possível que o redator educativo desse cartaz diga para seus alunos: "Hoje vou dar aula uso de preposições; amanhã dou aula como escrever cartazes sem erros."

Talvez ele próprio tenha perdido as aulas de regência nominal ou sobre como casar preposições com substantivos, adjetivos e verbos, coisa importante para quem escreve e não tanto assim para o Maguila.

Como não há cristão que não tenha dúvidas de vez em quando sobre que preposição combina com uma palavra ou outra, não fica mal consultar o dicionário.

Há até dicionários especializados no assunto. Os de regência verbal e de regência nominal. Mas é preciso ter semancol, a doença da dúvida que ataca os que leram alguns livros.

Enfim, como diria Prisco Viana, se não tivesse havido sabotagem, o final apoteótico do cartaz deveria ser:

"Educação, um assunto de que Minas dá aula. Ou: "Educação, um assunto sobre que Minas dá aula". Ou: "Educação, um assunto sobre o qual Minas dá aula."

Pois não se dá aula de um assunto? De educação? Ou sobre educação?

É claro que o redator educacional poderá dizer que a preposição, qualquer delas, está implícita, que houve elipse, recurso aceitável. Naturalmente. Só que nesse caso as preposições estão todas repousando nas gramáticas e nos dicionários. A madre superiora diria que, em textos para o público, escritos por especialistas em educação, não cabem torneios, elipses e muito menos doses elefantinas de distração, que pessoas impacientes chamam de ignorância.

Coluna "O poeta e Mamonas", *Folha de S. Paulo*, 22.04.1996, p. 3-10:

O poeta, tradutor e ensaísta José Paulo Paes é um homem sábio e respeitável. Mas, de acordo com entrevista a "Veja", disse o seguinte:

"Oferece-se aquilo que todos gostam. E o que todos gostam não tem gosto de nada."

Scanned with CamScanner

Afirmação discutível, mas aqui só importa a forma. Pode ser que ele de fato tenha dito isso, preferindo a regência popular do verbo "gostar", para não parecer pedante, porque ele sabe muito bem que se gosta "de" alguma coisa. Se estivesse escrevendo, é quase certo que escreveria:

"Oferece-se aquilo de que todos gostam. E o de que todos gostam não tem gosto de nada." Ou:

"(...) E aquilo de que todos gostam não tem gosto de nada."

Pode ser também que a entrevistadora tenha escrito assim para que a frase fluísse melhor, sem o caroço de dois "des", considerando que todos sabem estar lá implícito o "dezinho" de gostar. Sim, pode ser.

4.3.6 Comentários

O CP-1 procede, em relação às estratégias de relativização, segundo a mesma polarização maniqueísta analisada no capítulo anterior. Neste caso, a oposição é feita entre a "linguagem do dia-a-dia" e o que "deverei dizer", entre o que "as pessoas falam" (também visto como "problema") e o "correto". Como sempre, o "correto" é apresentado como opção única para todas as realizações lingüísticas, sem levar em conta as condições de produção, o gênero de texto, as situações de interação etc. As regras majoritariamente mais freqüentes de relativização são classificadas como "erros de regência" que, acredita o autor, podem não ser mais cometidos se o falante "redobrar a atenção".

O CP-2, numa tática recorrente nos CP, tenta dar uma explicação "lógica" para o uso obrigatório da preposição antes do pronome relativo. Se ninguém erra no momento de dizer *eu moro nesta rua*, porque tanta gente erra no momento de dizer *a rua em que eu moro*, "comendo" a preposição? Não se dá nenhuma resposta, apenas se constata a freqüência do "erro", em tom deplorativo. O que não se reconhece ali é que as *preposições*, como seu próprio nome indica, se colocam sempre, em português, *antes do elemento que elas regem*, criando um sintagma preposicionado. As orações relativas–padrão representam, portanto, uma aberração, um caso de gritante exceção no uso das preposições, ao exigirem um deslocamento que rompe a cadeia sintagmática mais freqüente na língua:

(4) Eu moro na rua mais antiga do bairro.
(5) A rua em que eu moro é a mais antiga do bairro.

Em (4) tem-se a regência agindo da esquerda para a direita: *na* → *rua*, como é normal em português, ao passo que em (5) o movimento se inverte:

rua ← *em que*, caso que contraria a ordem canônica da frase portuguesa. A restituição da preposição a seu lugar canônico geraria enunciado agramatical:

(5.a) *A rua que eu moro *em* é a mais antiga do bairro.

Isso explica o recurso às duas outras estratégias de relativização, a *copiadora*, que reposiciona a preposição na ordem canônica, seguida de seu complemento, como em (7), e a *cortadora*, que apaga a preposição, como em (8), valendo-se dos traços semânticos do verbo, que bloqueiam uma interpretação ambígua:

(7) A rua que eu moro *nela* é a mais antiga do bairro.
(8) A rua que eu moro ø é a mais antiga do bairro.

Por isso, a alegação feita no CP-2 de que "as pessoas bebem copos" não procede, uma vez que um enunciado como

(9) Não sei onde deixei o copo que eu estava bebendo

jamais será interpretado por um falante nativo de português brasileiro do mesmo modo como interpretaria

(10) Não sei onde deixei o vinho que eu estava bebendo,

uma vez que os traços semânticos do verbo BEBER não permitem reconstruir (9) como **eu estava bebendo o copo*, não havendo, portanto, nenhum risco de ambigüidade, como o CP-2 parece querer argumentar. É essa possibilidade de interpretação não-ambígua que garante à relativa cortadora seu posto de estratégia de relativização mais amplamente usada no português do Brasil, na esmagadora maioria de suas variedades.

O CP-4 opõe (com alta dose de estigmatização, como é sua característica) a "língua popular" à "língua culta", sem ter dado previamente nenhuma definição do que entende com esses rótulos. Fala do "povo" como se os que se servem das relativas–padrão não fizessem parte do povo e desconsiderando o fato óbvio de que as estratégias de relativização que ele condena também são, de longe, as preferidas pelos falantes cultos.

O CP-5 também recorre, como o CP-2, a uma suposta "lógica", desprezando o fato de que, em português, a preposição vem sempre depois do verbo por ela regido, nunca antes dele. Daí não haver sentido em imaginar um professor dizendo: "Hoje vou dar aula ø uso de preposições", enunciado altamente improvável (porque agramatical) de ocorrer em qualquer variedade do português brasileiro. Aqui também se fala da relativa cortadora como de uma "regência popular", embora os exemplos de usuários dados pelo autor da coluna se enquadrem na classificação de falantes cultos: o poeta José Paulo Paes, uma jornalista, professores mineiros.

Scanned with CamScanner

4.3.7 As estratégias de relativização no CLF

Procurei levantar, no CLF, todas as ocorrências de pronomes relativos dentro de orações em que houvesse *objetos indiretos*, *complementos nominais* e *adjuntos adnominais*. Obtive assim o seguinte resultado:

TIPO	QTD.	%
+PADRÃO	26	20.5
–PADRÃO	101	79.5
TOTAL	127	100.0

Tabela 4.1 Estratégias de relativização no CLF

As 101 ocorrências [–padrão] se distribuíram da seguinte forma:

TIPO DE ESTRATÉGIA	QTD.	%
COPIADORA	6	5.6
CORTADORA	95	94.4
TOTAL	101	100.0

Tabela 4.2 Tipos de estratégias de relativização [-padrão] no CLF

Todas as ocorrências [–padrão] apresentaram exclusivamente o pronome relativo QUE. Quanto às formas pronominais encontradas nas ocorrências [+padrão], foram as seguintes:

PRONOME RELATIVO	QTD.	%
EM QUE	16	61.5
PREP + O/A QUAL	8	30.7
DE QUE	1	3.8
COM QUEM	1	3.8
TOTAL	26	100.0

Tabela 4.3 Formas pronominais encontradas no CLF

É interessante a preponderância do grupo EM + QUE: ele apareceu sistematicamente em expressões de lugar (14 vezes), sendo as outras duas ocorrências em expressões de tempo. Observe-se também, no quadro acima, a

total ausência do pronome CUJO, a indicar seu desaparecimento do vernáculo brasileiro, inclusive nas variedades [+cultas] da língua falada. *Em seu lugar*, os falantes optaram pela relativa cortadora (8 ocorrências em 95) ou pela copiadora (4 ocorrências em 6). Alguns exemplos:

- cortadora

(10) "eu já vi um cavalo *que o cabelo ia até o pé*... o pêlo do rabo... ia até o pé..." (REC - DID 150: 131)

(11) "na casa de um casal... *que a filha* tinha casado há umas duas semanas..." (RIO - D2 158: 862)

(12) "foi outro cantor também foi... um negro americano *que eu não me lembro o nome* agora..." (POA - DID 45: 476)

- copiadora

(13) "tem uma [planta] feito um coqueiro *que eu não sei o nome dela* é ver:de não não dá flores..." (REC - DID 156: 222)

(14) "como aquele Polanski está *que morreu a esposa dele*..." (POA - DID 121: 614)

Os dados encontrados no CLF endossam as conclusões de Tarallo (1983: 120ss.) de que a estratégia de relativização *cortadora* é a mais utilizada pelos falantes cultos urbanos brasileiros, que, por outro lado, estigmatizam a *copiadora*, o que fica claríssimo pela disparidade das proporções da Tabela 4.2 acima.

Me pareceu interessante, também, identificar as preposições que, nas relativas cortadoras, sofreram apagamento. O resultado da busca revelou que foram apagadas as seguintes preposições[4]:

PREPOSIÇÃO	APAGAMENTOS	%
EM	39	41.0
DE	32	33.6
A	11	11.5
COM	09	9.4
SOBRE	01	1.0
TOTAL	95	100.0

Tabela 4.4 Preposições apagadas nas relativas cortadoras do CLF

4. Não considerei como cortadoras as orações com o verbo ASSISTIR porque todos os falantes, em todos os inquéritos, usaram esse verbo sistematicamente como transitivo direto: "assistir uma peça", "assistindo um filme", ao contrário do que prescrevem as gramáticas normativas e os comandos paragramaticais, que cobram uma preposição A regendo este verbo quando o sentido é "presenciar".

Scanned with CamScanner

Dos 32 apagamentos da preposição DE, 14 estão relacionados ao verbo GOSTAR, e 4 a expressões genitivas onde a norma-padrão recomendaria o uso do pronome CUJO. No caso de EM, dos 39 apagamentos, 17 se relacionam a expressões de tempo ("o dia [em] que", "a época [em] que", "a hora [em] que"), enquanto 14 se referem a lugar/situação.

Alguns exemplos desses apagamentos:

• EM

(14) "eu tenho um cajue:iro na minha casa... ø *que* hoje... mora minha filha..." (REC - DID 156: 46)

• DE

(15) "eu procuro comer coisas ø *que* eu gosto mas que realmente não engordem..." (RIO - DID 328: 33)

• A (ou COM)

(16) "é... tem um gosto bastante diferente daquilo ø *que* a gente está acostumado..." (RIO - DID 328: 160)

• COM

(17) "tem umas pessoas ø *que* a gente tem mais intimiDAde também né?" (POA - DID 45: 706)

• SOBRE (ou DE)

(18) "se ele [o estudante], depois da aula, geralmente a conversinha de corredor, ele vem, pe... fazer perguntas ao professor, indagar algumas coisas ø *que* ele ficou na dúvida..." (SSA - DID 231: 1007)

4.3.8 As estratégias de relativização no CLE

No *corpus* de língua escrita foram encontradas 75 ocorrências dos tipos de estratégia de relativização que nos interessam, assim distribuídas:

TIPO DE ESTRATÉGIA	QTD.	%
+PADRÃO	72	96
–PADRÃO	3	4
TOTAL	**75**	**100.0**

Tabela 4.5 Estratégias de relativização no CLE

Das ocorrências [–padrão], duas foram do tipo *cortadora* e se encontravam em transcrições de língua falada, em que se tentou reproduzir fielmente a declaração do entrevistado:

(19) "Em oito meses de administração e dentro da realidade de poucos recursos *que* dispomos, já finalizamos as adutoras de Arataca e Ipojuca e até o final do ano serão realizadas as ligações dos 40 poços perfurados na Zona Norte ao sistema" (JC).

(20) "A idéia principal é incentivar a prática de esporte ao mesmo tempo *que* se tira estes jovens da rua" (ZH).

A única relativa copiadora do CLE foi encontrada no seguinte trecho de uma reportagem sobre a cantora Gal Costa:

(21) Gal atualiza 23 clássicos tirados com primor de uma produção de cerca de duas centenas e meia de canções em interpretações irretocáveis, mas *que* — como sempre — alguns enxergam *nelas* exibições de virtuosismo (IE).

Quanto às formas pronominais encontradas nas ocorrências [+padrão], foram as seguintes:

PRONOME RELATIVO	QTD.	%
PREP + QUE	32	44.4
PREP + O/A QUAL etc.	23	31.9
CUJO/CUJA etc.	17	23.6
TOTAL	**72**	**100.0**

Tabela 4.6 Formas pronominais encontradas no CLE, ocorrências [+padrão]

4.3.9 Comparações

O gráfico abaixo permite uma visualização comparativa entre as ocorrências dos três tipos de estratégias de relativização nos dois conjuntos de variedades:

Scanned with CamScanner

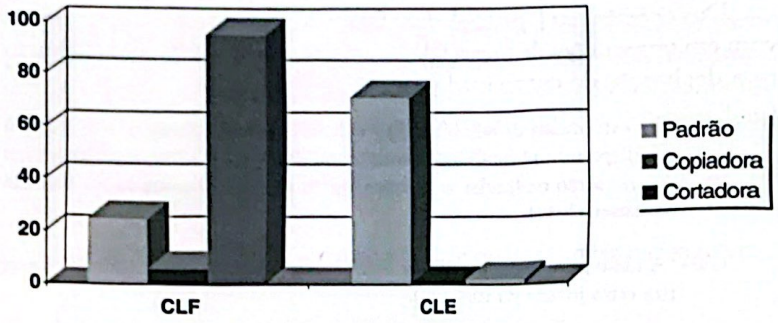


Figura 4.1 Estratégias de relativização no CLF e no CLE

A comparação permite concluir que existe, no que diz respeito à relativização, uma situação nitidamente polarizada, com o CLF e o CLE ocupando posições diametralmente opostas quanto às opções pelos três tipos de estratégias. Esta polarização pode ser mais bem visualizada no gráfico abaixo:

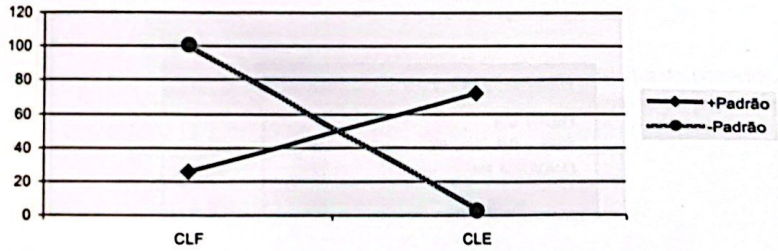


Figura 4.2 Estratégias de relativização [+padrão] e [-padrão] no CLF e no CLE

4.4 RETOMADA ANAFÓRICA DE OBJETO DIRETO DE 3ª PESSOA

Em seu estudo sobre as estratégias de relativização, Tarallo (1983, cap. VI) lançou e confirmou satisfatoriamente a hipótese de uma correlação entre relativização e pronominalização no português do Brasil. De fato, para cada um dos tipos de estratégia de relativização examinados em 4.3 existe um tipo correspondente de estratégia de retomada anafórica, a saber:

(22) Achei o livro que você me indicou, mas ainda não o li.
(23) Achei o livro que você me indicou, mas ainda não li *ele*.
(24) Achei o livro que você me indicou, mas ainda não li ø.

A estratégia usada em (22) é a recomendada pela norma-padrão e vamos chamá-la aqui de *uso de clítico*. Em (23) temos o *uso de pronome lexical*, enquanto em (24) ocorre o *objeto nulo*.

Além do trabalho, fundamental, de Tarallo, existe uma ampla bibliografia sobre a questão. Um estudo clássico do tema se acha em Camara Jr. (1972), que se dedica à investigação do "*ele* acusativo". Estudo específico das três estratégias de retomada anafórica do objeto direto é o de Duarte (*in* Tarallo, 1989: 19-34), importante pela multiplicidade de condicionamentos abordados. Pesquisas mais recentes se encontram nas contribuições de Tarallo, Cyrino, Pagotto e Nunes à coletânea organizada por Roberts & Kato (1993). Monteiro (1991) analisa a questão dentro do quadro geral dos pronomes pessoais do português brasileiro, enquanto Pagotto (1992) é uma dissertação de Mestrado totalmente voltada para o tema dos clíticos numa perspectiva diacrônica. Ainda mais recentemente, registre-se os estudos de Galves & Abaurre (*in* Castilho & Basílio, 1996: 273-319) e de Galves (1998).

Se, de um lado, temos todo esse empenho científico em mapear as estratégias de retomada anafórica, do outro se apresentam os comandos paragramaticais em sua luta por impor usos cada vez mais minoritários, na verdade quase extintos, como veremos a seguir.

4.4.1 Site da Internet: *Nossa Língua Portuguesa*

PRONOME: USO CULTO X USO POPULAR 2

Dois amigos conversam:
Amigo 1: "Faz tempo que não vejo ela".
Amigo 2: "Pois eu vi ela ontem à noite".
Há quem brinque com esse tipo de construção da frase: "Eu vi ela, tu rua, ele avenida"...
No português falado do Brasil, na língua do dia-a-dia, o pronome reto (eu, tu, ele, nós, vós, eles) assumiu definitivamente o papel de complemento verbal. Nós dizemos, no dia-a-dia, "faz tempo que não vejo ele", "eu vou encontrar ela amanhã" e por aí vai. Isso não está no padrão formal da língua portuguesa. O correto seria:
"Faz tempo que eu não o vejo."
"Eu devo encontrá-la amanhã."
No padrão formal, frases como "Faz tempo que não vejo ele" não são aceitas de jeito nenhum, mas são tão usadas que acabam se tornando uma tendência em outros ambientes lingüísticos. [...]

Scanned with CamScanner

4.4.2 *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo*

Página 322 ("Os cem erros mais comuns"):

> **16 — Comprei "ele" para você.** Eu, tu, ele, nós, vós e eles não podem ser objeto direto. Assim: *Comprei-o para você*. Também: *Deixe-os sair, mandou-nos entrar, viu-a, mandou-me*.

Página 242:

> **3 — *Pronome reto como objeto direto***
>
> a) Os pronomes pessoais do caso reto devem ser empregados como sujeitos e não como objetos diretos: *Ele saiu* (mas não: *Eu vi "ele"*). / *Nós viemos* (mas não: *A foto mostra "ele" sendo levado...*). / *Ele contou a história* (mas não: *Esta é uma história ligando "ele" ao assassinato...*).

4.4.3 Livro *Não erre mais!*

Página 82:

> *Esses políticos? Conheço todos eles.*
>
> Não há nenhuma diferença entre "conheço todos **eles**" e "conheço **eles**", que o caro leitor sabe não ser construção própria da língua culta, que pede:
>
> *Esses políticos? Conheço-os todos.*
>
> As dificuldades surgiram, mas conseguimos superá-**las** todas.
>
> O Botafogo recebeu vários convites para amistosos; estuda-**os** todos.
>
> O garoto pegou vários pedaços de bolo para distribuir às irmãs menores, mas acabou comendo-**os** todos.
>
> *Recebi diversas propostas para a venda da casa; estou estudando-as todas.*

4.4.4 Comentário

É extremamente interessante o fato de nenhum dos CP examinados se referir à questão do *apagamento do objeto*. Embora condenem unanimemente o uso do pronome reto como objeto — tal como condenam a estratégia de relativização copiadora —, prescrevendo no lugar dele o emprego dos clíticos, não encontramos, para o objeto nulo, a mesma condenação veemente que é dirigida contra as *relativas cortadoras*, que lhe são correlatas, como provou Tarallo. Duas hipóteses podem ser aventadas para explicar essa atitude:

- ou a anulação do objeto, por ser (como veremos) a estratégia de retomada anafórica mais usada pelos falantes do português do Brasil, já está tão incorporada à gramática intuitiva do brasileiro que nem os prescritivistas mais rigorosos se apercebem dela como um desvio em relação ao padrão;
- ou os CP, por associarem *norma-padrão* com *língua escrita monitorada* (onde são poucas as ocorrências de objetos nulos, se comparadas com a língua falada), não vêem necessidade de abordar a questão do apagamento.

Pode ser, também, que a explicação resida na combinação dessas duas hipóteses.

No texto do CP-1 se encontra a afirmação de que o pronome reto "assumiu definitivamente o papel de complemento verbal". Não é verdade. Como os dados mais abaixo revelam, é o *objeto nulo* que desempenha a maior quantidade de retomadas anafóricas, ficando o *ele* acusativo restrito a um número bem menor de ocorrências.

4.4.5 Retomada anafórica do objeto direto de 3ª pessoa no CLF

A análise dos dados levantados no *corpus* de língua falada revelou a seguinte distribuição das estratégias de retomada anafórica:

TIPO	QTD.	%
CLÍTICO	3	0.6
PRON. LEXICAL	18	3.6
OBJETO NULO	479	95.8
TOTAL	**500**	**100.0**

Tabela 4.7 Retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa no CLF

Os estudos sociolingüísticos acima elencados indicam que o clítico, quando (rarissimamente) aparece na língua falada, é favorecido pela presença de um infinitivo, ocorrendo sempre em posição enclítica. Isso se confirmou no CLF, onde os três únicos exemplos de uso de clítico foram:

(25) "às vezes eu vejo assim pontes enormes que:: se gastam fábulas para construí-*la*..." (SP - D2 343: 588)

(26) "eu tive um vizinho que teve/ nunca tinha tido asma pegou uma asma horrorosa e o médico foi visitá-*lo* e olhou minha casa..." (REC - DID 156: 393)

Scanned with CamScanner

(27) "eu achei que eu NUNca tinha assistido um espetáculo assim e ele brincar com os leões e... e com as leoas... (de) a leoa abraçá::-*lo* e tudo (...)" (POA - DID 121: 813-816)

De igual modo, o emprego do pronome lexical (o "*ele* acusativo") é amplamente favorecido, segundo os pesquisadores citados, quando se trata de retomar um objeto direto marcado pelo traço semântico [+animado]. Assim, das 18 ocorrências deste tipo no CLF, 13 (72.2%) apresentavam esse traço semântico, como nos seguintes exemplos:

(28) "às vezes quando é cavalo de competição tem que botar *ele* para saltar aquelas... coisinhas" (REC - DID 150: 151)

(29) "por exemplo... o que fizeram com o Reich você conhece *ele* Wilhelm Reich que foi:: pre::so nos Estados Unidos e tal..." (SAO - D2 343: 1636)

(30) "atender os clientes éh:: ora mostrando os equipamentos ora fazendo demonstração... eh ora levando *eles* na nossa filial" (SAO - D2 62: 110)

O número impressionante de objetos nulos vem confirmar o que a respeito do *ele* acusativo diz Mattos e Silva (1995: 68):

> A generalização de que o pronome lexical para o objeto anafórico marca a fala brasileira não corre tão fácil quanto à primeira vista pode parecer ao normativista à caça de solecismos.

Os estudos têm mostrado que os falantes cultos, assim como rejeitam a relativa copiadora, por considerá-la "errada", e a padrão, por considerá-la "certa demais", também rejeitam o uso do pronome lexical, mas evitam o emprego dos clíticos, esquivando-se deles pela estratégia de apagamento do objeto. A reação desfavorável dos falantes cultos ao emprego dos clíticos se manifestou, no estudo de Duarte (*in* Tarallo, 1989: 34), com exclamações do tipo: "Nossa! Tá certo, mas é esquisito! As pessoas não falam assim"; "Ai, que rebuscamento!"; "Pedante", entre outras.

A seguir, alguns exemplos da estratégia de apagamento do objeto direto anafórico no CLF:

(31) "então... antigamente... se eu quisesse calcular uma ponte... eu calculava ø... dava ø para um desenhista... ele desenhava ø... agora num escritório... não é assim né? então... depende do arquiteto que vai lançar... a arquitetura da obra... aí eu calculo ø... o desenhista... desenha ø... mas eu calculei ø::... não foi sozinho... eu processei metade... dos cálculos... utilizei o pessoal da computação" (SAO - D2 343: 904-911)

(32) "e a gente faz uma comida que a titia chama de jardineira... com couvinha mineira... faz couvinha mineira... junta ø com... aquela couvinha bem partidinha... ba/ faz ø na... na frigideira... depois põe ø por cima da carne e põe os legumes em cima... a gente usa muito esse tipo de comida aqui em casa... por exemplo chuchu também ela refoga... faz ø com ovo... sabe... e aí a gente come ø com a carne..." (RIO - DID 328: 415-419)

O exemplo (32) evoca um gênero de texto, a *receita de culinária*, em que o apagamento do objeto direto é estratégia recorrente inclusive na língua escrita, como veremos mais adiante.

4.4.6 Retomada anafórica do objeto direto de 3ª pessoa no CLE

Os tipos de estratégias de retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa encontrados no *corpus* de língua escrita estão organizados na tabela abaixo, onde também se incluiu o fator transcrição de língua falada (TLF), importante para melhor análise dos dados:

TIPO	CLE	%	TLF	%
CLÍTICO	50	58.1	4	8.0
PRON. LEXICAL	1	1.1	1	100.0
OBJETO NULO	35	40.1	14	40.0
TOTAL	**86**	**100.0**	**19**	**22**

Tabela 4.8 Retomada anafórica do objeto direto de 3ª pessoa no CLE

O único exemplo de uso do "*ele* acusativo" no CLE se encontra num depoimento de um político:

(33) "Em Itabuna, se o candidato mais forte é Geraldo Simões, do PT, apoiaremos *ele*" (AT).

O uso de clíticos na língua falada, como se viu mais acima, é insignificante. Se ele aparece nas TLF do *corpus* de língua escrita é porque ou o entrevistado usou um estilo [+monitorado] no momento de dar seu depoimento, ou o redator "revisou" e "corrigiu" a fala do depoente, ajustando ela à *norma-padrão*. Uma dessas duas hipóteses talvez explique, por exemplo, a ocorrência de um clítico na transcrição do depoimento de um morador da periferia de Olinda, Pernambuco, acerca da morte violenta do irmão:

(34) "Ele levou uma pancada na cabeça e Hélio, não satisfeito com a agressão, o matou com um tiro", relatou, revoltado (JC).

UNIVERSIDADE FEDERAL
203
Biblioteca Comunitária

Scanned with CamScanner

De todo modo, a presença de clíticos nas TLE é muito baixa, representando apenas 8% das ocorrências totais de clíticos no CLF. Por outro lado, os objetos nulos tiveram acentuada participação nas TLF (40% das ocorrências totais), o que confirma seu caráter de elemento constituinte do sistema lingüístico do português do Brasil:

(35) "Ele está nesta vida desde os 16 anos e vivia prometendo que ia largar ø. Eu sabia que ele não ia ter um bom fim", lamentou Nivaldo, que mora há 35 anos na favela e trabalha como barbeiro (JC).

(36) "Se molhar os móveis, a gente bota ø para secar. Todo ano é a mesma coisa", declara (JC).

(37) Apesar de serem ilegais, é fácil chegar a essas drogas. "Na academia tem sempre alguém que vende ø ou sabe quem vende ø. Hormônio para cavalo compra-se no jóquei mesmo", revela um dos bombados de academia (IE).

Dos restantes objetos nulos que não ocorrem em TLF, 5 aparecem em receitas de culinária, gênero de texto onde o apagamento do objeto direto é muito freqüente, como se viu também nos exemplos colhidos no CLF:

(38) Tire a casca das pêras (deixe os talos) e o miolo com uma faca pontiaguda e corte uma fatia na base para que fiquem de pé. Coloque-*as* numa panela com o vinho, a canela, os cravos-da-índia e o suco de limão. Leve ø ao fogo até ferver e cozinhe ø por 15 min. Deixe ø esfriar (IE).

Em (38) aparecem combinadas duas das estratégias de retomada anafórica: o uso de clíticos e o apagamento do objeto. Observe-se também o apagamento de um pronome sujeito-objeto (o "sujeito acusativo" da Gramática Tradicional, cf. 4.5 abaixo) em "*deixe ø esfriar*".

Outro condicionamento favorável ao apagamento do objeto direto no CLF foram as chamadas *orações intercaladas* (cf. Bechara, 1999: 480), sentenças incisas geralmente introduzidas por COMO, SEGUNDO, CONFORME etc., e nas quais aparecem com freqüência os verbos SABER, DIZER, INFORMAR entre outros. Foram 7 as ocorrências desse tipo, das quais seguem alguns exemplos:

(39) Autor dos primeiros projetos artísticos de telemática no mundo, ainda na década de 60, Ascott agora cria obras interativas na Internet e cujo destino, *ele sabe ø*, é fugir completamente de seu controle (IE).

(40) Como são virtuais do início ao fim, os trabalhos eletrônicos também não possuem a chamada "aura" que, *dizem ø os especialistas*, envolve as obras originais (IE).

(41) A ajuda do FMI está sendo negociada há um mês, e, *segundo informou ø ao JB um funcionário*, o valor final do pacote não foi estabelecido, mas o país precisa de US$ 3 bilhões para fechar as contas externas este ano (JB).

4.4.7 Comparações

A comparação entre as estratégias de retomada anafórica de objetos de 3ª pessoa no CLF e no CLE revela uma nítida dessemelhança de comportamento dos dois conjuntos de dados. Se compararmos as porcentagens de cada tipo de estratégia com o total de ocorrências de retomadas anafóricas nos dois *corpora* obteremos o seguinte gráfico:

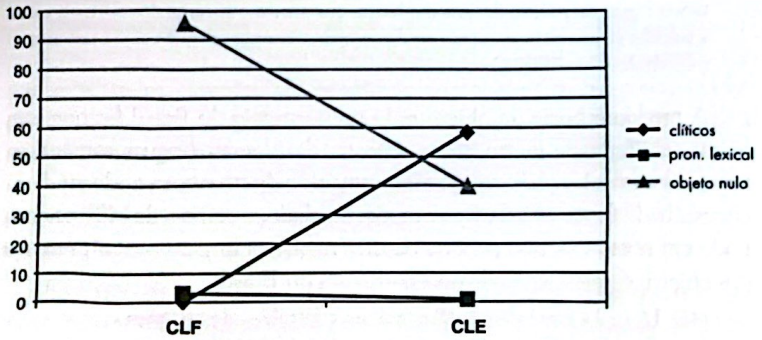


Figura 4.3 Quadro comparativo das retomadas anafóricas no CLF e no CLE

O que se observa é uma nítida preferência, no CLF, pelo objeto nulo e um emprego insignificante dos clíticos, numa escala de quase 160 objetos nulos para cada clítico (160 : 1). Por outro lado, os clíticos têm presença mais significativa no CLF, embora numa escala de somente 1.4 clítico para cada objeto nulo (1 : 1.4). Acrescente-se a isso que um total de apenas 50 ocorrências de clíticos de 3ª pessoa — num *corpus* de língua escrita equivalente a mais de 200 laudas-padrão de texto impresso — representa um uso bastante restrito da estratégia de retomada anafórica considerada [+padrão], indício provável de uma evitação do uso dos clíticos por parte dos redatores dos textos do CLE. Além disso, a escala de 1 : 1.4 mostra que, mesmo na língua escrita, o objeto nulo já começa a exercer um papel importante na retomada anafórica.

Por seu turno, a escala de 160 : 1 no CLF vem confirmar as conclusões de outros investigadores. Duarte, por exemplo, (*in* Tarallo, 1989: 32), afirma:

> Que a categoria vazia objeto se encontra implementada no sistema lingüístico é desnecessário enfatizar. Sua ocorrência em artigos de jornais e revistas, na literatura

Scanned with CamScanner

e em traduções, em contextos que não têm a intenção de reproduzir a língua falada, atesta isso e distingue o português do Brasil das suas línguas irmãs, exigindo uma análise que leve em conta o discurso.

Já a respeito do baixíssimo uso dos clíticos, assim se pronuncia Galves (1998: 87):

> O caso dos clíticos de terceira pessoa, por exemplo, é representativo de um tipo de construção que tem tendência em desaparecer da língua. Podemos dizer que estamos frente ao reflexo de uma mudança, que atinge o sistema dos clíticos, e que a terceira pessoa clítica está em via de desaparecimento porque ela já é um arcaísmo, um fóssil na língua.

A predominância do objeto nulo no português do Brasil faz que esta língua se diferencie muito, neste aspecto, das demais línguas românicas, nas quais um verbo contextualmente transitivo direto nunca pode vir desacompanhado de seu objeto. Desse modo, um diálogo como o de (42), encontrado em nosso CLF, não poderia ocorrer naquelas línguas sem a presença dos objetos diretos, apagados no português do Brasil:

(42) L1 [...] a condução da fábrica é um controle... de presença...
L2 se você perder ø... já viu ø...
L1 se perder ø todo mundo sabe ø... você vai chegar às nove horas da manhã... e todo mundo vê ø... (RIO - D2 158: 1325-1329)

Se traduzida para o francês, o espanhol e o italiano, a segunda intervenção do L1 no trecho de diálogo de (42) ficaria mais ou menos assim:

(42.a) Si tu *le* rates, tout le monde *le* saura. Tu y arriverais à neuf heures du matin et tout le monde *le* verrait...

(42.b) Si *lo* pierdes, todos *lo* sabrán. Llegarías a las nueve horas de la mañana y todos *lo* verían...

(42.c) Si *lo* manchi, tutti *lo* sapranno. Ci arriveresti alle nove ore della mattina e tutti *lo* vederebbero...

Curiosamente, porém, este traço característico do português do Brasil aproxima ele do latim literário clássico (cf. Ilari, 1999: 106). Em Cícero (*De amicitia*, 27, 100), por exemplo, encontramos: *Virtus et conciliat amicitias et conservat* ("A virtude granjeia as amizades e [as] conserva").

Quanto às implicações de tudo isso para o ensino, tratarei delas na conclusão geral do capítulo.

4.5 PRONOME SUJEITO-OBJETO ("SUJEITO ACUSATIVO" NA GT)

O próximo fato sintático a ser contemplado é aquele que, na Gramática Tradicional, recebe o nome de "sujeito acusativo". Aplica-se este rótulo à função sintática exercida por um pronome que é, a um só tempo, sujeito de um verbo e objeto direto de outro. Essa situação se restringe aos verbos MANDAR, FAZER, DEIXAR, VER, OUVIR e SENTIR, seguidos de infinitivo:

(43) Deixa-*me* dizer o que penso disso?

No enunciado acima, o pronome ME é objeto do verbo DEIXAR e sujeito do verbo DIZER. Como a forma assumida pelo pronome é a que corresponde aos casos em que desempenha função de objeto, essa forma em enunciados do tipo é classificada tradicionalmente como *sujeito acusativo*, conforme a nomenclatura gramatical do latim clássico.

Ocorre, no entanto, que no português do Brasil o enunciado (43) tem probabilidade muitíssimo mais elevada de se realizar como em (44):

(44) Deixa *eu* dizer o que penso disso?

Este tipo de construção tem uma freqüência tão elevada que o grupo DEIXA + EU sofre uma contração, no ritmo da fala [-monitorada], em todas as variedades [+orais], quando se trata de verbo no modo imperativo, reduzindo-se a uma sílaba, pronunciada "xô".

O que se evidencia aqui é a tendência cada vez mais acentuada do português do Brasil a *explicitar* o sujeito e a *apagar* o objeto direto, como provam abundantemente as investigações de Tarallo (*in* Roberts & Kato, 1993: 35-68) e de Duarte (*in* Roberts & Kato, 1993: 107-128), bem como as análises de Galves (1998). Os dados levantados por Tarallo a esse respeito são bastante eloqüentes, e me parece oportuno reproduzi-los aqui:

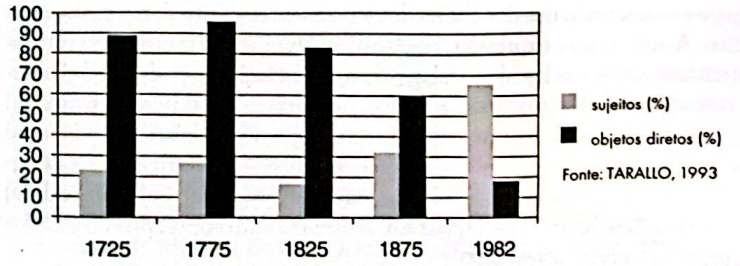


Figura 4.4 Evolução do uso pronominal em sujeitos e objetos diretos no português do Brasil entre 1725 e 1982

Scanned with CamScanner

A evolução da retenção pronominal revela uma inversão perfeita na proporção de sujeitos nulos e objetos diretos nulos, inversão que fica ainda mais evidente se transposta para um gráfico de curvas como o da Figura 4.5 abaixo:

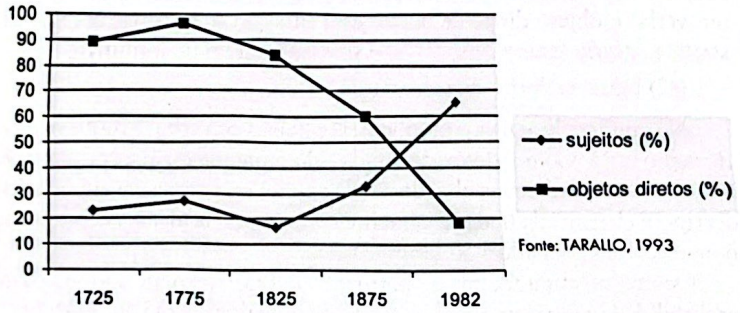


Figura 4.5 Evolução do uso pronominal em sujeitos e objetos diretos no português do Brasil entre 1725 e 1982

É provavelmente essa tendência cada vez mais acentuada ao apagamento do objeto direto e à explicitação do sujeito que explica a ocorrência quase exclusiva de construções com os pronomes do caso reto (nominativo) no lugar do caso oblíquo (acusativo) preconizado pela norma-padrão. Temos aqui, novamente, duas regras morfossintáticas em concorrência no português do Brasil. A primeira delas, com o pronome oblíquo, chamarei de [+padrão], uma vez que é a prescrita pelas gramáticas normativas e pelos comandos paragramaticais. A segunda, de [–padrão].

A expressão "sujeito acusativo" não tem sentido quando se trata das ocorrências [–padrão], uma vez que o que caracteriza todas elas, como se sabe, é justamente o uso dos chamados *pronomes retos*, isto é, no caso *nominativo*. Assim como a expressão "sujeito acusativo" tenta reunir dois termos antitéticos, não seria descabido falar, para as construções [–padrão], de "objeto nominativo", designação que preserva o caráter igualmente paradoxal da primeira. Proponho, por isso, que se abandone a nomenclatura tradicional e se procure para estes pronomes, nestas construções específicas, uma designação que abarque melhor o fenômeno, tanto em suas ocorrências [–padrão] quanto em suas ocorrências [+padrão]. Neste trabalho optei por chamá-los de *pronomes sujeito-objeto* (PSO).

Vejamos agora como os comandos paragramaticais se pronunciam a respeito do tema.

4.5.1 Site da Internet *Nossa Língua Portuguesa*

PRONOME: USO CULTO X USO POPULAR 2

[...] No padrão formal, frases como "Faz tempo que não vejo ele" não são aceitas de jeito nenhum, mas são tão usadas que acabam se tornando uma tendência em outros ambientes lingüísticos. Vamos a um exemplo, a canção "O astronauta de mármore", gravada pelo grupo Nenhum de Nós:

"... Sempre estar lá **e ver ele** voltar
não era mais o mesmo, mas estava em seu lugar
sempre estar lá **e ver ele** voltar
o tolo teme a noite como a noite vai temer o fogo
vou chorar sem medo
vou lembrar do tempo
de onde eu via o mundo azul..."

Você notou o uso, por duas vezes, da expressão "ver ele voltar". O correto, pelo padrão culto, seria "vê-lo voltar". Essa discussão nunca vai ter fim. Na fala do dia-a-dia, no Brasil, esse uso errado já está sacramentado. Mesmo assim, coloque o pronome corretamente ao redigir um texto formal.

4.5.2 *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo*

Página 89:

Deixe-me dizer, deixe-o fazer. E nunca "deixe eu dizer", "deixe ele fazer", etc.

Página 242:

3 — ***Pronome reto como objeto direto***

[...] c) Os verbos ***mandar, deixar, fazer, ver, ouvir, restar, bastar*** e ***faltar***, quando acompanhados de infinitivo, não podem introduzir pronome reto, mas apenas oblíquo: *Deixe-me dizer* (e não *"deixe eu" dizer*). / *Mande-o sair* (em vez de *"mande ele" sair*). / *Faça-o ficar* (e não *"faça ele" ficar*). / *Veja-nos representar* (e não *"veja nós" representar*). / *Ouça-os tocar* (em vez de *"ouça eles" tocar*). / *Sentimo-la desfalecer* (e não *"sentimos ela" desfalecer*). / *Resta-lhe sumir no mundo* (e não *"resta ele" sumir*). / *Basta-te conseguires* (e não *"basta tu" conseguires*). / *Falta-me completar o quadro* (e não *"falta eu" completar*).

Scanned with CamScanner

4.5.3 Livro *Não erre mais!*

Página 20:

> *Deixe* **eu** *dormir sossegado*
>
> Não se usa pronome do caso reto com o verbo **deixar**, nessa circunstância, quando a ele se segue um verbo no infinitivo. Portanto:
>
> *Deixe-**me** dormir sossegado.*
>
> *Deixem-**me** ver o que vocês têm na mão. (E não: Deixem **eu** ver...)*
>
> *Deixaram-**me** entrar. (E não: Deixaram **eu** entrar.)*
>
> Observe que construímos:
>
> *Ninguém **me** deixa dormir sossegado. (E não: Ninguém **eu** deixa...)*
>
> Não **me** deixaram entrar. (E não: Não **eu** deixaram entrar.)
>
> Com os verbos **mandar, fazer, ver, ouvir** e **sentir** se constrói da mesma forma:
>
> *Mandaram-**me** ficar aqui. (E não: Mandaram **eu** ficar aqui.)*
>
> Fizeram-**me** beber todo o purgativo. (E não: Fizeram **eu** beber...)
>
> *Vi-**o** entrar apressadamente, mas não **o** vi sair. (E não: Vi **ele** entrar...)*
>
> Ouvi-**os** chorar baixinho. (E não: Ouvi **eles** chorar baixinho.)
>
> *Senti-**a** mexer na maçaneta da porta. (E não: Senti **ela** mexer...)*

4.5.4 Comentário

No CP-1, como já se discutiu no capítulo anterior, vê-se a tentativa do autor de não parecer demasiado prescritivista, aparentando uma tolerância para com o que chama de "uso popular" (grifos meus):

- "mas [as construções como 'vi ele voltar'] são *tão usadas* que acabam se tornando uma *tendência* em outros ambientes lingüísticos".
- "Essa discussão nunca vai ter fim. Na fala do dia-a-dia, no Brasil, esse uso errado já está *sacramentado*."

Essa tolerância, no entanto, é anulada pela carga negativa de afirmações como (grifos meus):

- "No padrão formal, frases como 'Faz tempo que não vejo ele' não são aceitas *de jeito nenhum*".
- "esse *uso errado* já está consagrado".
- "*Mesmo assim*, coloque o pronome *corretamente* ao redigir um *texto formal*".

Como sempre, falta consistência aos conceitos de "padrão formal" e "texto formal", que o autor usa sem especificar a que se referem. Além disso, volta a usar sua tática de admitir a variação lingüística para, ao fim e ao cabo, prescrever um único uso possível como o aceito em realizações lingüísticas "formais"...

Contudo, o problema mais grave aqui é que o CP-1 confunde, num único bloco de prescrições, dois fenômenos lingüísticos distintos: o uso do pronome ELE como objeto direto e o uso dos pronomes retos como "sujeito acusativo". Nas variedades [+urbanas] de falantes [+cultos], *o único pronome do caso reto usado como objeto direto é o de 3ª pessoa*. Dificilmente, nessas variedades, se encontrará realizações como "Pedro não viu *eu*", "Eu não entendo *tu*" ou "João adora *nós*". Como bem analisou Camara Jr. (1972: 50), o pronome ELE nunca se integrou totalmente ao quadro dos pronomes pessoais, tendo conservado parte de sua função original de dêitico:

> Há, portanto, uma diferença semiótica essencial entre o pronome da terceira pessoa e os da primeira e da segunda. É esta diferença que explica sua ausência em muitas línguas do passado ou atuais. O que se vê, então, é apenas um demonstrativo, como em latim. A criação do pronome da terceira pessoa resulta de um tão grande enfraquecimento do valor dêitico, que passamos a nele ver uma forma separada do sistema dos demonstrativos. Mas não há nunca uma integração da nova forma no fundo semântico dos pronomes pessoais, e para o português não houve também integração morfológica.

As diferenças morfológicas entre EU, TU de um lado e ELE de outro são muito claras: o simples fato de ELE apresentar formas homonímicas de feminino e plural (ao contrário de EU e TU) evidencia seu caráter mais dêitico do que propriamente "pessoal". As diferenças semânticas e sintáticas também são bastante nítidas. É o que observa Castilho (1981: 272):

> No lado gramatical do verbo, ressalta em primeiro plano a categoria de pessoa, que representa a fonte e o alvo da comunicação. A tradição gramatical considera a existência de três pessoas: a primeira (emissor), a segunda (receptor) e a terceira (assunto). Entretanto, como já demonstrou Benveniste (1946), é evidente a disparidade entre as duas primeiras e a terceira, que constitui, na verdade, uma não-pessoa, pois é apenas um dado extralingüístico, sem relação com uma "pessoa específica". A observação do comportamento morfológico das pessoas nas diversas línguas demonstra que a primeira e a segunda sempre diferenciam da terceira.

O caráter mais dêitico do pronome ELE é que lhe tem permitido, no português do Brasil, assumir todas as funções sintáticas, à semelhança dos pronomes demonstrativos. Assim, os mesmos traços semióticos (como diz Camara

Scanned with CamScanner

Jr.) que permitem dizer "*este* quebrou" (sujeito), "quero *este*" (objeto direto) e "refiro-me a *este*" (objeto indireto), também permitem dizer "*ele* quebrou", "quero *ele*" e "refiro-me a *ele*".

Já o uso dos pronomes retos como "sujeito acusativo" é conseqüência de um fenômeno lingüístico todo outro, como se viu: a tendência à retenção do sujeito e ao apagamento do objeto. Conclui-se daí o total despreparo do autor dos módulos da Internet para tratar de assuntos que têm suscitado investigações e debates entre os especialistas, além de ampla bibliografia — toda uma produção científica que os comandos paragramaticais, no entanto, parecem conscientemente preferir desprezar.

No caso do livro *Não erre mais!*, a "lógica" a que o autor recorre para tentar justificar a imposição do uso-padrão é facilmente desmontável. Diz ele que não se pode usar o pronome reto em frases afirmativas porque, nas negativas, "construímos" enunciados como *Ninguém me deixa dormir sossegado* e não **Ninguém eu deixa...* Esqueceu-se, porém, de que nenhum falante do português do Brasil tampouco produz enunciados como **João eu mandou entrar*, e que, por outro lado, nos enunciados negativos, exatamente como nos afirmativos, o pronome reto ocupa seu lugar de direito na ordem canônica da oração, isto é, *antes* do verbo do qual é o sujeito. Por isso, embora, de fato, como sugere Sacconi, ninguém diga **Não eu deixaram entrar*, em qualquer variedade do português do Brasil é perfeitamente aceitável (porque gramatical) a construção *Não deixaram eu entrar...*

4.5.5 Os pronomes sujeito-objeto (PSO) no CLF

No *corpus* de língua falada foram encontradas 10 ocorrências de PSO, todas elas com pronomes morfologicamente retos, portanto [–padrão]. Ocorreram somente três formas pronominais (o número de ocorrências vem indicado entre parênteses):

- EU (4)
- ELE (3)
- ELES (3)

Os verbos que provocaram o aparecimento dos PSO foram quatro:

- DEIXAR (7)
- VER (1)
- MANDAR (1)
- FAZER (1)

Das 7 ocorrências do verbo DEIXAR, 4 tiveram como objeto o pronome EU, todas no modo imperativo:

(45) "agora *deixa eu ver*... OUtros bichos..." (REC - DID 150: 56)

(46) "*deixa eu ver* outros pedaços que eu gosto..." (REC - DID 150: 257)

(47) "ah estou depressivo... *deixa eu tomar* umas bolinhas..." (SAO - D2 343: 1342)

(48) "de praia? *deixa eu ver*... agora estou muito sozinha lá na praia..." (POA - DID 45: 251)

As demais ocorrências de PSO foram:

(49) "eu não *vi eles comendo* não..." (REC - DID 150: 56)

(50) "aí dei os temperos todos da gali:nha... e *mandei ele botar* no fo:go..." (REC - DID 150: 318)

(51) "então os homens ainda estão num esquema bem bolado... que não foram eles que criaram mas... *deixa eles irem* para a frente..." (SAO - D2 343: 1423)

(52) "um exemplo de um mecanismo que teria que se repetir que vão tentar *deixar ele se repetir*" (SP - D2 343: 1265)

(53) "quer dizer digamos você cercaria uma população de lemingues num vale e não *deixaria eles saírem*..." (SP - D2 343: 1653)

(54) "o pessoal tocava o cavalo à toda e *fazia ele subir* com todo mundo em cima..." (POA - DID 45: 508)

4.5.6 Os pronomes sujeito-objeto (PSO) no CLE

No *corpus* de língua escrita selecionado para a presente investigação, encontrou-se uma única ocorrência de PSO:

(55) "A insulina tira o açúcar que está circulando no sangue e *o faz entrar* nas células" (IE).

Devido a essa escassez de dados, insuficientes para um trabalho comparativo, decidi recorrer, neste caso específico, a um *corpus* diferente. Valendo-me do CD-ROM *Folha 98*, que reúne as 365 edições do jornal *Folha de S.Paulo* do ano de 1997, utilizei as ferramentas de busca do CD para localizar as ocorrências do verbo DEIXAR nas seguintes formas: *deixa*, *deixe* e *deixar* — precedidos ou seguidos dos pronomes retos *eu*, *ele*, *eles*, *ela*, *elas* e dos oblíquos *me*, *o*, *os*, *a*, *as*.

O verbo DEIXAR foi escolhido por ter sido de longe o mais freqüente nas ocorrências do CLF (66,6%), como se viu acima. As formas *deixa* e *deixe* têm a vantagem de ser, ao mesmo tempo, presente do indicativo e do subjuntivo, respectivamente, assim como imperativo, o que lhes permitiria cobrir

Scanned with CamScanner

Tabela 4.9 Ocorrências [+padrão] de PSO com próclise

CLÍTICO	VERBO	PSO	TLF	%
1. me	deixa	13	4	30.7
2. me	deixe	6	3	50.0
3. me	deixar	13	11	84.6
4. o	deixa	2	0	0
5. o	deixe	1	1	100.0
6. o	deixar	0	0	0
7. os	deixa	1	0	0
8. os	deixe	2	0	0
9. os	deixar	0	0	0
10. a	deixa	1	1	100.0
11. a	deixe	1	0	0
12. a	deixar	0	0	0
13. as	deixa	1	0	0
14. as	deixe	0	0	0
15. as	deixar	0	0	0
TOTAL		41	20	48.7

Tabela 4.10 Ocorrências [+padrão] de PSO com ênclise

VERBO + CLÍTICO	PSO	TLF	%
1. deixa-me	0	0	0
2. deixe-me	12	8	66.6
3. deixar-me	0	0	0
4. deixa-o	0	0	0
5. deixe-o	3	0	0
6. deixá-lo	15	5	33.3
7. deixa-os	1	0	0
8. deixe-os	2	0	0
9. deixá-los	9	4	44.4
10. deixa-a	0	0	0
11. deixe-a	4	1	25.0
12. deixá-la	8	1	12.5
13. deixa-as	0	0	0
14. deixe-as	0	0	0
15. deixá-las	3	0	0
TOTAL	57	19	33.3

TOTAL GERAL		
PSO	TLF	%
98	39	39.7

um amplo espectro de ocorrências. O infinitivo *deixar* foi escolhido porque, não tendo marcas morfológicas de *tempo*, teria grande chance de aparecer no tipo de material investigado, o texto de jornal — previsão que se comprovou: as ocorrências com infinitivo se revelaram as mais numerosas.

Uma vez coletadas, as ocorrências foram classificadas em [+padrão] e [–padrão]. Na análise dessas ocorrências, revelou-se importante distinguir aquelas que se encontravam em *transcrições de língua falada* (TLF), isto é, entrevistas e/ou depoimentos de terceiros, incluídos pelo redator em sua matéria, e delimitados entre aspas no texto do jornal. Os números revelaram que essas TLF foram responsáveis pela grande maioria das ocorrências [–padrão] neste *corpus*.

As ocorrências [+padrão] foram separadas em dois grupos: as que apresentaram PSO proclítico e as que apresentaram PSO enclítico. As duas tabelas da página 214 apresentam os resultados da coleta.

As ocorrências [–padrão] se distribuíram da seguinte maneira[5]:

VERBO	PRONOME	PSO	TLF	%
1. deixa	eu	23	23	100.0
2. deixe	eu	7	5	71.4
3. deixa	ele	1	1	100.0
4. deixe	ele	2	1	50.0
5. deixa	eles	0	0	0
6. deixe	eles	0	0	0
7. deixa	ela	1	1	100.0
8. deixa	elas	0	0	0
9. deixe	ela	0	0	0
10. deixe	elas	0	0	0
11. deixar	eu	4	3	75.0
12. deixar	ele	2	1	50.0
13. deixar	eles	0	0	0
14. deixar	ela	2	1	50.0
15. deixar	elas	0	0	0
TOTAL		42	36	85.7

Tabela 4.11 Ocorrências [–padrão] de PSO

5. É interessante registrar que, na coleta de dados, houve 8 ocorrências de "*ele* acusativo", ou seja, retomadas anafóricas [–padrão].

Scanned with CamScanner

Somando-se o total de ocorrências [+padrão] e [–padrão] e as TLF de ambos os conjuntos, obtém-se o quadro seguinte:

TIPO DE OCORRÊNCIA	QTD.	TLF	%
+PADRÃO	98	39	39.7
–PADRÃO	42	36	85.7
TOTAL	**140**	**75**	**53.5**

Tabela 4.12 Total de ocorrências de PSO no *corpus* selecionado

O exame da Tabela 4.13 revela que as ocorrências [–padrão] foram amplamente favorecidas (85,7%) pelas *transcrições de língua falada*, em que se tentou preservar os usos lingüísticos da fala do entrevistado ou depoente. O índice de 39,7% de TLF nas ocorrências [+padrão] pode ser atribuído ou a um maior monitoramento da fala por parte do entrevistado ou depoente na situação de entrevista, ou a uma operação de "correção" por parte do entrevistador no momento de registrar por escrito o depoimento colhido — hipótese que, embora me pareça a mais provável, é impossível de verificar.

Esta situação de desproporção radical das TLF em cada um dos conjuntos de ocorrências de PSO fica bem visualizada no gráfico abaixo:

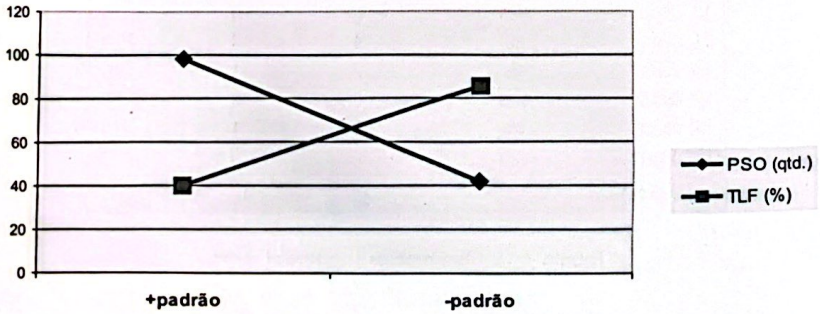


Figura 4.6 Incidência de TLF nas ocorrências [+padrão] e [–padrão] de PSO

As formas [–padrão] ocorreram 2.3 vezes menos que as formas [+padrão]. No entanto, as formas [–padrão] apareceram 2.2 vezes mais como transcrições de língua falada do que as [+padrão]. Conclui-se, portanto, que a variedade investigada — [+urbana] [+escrita] [+monitorada], usada por falante [+culto] — reconhece as formas [–padrão] como típicas da fala, uma vez que as usa com clara predominância nas transcrições de língua falada (depoimentos, entrevistas etc.).

Diante desse quadro, parece interessante investigar quais são as ocorrências [–padrão] que *não* representam transcrições de língua falada, isto é, que representam uma opção deliberada do autor do texto de empregar os pronomes retos onde a norma-padrão (e os manuais de redação das empresas jornalísticas) prescrevem os pronomes oblíquos.

No item 2 (DEIXE EU), as duas ocorrências que não correspondem à TLF são assinadas por Gustavo Ioschpe, 20 anos, autor de livros sobre vestibular. Na primeira ele imagina a carta que uma adolescente, após o vestibular, escreve aos pais para contar-lhes que não foi aprovada: "Agora que vocês já estão sabendo de tudo, *deixa eu contar* a verdade" (2/1/1997, p. Especial-3). Aqui seria possível alegar que, por ser uma carta pessoal, há a previsível interferência do gênero (carta) e do destinatário (pais) na escrita da fictícia autora (adolescente) do texto. Na segunda, em artigo que critica a existência de universidades gratuitas para filhos de classes sociais elevadas, o autor escreve: "*Deixe eu me explicar*" (10/11/1997, p. 6-7). Talvez tenha usado essa forma [–padrão] numa tentativa de evitar algo como "deixe-me me explicar" ou "deixe-me explicar-me". Pode ser também uma questão de atitude do autor, um jovem de 20 anos, diante de formas lingüísticas "certas demais", interpretadas como características de uma geração mais velha que a sua, atitudes já vistas nos outros fatos sintáticos estudados aqui até agora.

No item 4 (DEIXE ELE), a ocorrência que não corresponde a TLF é assinada por Rosely Sayão, que escreve sobre sexualidade para jovens. Trata-se da resposta a uma carta escrita por um adolescente, e a autora pode ter usado a forma [–padrão] para estabelecer maior empatia com o leitor: "Vergonha do seu pênis? Fale isso bem baixo e não *deixe ele ficar sabendo* desse sentimento que você tem em relação a ele" (17/7/1997, p. 6-2).

No item 11 (DEIXAR EU), a ocorrência que não corresponde a TLF é: "Denise, minha psicóloga, teve de insistir com mamãe para *deixar eu descer* todos os dias para ver a turma" (19/4/1997, p. 5-9). Trata-se de um conto publicado no caderno "Folhinha", destinado ao público infantil, assinado pelos escritores Heloísa Prieto e Paulo Morelli. Narrado em primeira pessoa,

Scanned with CamScanner

o texto conta a história de um menino que sofreu um acidente de automóvel e passou a usar cadeira de rodas. O uso da forma [–padrão] pode ser atribuído à tentativa de reproduzir a língua falada por uma criança, na qual a forma "deixar-me descer" soaria pouco verossímil.

No item 12 (DEIXAR ELE), a ocorrência que não corresponde a TLF é: "Só que o médico pediu pra mãe do Ricardo *deixar ele pegar* uns órgãos pra dar pra quem precisasse" (24/1/97, p. 5-3). Novamente, é um texto escrito para a "Folhinha", de autoria do escritor Fernando Bonassi, que tenta usar uma linguagem escrita mais próxima da fala dos virtuais leitores (infantis) do caderno.

No item 14 (DEIXAR ELA), a ocorrência que não representa TLF é: "Fica horas controlando a bola com os dois pés sem *deixar ela cair* no chão" (8/3/1997, p. 3-10). O assunto — futebol — decerto levou o redator a optar por um uso lingüístico que mais se aproxima da conversa informal, cotidiana. Aliás, em todas essas ocorrências [–padrão] e [–TLF] o que parece levar à opção da forma não–padrão é o *assunto* tratado, o *gênero* textual e o tipo de *leitor* potencial do texto: nenhuma delas apareceu, por exemplo, em editoriais, notícias ou artigos de fundo, mas sempre em textos assinados e destinados a um público infantil ou juvenil (com exceção da última).

4.5.7 Comparações

Não é possível comparar os dados levantados no CLF com os coletados no CD-ROM *Folha 98*, uma vez que se trata de dois conjuntos obtidos segundo critérios de seleção muito diferentes. No primeiro conjunto, a busca incidiu sobre todos os verbos que poderiam suscitar o aparecimento de PSO, ao passo que no segundo a busca limitou-se ao verbo DEIXAR e, ainda assim, em apenas três de suas muitas possibilidades morfológicas. Apesar disso, o alto índice de TLF encontrado nas ocorrências [–padrão] do conjunto de língua escrita e a totalidade de uso [–padrão] no *corpus* de língua falada permitem lançar a hipótese de que os PSO com forma de pronome reto caracterizam as variedades [+urbanas] [+orais] [±monitoradas] de falantes [+cultos], enquanto sua contrapartida [+escrita] [±monitorada] ainda segue as prescrições da norma-padrão. Por outro lado, a ocorrência de formas [–padrão] em textos escritos que não são transcrições de língua falada deixa entrever uma irradiação dessas formas nas variedades [+escritas], ainda que limitada a gêneros específicos de texto e a determinados destinatários virtuais da mensagem.

4.6 PSEUDOPASSIVA "SINTÉTICA" OU PSEUDOPASSIVA "PRONOMINAL"

Talvez seja difícil encontrar melhor exemplo das incongruências e inconsistências da doutrina gramatical tradicional do que o caso da pseudopassiva "sintética" ou pseudopassiva "pronominal". Trata-se, como diz Monteiro (1991: 153), "de mais um equívoco, e dos maiores, de nossa tradição gramatical". Neste ponto específico da doutrina gramatical normativa fica perfeitamente claro que

> a maioria das definições dos fatos gramaticais da sintaxe portuguesa é falsa, no sentido de que não só contrariam princípios fundamentais do conceito de definição como também certos princípios lógicos do pensamento, além de estabelecerem completa inadequação entre a teoria e a prática [Hauy, 1994: 7].

Aqui, ao contrário dos três fatos sintáticos analisados anteriormente, não se trata de variantes em concorrência e em co-ocorrência. O problema se prende à própria natureza do fenômeno gramatical chamado *passividade*: as construções tradicionalmente classificadas como "passivas sintéticas" são de fato passivas? Na tentativa de mostrar que *não são passivas* — por isso o emprego do prefixo *pseudo* —, vou dedicar a este problema uma investigação lingüística um pouco mais demorada e pormenorizada.

Quase cem anos nos separam da primeira edição das *Dificuldades da língua portuguesa*, de Said Ali, publicada em 1908. Nesta obra, enriquecida em 1919 com seis novos capítulos, o filólogo empreende uma análise "límpida, lapidar e legítima", como avalia Monteiro (1991: 148), do problema de classificação da partícula SE nas orações chamadas "passivas sintéticas" ou "passivas pronominais", decidindo-se, em nome do bom-senso, por atribuir a ela uma incontestável função de *sujeito*, "se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só têm que ver com as idéias que as palavras atualmente simbolizam" (1919: 147). Hoje, no lugar de "gramática", escreveríamos *sintaxe*, e no lugar de "análise psicológica", escreveríamos *análise semântica*. E é precisamente nesses dois aspectos, o sintático e o semântico, que se encontra a incoerência da doutrina normativa tradicional, além de seu total menosprezo pelos aspectos *pragmáticos* do fenômeno.

Enquanto Said Ali tenta *reunir* os critérios sintático e semântico para estudar o problema, os gramáticos prescritivistas não se dão conta de que *separam* os dois critérios no momento de classificar a partícula SE. Resenhan-

Scanned with CamScanner

do trabalhos de outros estudiosos, Monteiro (1991: 152) oferece o par de exemplos *Fuma-se aqui* e *Fuma-se charuto aqui* e discute:

> Ensinam os gramáticos que, na primeira oração, o sujeito está indeterminado, ao passo que na segunda é o termo *charuto* que desempenha esta função. O paradoxo é por demais evidente: quando afirmam que o sujeito de "fuma-se aqui" é indeterminado, utilizam um critério semântico, uma vez que o SE é interpretado como referente a alguém ("que não queremos ou não podemos nomear"); quando, por outro lado, dizem que o sujeito de "fuma-se charuto aqui" é *charuto*, lançam mão de um critério sintático, baseado na predicação e na regra de concordância.

O aspecto semântico sistematicamente desprezado pelos normativistas é que, em todas as orações deste tipo, os verbos presentes são sempre verbos que só podem ser praticados por um sujeito com traço semântico [+humano]. Só seres humanos podem *fumar*, assim como em *aluga-se salas*, *joga-se búzios*, *vende-se ovos*, *avia-se receitas*, *amola-se facas* etc., todos os verbos exigem (além de um óbvio *objeto direto*) um sujeito [+humano]. E é essa poderosa evidência semântica que leva os falantes a manter esses verbos no singular, fazendo eles concordarem com o sujeito indeterminado, indicado na superfície do enunciado pelo clítico SE.

Todos os estudos científicos empreendidos em torno deste tema, de Said Ali até hoje, têm se empenhado em demonstrar a urgente necessidade de interpretar o SE nestas orações como um recurso de que a língua dispõe para indicar a *indeterminação do sujeito*. A nomenclatura que ainda usa conceitos como "SE apassivador", "passiva sintética" e "passiva pronominal" é inteiramente inadequada.

Diante das irrefutáveis evidências lógicas, é de admirar a resistência empedernida de normativistas e comandos paragramaticais, que teimam em impor uma concordância ilógica.

Em trabalho posterior, Said Ali volta a tratar da questão, resumindo-a novamente com precisão:

> Vimos também que nas proposições do tipo *Vendem-se casas* é latente a noção de um agente humano [...]. A interpretação semântica é, pois, a mesma. A circunstância de em *Vendem-se casas* se dizer, como realmente se diz em linguagem culta[6], o verbo no plural, fazendo-o concordar com o substantivo que se segue, é um dos

6. A situação da "linguagem culta" hoje, no limiar do século XXI, já é bem diferente da descrita por Said Ali em sua obra, escrita na década de 1920: como veremos mais adiante, os falantes cultos já dão ampla preferência ao verbo no singular.

> **ilogismos gramaticais**, em que se continua a manter a forma demandada pelo sentido originário sem atender a que **este sentido se acha alterado**. A **incoerência** salta aos olhos, não somente quando se comparam as construções do verbo transitivo com as de verbo intransitivo, mas ainda quando se cotejam duas frases com o mesmo verbo transitivo, redigidas uma com o substantivo no plural precedido da preposição *a*, a outra com o substantivo sem preposição: *Adora-se aos deuses* e *Adoram-se os deuses* [Said Ali, 1964: 270; negritos meus].

Como mais adiante comenta o autor, é curioso que os mesmos conservadores que cobram um verbo no plural em construções como *Vende-se casas* não aceitem o plural em construções como *Houveram problemas*... Em ambos os enunciados aparecem *verbos transitivos com objetos diretos e sujeitos indeterminados ou indetermináveis*. É totalmente incoerente exigir concordância num caso e condená-la no outro!

Talvez se possa classificar a exigência da concordância com um suposto sujeito plural como uma *servidão gramatical*, nos termos com que Camara Jr. (1984: 217) define este conceito:

> SERVIDÃO — Termo que se aplica a fatos gramaticais meramente mórficos, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical. Na servidão gramatical a forma particular não traz em si uma significação gramatical específica. [...] A causa diacrônica das servidões é o retardamento da evolução formal da língua em face da evolução semântica geral provocada pela cultura. Pode-se interpretar a sua eliminação como um PROGRESSO lingüístico.

É o caso, pois, de acelerar este *progresso* lingüístico, como venho defendendo aqui, admitindo como *certas* as construções com verbo no singular, uma vez que nelas se supera o retardamento da forma em face da evolução do significado e se chega a uma perfeita harmonia de *sintaxe*, *semântica* e *pragmática* (cf. Bagno, 1997: 123-139).

O caráter marcadamente *nominativo* do SE é tão forte no português do Brasil que os falantes só admitem ele como acusativo em construções na voz reflexiva, com grande inclinação a só reconhecerem essa reflexividade quando se trata de sujeito [+animado]. Por isso, é cada vez mais freqüente o apagamento do SE nas chamadas *orações pseudo-reflexivas*, aquelas em que um sujeito [– animado] "pratica" uma "ação" que incide sobre si mesmo, como nos exemplos clássicos *A porta se fechou*, *O vaso se quebrou*. Compare-se, por exemplo, os enunciados abaixo:

(56) O gato *se* lambe para *se* manter sempre limpo.

(57) (a) O livro *se* rasgou todo. ~ (b) O livro rasgou todo.

Scanned with CamScanner

Note-se que em (56) a supressão do SE geraria enunciados agramaticais:

(56.a) *O gato lambe ø para manter ø sempre limpo.

Em (57.b) tem-se uma construção de aspecto nitidamente ergativo[7].

Um mesmo verbo pode suscitar construções reflexivas com SE, quando o sujeito é [+animado], e ergativas, quando o sujeito é [–animado]. Compare-se:

(58) Luísa *se desligou* do partido em 1990.

(59) Essa tecla permite que o televisor *desligue* automaticamente.

Esse não-reconhecimento intuitivo de papel acusativo para o SE em construções reflexivas[8] com sujeito [–animado] pode servir como mais um argumento para rejeitar a imposição normativista de verbo no plural nas pseudopassivas "sintéticas". É aquilo que chamarei de *reflexividade agramatical*. A gramática normativa reconhece o caráter reflexivo das construções "passivas com SE" (Bechara, 1999: 222). Entretanto, sem levar em conta os aspectos *semântico* e *pragmático* dos enunciados com SE, e por se tratar invariavelmente de verbos que exigem um agente [+humano], que é uma restrição semântica ainda maior que a de [+animado], a tradição prescritivista parece não se dar conta de que a exigência da flexão no plural cria estranhos enunciados reflexivos, recusados, por agramaticais, pelo falante do português do Brasil. Quando se encontra o clítico SE junto a um verbo, é indispensável, para a classificação desse verbo como *reflexivo*, levar em conta não apenas a *sintaxe*, mas também a *semântica* e a *pragmática* do enunciado. A ordem dos termos na sentença é fator crucial para determinar o *status* do clítico SE: pronome reflexivo ou índice de indeterminação do sujeito. Veja-se, por exemplo, esta ocorrência de SE no CLF:

(59) "Direito mesmo é o tipo de curso arCAIco... ele não modifica faz muitos anos... NAda foi modificado aquilo lá parece que é uma tradição... um curso tradicionalista ... como foi há uns tempos atrás entende? existia o curso de Direito ... *havia uma preocupação de se formar os doutores* ... bacharéis... mas ele ficou o curso estacionou ..." (SAO - D2 62: 1614-1620)

7. *Grosso modo*, uma construção ergativa é aquela em que o paciente de um verbo transitivo numa seqüência SVO ("o vento fechou *a porta*") assume o papel sintático de sujeito numa seqüência SV ("*a porta* fechou"), mas conservando seu papel semântico de paciente. Cf. Pezatti 1993: 175.

8. Convém mencionar que na variedade do português do Brasil falada em Minas Gerais é muito freqüente o apagamento do SE reflexivo mesmo com sujeitos [+animados]. Nessa variedade, a sentença (58) poderia ser enunciada sem o SE ("Luísa desligou do partido em 1990") sem que os falantes a recusassem como agramatical. Ver a respeito o estudo de d'Albuquerque (1978).

A colocação do verbo FORMAR *antes* do SN DOUTORES obedece à ordem canônica[9] SVO do português, evidenciando a análise intuitiva, por parte do falante, do SE como sujeito:

SE	FORMAR	OS DOUTORES
sujeito	**verbo**	**objeto direto**

Se, no entanto, FORMAR se encontrasse *depois* do SN, haveria a possibilidade de interpretação do verbo como *reflexivo*, uma vez que no português falado no Brasil a apossínclise[10] não existe como alternativa para a colocação pronominal, e o pronome obrigatoriamente se coloca proclítico ou (mais raro) enclítico junto ao verbo. Em tal hipótese, o verbo poderia ser flexionado no plural:

(59.a) havia uma preocupação de os doutores *se formarem*

Note-se, porém, que essa alteração sintática provoca, inevitavelmente, uma alteração semântica e pragmática do enunciado. Enquanto em (59) o falante comenta a preocupação que um sujeito indeterminado (a sociedade brasileira, o sistema educacional, o Estado...) tinha de criar um corpo de bacharéis, em (59.a) a preocupação está nos candidatos a bacharel *se formarem*, isto é, cada um deles conseguir terminar com êxito seu curso. É, portanto, a sintaxe do verbo no enunciado que vai determinar a interpretação do SE como reflexivo ou indeterminador do sujeito[11].

9. Pezatti (1993) rejeita a classificação do português como língua SVO, preferindo classificá-lo como língua predominantemente SV(O). Na ordem SV(O) se encaixam os verbos transitivos, isto é, verbos que exigem dois argumentos (sujeito e objeto), chamados V2, e também os verbos de um argumento não-existencial (V1~e), intransitivos. A autora reconhece, contudo, que os V2 são empregados, em sua esmagadora maioria, em seqüências SVO. Como os verbos das pseudopassivas "sintéticas" são sempre V2, continuarei a usar a expressão "ordem canônica" para me referir a elas.

10. A apossínclise é a intercalação de qualquer outra palavra entre o clítico e o verbo. A transformação de (56) numa construção apossinclítica resultaria em: "Havia uma preocupação de *se* os doutores *formar*".

11. Note-se, também, que em (59) seria difícil interpretar o SE como [+reflexivo], uma vez que a variedade do falante parece não considerar a classificação tradicional de verbos "essencialmente pronominais", já que temos "ele não ø modifica faz muitos anos", onde a prescrição tradicional exigiria "ele não *se* modifica faz muitos anos".

Scanned with CamScanner

Dentro dessa mesma linha de argumentação, compare-se os três enunciados abaixo:

(60) Muita gente já se demitiu da Ford.

(61) Já se demitiu muita gente da Ford.

(62) Muita gente já foi demitida da Ford.

Em (60) está claro que a demissão foi *voluntária* porque o *sujeito* evidente da oração é MUITA GENTE, portanto o SE é reflexivo. Em (61) o *sujeito* é *indeterminado*, indeterminação esta indicada pelo clítico SE, sendo MUITA GENTE o objeto da demissão. Já em (62) temos, sim, uma verdadeira *passiva* em que o *sujeito*, MUITA GENTE, sofre a ação praticada: *demitir*.

Se no lugar de MUITA GENTE tivéssemos MUITOS OPERÁRIOS e quiséssemos fazer a mesma análise, obteríamos:

(63) Muitos operários já se demitiram da Ford.

(64) Já se demitiu muitos operários da Ford.

(65) Muitos operários já foram demitidos da Ford.

O enunciado (64) não teria o mesmo efeito se o verbo estivesse no plural: *Já se demitiram muitos operários da Ford*, que seria simplesmente o mesmo enunciado (60) com o *sujeito* colocado depois do verbo, contrariamente à ordem mais comum SVO do português para verbos transitivos, numa inversão sintática de baixa probabilidade de ocorrência na língua falada, sobretudo por correr o risco de ambigüidade de interpretação (os operários se demitiram ou alguém demitiu eles?). Se a intenção do falante for deixar claro que muitos operários perderam, *a contragosto*, seus empregos, o verbo *tem de ser flexionado no singular* porque os operários, neste caso, são o *objeto* evidente da demissão, *sofreram* (como diz a gramática normativa) com essa ação, não a praticaram.

Me parece claro, portanto, que a flexão do verbo no singular ou no plural é estreitamente dependente do *significado* que se quer atribuir ao verbo e dos *efeitos* que se busca obter com ele. O uso simultâneo de critérios *sintáticos*, *semânticos* e *pragmáticos* é que poderá definir, repito, o *status* reflexivo ou indeterminador de sujeito do clítico SE.

Essa é mais uma das razões que nos permitem condenar o velho "truque" proposto pela tradição escolar para "provar" a necessidade da concordância do verbo com o suposto "sujeito" no plural. Quero crer que o prescritivismo gramatical, que só contempla (e parcialmente) a *sintaxe* dos enunciados — sem considerar que todo e qualquer enunciado é produzido por um ser humano

concreto e palpável com intenções comunicativas precisas num contexto social inserido na história —, dá margem à confusão do que é *reflexividade* com o que é *indeterminação do sujeito*, além, é claro, de querer fazer valer uma regra com base apenas em sua diacronia, desprezando as óbvias transformações sofridas pela língua, entre as quais certa fixidez de interpretação semântico-pragmática determinada pela ordem dos termos na oração.

Em síntese, considerando-se a ordem, os traços semânticos e os efeitos da *tematização*[12] dos termos, temos[13]:

(α) $S_{[-SE]}\ V^{<+humano>}\ O_{[+HUMANO]} \rightarrow V$ = *tema*

Já se demitiu muitos operários *da Ford*

se = indeterminador de SUJEITO

demitiu = verbo transitivo na voz ATIVA

operários = OBJETO DIRETO

(β) $S_{[+HUMANO]}\ O_{[-SE]}\ V^{<+humano>} \rightarrow S$ = *tema*

Muitos operários já se demitiram *da Ford*

operários = SUJEITO

se = pronome reflexivo, OBJETO DIRETO

demitiram = verbo reflexivo

Quando se trata, pois, de um nome com traço semântico *[–humano]* e, *pior ainda*, [–animado], a exigência de flexão do verbo no plural gera enunciados de aparência reflexiva impossíveis de aceitar diante das restrições semânticas impostas pelo próprio verbo:

(γ) $S_{[-SE]}\ V^{<+humano>}\ O_{[-ANIMADO]} \rightarrow V$ = *tema*

O *cantor sugere que* **se retire os violinos** *do arranjo*.

se = indeterminador do SUJEITO

retire = verbo transitivo direto na voz ATIVA

violinos: OBJETO DIRETO

12. Como há várias interpretações das noções de *tema* e *rema*, especifico aqui, com base em Koch (1997: 72), a conceitualização que passo a empregar: "do ponto de vista funcional, cada enunciado divide-se em (pelo menos) duas partes — tema e rema —, a primeira das quais consiste no segmento sobre o qual recai a predicação trazida pela segunda. Isto é, tem-se um segmento comunicativamente estático — o tema — oposto a outro segmento comunicativamente dinâmico — o rema, núcleo ou comentário". Baseia-se a autora nos postulados da Escola Funcionalista de Praga.

13. A referência <+humano> junto ao V (verbo) indica que se trata de um verbo cuja semântica exige um sujeito ou um objeto [+humano], segundo a ordem dos elementos na sentença.

Scanned with CamScanner

(δ) $S_{[-ANIMADO]}$ $O_{[se]}$ $V^{<+humano>}$ → O = *tema*

*O *cantor sugere que* os violinos **se retirem** *do arranjo.*

violinos = SUJEITO?

se = pronome reflexivo, OBJETO DIRETO?

retirem = verbo transitivo direto na voz ATIVA, ou reflexivo?

O único modo de não gerar um enunciado agramatical de aparência reflexiva como o de (δ) é conjugar o verbo no singular, com tematização do V, como em (γ), ou conjugar o verbo na voz *passiva*, na forma como se constrói em português, analiticamente:

(ε) $S_{[-ANIMADO]}$ $V^{<+humano>}$ → $S_{[+paciente]}$ = *tema*

O *cantor sugere que* os violinos **sejam retirados** *do arranjo.*

violinos = SUJEITO [+PACIENTE]

sejam retirados = verbo transitivo direto na voz PASSIVA

Afinal, insisto, se em (γ) o verbo for flexionado no plural, se estará fazendo uma concordância de número entre objeto e verbo, totalmente estranha à gramática do português. Como se verá mais adiante, a intuição de que o respeito à regra prescrita na gramática normativa pode gerar enunciados reflexivos agramaticais é que leva, talvez, os redatores de textos de jornal a usar poucas construções com SE indeterminador, dando franca preferência ao uso da verdadeira voz passiva.

Enfatizando agora os efeitos obtidos por cada tipo de ordem sintática (SVO, SOV, SV), percebe-se que nas construções com SE indeterminador ($_{[se]}$VO) ocorre uma nítida *tematização* do verbo, ficando os outros dois argumentos depois dele caracterizados como *rema*. Sendo sempre verbos transitivos e dado o caráter predominantemente nominativo do português — cristalizado na seqüência SVO —, tudo o que se puser depois de V será analisado como [–sujeito]. É o que acontece, na língua falada, com o chamado *sujeito posposto* (VS):

(66) "porque (quando) eu vou para a ci/ para o centro... se eu vou de moto eu choro... *sai lágrimas*" (SAO - D2 343: 168-169)

(67) "enquanto não chegou naquilo *é deixado os negos* atuarem à vontade" (SAO - D2 343: 1489-1490)

(68) "todo mundo ficou assusta::do... *morreu cem mil* de uma vez" (SAO - D2 343: 1560-1561)

Como analisa Pezatti (1993: 162), a topicalização do verbo e a simultânea colocação pós-verbal do SN faz que esse SN *se descaracterize como sujeito*, "de modo que a sentença toda é a expressão do estado de coisas". Desse modo, mesmo que se admita (não é o meu caso) o SN de construções como *Aluga-se casas* como sujeito, sua *rematização* desobriga-o de concordância com o verbo:

(69) "era uma época que *se usava mais flo:res* do que plantas dentro de casa então eu sempre tinha... flores pra... botar dentro de casa né? (REC - DID 156: 183)

(70) "atualmente pensa-se em quantidade ... *abre-se faculdades* à vontade" (SAO - D2 62: 497)

(71) "nesse meio tempo *vai se importando ... know hows vai se pagando os royalties*" (SAO - D2 62: 904)

O que se conclui é que o português é tão caracteristicamente *nominativo-temático* que toda seqüência VERBO-NOME é analisada como (S)VO[14]. Prova disso é que as construções passivas (SER + PARTICÍPIO), em que o *objeto* do verbo transitivo é convertido em *sujeito-tema*, ocorrem com baixíssima freqüência na língua falada — apenas 9.1% no *corpus* de Pezatti (1993: 173). Já na língua escrita, como se verá mais adiante, a passiva é muito empregada como estratégia de esquiva do SE indeterminador.

Portanto, quando o *verbo* é tematizado, tem-se as orações *ativas* com SE indeterminador, como em (69)-(71). Quando o *sujeito* é tematizado, tem-se as orações *reflexivas* em que o SE tem papel acusativo, como em (56) e (63).

Diante de tudo isso, não é possível concordar com a classificação de *agramatical* atribuída por Mira Mateus *et alii* (1983: 322, nota 26) ao enunciado

(72) Esses livros compra-*se* na Livraria da Associação,

uma vez que, pelo menos no português do Brasil, ele é perfeitamente aceitável, visto que os traços semânticos de COMPRAR impedem que o SN [–animado] LIVROS exerça aqui a função de sujeito, enquanto a flexão do verbo no plural geraria um enunciado reflexivo ilógico, já que livros não podem comprar-se a si mesmos. Trata-se, pois, de uma pseudo-reflexiva, numa seqüência OVS, com tematização do *objeto* — aliás, rara no português do Brasil, onde, devido ao predomínio quase absoluto da próclise, a ocorrência mais provável seria OSV:

14. Recuso analisar os SN desses últimos exemplos como sujeito porque mesmo quando é respeitada a ordem SVO a maioria dos falantes não flexiona o verbo no plural: "Ai eu adoro acho ovo assim:... incrível... e *as coisas que se faz* com o ovo também..." (REC - DID 150: 340).

Scanned with CamScanner

(72.a) Esses livros *se* compra na Livraria da Associação.

Mais provável ainda, como já se viu, é o apagamento do SE nas pseudo-reflexivas, gerando construções ergativas:

(72.b) Esses livros compra na Livraria da Associação.

Os falantes do português do Brasil não estão sós nesta reanálise do pronome SE como sujeito das orações pseudopassivas. Também no espanhol falado na América Latina se encontra o mesmo fenômeno, segundo informa Moliner (1988/II: 1117). A mesma autora oferece exemplos de verbos no singular em autores clássicos da língua castelhana, como Santa Teresa ("Las comparaciones no es lo que pasa, mas *sácase* dellas otras muchas cosas") e Cervantes ("No *se oía* en todo el lugar sino ladridos de perros"). Após fazer uma análise baseada, como a minha, em critérios semânticos e pragmáticos, a autora conclui: "No hay, pues, más remedio que asignar a 'se' el *papel de sujeto*; de pronombre indeterminado en *función de sujeto*" (grifos meus).

Moliner critica o uso das designações tradicionais "signo de indeterminación" (quando se trata de verbos intransitivos ou transitivos indiretos, equivalente ao "índice de indeterminação do sujeito" da nomenclatura tradicional da gramática portuguesa) e "signo de voz pasiva" (quando se trata de verbos transitivos diretos; a "partícula apassivadora" da tradição gramatical do português). Ela chama a atenção para o fato de que "un pronombre sin preposición sólo puede representar en la oración, que es una estructura centralizada perfectísima en que todos los elementos se refieren al verbo, más que papel de sujeto o de complemento directo o indirecto" (p. 1118). Por isso, prossegue, é necessário admitir que o SE ocupa o lugar do sujeito. Diz ela que em construções como "aquí se habla inglés" os gramáticos não vacilam em atribuir ao SE o "papel de sujeto", mas que "el respeto a la doctrina de la Academia les frena en el momento de darle abiertamente ese nombre en el análisis de la oración y siguen empleando la vaguedad 'signo de impersonalidad', expresión que, si significa algo, no puede ser otra cosa que 'sujeto indeterminado'."

É interessante assinalar aqui a natureza bastante peculiar do SE como um pronome-sujeito diferente dos outros existentes na língua. Embora *sintaticamente* exerça a função de sujeito nas pseudopassivas sintéticas, o pronome SE é *morfologicamente* um pronome átono, um clítico. Essa característica morfológica impede que ele se comporte como os demais pronomes-sujeitos. Na qualidade de clítico, de monossílabo *átono*, o SE tem de estar invariavelmente "preso" ao verbo, ao passo que os demais pronomes-sujeitos, mais

tônicos, têm uma grande mobilidade e admitem massa fônica entre eles e o verbo. Por exemplo:

- *Eu* mesmo, durante muito tempo, na época da faculdade, como você sabe, *freqüentei* aquele bar.

Essa possibilidade de encaixes de outros sintagmas não existe no caso do SE, que ocorre sempre proclítico ou enclítico ao verbo (a mesóclise, quando usada, só ocorre em textos escritos mais monitorados).

Essa disparidade entre a *morfologia* do SE (clítico, portanto *forma* de objeto) e sua *função sintática* (sujeito) talvez explique a relutância do tradicionalismo gramatical, sempre apegado à etimologia das palavras, em aceitar essa função. Aliás, é precisamente este o argumento oferecido por Almeida (1994: 506-507), que examinaremos detalhadamente mais adiante (4.6.5).

Monteiro (1991: 145-158) faz um bom levantamento dos muitos estudos dedicados ao tema. Scherre (1999) trata da questão em seu estreito vínculo com o preconceito lingüístico dos comandos paragramaticais. Bagno (1997, 1999) demonstra a inaplicabilidade do "truque" de substituição da pseudopassiva "sintética" por sua "equivalente" analítica.

Vejamos agora como a *servidão gramatical* e o *servilismo ideológico* se acham expressos no discurso dos comandos paragramaticais acerca das pseudopassivas "sintéticas".

4.6.1 CD-ROM: *Nossa língua Portuguesa*

Há dois módulos dedicados ao tema. Clicando-se no primeiro, abre-se uma página de jornal com anúncios classificados. Uma voz diz: "Classifique, leia os anúncios, clique sobre os títulos corretos". À medida que o consulente vai clicando nos anúncios, uma caricatura representando dois cantores caipiras se move e ouve-se o julgamento: "muito bem", "acertou", "tá errado" etc.

Solicitando-se ao programa que imprima o texto referente ao módulo, obtém-se:

Concordância do verbo quando associado à palavra "se"

Acertou bastante? Vamos ver como é que você faz para acertar tudo. A dica é muito clara:

Alugam-se casas / Casas são alugadas

Quando é possível fazer essa troca, o verbo associado ao "se" deve ficar no plural.

E quando não é possível fazer essa troca?

Scanned with CamScanner

Cuida-se de idosos / De idosos são cuidados?

Quando o verbo pede preposição e está associado à palavra "se", a troca não é possível. E o verbo fica no singular.

"Cuida-se de", e não "cuidam-se de"

"Precisa-se de" motoristas,

"Trata-se de" animais,

e por aí vai (note a preposição "de").

Verbo com preposição, associado a "se", verbo no singular. Se não houver preposição, você faz a flexão normal.

O segundo módulo exibe uma tela onde aparece uma grande letra M, enquanto uma voz diz: "Clique M para concordar". Clicando-se no M, ouve-se o seguinte diálogo:

Voz: — E então, chefe? *Futebol, política e religião não se discute. (O enunciado grifado aparece escrito na tela. Sons ininteligíveis, uma voz raivosa emite grunhidos. A voz inicial pergunta:)*

Voz: — O que foi chefe? *(Ouve-se a voz de Pasquale Cipro Neto dizer:)*

Pasquale: — *Futebol, política e religião não são discutidos. (O enunciado grifado aparece na tela.) Futebol, política e religião não se discuTEM! (Ênfase na sílaba "tem", enquanto o enunciado grifado aparece na tela).*

Solicitando-se ao programa que imprima o texto referente ao módulo obtém-se:

Futebol não é discutido.	Futebol não se discute.
Política não é discutida.	Política não se discute.
Religião não é discutida.	Religião não se discute.

Futebol, política e religião não se discutem.

Atenção para a concordância: mesmo que o verbo venha acompanhado da partícula "se", você deve fazer a concordância.

4.6.2 *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo*

Página 322 ("Os cem erros mais comuns"):

18 — **"Aluga-se" casas.** O verbo concorda com o sujeito: *Alugam-se casas. / Fazem-se consertos. / É assim que se evitam acidentes. / Compram-se terrenos. / Procuram-se empregados.*

Página 260:

Se (concordância). 1 — O verbo concorda com o sujeito: *Faz-se análise, fazem-se análises. / Vendem-se casas. / Alugam-se apartamentos. / As leis que se faziam necessárias... / Eram fotos em que se viam meninas... / Considerem-se os artigos tais e tais... / Que se busquem novos acordos... / Logo se verão os craques locais na TV. / Suponham-se dois funcionários igualmente talentosos... / A pesquisa mostra em que continente se marcam mais gols. / Na roda se comentavam os erros e acertos do governo.*

2 — Na locução verbal, o auxiliar é que se flexiona: *Devem-se converter os reais em dólar. / Podem-se instituir novas leis... / As objeções que se costumam fazer...* (Para alguns gramáticos, pode-se ou não flexionar o auxiliar nestes casos: *costuma-se fazer muitas críticas* ou *costumam-se fazer muitas críticas*. Mesmo eles, no entanto, admitem que, com os auxiliares **dever** e **poder**, a prática mais generalizada é levar o verbo para o plural: *devem-se converter, podem-se instituir*. Por isso, no **Estado**, prefira o plural.)

3 — Há casos em que a locução verbal fica invariável (o sujeito é o infinitivo). ***Regra prática*:** se o infinitivo não puder ser substituído por ***ser mais particípio***, o auxiliar fica no singular. Exemplos: *Pretende-se refazer as normas de estilo* (não se pode dizer *"pretendem ser refeitas"*, ao contrário de *devem-se refazer as normas*, equivalente a *devem ser refeitas as normas*). Outros exemplos: *Não se conseguiu obter informações. / Tenta-se contratar novos funcionários. / Quer-se introduzir novos processos de impressão.*

4 — Note que o verbo isolado (caso 1) e o auxiliar, nestes casos (dever, poder, costumar), são sempre transitivos diretos (introduzem objeto direto). Se o verbo for transitivo indireto (seguido de preposição), fica invariável: *Precisa-se de ascensoristas. / Trata-se de casos sem solução. / Deve-se recorrer a novos exemplos. / Só se falava desses jogadores. / É urgente que se rompa com esses padrões* (e nunca *"precisam-se" de, "tratam-se" de, "devem-se" recorrer a, só "se falavam" desses, que "se rompam" com*, etc.).

4.6.3 Livro *Não erre mais!*

Página 221:

*É preciso **fixar-se** metas de desenvolvimento*

É preciso não só fixarem-se metas de desenvolvimento; mais que isso, é preciso cumpri-las. Nas passivas sintéticas (com o pronome **se**), o que à primeira vista parece objeto direto, na realidade é sujeito. Como o sujeito rege o verbo, temos adequadamente:

*É preciso **fixarem-se** metas de desenvolvimento = É preciso que **sejam fixadas** metas de desenvolvimento.*

Scanned with CamScanner

Foi bem recebida a idéia de **aglutinarem-se** os dissidentes pedessistas. = Foi bem recebida a idéia de **serem aglutinados** os dissidentes pedessistas.

O governo decretou novas medidas a fim de ainda ***se preservarem*** *as florestas existentes. = O governo decretou novas medidas a fim de ainda* ***serem preservadas*** *as florestas existentes.*

Deixar de flexionar o infinitivo é construir com impropriedade tamanha quanto:

Vende-se *casas. =* ***É vendida*** *casas.*

Aluga-se apartamentos. = **É alugado** apartamentos.

Passa-se *roupas. =* ***É passada roupas.***

Como se vê pelas equivalências, nenhuma dessas frases é boa. Lê-se, porém, nos jornais:

Os atuais esforços para ***se explorar*** *as capacidades dessa degradação poderão levar tanto a fracassos quanto a sucessos.*

A época é boa para **se fazer** mudas de violeta africana.

Aliás, a época também é boa para se fazerem melhores estudos em língua portuguesa...

Este, agora, é de um editorial de um grande jornal de S. Paulo:

Que fará o governo brasileiro para que o País possa sair do atoleiro em que lentamente começa a afundar sob a vista apreensiva dos militares? A realidade acaba sempre cobrando seu preço, mesmo que tardiamente; o importante, pois, é saber ao certo qual a estratégia a ser seguida para não ***se dar*** *passos em falso.*

Passos em falso? Alguém falou em não se darem passos em falso? Como querer sair do atoleiro usando pá furada?

Esta é do mesmo jornal, em outro editorial (**JT**, 6.323, p. 4):

O lugar correto para ***se registrar*** *alguns acordos que foram firmados na sucessão paulista seria a Junta Comercial ou a delegacia de polícia mais próxima e não a justiça eleitoral, como determina a lei.*

Alguém falou em delegacia de polícia?...

Página 239:

Dá-se *aulas particulares de Português*

Àqueles que se dispuserem a dar aulas particulares de Português, principalmente, e anunciarem em jornais dessa forma, temos uma sugestão: não dêem!

Voz passiva exige o verbo no plural, quando o sujeito está no plural. Assim:

Dão-se *aulas particulares de Português.*

Não se **dá** murro em faca de ponta.

Não se **dão** murros em faca de ponta.

Vendem-se casas e **alugam-se** apartamentos.

Cobrem-se botões e **consertam-se** televisores.

Página 240:

Precisam-se *empregados*

Não. O verbo **precisar**, no português moderno, é apenas e tão-somente transitivo indireto, e verbo transitivo indireto não tem sujeito, quando em construções desse tipo; daí ficar rigorosamente no singular:

Precisa-se de empregados.

Necessita-se de datilógrafos.

Trata-se de opiniões respeitadas.

Assiste-se a bons filmes em casa hoje em dia.

Quem desejar aprofundar-se no assunto, queira consultar **Nossa gramática — teoria.**

4.6.4 Coluna de jornal *"Dito e escrito"*

Coluna "O narcisismo e a vaidade", *Folha de S. Paulo*, 05/06/1995, p. 3-2:

"Podem-se considerar o narcisismo e a vaidade como espécies de sensibilidade."

É assim que se escreve, com o verbo "poder" no plural, pergunta o leitor Ubirajara Dolácio Mendes, de São Paulo. Diz ele que uma pessoa de opinião "ponderável" prefere o verbo no singular — "pode-se considerar o narcisismo e a vaidade..." —, argumentando que a sentença deve ser entendida como "alguém (oculto) pode considerar etc.".

Está certa a forma utilizada pelo leitor, com o verbo no plural e a partícula apassivadora "se" ali ao lado dando uma força. Para quem se lembra de coisas indigestas como os milicos no poder (há quem tenha saudade) e análise lógica em gramática, basta verificar que "o narcisismo e a vaidade" — atributos de nossos amados defensores no Legislativo, no Executivo e no Judiciário —, "o narcisismo e a vaidade", convém repetir, compõem o sujeito plural do verbo "poder". Se são duas coisas, podem e devem levar o verbo para o plural e o levam alegremente, o que fica claro neste desdobramento equivalente.

"O narcisismo e a vaidade podem ser considerados..."

Essa é a forma indiscutível. Mas há quem defenda em períodos semelhantes o "pode-se" no singular, considerando ser o sujeito o verbo no infinitivo. Como se este fosse período desdobrado:

"Considerar (sujeito) o narcisismo e a vaidade (objeto direto) é possível."

Scanned with CamScanner

Essa é análise um tanto forçada, porque com o "pode-se" no singular pode-se concluir também que o "se" poderia ser sujeito — como o "on" francês. Construção, portanto, mais francesa do que portuguesa. Não fica bem, embora defensável por especialistas mais tolerantes.

Há casos parecidos, no entanto, em que o verbo amarrado ao "se" tem de ficar no singular porque o infinitivo é o sujeito indiscutível:

"Pretende-se derrubar casas na nova avenida Faria Lima."

"Quer-se construir prédios na nova avenida Faria Lima."

Os verbos "pretender", "querer" e outros indicadores de intenção ou declaratórios de vontade ficam no singular nesses casos, e os infinitivos (derrubar e construir) funcionam como sujeito. Não seria possível, obviamente, desdobrar os períodos em algo como "casas pretendem ser derrubadas" ou "prédios querem ser construídos". Elas e eles não podem fazer essas coisas; alguém as faz, e faz muito bem, e quase todos ficamos felizes por isso. Alguns mais do que os outros. Além de tudo, assim chegamos mais depressa aos pontos de congestionamento.

São casos raros, não o da derrubada, das construções e das empreiteiras, mas o do "se" apassivador com verbos indicativos de intenção. O fato é que esta conversa já se tornou chata e técnica como um bom programa político compulsório de TV de segundas e quintas-feiras ou da patriótica "Voz do Brasil". Chega!

Coluna "Os tabus e a concordância", *Folha de S. Paulo*, 10/10/1995, p. 3-2:

Assim escreveu um especialista em tabus num de nossos matutinos:

"Não é possível distinguir maus de bons tabus. Ao se derrubar os primeiros, arrasta-se os segundos."

Bonito isso. Mas o primeiro "se" da frase ("Ao se derrubar...") é tão útil quanto os programas políticos compulsórios que enriquecem as noites televisivas de segundas e quintas-feiras. Sim, enriquecem porque o povo vai ler ou fazer coisas proveitosas em vez de assistir a eles. O tabusista teria escrito melhor: "Ao derrubar os primeiros...".

Se tal "se" não estivesse sobrando, o verbo "derrubar", que o segue, deveria estar no plural, porque o sujeito dele seria "tabus": "Ao se derrubarem os primeiros...", que equivaleria a "Ao serem derrubados os primeiros tabus...".

Basta lembrar o centenário exemplo: "Alugam-se deputados por bons preços", igual a "Deputados são alugados por preços vis".

No caso do segundo "se", aí necessário e indiscutível, repete-se o raciocínio deputatório. Nunca "arrasta-se os segundos", por não haver dúvida de que os bons "segundos" tabus são o sujeito plural, que merece o verbo no plural, como aprendemos na inocência da infância. Portanto, "arrastam-se os segundos", equivalente a "os segundos são arrastados", vamos repetir até que cessem as mordomias do pessoal da Justiça com seus palácios bonitões.

Verdade que alguns estudiosos revolucionários aceitam e até defendem formas como "arrasta-se os segundos" e "aluga-se deputados", porque é assim que o povão fala, e o povão faz a língua, dizem. Dane-se pois a tradição e danem-se os pais da língua, proclamam enfurecidos. Dane-se também o fato de o "se" tornar-se o sujeito da frase com o verbo no singular, não importa que nunca tenha servido para isso em nossa língua, chiam entredentes.

Essa não deve ser a posição do homem dos tabus, que parece apenas ter escorregado no "se" e na concordância. De todo modo, como a língua precisa obedecer a algumas regras para que a maioria a entenda, seria bom continuar atento ao padrão formal, pelo menos nos meios de divulgação comuns. E que a revolução na língua chegue devagarinho, sem sobressaltos, como um bom governo neo-social, à espera da hora certa para dar o pulo.

Coluna "A mulher de Ló", *Folha de S. Paulo*, 15/01/1996, p. 3-2:

A soma que divide

"Somou-se os dados" ou "somaram-se os dados", pergunta o leitor M. S. Magalhães, de São Paulo. Ele aponta esse "somou-se os dados" numa nota da Folha que fala de violência.

"Para se chegar ao número de mortes violentas ocorridas no fim-de-semana, somou-se os dados das quatro unidades..."

E pergunta: "Violência contra a língua também?"

Distração do redator, claro. Ele não teve intenção de ser violento. Ele ou o computador viciado. Um ou outro se esqueceu de que nesses casos de verbos subjugados pelo pronome "se" apassivador (somar + se), a palavra seguinte no plural é o sujeito, que exige o verbo no plural, como aprendemos em tenra idade.

Para ser original, "alugam-se casas", "preparam-se bons grampos", "vendem-se juízes, deputados, senadores, políticos, virtudes, picaretas, tomates, cargos, batatas, berinjelas." Coisas assim.

Portanto, "... somaram-se os dados...", que são plurais, equivalente a "os dados foram somados".

Não vamos contar nada para ninguém, mas o primeiro "se" do período destacado pelo dr. Magalhães — "Para 'se' chegar ao número..." — é tão útil quanto o grampo sivanal do embaixador e a pasta cor-de-rosa. O que ocorre com a frase se se tirar esse "se"? O mesmo que vai ocorrer com os denunciados pelo grampo e com os nomes da pastola rosa: nada, brisas, bulhufas, lhufas, nonada:

Scanned with CamScanner

"Para chegar ao número..."

A frase fica limpinha, como limpos ficarão todos os envolvidos em todas as picaretagens e contribuições; alguns ainda receberão pedidos de desculpas:

"Perdoa-me por tua canalhice!"

Coluna "O poeta e os Mamonas", *Folha de S. Paulo*, 22/04/1996, p. 3-10:

[...] Disse mais o entrevistado, de acordo com o texto:

"Não se deve atribuir funções à poesia." Assim, com o verbo no singular, sem se importar com o sujeitinho "funções" no plural. Se tivesse escrito ele mesmo a simpática frase, que o Sarney seja eleito presidente com o Jáder Barbalho como vice ou vice-versa, se ele não escreveria:

"Não se DEVEM atribuir funções à poesia."

O mais notável, no entanto, foi o que ele disse, se bem disse, sobre os falecidíssimos Mamonas Assassinas, quando a repórter estranhou a admiração dele por eles e perguntou:

"Só para entender: o senhor coloca Mamonas no mesmo patamar que Chico Buarque ou Cole Porter?"

Resposta de Paes:

"É a chamada cultura de entretenimento. Chico Buarque e os Mamonas estão nessa categoria. Cole Porter pode ser um pouquinho acima da média. É assim mesmo."

Nada de estranho com a forma, mas, homessa!, exclamaria Roberto Campos. Será que ao falar em "categoria" estaria Paes colocando os Mamonas no mesmo nível do centroavante Chico Buarque? Será? Ou teremos todos entendido mal e "categoria" venha a ser apenas um grande guarda-chuva Nacional (agora Unibanco), que englobe de Falcão a Erasmo Carlos a Chico, Caetano e Jobim? [...]

4.6.5 Comentário

É interessante observar a grande atenção dedicada pelos comandos paragramaticais ao fenômeno da pseudopassiva "sintética": dois módulos no CD-ROM *Nossa Língua Portuguesa*, um longo verbete no *Manual* do *Estado de S. Paulo*, três lições no livro de Sacconi, quatro colunas de Josué Machado. Isso vem demonstrar que a análise desse tipo de enunciado como de *voz ativa, com objeto direto e sujeito indeterminado*, por parte dos falantes do português brasileiro (cultos inclusive), já se impôs quase totalmente como única alternativa de construção sintática. Trata-se, pois, retomando os termos de Bourdieu, de uma "subversão herética" praticada pelos falantes, que é contra-atacada pelo "trabalho resistente da ortodoxia", que não encontra nada de novo para dizer.

Todos os CP recorrem ao truque da "tradução" das orações "passivas sintéticas" para suas "equivalentes" passivas analíticas. A esse respeito, só posso repetir o que já disse em outro trabalho (Bagno, 1999: 94-104): não se altera a *sintaxe* de um enunciado sem alterar, no mesmo gesto, sua *semântica* e sua *pragmática*. Como tão bem demonstrou Said Ali (1919: 161-162), propondo inclusive um experimento prático (a afixação de cartazes com os dois dizeres supostamente equivalentes), *Aluga-se esta casa* não é de maneira nenhuma equivalente a *Esta casa é alugada*. O velho "truque" ou "macete" recomendado para alguém "acertar" no momento de construir frases com a partícula SE tem como resultado, muitas vezes, enunciados abstrusos ou com alta improbabilidade de ocorrência (quando não francamente agramaticais), a exemplo de *Futebol não é discutido, política não é discutida, religião não é discutida*, que aparece no CD-ROM de Cipro Neto. E o que dizer do exemplo dado no *Manual* do *Estadão*: *As leis que se faziam necessárias*? Ou será que alguém jamais diria ou escreveria **As leis que eram feitas necessárias*? Imagine-se uma pergunta tão banal como: *Quantos minutos se leva daqui até lá de carro?*, "corrigida" para *Quantos minutos se levam daqui até lá de carro*, oferecendo-se como justificativa para a "correção" a equivalência com: **Quantos minutos são levados daqui até lá de carro?*

A falácia da equivalência ficou evidente no exame do *corpus* de língua falada, nas ocorrências em que os falantes usaram os dois tipos de construção, mantendo sempre o verbo no singular quando acompanhado do SE:

(73) "agora hoje como tenho filha médica mé/ e: genro médico e tive irmão médico e marido médico e tudo isso... abolimos e que *essas plantas todas são usadas* em remédios já *se encontra* nos remédios né?..." (REC - DID 156: 137)

(74) "só os mais gritantes é que *são... pu/ publicados* em jornal et cétera e *se controla* mas os pequenos não..." (SAO - D2 343: 145)

Sacconi, em seu primeiro tratamento da questão, diz: "o que à primeira vista parece objeto direto, na realidade é sujeito". Mas que realidade é essa? Os estudos lingüísticos dedicados ao tema e citados mais acima empreenderam a análise deste tipo de construção servindo-se de variados instrumentais teóricos: gramática funcional, gramática gerativa, gramática de casos, gramática de valências e até gramática tradicional — e todos concluíram que o SE preenche a posição do sujeito, enquanto o substantivo exerce

Scanned with CamScanner

a função de objeto direto. A "realidade" a que recorre Sacconi é simplesmente a do argumento de autoridade.

As labirínticas operações mentais de Josué Machado *já foram* analisadas no capítulo anterior. Mas convém ressaltar aqui a impropriedade do que ele chama "análise lógica em gramática", uma vez que, desde 1919, já foi provado o perfeito *ilogismo* das argumentações em prol da "passividade" das orações com a partícula SE. Sua alegação de que a análise do SE como sujeito e do substantivo como objeto é "mais francesa do que portuguesa" também já foi rebatida na década de 1920 pelo mesmo Said Ali que escreveu (1964: 270): "Alguns gramáticos querem explicar o nosso *Vende-se casas* pela influência do pronome *on* francês. Resta saber como explanariam os fenômenos análogos em latim vulgar."

Passarei ao largo do obscurantismo anticientífico do colunista, característico do discurso ideológico conservador, para me deter apenas nesta observação: "como a língua precisa obedecer a algumas regras para que a maioria a entenda, seria bom continuar atento ao padrão formal". O evidente oxímoro dessa proposta se estabelece entre os pólos *maioria* e *padrão formal*. A maioria da população brasileira não tem acesso à escolaridade formal, única maneira de entrar em contato com a norma-padrão e assimilá-la. O equívoco maior, no entanto, está em querer fazer crer que só as regras da norma-padrão é que permitem que os falantes nativos de uma língua a entendam... É o mito da suposta ininteligibilidade da "língua estropiada" do "povo".

Um fato lingüístico que confirma a análise do SE como índice de indeterminação de sujeito é o emprego cada vez mais freqüente dessa partícula, com função de sujeito, naqueles enunciados em que, segundo a norma-padrão, o infinitivo deve ser empregado sozinho. Nas manifestações dos CP citadas acima encontramos, por exemplo, essas afirmações de Josué Machado (grifos meus):

- Assim escreveu um especialista em tabus num de nossos matutinos: "Não é possível distinguir maus de bons tabus. Ao se derrubar os primeiros, arrasta-se os segundos." Bonito isso. *Mas o primeiro "se" da frase ("Ao se derrubar...") é tão útil quanto os programas políticos compulsórios que enriquecem as noites televisivas de segundas e quintas-feiras*. Sim, enriquecem porque o povo vai ler ou fazer coisas proveitosas em vez de assistir a eles. O tabusista teria escrito melhor: "Ao derrubar os primeiros...".
- Não vamos contar nada para ninguém, mas o primeiro "se" do período destacado pelo dr. Magalhães — "Para 'se' chegar ao número..." — *é tão útil quanto o grampo sivanal do embaixador e a pasta cor-de-rosa*. O que ocorre com a frase

se se tirar esse "se"? O mesmo que vai ocorrer com os denunciados pelo grampo e com os nomes da pastola rosa: nada, brisas, bulhufas, lhufas, nonada: "Para chegar ao número..." A frase fica limpinha, como limpos ficarão todos os envolvidos em todas as picaretagens e contribuições; alguns ainda receberão pedidos de desculpas: "Perdoa-me por tua canalhice!"

Outras manifestações sobre a suposta "inutilidade" desse SE aparecem, por exemplo, no livro de Sacconi (1998: 283):

Problema difícil de ***se*** *resolver*
Nenhum problema é difícil de resolver, se soubermos, por exemplo, que difícil **de, fácil de, duro de, bom de, ruim de, agradável de, gostoso de,** etc. não aceitam **se** posposto. Portanto:
problema **difícil de** resolver,
problemas **fáceis de** resolver,
osso ***duro de*** *roer*,
água **boa de** beber,
remédio **ruim de** tomar,
trabalho ***agradável de*** *fazer*,
automóvel **gostoso de** dirigir.
A Eletropaulo, empresa energética de São Paulo, fez certa feita publicidade que tinha este início: "A energia que você usa é muito difícil de **se** obter". Desperdício de energia...

Também o *Manual* do *Estadão* se pronuncia a respeito (p. 261):

Se (uso errado). Não se usa o pronome ***se***:
1 — Em expressões como difícil de, fácil de, bom de, ruim de, passível de, duro de, agradável de, etc., que já têm valor passivo (difícil de ser feito, fácil de ser entendido) [...]
3 — Quando não tem função alguma na oração: *É preciso pensar* (e não *"pensar-se"*) *nisso. / É preciso cogitar* (e não *"cogitar-se"*) *desse caso* [...]

Pasquale Cipro Neto, em sua coluna "Inculta e bela" na *Folha de S. Paulo*, também abordou o assunto ("O charme de se morar bem", 28/05/1998):

Um texto publicitário, publicado em vários jornais e revistas, anuncia a novidade: "O charme de se morar bem". Esse pessoal da propaganda de vez em quando abusa.

Já tratei aqui de parte do problema do emprego do "se" com verbo no infinitivo. Em geral, é rococó inútil. Basta dizer "O charme de morar bem". A frase sobrevive sem o "se". Sinal mais do que claro de que o "se" é inútil.

O infinitivo — chamado de impessoal — já contém, exatamente por ser impessoal, a marca da generalização, da indefinição do agente.

Quando se diz "O charme de morar bem", não se determina o agente de morar, ou seja, não se diz quem mora. O verbo se refere às pessoas em geral. Por que acrescentar o "se", que também é uma marca da indefinição do agente?

Scanned with CamScanner

[...] Isso já começa a aparecer também no texto impresso, o que — até os lingüistas defensores do vale-tudo hão de concordar — é duro de engolir.
Por falar em "duro de engolir", é duro de engolir, e não "duro de se engolir". Apesar da estrutura ativa, a frase tem valor passivo. "Duro de engolir" equivale a "duro de ser engolido". É o caso da famosa expressão "Osso duro de roer", equivalente a "Osso duro de ser roído". Por favor, fulmine o "se" nessas expressões. Nada de "Osso duro de se roer". Abaixo o se inútil!

O equívoco da justificativa apresentada por Cipro Neto e pelo *Manual* do *Estadão* está, mais uma vez, na atribuição de valor *passivo* a enunciados que o falante analisa intuitivamente como *ativos*. Quando tantas pessoas (cultas) falam e escrevem *Problema difícil de se resolver*, elas não analisam o enunciado como *Problema difícil de ser resolvido*, mas sim como *Problema difícil de [alguém] [a gente] resolver*. Essa análise intuitiva se combina com a tendência cada vez maior, como vimos no caso do "sujeito acusativo", que o português brasileiro exibe na *realização fonética do sujeito*. Daí o uso do SE para exercer essa função de sujeito indeterminado, exatamente como nas orações falsamente "passivas sintéticas". Ao contrário do que alega Cipro Neto, o infinitivo já não é considerado pelos falantes da língua como "impessoal". Numa língua em que a presença explícita do sujeito está se tornando quase obrigatória, não se pode falar de verbo "impessoal" — se é verbo, alguém está praticando, e esse alguém deve vir explicitado foneticamente (ou graficamente).

De tudo isso se conclui que, longe de ser "nada, brisas, bulhufas, lhufas, nonada", "desperdício de energia" ou "rococó inútil", este SE tem função muitíssimo bem definida. Se não tivesse, não ocorreria com tão elevada freqüência na língua portuguesa do Brasil em muitas de suas variedades, inclusive as [+cultas]. Afinal, como diz Pottier (*apud* Cunha & Cintra, 1985: 546, nota 1): "se existe um morfema em uma língua, ele está condicionado e, portanto, desempenha um papel na *estrutura* da língua".

Outra prova do vigor da análise do SE como sujeito por parte de muitos falantes está na tentativa de combinação pronominal que consiste em usar o SE associado aos clíticos de 3ª pessoa, combinação que só se encontra na língua escrita, uma vez que aqui entra em jogo o uso dos clíticos que, como já se viu, praticamente desapareceram da fala, restrito que está seu emprego às variedades [+escritas]. Contra esse uso se insurgem os comandos paragramaticais (cf. *Manual* do *Estadão*, p. 261; Sacconi, 1998: 302).

Interessante, sob a ótica do preconceito lingüístico, é a interpretação do fato oferecida por Napoleão Mendes de Almeida (1994: 506-507), que classifica o fenômeno de "função francesa" (!) do SE:

FUNÇÃO FRANCESA — O *se*, em português, não exerce a função de sujeito; a combinação pronominal *se o* e a não concordância verbal nas construções passivas pessoais dão ao *se* função de sujeito, como se em lugar do *se* estivesse escrito *alguém*, *a gente*, *certa pessoa*. Quem redige "Sempre se o vê" está a empregar o verbo *ver* como transitivo direto e a dar-lhe o *se* como sujeito e o *o* como objeto direto; de igual forma, quem redige "Louva-se os juízes" está a empregar *se* como sujeito do verbo e *os juízes* como seu objeto direto.

Essas construções (e, conseguintemente, essas análises) vão, antes de tudo, de encontro à tradição da língua, e, em segundo lugar, o próprio étimo latino do nosso *se* não as justifica, por não haver em latim a forma reta (caso nominativo, índice da função subjetiva) desse pronome.

Essas construções constituem puros francesismos; nelas o *se* está exercendo a função do *on* francês [...] em desobediência à tradição do português e ao étimo do nosso *se*.

Jamais devemos construir: "Os livros sairão a contento imprimindo-se-os em formato pequeno" (o certo é: "... imprimindo-se em formato pequeno" — sem o *os*; *imprimindo-se* equivale a *sendo impressos*: o *se* indica passividade).

As combinações *se o*, *se a*, *se os*, *se as* são estranhas e injustificáveis no nosso idioma; nenhum clássico delas se serviu, e o fato de as encontrarmos aqui e ali, em um ou outro articulista, só se explica pela influência do francês, onde tal uso é comum e de acordo com os seus princípios gramaticais. Se aí se justifica, em português não o podemos fazer, pois muito outra é a função do *on* francês da do nosso *se*.

Sobre o fato de construções desse tipo serem "puros francesismos" nem vale a pena se deter, de tão inconsistente que é o argumento, uma vez que se baseia na hipótese de que os brasileiros letrados conhecem a gramática francesa tão bem a ponto de se deixarem influenciar por ela... Além disso, a combinação do SE sujeito com os clíticos acusativos é perfeitamente normal e normativa numa língua muito mais próxima de nós do que o francês: o espanhol. Nesta língua, não há problema nenhum em construções como: "poner algo encima de una cosa para que no *se la* vea" (exemplo de Moliner, 1988/II: 858). Por que então não falar de "função espanhola" do SE?

Embora reconheça uma análise sintática lógica naquelas construções, Almeida as condena sob a alegação de que "vão de encontro à tradição da língua", "nenhum clássico delas se serviu" e de que "o próprio étimo latino do nosso SE não as justifica". O apelo à "tradição da língua" (seja isso lá o que for) e aos "clássicos" decorre das posições ideológicas do autor, notoriamente conservadoras e francamente anticientíficas, como já explicitei aqui (Capítulo 1) ao mencionar a opinião dele a respeito da Lingüística.

Scanned with CamScanner

Quanto ao argumento filológico baseado na etimologia da palavra, ele só é invocado onde interessa ao conservadorismo do autor. Senão, por que ele mesmo condena o emprego de *eles* e *elas* como acusativo, uma vez que esses pronomes têm como *étimos* precisamente os demonstrativos latinos *acusativos*: *illos* e *illas*? E por que condena o uso da preposição *em* (< *in*) regendo verbos de movimento, se esta era a regência do latim clássico? O recurso à etimologia, não para explicar a origem de um fenômeno, mas para *impor* uma análise como a única defensável, enquadra-se perfeitamente no projeto ideológico conservador, que procura sempre *no passado* a justificativa "natural" para pregar a imutabilidade da ordem social *presente*.

Curiosa também é a proposta de Sacconi (1998: 302) para que se evite as combinações de SE com os clíticos. Oferecendo o exemplo *A mala está vazia; carrega-se-a com facilidade*, diz o autor que há três possibilidades de evitar a combinação "errada":

1) eliminando o pronome *a*;
2) substituindo o pronome *a* por *ela*;
3) usando a passiva "analítica" em vez da "sintética".

Na primeira opção, ocorreria o apagamento do objeto (e não do "sujeito", como supõe Sacconi), que já faz parte do sistema lingüístico do português do Brasil:

- *A mala está vazia; carrega-se ø com facilidade.*

O resultado do segundo processo sugerido pelo autor é um enunciado que ele, bizarramente, considera correto:

- *A mala está vazia; carrega-se ela com facilidade.*

Sacconi considera correto o uso da forma *ela* no exemplo acima porque a analisa como *sujeito* do verbo *carrega-se*. Ora, essa é uma análise que com toda probabilidade encontraria forte resistência da parte da gramática intuitiva de falantes cultos do português brasileiro, que, utilizando critérios semânticos mais coerentes (já que, no enunciado em questão, o verbo CARREGAR exige um sujeito no mínimo [+animado], traço semântico que o nome MALA definitivamente não tem), interpretariam o enunciado como: "A mala está vazia; *se* [+animado] carrega *ela* com facilidade", o que resultaria numa análise sintática intuitiva em que o SE é sujeito e o *ela*, objeto direto.

A legitimidade ou ilegitimidade de combinações como *se o*, etc., não deve estar subordinada a análises sintáticas que desprezam os critérios semânticos e pragmáticos na interpretação de enunciados, nem ao recurso à história da língua e, muito menos ainda, à suposta autoridade dos "clássicos". Deve, sim, ser depreendida de análises sociolingüísticas consistentes que levem em conta, sobretudo, numa perspectiva *sincrônica*, a aceitabilidade de tais usos por parte dos falantes nativos da língua ou da(s) variedade(s) de língua escolhida(s) como *corpus* de investigação[15].

4.6.6 As pseudopassivas sintéticas no CLF

Na análise do *corpus* de língua falada encontrei 24 ocorrências de pseudopassivas sintéticas, assim distribuídas:

TIPO	QTD.	%
–PADRÃO	18	75.0
+PADRÃO	6	25.0
TOTAL	24	100.0

Tabela 4.13 Pseudopassivas sintéticas no CLF

Exemplos de ocorrências [+padrão]:

(75) "e essas mesmas fases eles ... tanto citei agora pouco no no no teatro essas mesmas fases *se verificam* no cinema" (SAO - D2 62: 1451)

(76) "Normalmente *se perdem* dois fins de semana..." (RIO - D2 158: 257)

(77) "eu vejo assim pontes enormes que:: *se gastam*... fábulas para construí-la..." (SAO - D2 343: 588)

Exemplo de ocorrências [–padrão]:

(78) "Ai eu adoro acho ovo assim:... incrível... e *as coisas que se faz* com o ovo também..." (REC - DID 150: 340)

(79) "então *constrói-se muitos prédios* ali e aí depois muda..." (SAO - D2 343: 81)

(80) "atualmente pensa-se em quantidade... *abre-se faculdades* à vontade" (SP - D2 62: 497)

15. Apesar da recusa veemente dos gramáticos normativistas, as combinações de SE com os clíticos-objetos aparecem com abundância no projeto estético de uma escritora brasileira, Clarice Lispector, reconhecida nacional e internacionalmente como um dos maiores nomes da literatura de língua portuguesa do século XX. Em seu último romance, *A hora da estrela*, publicado em 1977, encontramos: "Cada coisa é uma palavra. E quando não *se a* tem, inventa-*se-a*" (Lispector, 1998: 17). Também em *Água viva*, de 1973, encontra-se: "Do Deus é no passado que *se o* soube" (Lispector, 1998b: 66). Esses usos dificultam ainda mais a inclusão dos escritores modernos e contemporâneos no projeto normativista dos gramáticos que insistem em chamar de "norma culta" os usos gramaticais feitos pelos ficcionistas...

Scanned with CamScanner

Exemplo interessante, em que parece agir a pressão da norma-padrão, é a seguinte hipercorreção:

(81) "E também o... um transporte realmente para uma pessoa? Às vezes, *se colocam* mais de uma, mas..." (SSA - DID 277: 423)

Aparentemente, pode surpreender o fato de, num *corpus* que registra quase dez horas de língua falada, aparecerem tão poucas orações desse tipo. O que se verifica, porém, é que os falantes parecem evitar o uso do SE indeterminador, preferindo em seu lugar outras estratégias de indeterminação. Uma delas, bem salientada por Nunes (1990: 104), é simplesmente o apagamento do SE. Segundo seus dados, o apagamento do SE em enunciados com noção de indeterminação já atinge um percentual de 79% e depende do nível de escolaridade do falante. Pode-se encontrar em nosso *corpus* muitos exemplos do fenômeno. A título de ilustração, aqui vão três:

(82) "o programa pode começar com um simples cinema... um teatro... vai-*se* a uma boate ( ) não... faz-*se* algum tipo de programa qualquer... ou então ø vai pra um bar..." (RIO - D2 158: 905-908)

(83) "Doc. — e para se andar? [a cavalo]
Inf. — áh: pra ø andar aí ø bota a cela... ø bota a ce:la ø amarra [obj. nulo] assim... com a fivela embaixo da barriga de:le... e::... que mais? tem aquele estribo né?... e tem também:... os arreios que ø bota aqui no pescoço dele e na boca... tem um negócio que *chamam* de bridão que é pro pobrezinho não correr..." (REC - DID 150: 154-158)

(84) "o po:rco... *dizem* que o porco come de tudo... come resto de comida come ração... come de tudo... mas o porco tem que *se* cuidar... MUIto... tem que ø ter muito cuidado com a alimentação de:le porque:... ele costu:ma... éh:: pegar parasitas que ficam... na carne dele..." (REC - DID 150: 174-177)

Outra estratégia comum de indeterminação é o verbo conjugado na terceira pessoa do plural (como assinalei nos dois últimos exemplos acima), estratégia prevista nas gramáticas normativas com a nomenclatura de *sujeito indeterminado*[16]. Observe-se, no trecho a seguir, o uso dessa estratégia, conjugada com a anterior, a do apagamento do SE:

16. Reluto em concordar com Monteiro (1991: 156) que vê um apagamento do *se* em: "não sei que outros nomes ø *dão* para a tripulação", pois seria admitir, como querem os prescritivistas, *outros nomes* como sujeito da "passiva sintética" *se dão*. Assim, prefiro a mesma análise que se faria se o substantivo *nome* estivesse no singular — "não sei que outro nome dão para a tripulação" —, isto é, como a estratégia de indeterminação do sujeito com o verbo na 3ª pessoa do plural. Só considero haver apagamento do *se* em construções com verbo no singular, como os exemplos colhidos no *corpus* num dos quais, inclusive, há encadeamento de *se* explícito e *se* apagado na mesma unidade discursiva.

(85) "... há o couro da vaca que ø faz bo:lsa que ø faz um monte de coisa pra gente... é um couro meio duro acho que não é o melhor não... éh::... e o chifre da vaca tem vaca que tem chifre... tem vaca que não tem... depende da raça... e às vezes *cortam*... o chifre da vaca... e:: tem o que *chamam* de vaca mocha... né? que ø fala em Monteiro Lobato da vaca mocha eu não sei se a pobre não tinha... nunca cresceu ou se *tiraram*..." (REC - DID 150: 220-225)

Atente-se, nesse exemplo, para um uso amplo de categorias vazias: apagamento do SE indeterminador, apagamento da preposição *de* nas orações relativas ("[de] que [se] faz bolsa", "[de] que [se] faz um monte de coisa", "[de] que [se] fala em Monteiro Lobato"), além do uso de objetos diretos nulos ("tem vaca que não tem [chifre]", "se a pobre não tinha [chifre]", "ou se tiraram [o chifre]").

A forma mais comum de indeterminação na língua falada, no entanto, parece ser o uso de *a gente* e *você* genéricos. Com isso, fica preservada a ordem SVO com um S neutro (cf. Pezatti, 1993: 164), apenas aparentemente temático, uma vez que o dado semântico mais importante está no V. Num levantamento feito no inquérito D2 343, de São Paulo, por exemplo, após eliminar as ocorrências de *a gente* e *você* referentes às pessoas do discurso, contabilizei 11 usos de *a gente*, 23 usos de SE indeterminador (incluídas, é claro, as pseudopassivas "sintéticas") e nada menos que 144 usos de *você* genérico. Um exemplo desse recurso amplamente empregado é o seguinte trecho (em que o locutor também recorre ao uso do verbo na 3ª pessoa do singular com o sujeito apagado como estratégia de indeterminação):

(86) "L1 eu gostaria de saber quando é que nós vamos ter metrô né?... porque cada vez (não sei se) você percebe... fica mais caro fazer metrô né?... porque digamos que *você* começasse fazer... metrô em mil novecentos e trinta... então ø ia aproveitar a linha da... do bon::de... éh::... *você* vai fazer... metrô... tipo túnel né? tem prédio em cima... *você* só... faz o... casamata em:::baixo... ø proíbe de construir prédio em cima... mas não *você* vai fazer metrô subterrâneo... *você* tem que ter máquina Schield para cavar... e proteger as paredes... porque se *você* cava sem Schield desaba tudo que está cheio de prédio em cima né?... *você* vai fazer... metrô... na TErra... *você* corta toda São Paulo:: ø acaba com o trânsito tal ø não pode tem que ø fazer... metrô elevado né? (SAO - D2 343: 402-414)

Para que não se pense que se trata de um traço característico da fala de um dos informantes, eis outro trecho do diálogo, igualmente repleto de *você* indeterminado (junto com outras expressões de indeterminação, assinaladas), produzido pelo outro informante do mesmo inquérito:

Scanned with CamScanner

(87) "L2 éh::falava de::... como *a gente* ainda tem castas atualmente né? se *você* pensar em termos de Idade Média... *você* tinha honrarias que eram concedidas porque fulano era duque:: outro era... sabe era bem... definido né?... e atualmente você tem o quê? você precisa de... cinco mil não sei quantas horas para tirar um título universitário *todo mundo* vai atrás disso... não deixa de ser uma::... quando você consegue uma mudança de casta né? bom eu sou universitário agora... agora já não está adiantando mais *você* tem que fazer uma pós para ascender mais ainda mas isso... é uma hierarquia não deixa de ser né?" (SAO - D2 343: 1223-1235)

Tampouco se pode atribuir este uso generalizado do *você* indeterminador à variedade de uma região específica. No inquérito DID 150, do Recife, por exemplo, localizei 4 usos de *a gente* e 13 usos de *você* genéricos (os números aqui são mais baixos porque se trata da produção lingüística de um único informante, praticamente sem interação com outro locutor).

Uso interessante de *você* e *a gente* genéricos numa mesma unidade discursiva[17] se encontra no seguinte trecho:

(88) "porque eu acho que a alimentação é uma questão muito de hábitos... né? aqui eu sinto que... no Rio... quase todo mundo... *você* vai a outras casas... *a gente* vê que os hábitos são mais ou menos os mesmos..." (RIO - DID 328: 683-685)

O uso de *a gente* como índice de indeterminação é reconhecido, porém condenado, por Almeida (1994: 225), que assim se exprime a respeito:

> É enfadonho o "a gente" na conversação de certas pessoas. De mistura com "inclusive", com "vi ele", com "deixe eu ver", muitos patrícios, esquecidos do nosso *se* e de outros pronomes, põem-se a substituí-los por "a gente", locução às vezes usada sem nenhuma necessidade: "*A gente* precisa prestar atenção" (Precisa-se prestar atenção).

Mais uma vez se depreende aqui a pretensão do gramático tradicionalista de determinar autoritariamente o que é ou não necessário à comunicação do falante nativo de uma língua.

Quanto ao uso generalizado de *você* como indeterminador, ele se assemelha ao mesmo uso que se faz no inglês do pronome *you*, como neste exemplo dado pelo *Collins COBUILD English Language Dictionary* (1992: 1.700), que oferece abonações extraídas de um *corpus* de língua empiricamente coletado:

(89) "It's awful when *you* can't remember someone's name" (*"É horrível quando você não consegue se lembrar do nome de alguém"*).

17. Unidade discursiva: "um segmento do texto caracterizado (i) semanticamente, por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processamento de um subtema, e (ii) formalmente, por se compor de um núcleo e de duas margens" (Castilho, 1998: 63).

A definição que o citado dicionário dá para esse uso específico do *you* se adequaria perfeitamente ao uso do *você* encontrado nos exemplos acima:

> Um falante ou escrevente usa *you* [...] para referir-se às pessoas em geral, mais do que a uma pessoa em particular, por exemplo em situações sobre o que normalmente acontece numa determinada situação; usado principalmente no inglês falado.

Só não vamos incorrer na tentação (em que freqüentemente cai, por exemplo, Napoleão Mendes de Almeida em seu livro) de querer atribuir o que é uma simples *semelhança* entre duas línguas a uma improvável *influência* de uma sobre a outra...

4.6.7 As pseudopassivas sintéticas no CLE

Também foram muito escassas as ocorrências de pseudopassivas "sintéticas" no *corpus* de língua escrita: 8 no total, das quais 6 [+padrão] e 2 [–padrão]. Ambas as ocorrências [–padrão] estão localizadas em transcrições de língua falada:

(90) "O Judiciário está internando de maneira desmedida, é preciso que *se aplique mais as medidas* de meio aberto", reclama (OE).

(91) "A idéia principal é incentivar a prática de esporte ao mesmo tempo que *se tira estes jovens* das ruas. Mas também *podem se formar bons atletas* aqui" — diz Marder, que já conta com apoio da empresa Girando Sol na manutenção do aluguel do prédio (ZH).

Nunca se sabe até que ponto uma transcrição de depoimento ou entrevista foi ou não "revista" e "corrigida" no momento da redação de uma matéria jornalística. Ressalvado isso, é interessante observar, em (91), um verbo no singular ("se *tira* estes jovens") e outro no plural ("*podem* se formar bons atletas"), a indicar que o entrevistado (ou o redator?) analisou *estes jovens* como objeto direto de *se tira*, enquanto entendeu que em *podem se formar bons atletas* havia um verbo reflexivo.

A escassez de pseudopassivas sintéticas no CLE talvez possa também ser explicada pela preferência, no *corpus*, por outras estratégias de indeterminação do sujeito. Examinando-se, por exemplo, o material do jornal *O Estado de S. Paulo* recolhido na Internet para este trabalho, encontra-se 12 ocorrências de SE indeterminador (incluídas, é claro, as pseudopassivas "sintéticas") contra 84 passivas verdadeiras (ou "passivas analíticas", segundo a nomenclatura tradicional) em que não se enuncia o agente, num uso 7 vezes mais intenso. Isso pode demonstrar uma clara preferência dos autores do texto pelos efeitos pragmáticos de maior clareza e rapidez de processa-

Scanned with CamScanner

mento da construção com o verbo *ser* (ou, mais raramente, *estar* e *ficar*) seguido de *particípio passado*. Veja-se, por exemplo, as seguintes ocorrências (todas do jornal OE):

(92) Vítimas de explosão não *foram indenizadas*.

(93) No tumulto, que começou às 8 horas, seis homens *foram presos*. Antes do protesto, outros cinco *haviam sido detidos* no Terminal Bandeiras por estar furando pneus de ônibus.

(94) Ao receber garantias de que os interesses das duas categorias *seriam atendidos*, o presidente do sindicato dos motoristas, Gregório Poço, e um dos líderes dos perueiros, Haroldo Mariano, juraram votos de amizade e se abraçaram.

(95) Segundo o promotor, para que os empréstimos clandestinos não *fossem percebidos*, os canhotos dos cheques *eram retirados* dos talões com uma gilete.

(96) A partir de hoje, as cúpulas do PMDB, PFL e PSDB tentarão mobilizar suas bancadas na Câmara para que a proposta *seja examinada* em regime de urgência e entre em vigor já nas eleições do próximo ano.

Retomando aqui o argumento da *reflexividade agramatical*, exposto mais acima, imagine-se o que ocorreria se esses mesmos trechos de notícias fossem "traduzidos" para suas formas "sintéticas" supostamente equivalentes, segundo o "truque" dos comandos paragramaticais (acreditando, já que eles tanto apelam para a "lógica", que o que equivale numa direção — de "sintética" para "analítica" — também equivale na outra — de "analítica" para "sintética" — a menos que se trate de uma "lógica" de mão única...). Obteríamos resultados assim:

(92.a) Vítimas da explosão não *se indenizaram*.

(93.a) No tumulto, que começou às 8 horas, seis homens *se prenderam*. Antes do protesto, outros cinco *se haviam detido* no Terminal Bandeiras por estar furando pneus de ônibus.

(94.a) Ao receber garantias de que os interesses das duas categorias *se atenderiam*, o presidente do sindicato [...].

(95.a) Segundo o promotor, para que os empréstimos clandestinos não *se percebessem*, os canhotos dos cheques *se retiravam* dos talões com uma gilete.

(96.a) A partir de hoje, as cúpulas do PMDB, PFL e PSDB tentarão mobilizar suas bancadas na Câmara para que a proposta *se examine* em regime de urgência e entre em vigor já nas eleições do próximo ano.

O que logo chama a atenção, no processo da "tradução", é a estranheza dos resultados obtidos — enunciados onde o SE aparenta ser um pronome reflexivo —, estranheza devida, insisto em dizer, à alteração da ordem *sujeito-verbo-objeto*, alteração que resulta na ordem *objeto-sujeito-verbo*, como em (96.a):

A PROPOSTA	SE	EXAMINE
objeto	sujeito	verbo

Se restaurada a ordem SVO, a estranheza diminui, mas não inteiramente. Se não, vejamos:

(92.b) Não *se indenizaram* vítimas da explosão.

(93.b) No tumulto, que começou às 8 horas, *se prenderam* seis homens. Antes do protesto, *se detiveram* outros cinco no Terminal Bandeiras por estar furando pneus de ônibus.

(94.b) Ao receber garantias de que *se atenderiam* os interesses das duas categorias, o presidente do sindicato [...].

(95.b) Segundo o promotor, para que não *se percebessem* os empréstimos clandestinos, *retiravam-se* os canhotos dos cheques dos talões com uma gilete.

(96.b) A partir de hoje, as cúpulas do PMDB, PFL e PSDB tentarão mobilizar suas bancadas na Câmara para que *se examine* a proposta em regime de urgência e [ela] entre em vigor já nas eleições do próximo ano.

Ora, nos enunciados com verbos no plural a estranheza permanece, uma vez que, restaurada a ordem SVO, desaparece, sim, o aspecto falsamente reflexivo dos verbos, mas, por outro lado, como também já foi demonstrado, estabelece-se uma insólita concordância entre *verbo e objeto*, desconhecida na sintaxe do português e, por conseguinte, suscetível de ser considerada *agramatical* pelos falantes nativos menos familiarizados com a tradição normativista (e até pelos mais familiarizados, segundo o testemunho pessoal de Scherre, *1999*). A isso talvez se possa atribuir a preferência maciça dos redatores do jornal pela voz passiva: evita-se as dificuldades impostas pela observância de regras ilógicas, que poderiam gerar enunciados agramaticais para o leitor.

Quanto a isso, seria proveitoso testar as atitudes dos falantes cultos diante das pseudopassivas "sintéticas". É provável que reajam a elas do mesmo modo como reagiram às relativas-padrão e aos clíticos-padrão nos testes aplicados por Tarallo (*1983*), Duarte (*1989*) e outros: "Pode estar certo, mas ninguém fala assim!" A esse respeito, é interessante ver que os próprios comandos paragramaticais reconhecem a estranheza da concordância do objeto com o verbo, como se vê no índice do CD-ROM *Nossa Língua Portuguesa*. Quando se clica no item "Concordância do Verbo 2 — quando associado à palavra *se*" surge o seguinte texto:

Scanned with CamScanner

> Gosto e concordância não se discutem. Quando o verbo está associado à palavra "se", é preciso cuidado com a concordância. *Você pode até não gostar do modo como a frase soa.* Mas não pode discutir a concordância [grifo meu].

Entra em jogo aqui, mais uma vez, o argumento de autoridade, único sustentáculo dos comandos paragramaticais, que recusam os argumentos científicos: na opinião de Pasquale Cipro Neto, como se viu, existem lingüistas "idiotas, ociosos" ou "defensores do vale-tudo", quando não "deslumbrados". Contrariamente, porém, ao que se lê no índice do CD-ROM, o falante nativo *pode discutir*, sim, e até recusar a imposição de uma regra que entra em choque com sua intuição gramatical.

A opção dos jornalistas em esquivar-se do uso do SE indeterminador talvez possa ser explicada por estas palavras de Camara Jr. (1977: 90):

> Os gramáticos e professores de linguagem propendem para a primeira solução [insistir intransigentemente no que a norma prescreve, mesmo quando o seu ditame já está evidentemente quase obsoleto]. Ora, como o fim da linguagem é a comunicação das idéias, o seu emprego deve subordinar-se à *eficiência da comunicação. O nosso objetivo deve ser, antes de tudo, não causar estranheza. A atitude intransigente pode não só provocá-la, mas até dar uma sensação de anomalia, que raia pelo ridículo, quando não prejudica a própria inteligibilidade* [grifos meus].

Perpetuar no ensino a crença supersticiosa nas "passivas sintéticas" é querer obrigar os alunos a aceitar enunciados reflexivos surrealistas e forçá-los autoritariamente a acreditar na existência improvável de árvores que se derrubam, baleias que se caçam, peixes que se pescam, línguas que se falam, crianças que se amamentam, ladrões que se prendem, corruptos que se punem, músicas que se dançam, quadros que se pintam, filmes que se vêem, bancos que se roubam, livros que se lêem, roupas que se costuram, doces que se comem, galinhas que se abatem, textos que se escrevem, baratas que se pisam, leões que se amestram, ovos que se fritam, fotos que se revelam, cães que se vacinam, casas que se alugam, mentiras que se dizem, férias que se tiram e, evidentemente, regras gramaticais que não se aprendem...

4.7 REGÊNCIAS DE *IR* E *CHEGAR* COM IDÉIA DE MOVIMENTO

Num instrutivo ensaio intitulado "Sobre o sincretismo de *a* e *em* no exprimir direção", Rocha Lima (s/d: 223-231) retraça a história dessas duas preposições do português, recuando até ao indo-europeu e passando, é claro, pelo latim. Diz o autor que "no latim literário, uma e outra partícula [*ad* e *in*] serviam de indicar tanto a idéia de repouso como a de movimento" (p. 223), agindo ambas, portanto, com sentido *locativo* e com sentido *diretivo*, embora com sutis diferenças de significação que, todavia, não eram rigidamente respeitada pelos escritores, apesar (como sempre) da insistência dos gramáticos. Mais adiante, no latim vulgar,

> agravou-se a vacilação entre a idéia de repouso e a de movimento, e, pois, a confusão no emprego de *ad* e *in* — tudo favorecido, além do mais, pelo amortecimento do *m* do acusativo, donde, foneticamente, *urbem* se igualava a *urbe*. Desde o século I, deixaram, afinal, de distinguir-se construções do tipo IN URBE(M) IRE / AD URBE(M) IRE. [...] Por uma razão ou outra — e acima e além de quaisquer perquirições de causas —, esta verdade se impõe, incontestável: no latim do Império Romano, *ad* e *in* acumulavam, igualmente, a mesma "aptidão" para expressar repouso e movimento [p. 224].

As línguas românicas, no entanto, à medida que foram se tornando línguas literárias e se normativizando, caminharam na tendência da especialização, reservando *ad* para movimento e *in* para repouso. Mas nem todas: o francês, até hoje, não faz essa divisão, uma vez que nessa língua se diz *Je vais à Paris / Je vais en Italie*, verbo de direção com ambas as preposições, e também *J'habite à Rome / J'habite en France*, verbo com sentido locativo com ambas as preposições. Mas também em francês houve alguma especialização: nos exemplos acima, vê-se que a preposição *à* se usa com nomes de cidades, enquanto *en* se usa com nomes de países femininos em geral e masculinos iniciados por vogal (se iniciados por consoante, usa-se o *à*: *Je vais au Brésil / J'habite au Brésil*). Contudo, excetuando-se o caso especial dos topônimos, pode acontecer, em francês, de um mesmo verbo (com igual significado) reger ora a preposição *à*, ora a preposição *en*, a depender do complemento: *croire en Dieu*, mas *croire au diable*; *être en enfer*, mas *être au ciel* etc.

O português antigo também conheceu o que Rocha Lima chama de *sincretismo*, isto é, o uso de ambas as preposições com verbos de sentido diretivo, conforme os seguintes exemplos (p. 226) dessa flutuação na mesma obra de um autor (João de Barros, *Clarimundo*):

- "... era vindo *nesta* terra"
- "... depois que Carfel, e Arquilo forão *na* pousada com todalas cousas..."
- "... levarão-no todos *aquelles Senhores à* pousada."
- "O Emperador mandou a hum Cavalleiro que fizesse levar o corpo de Forbotão *à* Igreja de Santa Sophia".

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca Comunitária

Scanned with CamScanner

Também em fase posterior, no século XVI, se encontra abundância de exemplos de *verbo de movimento + em*, inclusive em Camões (cf. *Os Lusíadas*, II,32; V,46; VI,17).

Ora, apesar de ter havido, a partir do período renascentista, uma delimitação de usos das duas preposições na língua literária — onde se reservou a preposição *a* para os verbos de movimento —,

> cabe lembrar que a linguagem oral da época dos Descobrimentos, eivada de arcaísmos e flutuante sob muitos aspectos, foi a que se transplantou para o grande império ultramarino fundado em terras de África, da Oceânia e da América — "o mundo que o português criou". Natural, portanto, que, de envolta com outros numerosos traços — facilmente documentáveis — da referida instabilidade lingüística, houvessem os Navegadores levado a remotas regiões do seu vastíssimo domínio a construção do tipo *verbo de movimento + em*. E ela realmente é a que viceja no território africano de Angola, assim como no solo asiático de Goa [...], além de se ter enraizado na linguagem popular do Brasil [p. 228].

O que logo veremos, porém, é que esse tipo de construção não mais se restringe à "linguagem popular do Brasil", estando já perfeitamente enraizado também nas variedades empregadas por falantes [+cultos]. Por isso, das quatro conclusões com que Rocha Lima encerra seu estudo, os estudos lingüísticos mais recentes não aceitariam a última:

a) o emprego de *em* para exprimir direção é fato pan-românico, de raízes mergulhadas na confusão das sintaxes "in urbe(m) ire" e "ad urbe(m) ire" do latim vulgar;

b) essa construção, vigente em Portugal pelo menos até o período renascentista, foi-nos trazida pelos colonizadores portuguêses;

c) manteve-se na linguagem popular do Brasil, sabidamente conservadora — o nosso relicário de arcaísmos;

d) a linguagem culta do Brasil — tanto a falada como a escrita — abraçou, com os verbos *ir* e *chegar* (os mais resistentes), o padrão que veio a adotar a moderna linguagem de Portugal, dentro da tendência ibérica de marcar claramente a oposição *repouso/movimento* a partir da fixação literária das duas grandes línguas da Península.

A conclusão (d) não encontra respaldo, hoje, nos estudos sincrônicos do português do Brasil, língua em que o uso da preposição *em* com verbos de movimento já está amplamente generalizado, inclusive nas variedades [+urbanas] [+orais]/[+escritas] [+monitoradas] de falantes [+cultos]. Apesar da tentativa de imposição das gramáticas normativas e dos comandos paragramaticais da norma "moderna" usada em Portugal, o uso mais antigo

brasileiro, arcaico, já passou pelo que designei no capítulo anterior (3.2.5) de "trajeto de ascensão social", isto é, expandiu-se desde as variedades [–cultas] até atingir as [+cultas], inclusive em suas modalidades escritas.

Com outros tipos de verbo, constata-se também no português do Brasil um crescente declínio do uso da preposição *a*. Com sentido locativo estático, dá-se preferência à preposição *em*, o que cria pares como *estar à/na janela, falar ao/no telefone, sentar-se à/na mesa* (apesar da campanha prescritivista de tentar indicar diferenças de significado), *bater à/na porta, fazer algo ao/no computador, deitar-se ao/no chão, viver à/na sombra de alguém*, etc. Com sentido de [destino], os pares se formam com *a/para*: *dei o livro ao/para o Pedro, telefonei à/para a Maria, emprestei o carro a/para João*, etc. As formas com *a* ficam em geral mais restritas à língua escrita e/ou falada [±monitorada]. Essa arcaicização do uso de *a* e sua reserva às manifestações [±monitoradas] fazem que a preposição seja considerada uma opção "elegante", gerando hipercorreções como *televisão a cores, entrega a domicílio* e o famoso *a nível de*, tão estigmatizadas pelos comandos paragramaticais. Esse mesmo declínio pode talvez explicar as dificuldades de muitos brasileiros alfabetizados no uso do acento indicador de crase (o "a craseado"). Uma hipótese para explicar esse uso cada vez menos freqüente da preposição seria o fato de haver outros itens gramaticais na língua com a mesma realização fonética: o verbo *há* e o artigo feminino *a* (coincidência também ortográfica). Para eliminar as eventuais dificuldades causadas pela existência de três itens gramaticais com igual pronúncia, o português do Brasil preserva o artigo *a*, substitui o verbo *há* por *tem*, e a preposição *a* por *em* ou *para*, conforme o verbo. No caso da preposição, pode se considerar seu desuso também como um recurso para se esquivar do uso de *à*, em que a fonética brasileira não dispõe (como a portuguesa) de duas vogais centrais distintas, uma mais aberta (quando tônica ou resultante de crase) e outra mais fechada (quando átona). Haveria, pois, risco de ambigüidade num enunciado como: *Sugeri a empresa à escola*, que poderia ser interpretada como: *Sugeri à empresa a escola*. Por isso, é muito maior a probabilidade de ocorrência de: *Sugeri a empresa para a escola*, ou *Sugeri para a empresa a escola*. É uma hipótese de caráter funcionalista que precisa ser mais bem estudada[18].

Além das preposições *a* e *em*, usa-se com o IR de sentido diretivo a preposição *para*. Assim como os gramáticos latinos tentavam prescrever as

18. Ver a respeito o interessante estudo de Ramos (in Tarallo, 1989) sobre "O emprego de preposições no português do Brasil".

Scanned with CamScanner

sutilezas de significação que impunham o uso "correto" das preposições *ad* e *in* com o verbo *ire*, também a norma-padrão em vigor no Brasil luta por preservar uma distinção entre *ir a* e *ir para*, baseada em noções que poderíamos definir como [–permanência] e [+permanência], respectivamente, como se verá na posição dos comandos paragramaticais sobre o assunto.

Tem-se, desse modo, uma matriz de regências do verbo IR que podem ser assim classificadas segundo os critérios de [+padrão] e [–padrão]:

TIPO	PREPOSIÇÃO	TRAÇO SEMÂNTICO
+PADRÃO	A	[–PERMANÊNCIA]
	PARA	[+PERMANÊNCIA]
–PADRÃO	A	[+PERMANÊNCIA]
	PARA	[–PERMANÊNCIA]
	EM	[–PERMANÊNCIA]
	EM	[+PERMANÊNCIA]

Quadro 4.4 Matriz de regências [+padrão] e [–padrão] do verbo IR diretivo

Essa matriz terá de ser levada em conta quando se for tabelar os dados coletados em nossos *corpora*.

O caso do verbo CHEGAR é mais simples, havendo apenas uma regência [+padrão], com a preposição *a*, e uma regência [–padrão], com a preposição *em*.

Um estudo importante sobre as regências do verbo IR diretivo é o de Mollica (1996). A investigação de Mollica procura correlacionar o emprego das preposições a fatores como configuração do espaço ([+fechado] ou [–fechado]), grau de definitude ([+determinante] [–determinante]/[+definido] [–definido]), além do traço de [+permanência] e [–permanência], usando como *corpus* dados do Projeto CENSO, que apresentam a fala espontânea de falantes cariocas com níveis de escolarização básico e médio. Como o meu objetivo é examinar as diferenças entre os usos *ideais* prescritos pelos comandos paragramaticais e os usos *reais* feitos por falantes [+cultos] (isto é, como já se especificou, indivíduos com escolaridade superior completa), levei em conta antes de tudo os traços [+permanência] e [–permanência], que são os únicos considerados pela gramática normativa. Também considerei na análise a questão do grau de definitude, tal como exposto por Mollica,

na medida em que ele pôde explicar em boa parte a sobrevivência do uso [+padrão] da preposição *a*.

4.7.1 Site da Internet: *Nossa Língua Portuguesa*

REGÊNCIA VERBAL 2

Regência, em gramática, é o conjunto de relações que existem entre as palavras. Por exemplo: quem gosta, gosta **de** alguém. O verbo "gostar" **rege** a preposição "de". Nós aprendemos a regência naturalmente, no dia-a-dia. Só que a gramática, muitas vezes, estabelece formas diferentes das que utilizamos na linguagem cotidiana. Costumamos, por exemplo, dizer que chegamos *em* algum lugar, quando a norma culta indica que chegamos *a* algum lugar.
INCORRETO: "A caravana chegou hoje **em** Brasília."
CORRETO: "A caravana chegou hoje **a** Brasília."
Da mesma forma, o correto é dizer "chegou **a** Manaus", "chegou **ao** Brasil".

4.7.2 CD-ROM *Nossa Língua Portuguesa*

Ir a ou ir para?

Na língua coloquial do Brasil, as pessoas dizem que vão:
no cinema
na feira

Você sabe que:
em + o = no
em + a = na

No padrão formal da língua deve-se dizer:
eu *fui* à feira
eu fui ao cinema
eu fui a Paris
eu fui a Roma

Ainda no que diz respeito ao verbo ir, há uma diferença entre ir a algum lugar e ir para algum lugar. "Ir a" algum lugar pressupõe ida e volta, uma volta que acontece rapidamente. "Ir para" algum lugar pressupõe que a mudança tenha sido definitiva:

Fulano foi para a Itália.

Pressupõe-se que tenha ido para morar lá. Como acontece nessa letra de Caymmi:

Fui pro Rio morar
(na língua do dia-a-dia: pro = para o)

Scanned with CamScanner

Fui pro Rio morar,
fui de vez,
fui para não voltar.

Então: ir a algum lugar = ir e voltar rapidamente
Ir para algum lugar = ir para ficar, ir para não voltar.

4.7.3 *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo*

Página 60:

Chegar a. 1 — Verbos de movimento exigem ***a*** e não **em**: *Delegação russa chega hoje a* (e não "em") *São Paulo*. Igualmente: *A chegada do jogador ao* (e não "no") *Brasil está marcada para amanhã*. 2 — *Chegar em*, só na designação de tempo (*Chegará em meia hora. / Chegamos em cima da hora*) ou com a palavra **casa** (*Chegou tarde em casa*).

Página 150:

Ir a, ir para. ***Ir a*** indica curta permanência, enquanto ***ir para*** dá idéia de destinação, demora: *Vai a Paris* (vai e volta logo) *este mês; vai para Paris no fim do ano* (vai e fica, pelo menos algum tempo). / *Vai para Campos do Jordão nas férias; vai a Campos do Jordão esta semana.*

4.7.4 Livro *Não erre mais!*

Páginas 294-296:

Vou no cinema

Essa é a construção própria do português do Brasil, onde se vêem quase todos os verbos de movimento usados com a preposição **em**, ao contrário do que ocorre no português lusitano, em que se usa, nesse caso, a preposição **a**. Muito difícil será, entre nós, exigir apenas o uso da preposição *a*, nesse caso, quando todos aceitam indistintamente esta construção:

***Fui** jantar na Avenida Atlântica.*
***Venha** morar na minha casa.*

Ora, tais frases equivalem a estas:
***Fui** na Avenida Atlântica jantar.*
***Venha** na minha casa morar.*

Se aceitamos aquelas frases, por que não aceitarmos estas? Ao menos os portugueses mantêm a coerência. Usam:
***Fui** jantar **à** Avenida Atlântica.*
***Venha** morar **a** minha casa.*

No português do Brasil, portanto, podemos optar entre a preposição **a** e a preposição **em**, que não há inconveniente nenhum. Portanto:
Vou **no**/ao cinema.
Fui no/ao restaurante.
Levei as crianças **à**/na escola.
A mãe já deitou o filho **ao**/no berço.
Chamaram-me **ao**/no telefone.
Desci no/ao andar térreo.
O jogador **deu um empurrão no**/ao árbitro.
Fomos dar a um/num beco sem saída.
Todos **saíram à**/na rua para ver quem estava ao terraço.
***Retornamos no**/ao supermercado para reclamar.*
É muito *difícil ensinar no Brasil* que, com verbos de movimento, só se usa a preposição **a**, e logo após tentar provar que **entrar** e **buscar**, por exemplo, não são verbos dinâmicos, por isso se usam com a preposição **em**: **entrar em** um bar, **buscar** remédio **em** alguma farmácia.

Por outro lado, há certas frases e construções em que só aparece a preposição **a**, mesmo na língua cotidiana. Se não, vejamos:
Devagar se **vai** ao longe. (Quem dirá: Devagar se vai no longe?)
Não vá com muita sede ao pote. (Quem dirá: Não vá com muita sede no pote?)
*O rei **foi** à caça. (Quem dirá: O rei foi na caça?)*

Numa **revista**, um título de reportagem:
Os anos dourados estão **chegando** ao fim.

Logo após:

Para não **ir à** lona **de vez**, a Sérgio Dourado confia num acerto especial com os credores.

Observe, agora, caro leitor, a construção com a preposição **em**:
Os anos dourados estão **chegando no** fim.
*Para não **ir na** lona de vez...*
No mínimo, deselegante.
A propósito de elegância, correu certa feita um comercial de cigarro por todo o País. Nele o anunciante pedia que, com aquele produto, fôssemos... ao sucesso.
Por quê? Porque pedir que alguém vá no sucesso, realmente, não fica bem.
Nunca se ouviu, outrossim, locutor de rádio dizer que o seu programa vai no ar todas as segundas-feiras, das 8 às 9 horas. Seria caricato.
Quando se trata de verbos menos populares, prevalece também a preposição **a**:
*No Japão, no início da primavera, os nipônicos **acorrem** às ruas e praças e lá, à sombra das cerejeiras, ficam por todo o dia — e às vezes parte da noite — comendo, bebendo e cantando na mais perfeita ordem.*
O redator jamais se serviria, nesse caso, da preposição **em**, que comprometeria a sua construção no que concerne à elegância, ao bom-gosto, que, também em língua, é fundamental.

Scanned with CamScanner

Em certas construções, todavia, parece ficar até melhor **em**:

Luís foi **na** Teresinha e, depois, voltou **na** Isabel.

*Luísa ia sempre **na** vizinha, mas nunca **no** vizinho.*

*O jogador foi **na** canela do adversário, em vez de ir **na** bola.*

Portanto, nada melhor, nesse caso de verbos e expressões dinâmicas, que deixar as pessoas à vontade para construir, consoante o momento, a ocasião, a circunstância, que ora exige **a**, ora **em**. [...]

4.7.5 Coluna *"Dito e escrito"*

Coluna "Gil x Paulinho da Viola", *Folha de S. Paulo*, 06/02/1996, p. 3-2:

A chegada de Saramago

O escritor português José Saramago chegou ao Brasil, e o jornal anunciou no título:

"Saramago chega ao Brasil e recebe amanhã o prêmio literário Camões."

Tudo bem. Em seguida atacou no texto, atropelando a regência do verbo, que ele "chegou ontem às 11h em Brasília". Chegou "em" Brasília, sim, senhor.

A legenda fez coro com o texto no maltrato ao verbo:

"O escritor José Saramago chega no aeroporto de Brasília."

Chegar é verbo indicativo de movimento para, já dizia aquele empresário que sonega impostos e embolsa a bufunfa do FGTS dos seus operários; rege a preposição "a". Quer dizer, usa-se chegar com a preposição "a" e não "em", nos casos em que ele exige preposição. Chega-se "a" algum lugar.

"Eles chegaram ao Uruguai para a refinada festança do Gigi Scarpa."

"Cheguei a casa cedo ontem."

(Sem acento no "a" porque casa, lar, rejeita artigo e portanto a crase.)

A verdade é que os brasileiros começaram a chutar a regência tradicional "chegar a" e, inconscientemente, consideram que quem chegou já está lá; se já está lá, está "em". Portanto, usam chegar "em" na linguagem de cama, mesa, banho e botequim:

"Cheguei 'em' casa cedo."

"O deputado chegou 'em' Brasília para votar bem."

Mas, convém repetir, em textos escritos e formais, o verbo chegar não vive sem "a" nesses casos.

"O deputado chegou a Brasília para defender o povão."

4.7.6 Comentário

O mais alto grau de intolerância é exibido, como de costume, por Josué Machado em seu purismo ortodoxo. A profundidade de seu preconceito prescritivista e grafocêntrico está demonstrada na expressão "chutar a regência tradicional" e, sobretudo, "linguagem de cama, mesa, banho e botequim", que ele contrapõe a "textos escritos e formais". Por outro lado, surpreende a alta dose de tolerância demonstrada por Sacconi em seu livro, geralmente tão apegado à tradição normativista mais estrita. No entanto, em outro lugar da obra (p. 79), ele mesmo se contradiz ao examinar o uso da palavra AONDE:

Aonde estão as crianças?

Aonde é combinação de **a** com **onde** e só se usa com verbos, nomes e expressões que dão idéia de movimento:

Aonde vão as crianças? (Quem vai, vai a algum lugar.)

*Exigiram sua vinda **aonde**? (Toda **vinda** pressupõe movimento.)*

Vocês deram um pulo **aonde**? (**Dar um pulo** é expressão dinâmica.)

Note, agora, o uso de **onde**:

*Onde estão as crianças? (O verbo **estar** não é dinâmico.)*

Moro **onde** não mora ninguém.

Onde fica o hotel em que você está?

Não obstante isso, leu-se num de nossos jornais: "Pra quem não sabe, acampamento de férias é um lugar **onde** só vai garotada". Pra quem não sabe, redação de jornal é um lugar **aonde** só **deveria ir** gente que conhecesse um pouquinho a língua. Só um pouquinho...

A contradição é clara: se, na p. 294, o autor diz que no português do Brasil "podemos optar entre a preposição **a** e a preposição **em**, que não há inconveniente algum", como é que, em relação a AONDE, ele pode exigir um uso exclusivo da preposição *a* com verbos de movimento? Se reconhece a legitimidade de *ir em*, não deveria esperar um *aonde* no texto de jornal que tão acerbamente critica, uma vez que **em onde* é combinação desconhecida da língua portuguesa. Além disso, estando cada vez mais em desuso (como reconhece o próprio Sacconi) a preposição *a* regendo verbos de movimento, não existe mais nenhuma distinção entre *onde* e *aonde*, e ambos os pronomes/advérbios são empregados em enunciados de que consta qualquer tipo de verbo, indiferentemente ao fato de ter sentido locativo ou diretivo. É o que constatam, por exemplo, Cunha & Cintra (1985: 342-343):

Scanned with CamScanner

> Embora a ponderável razão de maior clareza idiomática justifique o contraste que a disciplina gramatical procura estabelecer, na língua culta contemporânea, entre *onde* (= o lugar em que) e *aonde* (= o lugar a que), cumpre ressaltar que esta distinção, praticamente anulada na linguagem coloquial, já não era rigorosa nos clássicos.

Em seguida, citam exemplos de escritores brasileiros e portugueses. Desprezando, porém, as observações que constam inclusive de gramáticas normativas respeitadas, como a dos autores citados, os comandos paragramaticais insistem em cobrar uma distinção nítida entre *onde* e *aonde* (cf., por exemplo, *Nossa Língua Portuguesa*, site da Internet e CD-ROM; *Manual do Estadão*, p. 38), a demonstrar que se apegam a uma ortodoxia ainda mais rigorosa que a das próprias gramáticas normativas e dos dicionários, como o *Aurélio*, por exemplo, aonde encontramos:

> O uso dos melhores autores [...] desde um Azurara, da fase arcaica da língua, até um José Régio ou um Miguel Torga, dos nossos dias, não distingue ONDE de AONDE. Clássico dos mais reputados, Rebelo da Silva usa AONDE por ONDE cerca de 40 vezes nos seus *Contos e Lendas*; uma delas (só para exemplificar), na pág. 20: "o cemitério aonde dormem os que nos amaram." Por vezes ocorre o emprego simultâneo de um e outro advérbio com a mesma significação: "Nise? Nise? onde estás? aonde? aonde?" (Cláudio Manuel da Costa, Obras Poéticas, I, p. 109); "Mas aonde te vais agora, / Onde vais, esposo meu?" (Machado de Assis, Poesias Completas, p. 207). Note-se, na abonação machadiana, que a métrica não se oporia à repetição do AONDE.

Pode se lançar a hipótese de que o verbo IR tem uma carga semântica de [movimento na direção de] tão forte que nas interrogações e nas orações relativas a preposição se torna dispensável. A hipótese se comprova por meio da comparação com outras línguas. De fato, o francês e o italiano não apresentam um par correspondente a *onde/aonde* e exprimem tanto a direção quanto a localização com uma única palavra:

- FRANCÊS: *Où* tu vas? *Où* tu es?
- ITALIANO: *Dove* vai? *Dove* sei?
- PORTUGUÊS DO BRASIL: *Onde/aonde* você vai? *Onde/aonde* você está?

No caso do espanhol, embora a norma-padrão também cobre uma distinção entre *donde* e *adonde*, Moliner (1988/I: 1.035) nos informa que na "linguagem popular" se suprime a preposição *a* na expressão de [movimento na direção de], e dá o seguinte exemplo: "¿Dónde va Vicente?"

Fora do contexto românico, pode se citar o caso do inglês, em que *where* é usado indistintamente para direção ou localização, conforme explica o *Random House Webster's Unabridged Dictionary* (versão 2.0 em CD-ROM, 1996):

> where *adv.*
> 1. in or at what place?: *Where is he? Where do you live?*
> 2. in what position or circumstances?: *Where do you stand on this question? Without money, where are you?*
> 3. in what particular respect, way, etc.?: *Where does this affect us?*
> 4. to what place, point, or end? whither?: *Where are you going?*

Curiosamente, o mesmo dicionário explica que o uso de preposições para diferenciar localização (*at*) e direção (*to*) é desnecessário:

> — **Usage.** WHERE ... AT (*Where was he at?*) and WHERE ... TO (*Where is this leading to?*) are often criticized as redundant because neither AT nor TO adds anything to the meaning of WHERE, and sentences like the preceding ones are perfectly clear and standard without the final AT or TO. This criticism does not apply to WHERE ... FROM, which is fully standard: *Where does the money come from?* The constructions WHERE ... AT and WHERE ... TO occur in the speech of educated people but are rare in formal speech and edited writing.
>
> [**Uso.** WHERE ... AT (*Where was he at? "Onde ele estava?"*) e WHERE ... TO (*Where is this leading to? "Aonde isto está levando?"*) são freqüentemente criticados como redundantes porque nem AT nem TO acrescenta nada ao significado de WHERE, e frases como as acima são perfeitamente claras e padrão sem o AT ou TO finais. Esta crítica não se aplica a WHERE ... FROM, que é perfeitamente padrão: *Where does the money come from? "De onde vem o dinheiro?"* As construções WHERE ... AT e WHERE ... TO ocorrem na fala de pessoas educadas, mas são raras na fala formal e na escrita monitorada.]

Como se vê, a "ponderável razão de maior clareza idiomática" atribuída por Cunha & Cintra à distinção entre *onde* e *aonde* não tem abrigo em inglês, onde, exatamente ao contrário, se acredita que o uso de uma preposição distintiva "não acrescenta nada ao significado" do advérbio, uma vez que o significado do advérbio está condicionado ao significado do verbo. Creio que o mesmo se dá em português do Brasil. Por outro lado, em português e nas demais línguas românicas (tal como em inglês, conforme salienta o citado dicionário), o emprego de uma preposição para indicar a *origem* do movimento é uma necessidade sentida por todos os falantes. De fato, se um falante brasileiro, de qualquer variedade lingüística, omitisse a preposição DE em enunciados como *De onde você está vindo?*, seu interlocutor perceberia de imediato a agramaticalidade da construção. O verbo *chegar*, que pode indicar tanto o *destino* quanto a *origem* do movimento, é um claro exemplo de necessidade de distinção:

- *Onde você quer chegar com isso?* DESTINO: – preposição
- *De onde você está chegando?* ORIGEM: +preposição

Scanned with CamScanner

Tudo isso revela, mais uma vez, a falta de percepção das implicações semânticas e pragmáticas das estruturas lingüísticas por parte dos comandos paragramaticais e de muitos gramáticos normativos. Se houvesse, de fato, uma necessidade de "maior clareza idiomática" no uso de *onde/aonde*, os falantes da língua, que são os primeiros e maiores interessados em se fazer entender com *clareza*, praticariam essa distinção. Assim, o *a* de *aonde* é interpretado, de fato, como uma simples prótese, do mesmo tipo presente nas variantes lexicais *avoar*, *assoprar*, *assentar*, *abaixar*, *alembrar*, *alevantar*, *apois*, *aquando* etc. O emprego de *aonde* na poesia e nas composições musicais prende-se às necessidades de métrica. Na fala espontânea, *aonde*, com sua vogal aberta, tem muitas vezes emprego afetivo, sobretudo enfático.

4.7.7 Regência de *ir* e *chegar* no CLF

4.7.7.1 Vamos nos ocupar primeiramente do verbo IR. Aplicando-se a matriz proposta no Quadro 4.4 às ocorrências do verbo IR com sentido diretivo obtém-se:

TIPO	PREPOSIÇÃO	TRAÇO SEMÂNTICO	QTD.	%
+PADRÃO	A	[–PERMANÊNCIA]	24	57.1
	PARA	[+PERMANÊNCIA]	15	42.9
		SUBTOTAL	39	35.4
–PADRÃO	A	[+PERMANÊNCIA]	4	5.6
	PARA	[–PERMANÊNCIA]	44	38.9
	EM	[–PERMANÊNCIA]	23	20.3
	EM	[+PERMANÊNCIA]	0	0
		SUBTOTAL	71	64.5
		TOTAL	110	100.0

Tabela 4.14 Ocorrências do verbo IR com sentido diretivo no CLF

O que logo se percebe é uma predominância dos usos condenados pelos CP, numa escala de 1.8 usos [–padrão] para cada uso [+padrão] (1.8:1), quase o dobro, portanto.

Em relação ao uso [+padrão] da preposição *a* parece-me interessante aplicar às ocorrências do CLF os critérios propostos por Mollica (1996: 158) acerca do grau de definitude. A autora, contrastando o uso de *a/para* e de *em*, formulou a hipótese de que "quanto mais definido o referente, mais chance de ser regido por *em*, já que indica 'lugar onde' além de 'movimento' dado pelo verbo *ir*; por outro lado, quanto mais indefinido, vago e/ou impreciso for o referente locativo, tanto maior a chance de ocorrer *a/para*, onde apenas a noção de movimento está presente".

A aplicação dessa hipótese aos dados da Tabela 4.15 permite uma interessante comparação entre os usos [+padrão] de *a* e os usos [–padrão] de *para*. Vou utilizar os mesmos critérios propostos por Mollica, isto é: "Entendemos [+definido] como o referente conhecido do falante e do ouvinte, facilmente identificável; enquanto [–definido] como o referente vago, impreciso, pouco identificável pelo falante e/ou ouvinte" (p. 158). O resultado dessa aplicação se encontra na Tabela 4.15 abaixo:

PREPOSIÇÃO	+DEF	%	–DEF	%	TOTAL
A [–PERMANÊNCIA] [+PADRÃO]	7	29.1	17	70,8	24
PARA [–PERMANÊNCIA] [–PADRÃO]	25	56.8	19	43.1	44

Tabela 4.15 Grau de definitude nas ocorrências de *a* [+padrão] e de *para* [-padrão] no CLF

Percebe-se que o uso [+padrão] de *a* é amplamente favorecido pelo traço [–definido] — numa escala de 2.42 : 1, quase duas vezes e meia —, enquanto o uso de *para* [–padrão] registra uma indiferença muito maior em relação ao grau de definitude, com um favorecimento do traço [+definido] de apenas 1.3 : 1. Outro fator digno de nota: *todas* as ocorrências de *a* [+padrão] com referente [+definido] apresentaram um *nome próprio* no complemento verbal, como se verifica nos exemplos abaixo, extraídos de um mesmo inquérito, cujos informantes conversaram acerca de viagens, férias, transporte:

(97) "não... *fui* somente *a* Recife..." (RIO - D2 158: 13)

(98) "mas já fiz muitas vezes... *ir ao* Alto da Boa Vista e subir..." (RIO - D2 158: 551)

(99) "a primeira vez que *fui a* Salvador..." (RIO - D2 158: 762)

Abaixo, exemplos do uso (majoritário) de *a* [+padrão] seguido de referente [–definido]:

Scanned with CamScanner

(100) "se a gente tem alguma coisa pra fazer... faz... se está namorando... namora... se não está arranja alguma coisa pra fazer... *ir a* um teatro... *a* um cinema... *ir a* um baile... uma festa..." (RIO - D2 158: 351-353)

(101) "aí eu me esqueço do nome das pessoas sou muito esquecida mas eu *tenho ido a* vários [concertos]..." (POA - DID 45: 505)

(102) "você *vai a* outras casas... a gente vê que os hábitos são mais ou menos os mesmos..." (RIO - DID 328: 684)

A preposição *em* ocorreu apenas com o traço [–permanência], com total indiferença ao grau de definitude, uma vez que, das 23 ocorrências totais, 11 apresentaram referente [+definido] e 12 [–definido].

De todos esses dados é possível concluir, então, que:

a) na expressão de [–permanência] existe uma concorrência entre *a*, *para* e *em*, sendo que o uso de *a* é mais favorecido pelo grau de definitude [–definido], enquanto esse traço não tem influência decisiva no uso de *para* e *em*, com marcada preferência pelo uso de *para*;

b) na expressão de [+permanência] só se usa a preposição *para*.

A possibilidade de uso de duas preposições diferentes para exprimir o mesmo traço semântico numa única unidade discursiva é exemplificada abaixo:

(107) "eu fico encantada de *ir a* uma casa... de flores ou *num*... mercado..." (REC - DID 156: 455)

(108) "o programa pode começar com um simples cinema... um teatro... *vai-se a* uma boate ( ) não... faz-se algum tipo de programa qualquer... ou então *vai pra* um bar..." (RIO - D2 158: 905-908)

Em (109) temos uma hesitação por parte da informante, que acaba optando pela regência [–padrão]:

(109) "e é é:: *vou a em* Atlântida... quer dizer que ali é só o que eu vejo..." (POA - DID 45: 246)

Os números totais de ocorrências de cada preposição — *a* (28), *em* (23) e *para* (59) — revelam uma possível hierarquia na atitude dos falantes [+cultos] no emprego dessas regências. A preposição *em*, condenada pelo normativismo conservador, teve o menor número de ocorrências. Na relação *a/para*, verifica-se, mais uma vez, a tentativa do falante de escapar de um uso "certo demais" ou "pedante" (*a*), preferindo recorrer a uma regência "neutra" (*para*), que encontra apoio (ainda que não integral) na gramática normativa. Foi, de fato, o que comprovou o teste aplicado por Mollica

(1996: 164), que submeteu os dados de sua pesquisa à apreciação de 30 alunos de Letras e obteve esta hierarquização: A [+correto]; PARA [intermediário]; EM [–correto].

4.7.7.2 Ocorrências registradas no CLF da regência do verbo CHEGAR com idéia de [+destino]:

PREPOSIÇÃO	TIPO	QTD.	%
A	+PADRÃO	4	20
EM	–PADRÃO	16	80
	TOTAL	20	100

Tabela 4.16 *Regência do verbo* CHEGAR *diretivo no* CLF

Percebe-se a predominância do uso [–padrão], apesar da condenação dos prescritivistas. Note-se que das 4 ocorrências [+padrão], 3 tinham como [+destino] referentes que poderíamos classificar de [+abstratos]: *chegar a um acordo* (2 ocorrências) e *chegar a um preço* (1 ocorrência), com o sentido de "algo atingir um preço X" e não de "algo chegar a um lugar X a um preço Y". A outra ocorrência [+padrão] teve como referente um [+destino] que pode se classificar como [+humano]:

(110) "calculo uma coisa que *chegou a mim*... e de mim vai para outros" (SP - D2 343: 579)

Por outro lado, 5 das ocorrências [–padrão] tiveram como referente a expressão *em casa*, definitivamente consagrada, admitida até pelos comandos paragramaticais.

Exemplo de regência [–padrão] do verbo CHEGAR associada ao relativo ONDE, conforme estudado mais acima, se encontra em:

(111) "Bom, eu já sei *onde* você quer *chegar*. Você quer *chegar na* motocicleta, né?" (SSA — DID 277: 425)

Diferentemente da situação do verbo IR, em que vários fatores contribuem para uma distribuição mais complexa das regências, com o verbo CHEGAR é clara e límpida a preferência dos falantes [+cultos] pela regência [–padrão].

Scanned with CamScanner

4.7.8 Regências de *ir* e *chegar* no CLE

No *corpus* de língua escrita houve plena observância das regências prescritas pela norma-padrão para o verbo IR, inclusive no que diz respeito aos traços de [+permanência] e [–permanência], com uma única exceção. Já com o verbo CHEGAR o número de ocorrências [–padrão] foi ligeiramente maior, como se vê na Tabela abaixo:

VERBO	TIPO	QTD.	%
IR	+PADRÃO	17	94.4
	–PADRÃO	1	5.6
	TOTAL	**18**	**100.0**
CHEGAR	+PADRÃO	18	81.8
	–PADRÃO	4	18.2
	TOTAL	**22**	**100.0**

Tabela 4.17 Regências [+padrão] e [-padrão] dos verbos IR e CHEGAR no CLE

A única regência [–padrão] de IR ocorreu associada ao relativo ONDE, o que só vem confirmar minha hipótese de que a distinção *aonde/onde* não faz parte da gramática intuitiva do falante brasileiro de português:

(112) Do interior do Estado, *onde foi* inaugurar salas de aula, o governador Mário Covas prometeu punição se comprovarem os maus-tratos. "Quem espancou vai para a cadeia direto." (OE)[19]

Também se relaciona com a não-distinção *aonde/onde* uma das regências [–padrão] de CHEGAR, ocorrida numa transcrição de língua falada:

(113) "Minha noiva viajou por volta das 22 horas de segunda-feira, saindo de Paulo Afonso com destino a Salvador, *onde* deveria *chegar* às 5 horas". (AT)

As demais regências [–padrão] de CHEGAR foram:

(114) Com a ampliação do aeroporto, os produtos que antes levavam até 13 dias para *chegar no* mercado europeu, levarão apenas nove horas. (AT)

(115) Gegê é filho de camponeses e estudou até o 1º colegial. *Chegou em* São Paulo em março de 1974, mas como a maioria dos migrantes foi trabalhar na construção civil e morar em cortiços. (IE)

(116) Na última maré alta, a água *chegou na* altura do batente, mas não entrou em casa. (JC)

19. Se, no entanto, analisarmos o *foi inaugurar* da ocorrência como o passado de *vai inaugurar*, então podemos associar o relativo ONDE ao verbo INAUGURAR e não ao verbo IR, que aqui funcionaria como mero auxiliar na formação de uma locução verbal.

4.8 CONCLUSÃO

Se calcularmos o total de ocorrências [+padrão] e [–padrão] no CLF e no CLE encontraremos os seguintes resultados[20]:

CORPUS	FATO SINTÁTICO	+PADRÃO	%	–PADRÃO	%	TOTAL
LÍNGUA FALADA	estrat. de relativização	26		101		
	retom. anaf. ob. dir. 3ª pes.	3		497		
	pronomes sujeito-objeto	0		10		
	pseudopassiva sintética	6		18		
	regência de ir e chegar	45		87		
	QUANTIDADE	**80**	**10.1**	**713**	**89.9**	**793**
LÍNGUA ESCRITA	estrat. de relativização	72		3		
	retom. anaf. ob. dir. 3ª pes.	50		36		
	pronomes sujeito-objeto	1		0		
	pseudopassiva sintética	6		2		
	regência de ir e chegar	35		5		
	QUANTIDADE	**164**	**78.0**	**46**	**22.0**	**210**

Tabela 4.18 Total de ocorrências [+padrão] e [-padrão] no CLF e no CLE

Para efeito comparativo, se dispusermos as porcentagens da tabela acima num gráfico, obteremos a seguinte visualização:

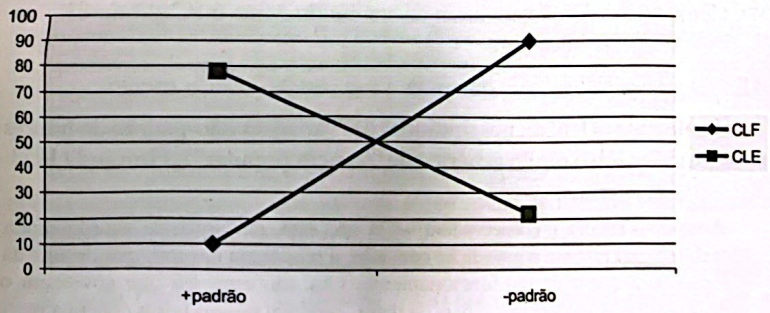


Figura 4.7 Ocorrências [+padrão] e [-padrão] no CLF e no CLE

20. Estou considerando [–padrão] as ocorrências de objetos nulos, uma vez que não são contemplados pelas gramáticas normativas e comandos paragramaticais como uma possibilidade de retomada anafórica "correta".

Scanned with CamScanner

No CLF ocorreram 8.9 usos [–padrão] para cada uso [+padrão], ao passo que no CLE a relação foi de 0.2 uso [–padrão] para cada uso [+padrão]. O que se deduz desses números é que as prescrições da norma-padrão *francamente minoritárias na língua falada* são obedecidas mais rigorosamente pela língua escrita. Isso não significa, como querem nos convencer os comandos paragramaticais, que a língua falada não tem regras, é relaxada, não tem compromisso com a gramática ou qualquer outra afirmação preconceituosa do gênero. Significa, sim, que muitas das regras canonizadas na norma-padrão *não fazem parte da gramática do português falado no Brasil*, nem mesmo pelos falantes plenamente escolarizados, com grau de escolaridade superior, e *sobrevivem apenas na língua escrita*, mais especificamente nas atividades de letramento em que um grau cada vez maior de monitoramento corresponde a um grau cada vez maior de conservadorismo gramatical, por força da tradição grafocêntrica da instituição escolar.

Fica evidente também que a norma-padrão — que recebe, nos comandos paragramaticais, como já se viu, os imprecisos nomes de "norma culta", "norma padrão", "padrão culto", "língua padrão", "padrão formal", etc. — é um conceito estreitamente vinculado à *língua escrita*, embora seus defensores não façam esta distinção óbvia e a queiram impor com exclusividade a todos os usos da língua, independentemente do perfil sociolingüístico do falante, de suas condições de produção lingüística, das situações de comunicação em causa, do suporte semiótico empregado, dos efeitos pragmáticos visados, etc. Fica comprovado, assim, o vigor do círculo de associações sinonímicas equivocadas apresentado na conclusão da análise do Mito 6 (Capítulo 2).

4.8.0 O *português brasileiro de ponta* e sua relação com a escrita

Analisando os fenômenos sintáticos das variantes não-padrão do francês (que ele reúne sob o rótulo genérico de "francês popular"), Guiraud (1973: 32) assim se exprime:

> A *regra* — arcaica e conservadora — já não está, portanto, de acordo com a realidade; ela está em contradição com a *lei*, a tendência natural, que decorre da forma da língua e de seu funcionamento. Ora, são estas *leis* que governam o francês popular em sua ignorância da regra. Também muitas faltas contra a regra são a conseqüência de uma submissão a leis naturais que, a longo prazo, acabam triunfando e sendo aceitas pela norma.

O autor conclui que esse "francês popular" constitui, na verdade, um *francês avançado* (*français avancé*): "o erro de hoje anunciando a norma de amanhã, como atestam inúmeros solecismos do passado que agora são aceitos".

Poderíamos pensar então, no caso do português falado pelos brasileiros, cultos inclusive, num *português avançado* ou, melhor, num *português brasileiro de ponta*[21], em que inovações sintáticas (como a relativa cortadora e o objeto direto nulo) se combinam com regras arcaicas, mas de funcionalidade indiscutível (como a relativa copiadora, o *ele* acusativo, a regência com *em* para os verbos IR e CHEGAR) na composição de uma *gramática*, cujas regras atendem perfeitamente às necessidades comunicativas e expressivas de seus falantes. Esse *português brasileiro de ponta* seria o conjunto formado pela intersecção dos traços lingüísticos compartilhados por todas as variedades da língua falada no país — intersecção de que estariam ausentes muitas das regras preconizadas pela norma-padrão tradicional (ver Figura 4.8 na página seguinte).

O preconceito lingüístico caracteriza-se pela hipervalorização dos traços distintivos mínimos que indicam a diferença. Como todo preconceito, ele tem de proceder assim para cumprir seu papel na manutenção da ideologia dominante. A diferença da cor da pele, por exemplo, embora única, é suficiente para gerar a segregação racial, a despeito de negros e brancos compartilharem todas as demais características físicas e psicológicas que constituem um ser humano. No caso da língua, como bem analisa Possenti (*in* Geraldi, 1999: 36),

> é relativamente pequena a diferença entre o que um aluno já conhece da língua e aquilo que lhe falta para ser um usuário semelhante ao que a escola imagina. Uma comparação bem feita entre o que é igual e o que é diferente na fala de pessoas diferentes de um país como o Brasil mostra que as semelhanças são muito maiores que as diferenças. [...] Pode-se dispensar uma análise em profundidade, que demandaria tempo e muito dinheiro para ser feita. Uma análise de um conjunto significativo de textos escritos ou de falas gravadas de nossos alunos revelaria que isso é sem dúvida verdadeiro.

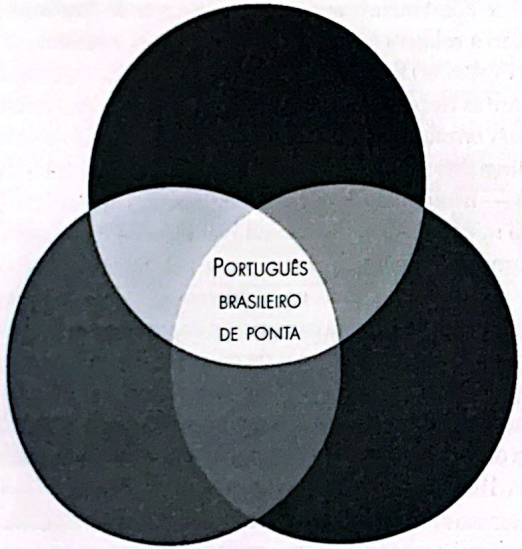
Mas são justamente essas diferenças — apesar de em número menor que as semelhanças — que atraem sobre quem as traz em sua variedade lingüística o estigma do "falar errado".

Quero insistir no fato de que não estou propondo que o *português brasileiro de ponta* (PBP) seja considerado como uma *norma* real, empiricamente analisável, que viria a substituir a atual norma-padrão ou o padrão-língua como representação imaginária do que é a LÍNGUA. Espero ter deixado suficientemente claro que me oponho a qualquer tipo de norma lingüística,

21. O "de ponta" aqui não significa "melhor" nem "mais bonito", mas sim "emergente", "saliente", "óbvio".

Scanned with CamScanner

Proponho chamar de PORTUGUÊS BRASILEIRO DE PONTA [PBP] a intersecção dos traços lingüísticos comuns a todas as variedades da língua portuguesa falada no Brasil:



Valendo-me dos *continua* propostos por Bortoni-Ricardo (1997) para a análise das variedades lingüísticas do português do Brasil, poderia interpretar cada um dos círculos da figura acima do seguinte modo:

conjunto dos traços lingüísticos comuns presentes no *continuum* rural-urbano	conjunto dos traços lingüísticos comuns presentes no *continuum* oralidade-letramento	conjunto dos traços lingüísticos comuns presentes no *continuum* de monitoração

O PORTUGUÊS BRASILEIRO DE PONTA [PBP] constituiria o *vernáculo* comum a todos os brasileiros, do qual estariam excluídas muitas das regras prescritas pela norma-padrão bem como os traços lingüísticos *descontínuos* (Bortoni-Ricardo, 1985); por outro lado, ele abrangeria os traços lingüísticos *graduais* (id., ibid.) em cujo número estariam traços *arcaicos* do português que persistem nas variedades brasileiras e também traços *inovadores*, resultantes das transformações da língua no espaço-tempo brasileiro.

Figura 4.8 **O PORTUGUÊS BRASILEIRO DE PONTA**
TENTATIVA DE REPRESENTAÇÃO

por considerar desnecessária a instituição de um padrão-língua qualquer que seja — muito embora reconheça, como dado antropológico, que, no senso comum (e mesmo na opinião de muitos lingüistas), persiste a noção de que é desejável e aconselhável que exista algum tipo de padrão de referência do ideal lingüístico. O PBP representa, hoje, uma fotografia do *processo* em que se encontra a língua, não cabendo ser visto como algum tipo de *produto* a ser normativizado, padronizado, para servir de medida de correção e incorreção.

Conhecer o PBP e sua dinâmica gramatical é, antes de tudo, reconhecer que a língua falada no Brasil é *estruturalmente* diferente da língua falada em Portugal. São duas línguas distintas, sobretudo se compreendermos LÍNGUA como um feixe de variedades lingüísticas que compartilham mais semelhanças do que apresentam diferenças. Em todos os níveis, a começar do fonético, a língua de Portugal e a língua do Brasil já apresentam mais diferenças entre si do que semelhanças. É o apego à sinonímia equivocada entre LÍNGUA e ESCRITA MAIS MONITORADA que ainda permite a muitos afirmar que no Brasil e em Portugal se *fala* a mesma língua. É a insistência em ensinar uma norma-padrão mais próxima dos usos escritos mais formais dos *portugueses* que permite alegar a existência, em ambos os lados do Atlântico e passados 500 anos do transplante, de "uma" mesma língua. A comparação entre o *português brasileiro de ponta*, constituído pelas regras gramaticais compartilhadas por todas as variedades da língua falada no Brasil, e sua contrapartida *portuguesa* sem dúvida evidenciará, se realizada, os pontos de profunda divergência entre as gramáticas das duas línguas[22] — basta citar, como exemplos, as diferenças de comportamento das duas línguas no que diz respeito ao emprego de categorias vazias, à estrutura tópico-sujeito, à interpretação do sujeito nulo, à ergatividade (cf. Pontes 1987; Tarallo 1992; Galves 1998; Castilho 1999 etc.). A aparente semelhança do repertório lexical é uma ilusão que embota, muitas vezes, a visão dos

22. Se existem motivos para ressaltar as *semelhanças*, eles não são primordialmente de caráter lingüístico, já que respondem a interesses geopolíticos e econômicos de Portugal e do Brasil (interesses, aliás, diferentes). Assim como existem "línguas" extremamente semelhantes (como o dinamarquês e o norueguês, o urdu e o hindi, o sérvio e o croata) que recebem *status* de língua nacional distinta por razões meramente políticas, também podemos atribuir a razões semelhantes o empenho de Portugal em levar adiante o projeto da *lusofonia* – uma tentativa de preservação de sua identidade cultural diante da onda de achatamento das diferenças nacionais provocada pelo processo de unificação européia e de globalização econômica; tentativa, portanto, de auto-afirmação diante das grandes potências européias, de fazer valer a importância de Portugal como porta de entrada para outros mercados mundiais (sobretudo o brasileiro).

Scanned with CamScanner

fenômenos estruturais mais profundos e íntimos de cada uma das duas línguas. Outro argumento em prol da "mesma língua" tem sido a suposta intercompreensão mútua. Galves (1998: 79) alerta, porém, que essa intercompreensão "apresenta uma tal variação entre indivíduos que não pode ser generalizável".

O reconhecimento do português do Brasil e do português de Portugal como *duas línguas diferentes* se encaixa numa proposta mais ampla em que, no lugar da noção restrita de *lusofonia*, ofereço uma noção revisada de *romanofonia*. Dentro deste novo conceito de romanidade, o português do Brasil, o francês do Quebec, o espanhol de cada um dos diferentes países latino-americanos etc. teriam um *status* lingüístico pleno, igual ao do romeno, do romanche, do catalão, do provençal, etc., *ao lado*, portanto, das demais línguas tradicionalmente incluídas na família, e não como *ramos subsidiários* de algumas delas[23]. Como justificar, afinal, ser possível chamar de *língua* o romanche, com seus pouco mais de cem mil falantes, confinados a uma diminuta porção do já pequeno território suíço, enquanto o brasileiro, com seus mais de 160 milhões distribuídos num território maior que o da Europa ocidental, é considerado uma simples "modalidade" ou "dialeto" do português ou, pior ainda, uma "norma" do mesmo "sistema"?

As noções de România Velha e România Nova da filologia tradicional — que carregam uma evidente conotação colonialista — seriam abandonadas em favor da idéia de uma única România global, composta pela totalidade dos falantes que têm línguas românicas como seu idioma materno em todo o mundo. A divisão tradicional, baseada em simples critérios geográficos, acaba por criar uma relação de *dependência* e de *subordinação* das línguas românicas faladas fora da Europa diante das línguas faladas nas nações americanas, muitas das quais contam mais de 150 anos de independência política, com populações e territórios muitas vezes maiores que os das antigas metrópoles européias. Essa relação de subserviência cria um entrave enorme para o ensino e o uso democráticos das línguas do nosso continente, sobre as quais paira sempre o fantasma da "correção" e da "pureza", estabelecidas imaginariamente do outro lado do Atlântico. Este

23. É interessante observar, por exemplo, que muitos sites da Internet oferecem, como opções de língua, "português" e "português do Brasil", o que demonstra o reconhecimento, fora do âmbito brasileiro e português, das divergências entre as duas línguas, suficientes para justificar a oferta de páginas eletrônicas em cada uma delas. Além disso, várias universidades estrangeiras, em seus cursos de línguas modernas, oferecem cursos de "português" e de "português brasileiro".

novo conceito de romanidade permitiria empreender estudos comparativos das línguas da família, nos quais se investigaria, por exemplo, a semelhança entre as estratégias de relativização do português do Brasil e do francês do Quebec, que se diferenciam das encontradas no português de Portugal e no francês da França; a ocorrência, em variedades do português brasileiro, da mesma transformação [l] > [y] que existe no francês padrão da França, mas é desconhecida em Portugal; o comportamento dos clíticos em português brasileiro, que em muitos casos se diferencia do português europeu, mas se aproxima do italiano e do espanhol, e assim por diante... Ao contrário, porém, das teorias nacionalistas do século XIX, em que se propunha considerar que, assim como as línguas românicas "saíram" do latim, o português do Brasil "saiu" do português de Portugal, é necessário propor uma *deriva dupla*, iniciada no século XVI: do latim surgiu um tronco chamado *português* que, a partir de 1500, se bifurcou em outros dois troncos, o brasileiro e o europeu, cada qual seguindo seu curso, sofrendo mudanças em direções e ritmos diferentes um do outro. Assim talvez se possa desmontar o mito de que os portugueses falam "certo" desde que o mundo é mundo, mantendo intacta e pura sua língua, enquanto os brasileiros, que receberam essa língua de "empréstimo", têm desde sempre maltratado, corrompido e estropiado ela.

Admitir a diferença entre as línguas é admitir, como normalmente se admite, a *diferença entre as culturas*. Ninguém jamais ousaria dizer que a cultura brasileira e a cultura portuguesa são a "mesma". Se admitirmos que toda cultura está estreitamente relacionada com a *ecologia* — solo, clima, topografia, hidrografia etc. — e também com os fatores *etnográficos* — a composição genética da população —, será imperioso abandonar a noção da "mesma língua", reconhecendo a *familiaridade*, mas nunca a *identidade* lingüística entre Brasil e Portugal. Investigações recentes de geneticistas brasileiros provaram que "a esmagadora maioria das linhagens paternas da população branca do país veio da Europa, mas que, surpreendentemente, 60% das linhagens maternas são ameríndias ou africanas"[24]. Se a ecologia é outra, se a composição genética é outra, se a *cultura* é outra, por que somente a língua seria a mesma? Como é que povos tão diferentes, com história e geografia tão distintas, com composição genética tão díspar, movendo-se

24. *Ciência Hoje*, vol. 27, nº 159, abril de 2000, p. 17-25, "Retrato molecular do Brasil". O artigo traz os resultados de geneticistas da Universidade Federal de Minas Gerais, que investigaram o DNA dos brasileiros brancos para determinar suas origens.

Scanned with CamScanner

em ambientes absolutamente diversos, sujeitos a sistemas políticos e econômicos diferentes, dentro de estruturas sociais nada parecidas, poderiam *falar* uma mesma língua, se todos esses fatores influenciam nas *exigências* comunicativas e nas necessidades expressivas de cada pessoa?

Da intersecção constituída pelo grande número de semelhanças entre as múltiplas variedades do português do Brasil estão de fora, além de muitas das regras cristalizadas na norma-padrão, também outras regras, sobretudo fonéticas, características das variedades [+rurais] [+orais] [–monitoradas] que constituem o vernáculo de falantes não-escolarizados ou com baixíssima escolarização. Essas regras incluem-se entre as que Bortoni-Ricardo (1985) classificou de *descontínuas*, isto é, regras que, dentro do *continuum* formado pelas variedades do português brasileiro, detêm-se em determinado ponto desse *continuum*, limitando-se, assim, a algumas variedades[25]. Exemplos conhecidos dessas regras descontínuas são a rotacização do fonema /l/ em encontros consonantais ("praca" > PLACA), a iodização da consoante /l/ ("véio" > VELHO), a redução das desinências verbais a duas formas (EU FALO e TU/VOCÊ/ELE/NÓS/VOCÊS/ELES FALA). Em contraste com essas regras descontínuas, a autora fala das regras *graduais*, isto é, "que definem uma estratificação contínua e estão presentes no repertório de praticamente todos os brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que conferem a sua fala" (1997: 1). As regras [–padrão] encontradas na fala dos brasileiros cultos durante a análise dos cinco fenômenos sintáticos estudados neste capítulo constituem exemplos evidentes dessas regras graduais, detectáveis em qualquer outra variedade de português do Brasil.

Em sua configuração atual, o PBP não acolhe as regras descontínuas, que ainda sofrem grande estigmatização. No entanto, nada permite negar que, em estágios posteriores do PBP, elas também venham a se incorporar a ele. As regras descontínuas constituem, assim, uma reserva de regras que, a depender da dinâmica da mudança lingüística e das transformações sócio-históricas, podem um dia vir a integrar o *português brasileiro de ponta*. Afinal, algumas dessas regras, hoje estigmatizadas, já atuaram na constituição das formas consideradas padrão do português — a rotacização de /l/ em encontros consonantais participou da formação do léxico português: CRAVO (lat. CLAVU), PRAIA (lat. PLAGA), FROUXO (lat. FLUXU) etc. Outras regras

25. Convém lembrar que o complexo processo de urbanização crescente da população brasileira introduziu muitas dessas regras descontínuas nas periferias das grandes concentrações urbanas do país, criando as variedades lingüísticas que Bortoni-Ricardo, no mesmo trabalho de 1985, classifica de *rurbanas*.

descontínuas são compartilhadas por outras línguas da família românica, inclusive em suas normas-padrão — a iodização do /λ/, como *paia* > *palha* representa fenômeno histórico do francês que resultou nas formas padronizadas atuais; também está amplamente representada em inúmeras variedades do espanhol faladas em diferentes pontos do planeta. Se essas regras, hoje descontínuas no português do Brasil, puderam emergir em outras línguas da família, tornando-se *graduais* até se cristalizarem como *padrões*, não há por que descartar a possibilidade de que o mesmo venha a acontecer por aqui. Uma regra sintática como a eliminação do plural redundante (cf. Bagno, 2000: 48-55), como em *os menino veio*, é a que prevalece no francês padrão atual falado (apesar das regras ortográficas ainda registrarem as desinências de plural, nunca pronunciadas porém).

No que diz respeito à norma-padrão, por que essa *gramática de ponta*, constituída pelas regras *graduais* comuns a todas as variedades do português brasileiro, rejeita tão decididamente um bom número das regras fixadas no processo de normativização? Examinando a constituição do "francês culto"[26] (melhor diríamos, da norma-padrão do francês), Guiraud (1973: 10-11) oferece uma análise que se adapta, *mutatis mutandis*, à história da norma-padrão clássica do português e que pode responder bem à pergunta. Segundo Guiraud, são estes os elementos mais visíveis que presidiram à constituição histórica da norma-padrão:

- a formação de uma língua erudita, artificialmente tirada do latim e que nunca se integrou totalmente ao fundo hereditário do idioma;
- a normativização e a estabilização do idioma, decerto prematuras e freqüentemente arbitrárias, que desviaram e desaceleraram o desenvolvimento natural;
- a importância atribuída ao ensino da língua, regido por um exagerado apego à etimologia e por uma submissão à regra e à autoridade dos escritores.

As normas-padrão do francês e do português carregam a marca profunda de suas origens históricas particulares. Em ambas as línguas, a norma-padrão clássica nasceu da ação dos gramáticos e filólogos renascentistas que durante os séculos XV e XVI estabilizaram e normativizaram o idioma numa fase de transição, numa etapa da história ocidental em que a cultura européia já abandonava suas características marcadamente *medievais*, mas ainda não pene-

26 Talvez fosse melhor traduzir mais literalmente por "francês cultivado" (*français cultivé*), pois o uso do particípio deixa mais evidente que se trata de um processo de normativização e imposição artificiais de uma norma, e não de um produto do dinamismo natural da língua (que se reflete melhor no termo "culto").

Scanned with CamScanner

trara totalmente na Idade Moderna. É justamente deste *período* que datam as primeiras gramáticas das grandes línguas românicas: Barton (1409, francês), Nebrija (1492, espanhol), Fortunio (1510, italiano), Fernão de Oliveira (1536, português). Ora, também as línguas se encontravam nessa metade do caminho entre o arcaico e o moderno[27]. Foi por isso que se fixou, nessas normas clássicas (que se destinavam, na esteira da Gramática Tradicional greco-latina, a definir os usos *literários*), de um lado, formas irregulares, parasitárias e inúteis que estavam em vias de extinção; do outro, se baniu as novas estruturas que estavam em germe no sistema e em curso de desenvolvimento.

Esse trabalho consciente de *planejamento lingüístico* que foi a fixação da norma-padrão literária clássica é que fez surgir a noção, vigente até hoje, de "erro". Por ser uma norma arbitrária e artificial, que em muitos aspectos deixa de atender às necessidades de expressão dos falantes nativos, a maioria dos "erros" imputados pela gramática normativa à língua falada acabam forçando a barragem das regras e se constituem naquilo que Guiraud chama de "francês avançado". Pelas mesmas razões, muitos desses "erros" são também, de fato, as verdadeiras *formas hereditárias* (como diz o autor), atestadas nas obras literárias anteriores ao período da normativização, quando a língua ainda não estava sujeita ao controle e à repressão da escola.

A gritante distância que existe entre o português falado no Brasil, inclusive pelos falantes cultos, e as prescrições da norma-padrão permite defender a inclusão deste *português brasileiro de ponta*, dessas regras graduais, no programa a ser desenvolvido na escola — se a escola for o lugar, como defendo, de exposição dos alunos ao máximo possível de variedades lingüísticas.

Para os que argumentam que a escola deve limitar-se ao ensino de uma escrita-padrão, vale ressaltar que, se nos cinco fatos sintáticos aqui estudados, a língua escrita selecionada para a análise se mostrou bastante respeitosa da norma-padrão (78%), o grau de "desrespeito" (22%) deve servir para afugentar a ilusão de que essa língua escrita *é* a própria norma-padrão, e para provar que o *português brasileiro de ponta* também emerge nessas variedades. Além disso, em muitos outros fatos sintáticos, o *corpus* apresentou grandes divergências em relação ao que é prescrito pelas gramáticas normativas, pelos comandos paragramaticais, inclusive pelos manuais de redação

27. Veja-se, por exemplo, as dificuldades dos estudiosos brasileiros em classificar a Carta de Pero Vaz de Caminha: alguns aspectos da língua nela empregada autorizam a classificação do texto como "português arcaico", enquanto outros permitem entrever um "português moderno". Sobre o problema, ver a obra coletiva *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*, organizada por Mattos e Silva (1996).

que os jornalistas supostamente deveriam observar na redação de seus textos. Eis alguns exemplos dessas divergências, consideradas "erros" pelo *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo* (a forma "certa" oferecida pelo *Manual* aparece entre colchetes):

(117) OE: O promotor apurou que, entre 1995 e 96, os vereadores *emprestaram* mais de R$ 96 mil da Câmara, em valores da época, devolvendo meses depois sem juros e correção monetária. Eles tomavam o dinheiro emprestado sem qualquer nota ou empenho e usavam pelo tempo que achavam conveniente. ["tomaram emprestado"]

(118) OE: O PT arcou com a maior parte dos gastos *porque levou-se em consideração* o número de filiados e o tamanho de cada partido. ["porque se levou"]

(119) JB: Durante a mostra, e que segue até a próxima segunda-feira, uma comissão julgadora de técnicos da prefeitura *irá escolher* as melhores propostas apresentadas. ["vai escolher"; "escolherá"]

(120) JB: Para se calcular o valor da disponibilidade será levada em conta a remuneração mensal do servidor acrescida das vantagens permanentes conseguidas no cargo público. ["para calcular"]

(121) JB: Reatando relações depois de uma longa ruptura política, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, selou um acordo com Nayef Hawatmé, líder da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), ao fim de dois dias de conversações, domingo e ontem, no Cairo. Os dois não se encontravam *há* seis anos. ["havia"]

(122) JB: A secretária de Fazenda, Sol Garson, disse que os dados sobre impostos municipais poderão ser acessados em horários *onde* as repartições públicas não funcionam. ["em que"; "nos quais"]

(123) AT: Além *dos* parentes dos viajantes não terem sido informados sobre o que havia ocorrido, foram tratados com pouco caso por um funcionário da garagem. ["de os"]

(124) AT: Com o apoio que vem recebendo de vários colegas em Salvador, o cabeça da chapa Novos Rumos, Almério Machado, diz que *as dificuldades* de conseguir recursos para realização da campanha eleitoral no interior *tem sido compensada* pelas manifestações de apoio de diversos setores. ["as dificuldades ... têm sido compensadas"]

(125) IE: *Através* de sete frentes de trabalhos espalhadas pelo País — a maior parte delas na Amazônia Legal —, o Departamento tenta localizar geograficamente os índios isolados, delimitar seu território e oferecer proteção. ["por meio de"]

(126) IE: Na verdade, o que se pretende é usar o computador, em particular a Internet, como meio para *inventar e dar vida a seres únicos*, que só existem por fruto da imaginação. ["inventar seres únicos e dar vida a eles"]

Scanned with CamScanner

(127) IE: Só este ano cinco editoras lançaram sete títulos nessa área. *Tem* livro para todos os gostos (e problemas): colesterol, diabetes, alergia, hipertensão, safenados, distúrbios digestivos e até para menopausa. ["há"]

Os defensores do purismo gramatical normativo-prescritivista poderiam argumentar, como aliás sempre argumentam, que tais exemplos, "não fazem parte da norma das pessoas cultas; ao contrário, são desvios lamentáveis dela, talvez produzidos, excepcionalmente, por pessoas mal preparadas etc., etc." (M. B. Silva, 1994: 77), e já vimos com que ferocidade os comandos paragramaticais se abatem sobre os jornalistas, alvos preferidos, por exemplo, das ironias e dos sarcasmos de Sacconi e Josué Machado. No entanto, assim como aquela autora, também prefiro acreditar na hipótese de Scherre (*apud* M. B. Silva, *ibid.*) de que a variação lingüística "está de tal modo internalizada na mente de qualquer falante do português do Brasil que mesmo na escrita cuidada ela se evidencia e brota". É com essa hipótese que se pode responder à pergunta, de fato intrigante, formulada por Lucchesi (1994: 18):

> Por que falantes que foram expostos por mais de quinze anos a um determinado padrão normativo não refletem esse padrão no seu comportamento lingüístico usual?

Por ser composta de muitas regras que não pertencem à língua falada do brasileiro mas somente à língua escrita [±monitorada] é que a norma-padrão só é adquirida por aqueles (poucos no Brasil, conforme o já citado relatório da UNESCO) que têm acesso à educação formal, pois a escola é, pelo menos na esmagadora maioria dos casos, a fonte única de ensino da língua escrita. É isso que tem constituído, ao longo de nossa história, o "ensino de português" nas escolas: o ensino de regras que não fazem parte da gramática intuitiva do brasileiro e que, por isso, só podem ser conhecidas, assimiladas e praticadas depois de longos anos de memorização e exercício constante — que nem sempre dão o resultado esperado, como a hipótese de Scherre, respondendo a Lucchesi, aplicada aos exemplos (117)-(127) acima, deixa bem claro.

Existe, pois, sem nenhuma dúvida possível, um abismo entre a língua falada pelos brasileiros (inclusive cultos) e a norma lingüística que a escola tenta (com dificuldades e com sucesso pífio) ensinar, apoiada na Gramática Tradicional, ponto de partida e de chegada do círculo vicioso do preconceito lingüístico.

Por causa dessa distância imensa entre o que se fala e o que se *tem de* escrever é que escrever, no Brasil, para a maioria dos já muito poucos que sabem, querem e podem escrever, é algo que beira o suplício. É esse abismo

que torna a prática de redação na nossa escola, pelos métodos empregados e objetivos visados, um perfeito desastre. Analisando redações de estudantes, Britto (*in* Geraldi, 1999: 121-122) chama a atenção para a tentativa de escrever "difícil", uma vez que nelas se encontra

> marcas características de certa concepção de linguagem formal, como inversões sintáticas simples, presença de conjunções nunca ou raramente usadas na oralidade, substituição sistemática da palavra *que* por *o qual* (e flexões) e, acima de tudo, presença de um vasto vocabulário estranho à linguagem usual do estudante, por vezes, até, esdrúxulo.

Por que o aluno assim procede? Porque desde sempre a escola lhe ensinou que a língua materna dele, o vernáculo que ele tão bem domina em suas relações consigo mesmo e com os demais interlocutores de seu cotidiano, é uma língua "pobre", "errada", "feia" e "deficiente". Renegando seu próprio vernáculo e tendo só uma vaga noção do funcionamento da norma-padrão conservadora, o aluno tenta preencher o abismo com aquilo que, em seu imaginário dominado pela ideologia da deficiência lingüística, ele julga ser o "rico", o "certo", o "bonito":

> Em última análise, o processo de construção de redação é uma disputa (não uma integração) constante entre a competência lingüística do estudante (basicamente oral, não-formal e desescolarizada) e a imagem de língua escrita que cria a partir da imagem do interlocutor e de interlocuções privilegiadas [Britto, *in* Geraldi, *1999: 125*].

A desconsideração absoluta da língua falada constituiu, durante mais de dois mil anos, o traço característico dos estudos sobre a linguagem até a irrupção da Lingüística como ciência no início do século XX. Essa "falácia clássica", como qualificou Lyons (1968: 9), é a grande responsável pela transformação da Gramática Tradicional numa ideologia inquisidora e repressora. Por isso, a norma-padrão — apesar de visivelmente anquilosada — pende sobre nossas cabeças como uma espada de Dâmocles, a exercer seu poder de violência simbólica.

Como reparar o "erro clássico"? Sem dúvida nenhuma, invertendo os vetores das influências. Se durante milênios foi a língua escrita (sobretudo a literária) que influenciou a constituição da norma-padrão, chegou a vez de forçarmos um fluxo da língua falada para dentro da norma-padrão, provocando uma enxurrada que remova para as margens distantes do rio da língua (ou afogue de vez) as construções esdrúxulas, ilógicas, fossilizadas e que beiram o ridículo.

Scanned with CamScanner

Se é preciso (embora eu não compartilhe dessa crença) delimitar uma "língua exemplar" (mais um eufemismo para *norma-padrão*, muito utilizado por Bechara na mais recente edição de sua gramática — 1999: 51; cf. minha crítica no próximo capítulo), e se o conceito sociolingüisticamente bem definido de *falante culto* tiver de ser empregado nessa delimitação, que os usos *reais* da língua em suas variedades [+urbanas] [+orais] [±monitoradas] sejam admitidos entre as regras desse cânon. Mesmo assim, faço minhas as indagações de Myrian B. Silva (1994: 78):

> Mas será essa a solução?
>
> Uma nova gramática que contemple o uso aceito pelos brasileiros hoje? Mas os brasileiros são tão diversos!
>
> Uma gramática para os brasileiros cultos? E os outros?
>
> Uma gramática que inclua os usos de outras classes? Por que não?

Como já ressaltei neste e em capítulos anteriores, acredito que a escola deve ser o lugar para a exposição do aluno, não a umas poucas variedades lingüísticas mais prestigiadas socialmente, mas sim ao maior número possível de variedades, ao *todo* da língua e não somente a partes dela. Em onze anos de ensino básico e fundamental, haverá sem dúvida tempo mais do que suficiente para essa exposição, desde que bem planejada e criteriosamente empreendida.

Se é preciso, também, reconhecer que a norma-padrão constitui, de fato, uma "segunda língua", diferente em vários aspectos da língua materna do aprendiz, também é necessário lutar para que essa norma-padrão não seja uma "língua" tão "estrangeira" assim. A diminuição da distância entre o *português brasileiro de ponta* e a "língua estrangeira" se fará na medida em que (e à medida que) se proceder a um planejamento mais democrático dessa segunda língua, desembaraçando ela do que é entulho fóssil, estorvo obsoleto, entrave inútil, e incorporando nela o dinamismo e o vigor do vernáculo cotidiano, ainda que limitado — como propõem alguns — aos aspectos que caracterizam a oralidade das variedades dos falantes [+cultos]. Na análise de Lemle (1978: 63),

> o estudo das diferenças estruturais regulares entre a norma padrão e cada uma das demais variedades da língua portuguesa constitui uma etapa básica para uma boa metodologia do ensino do português, uma vez que somente tendo em mãos os resultados empíricos de tais pesquisas contrastivas terão os organizadores dos currículos as informações essenciais para o planejamento das etapas didáticas através das quais os educandos poderão ser levados a desenvolver a capacidade de "traduzir" de uma para outra variedade do português.

Sim, mas vamos abandonar os torpes exercícios de "tradução" em que se obriga um aluno brasileiro a passar uma frase com verbos conjugados na 1ª pessoa para sua "equivalente" com verbos na 2ª pessoa do singular e do plural! Vamos esquecer para sempre a mesóclise, as listas de coletivos nunca usados, os diminutivos e aumentativos raros, os exercícios de substituição estática de "sinônimos", a proibição de começar frase com pronome oblíquo. Vamos abandonar, sobretudo, a paranóia taxionômica, a obsessão classificatória, a neurose nomenclaturesca. Vamos abandonar, no mesmo barco a ser deixado à deriva no oceano do tempo passado, a análise sintática de períodos labirínticos extraídos de obras literárias de autores mortos há mais de cem anos! Ninguém vai (ninguém *quer*!) escrever como os "clássicos da língua". O que todos querem é escrever de modo a se fazer entender. (Evidentemente, não falo aqui dos escritores, dos ficcionistas, dos poetas, que podem e devem usar todos os recursos passados, presentes e futuros — os que eles próprios inventam — à sua disposição no acervo da língua; artistas em cuja obra o hermetismo, por exemplo, ou a retórica rebuscada, pode ser uma qualidade, um objetivo visado, e não uma deficiência no manejo das estruturas da língua.)

4.8.1 A escola aberta ao múltiplo e ao variável

4.8.1.1 Assim, na questão das *estratégias de relativização*, defendo que o procedimento mais democrático é apresentar as três sintaxes coocorrentes no *continuum* oral-escrito, delimitar os pontos desse *continuum* em que elas ocorrem, mostrar que a estratégia conservadora, considerada [+padrão] é, sem possibilidade de contestação, tremendamente minoritária, sendo seu uso restrito às manifestações [+monitoradas] da língua escrita. É importante também, no trabalho de crítica da norma-padrão, salientar, como faz Lemle (1978: 84-85), o quanto pode haver de ambíguo nas relativas-padrão, como num dos exemplos dados pela autora: *João perdeu a bola que furou*, em que não fica claro se João furou a bola ou se a bola furou sozinha, ambigüidade que as relativas não-padrão resolvem por meio da estratégia copiadora: *João perdeu a bola que ele furou ela* / *João perdeu a bola que ela furou*. Outra crítica possível à relativa-padrão é sua natureza "aberrante" em relação aos lugares normalmente reservados na língua para as preposições (depois do verbo, antes do objeto). Cabe também salientar que a relativa-padrão representa um processo de *síntese* numa língua, como o português, que é essencialmente *analítica*. Lemle sugere, como estratégia didática para ensinar a rela-

Scanned with CamScanner

tiva-padrão aos alunos que só conhecem as relativas não-padrão, exercícios de "tradução" em que, apresentado o mesmo enunciado com as duas estratégias não-padrão, o aluno seja levado a construir a relativa-padrão. Discordo, porém, ligeiramente da autora quando ela diz (1978: 85-86):

> Ao tentar atingir esse objetivo [levar o aluno a conhecer a relativa-padrão], devemos ter humildemente em mente que, embora o intuito seja o de capacitar os alunos para o uso que é socialmente tido como "melhor", a gramática a ser atingida nada tem de superior do ponto de vista lingüístico, como ficou evidente diante dos exemplos [...].

Primeiramente, discordo porque não devemos guardar para nós, professores, a compreensão de que "a gramática a ser atingida nada tem de superior do ponto de vista lingüístico": essa compreensão tem de ser *explicitada para os alunos*, para que se conscientizem de que se trata de um recurso característico da língua escrita e praticamente extinto na língua falada, inclusive pelos mesmos falantes que usam ele na escrita, isto é, uma *minoria* de cidadãos. Segundamente, o trabalho posterior de Tarallo (1983) revelou que o título de "uso socialmente tido como melhor" não pertence à relativa-padrão, mas à relativa-cortadora, opção da maioria dos falantes cultos, inclusive no *corpus* analisado aqui, onde as cortadoras representaram 94.4% das orações relativas. O uso das cortadoras já se insinua até mesmo nas variedades [+escritas]. Consultando, por exemplo, o CD-ROM *Folha* 99, encontrei 23 ocorrências (no ano de 1998) de relativas-cortadoras com o verbo *gostar* (11 das quais eram transcrições de língua falada). Exemplos:

(128) "Nova Bossa Nova", a volta tardia, flagra Marcos Valle correto, embora não brilhante como no passado. Aqui ele precisa, além de fazer *o que gosta*, agradar aos ânimos anglófilos que, afinal, permitiram a ressurreição de quem nunca havia morrido (*Folha de S. Paulo*, 08/12/1998, caderno "Ilustrada", p. 5).

(129) Parece que as cúpulas de Globo, SBT e Record decretaram o fim do telespectador seletivo, aquele que deseja ligar a TV em certos horários e ver os programas *que gosta*, sem surpresas desagradáveis (*Folha de S. Paulo*, 08/11/1998, caderno "TV-Folha", p. 2).

(130) É quase impossível dizer o que é normal e o que não é na vida sexual: na intimidade cada um faz o que quer e *o que gosta* (*Folha de S. Paulo*, 12/10/1998, caderno "Folhateen", p. 2).

No mesmo jornal, mais recentemente, foi possível encontrar um texto de Marcelo Rubens Paiva em que se lia:

(131) [...] um mundo *que* o Brasil despreza, tranca e, se pudesse, jogava a chave fora (*Folha de S. Paulo*, 30/11/1999, caderno "Ilustrada", p. 5).

Um único *que* seguido de duas orações ("despreza, tranca"), que têm em "mundo" seu objeto direto comum, e de uma terceira ("jogava a chave fora") onde "mundo" seria o complemento de "chave": "jogava a chave [do mundo] fora". Esse encadeamento não-padrão, contudo, obtém um efeito rítmico muito maior e mais impactante do que sua "tradução" padrão: "Um mundo que o Brasil despreza, tranca e cuja chave, se pudesse, jogava fora". Só isso justifica plenamente o uso estilístico feito pelo autor da relativa cortadora.

Pouco antes, na revista *IstoÉ* (nº 1566, 6/10/1999, p. 21), foi possível ler:

(132) Gislene Soares é comerciante em São Paulo (tem uma loja de peças, acessórios e motos). Como outros negociantes, convive com mendigos, bêbados e moradores de rua (gente *que* a vida levou tudo, o equilíbrio psíquico também).

E no momento em que escrevo estas linhas (22/01/2000), leio na *Folha de S. Paulo* (caderno "Ilustrada", p. 7):

(133) E é nesse momento final que a obra de Sieber resolve ir até o fim no desrespeito, coisa *que* Smith não teve coragem.

Uma elipse radical, uma categoria vazia que qualquer leitor pode preencher sem problemas. Por todas essas razões é que não consigo considerar "errado" o cartaz tão sarcasticamente desprezado por Josué Machado em sua coluna "A educação em cartaz" (ver acima, 4.3.5) e onde se lia: "Educação. Um assunto que Minas dá aula". A prova da inutilidade da campanha dos comandos paragramaticais em defesa de uma norma obsoleta se acha estampada nas centenas de *outdoors* e nos milhões de contas onde a companhia Telefônica anuncia sua nova promoção:

> 10% DE DESCONTO DE VERDADE, AUTOMÁTICO NA SUA CONTA, PARA AS 3 CIDADES QUE VOCÊ MAIS LIGA A CADA MÊS.

Se é para ensinar a relativa-padrão, que seja mostrada como um recurso estilístico para a obtenção de *textos escritos* (e somente *escritos*) mais sintéticos ou quando houver um risco verdadeiro de ambigüidade; o ensino também deve concentrar-se principalmente no uso do pronome CUJO, extinto há bom tempo da língua materna de todos os brasileiros, mas que pode ser útil na escrita, a depender do gênero de texto a ser produzido. Defendo (como se fosse preciso... o uso já é freqüentíssimo) a relativa cortadora principalmente em enunciados com verbos de uso muito freqüente, como GOSTAR, PRECISAR, NECESSITAR, onde ninguém, a não ser os inquisidores de plantão, sente falta da preposição.

Scanned with CamScanner

4.8.1.2 Com base na investigação empreendida aqui, fica mais *do que* claro também que não faz sentido dedicar centenas de horas de aula ao ensino do uso dos *clíticos* de 3ª pessoa e de toda uma série de regras incompreensíveis de colocação pronominal (baseadas em conceitos absurdos como o da "atração" de uma palavra pela outra!), uma vez que eles desapareceram da língua falada, substituídos numa proporção vertiginosa pelos objetos nulos. Uma prova da eficiência comunicativa dos objetos nulos se encontra, por exemplo, no trecho de notícia abaixo, presente em nosso *corpus*:

> (134) O promotor apurou que, entre 1995 e 96, os vereadores emprestaram mais de R$ 96 mil da Câmara, em valores da época, devolvendo ø meses depois sem juros e correção monetária. Eles tomavam o dinheiro emprestado sem qualquer nota ou empenho e usavam ø pelo tempo que achavam conveniente (OE).

É difícil acreditar que algum leitor sinta falta dos clíticos nesse exemplo. Também não parece haver reação de estranhamento dos milhões de usuários do metrô de São Paulo que encontram, em todas as estações, grandes placas com os dizeres:

METRÔ: SAIBA COMO ø E USE ø BEM

De igual modo, os clientes do Banco do Brasil que querem fazer depósitos automáticos servindo-se dos impressos destinados a essa operação não estranham a instrução que diz: "Destaque esta via, dobre ø e coloque ø no envelope".

Evidentemente, não se eliminará da escola o ensino dos clíticos, que têm sua função no *texto escrito*, sobretudo por sua capacidade de precisar o objeto direto (graças às flexões de gênero e número) e de eliminar riscos de ambigüidade. Mas que esse ensino seja baseado em dados colhidos em pesquisas orientadas pelo professor, para que os alunos aprendam com exemplos da língua escrita cotidiana, "normal", e não em exemplos extraídos de obras literárias que, se realmente literárias, constituem um uso "anormal", peculiar e pessoalíssimo da língua.

Quanto ao pronome lexical, o "*ele* acusativo", se sofre estigma da parte dos falantes cultos, evidentemente não é porque tenha algum traço intrínseco de "feiúra" ou "desagradabilidade", mas simplesmente por ser vítima do bombardeio incessante da gramática normativa e dos comandos paragramaticais. A admissão do *ele* acusativo como forma "certa", principalmente quando retomada anafórica de objeto [+animado], pode ganhar em aceitabilidade se

o professor esclarecer o caráter diacronicamente [+demonstrativo] do pronome *ele*, como foi feito neste capítulo ao se tratar da questão, explicando que tanto o *ele* reto quanto o *o* oblíquo derivam de uma mesma família de palavras latinas (*ille*, *illum*) e que, por isso, nunca perderam totalmente sua função demonstrativa. O professor pode, por exemplo, substituir os clíticos de algum texto por *este*, *esse* e *aquele* e comprovar a lição diacrônica.

Para que não se pense que estou sozinho na "subversão herética" da norma-padrão, leia-se o que, há quase meio século, dizia Silveira Bueno (1955: 210-211):

> Proíbe-se, no português clássico e moderno, que se empreguem as formas retas dos pronomes pessoais em função complementar, como objeto direto, mormente não preposicionado. Tal proibição que é dogma da gramática e do ensino oficial tanto em Portugal como no Brasil, encontra numerosas exceções no português arcaico e, em nossa pátria, é de todo transgredida na língua familiar e viva da sociedade. De tal modo está entranhado tal uso em nossos hábitos lingüísticos que, embora formados por escolas até superiores, exercendo carreiras liberais onde o exercício intelectual é contínuo, ainda assim, empregamos as formas retas objetivamente. No Brasil, pelo menos, somente o esforço da escola e o policiamento contínuo da gramática conseguem diminuir os casos desse emprego, mormente quando se trata de documento escrito. Parece-nos, portanto, que seja emprego radicalmente português, que esteja no cunho mesmo do idioma, espontaneidade que a força inegável da instrução tem dominado com dificuldade. Muitos negam este nosso ponto de vista porque não se deram ao árduo trabalho da leitura dos documentos arcaicos, áridos, pouco literários, cansativos.

E prossegue o autor, elencando diversos exemplos arcaicos ("mais numerosos do que os que passamos a citar") onde o *ele* acusativo é empregado do mesmíssimo modo como centenas de milhões de brasileiros estão fazendo neste exato momento:

- "Perdi *ela* que foi arrẽ milhor" (Vaticana 21).
- "... desque vi *ela*" (Vaticana 585).
- "El-rei, sabendo isto, houve mui grande pezar, e deitou-o logo fora de sua mercê, e degradou *elle* e os filhos a dez leguas de onde que elle fosse" (Fernão Lopes).
- "Deu os bens d'alguns aaquelles que lh'os pediam, os quaes se houveram por mui agravados, dizendo que culpava *êlles*, porque se davam tão azinha, não se podendo mais defender, aos inimigos" (Fernão Lopes).

Silveira Bueno comenta em seguida o modo com que a norma-padrão clássica passou a esquivar-se do uso do pronome reto, antepondo a ele a preposição *a*, criando assim o chamado *objeto direto preposicionado*: "vi *a ele*",

Scanned with CamScanner

"conheço *a ela*", etc. Essa estratégia de esquiva ainda é corrente no português de Portugal, embora já extinta no do Brasil, presente *apenas em textos* literários de um passado já remoto[28], e nenhum gramático deixa de considerá-la certa. Silveira Bueno, no entanto, argumenta (p. 212):

> À luz, porém, do raciocínio, tão errada está esta construção quanto a arcaica de que acima tratamos, se é que em tudo isso haja erro. A base de tal "erro" está em empregar-se a forma reta como objeto direto; pergunta-se então: a preposição *a* anteposta a tal objeto direto tira-lhe tal cunho? Não continua o pronome reto a exercer a função de complemento objetivo? Se o caráter de objetividade não é destruído pela preposição *a* e se continua a existir a mesma função sintática, claro está que continua a existir a tal base de erro. A nosso ver, portanto, é tão solecística a primeira construção arcaica (*vi ele*) quanto a outra clássica e moderna (*vi a ele*). Não obstante isto, admitem os gramáticos como certa esta última. *Não vemos razão para condenar a outra.* A língua viva do Brasil continua, assim, um fato histórico do idioma, conservando esse cunho característico do período arcaico [grifo meu].

4.8.1.3 No caso dos que chamei de *pronomes sujeito-objeto*, já passou da hora de admitir as formas retas como tão "certas" quanto as oblíquas, uma vez que elas são as únicas empregadas na língua falada, correspondem a uma tendência inegável do português do Brasil à retenção do sujeito e ao apagamento do objeto, além de já terem presença bem marcada também na língua escrita, como se viu aqui.

4.8.1.4 Acerca das *pseudopassivas* "sintéticas", parece-me não haver dúvida de que a regra tradicional está moribunda na língua falada, mesmo em variedades [+cultas], porque representa uma contradição óbvia com a intuição lingüística de qualquer falante, além de criar um paradoxo dentro da própria doutrina tradicional, como bem advertiu Scherre (1999: 3), doutrina cujos procedimentos de análise sintática obrigam a interpretar como objeto direto os sintagmas nominais de estruturas como *Alugam-se salas*. A dificuldade de lidar com esses paradoxos fica visível no exemplo de hipercorreção abaixo, num texto assinado por Gilberto Dimenstein:

> (135) Não *se falam* em revoluções sociais, utopias, mas, embora desejem uma sociedade fraternal, a aposta é no individualismo (*Folha de S. Paulo*, 28/11/1999, caderno "São Paulo").

28. Cf. por exemplo o título do ensaio "Uma elegância idiomática em declínio: o objeto direto preposicional", de Rocha Lima, publicado em 1970 no Informativo da Fundação Getúlio Vargas (ano II, nº 6, Rio de Janeiro).

4.8.1.5 Sobre o *verbo ir com idéia de movimento*, basta apresentar as três regências possíveis — *a*, *para*, *em* — como igualmente certas e aceitáveis, abandonando de vez as tentativas de impor uma distinção entre [+permanência] e [–permanência], que não tem a menor utilidade prática, uma vez que o contexto do enunciado basta para informar ao ouvinte/leitor se a ida foi temporária ou definitiva. Para o verbo CHEGAR a mesma coisa, fazendo notar que o uso da preposição *em* está cada vez mais difundido, tendendo a fixar-se como única opção. Um breve estudo diacrônico comparativo das preposições *a* e *em* no latim, no português e nas principais línguas românicas pode ajudar no esclarecimento da questão. É notável que mesmo Sacconi, um prescritivista tão ferrenhamente apegado à tradição normativa, já tenha renunciado à imposição das regências conservadoras. De novo evoco o testemunho de Silveira Bueno (1955: 214-215):

> Herança do latim, cujos verbos de movimento exigiam acusativo com *in*: *eo in urbem*, — a língua arcaica assim também construía os mesmos verbos, sintaxe proibida no português moderno apesar de várias reminiscências ainda vivas em expressões e modismos literários. Como sempre, tal sintaxe arcaica está viva na língua do Brasil. *Todos nós, só quando escrevemos ou quando policiamos a nós mesmos, é que evitamos tal construção.* Na fala diária da casa, da rua, do colégio, é sempre com a preposição *em* que construímos os verbos de movimento: *vou na cidade, vais no cinema?, veio em casa, foi na roça*, etc. [grifo meu].

Fica nítido, então, que os milicianos dos comandos paragramaticais (que nem sequer são gramáticos!) querem que a língua do brasileiro fique estática, imóvel, trancada na camisa-de-força de um cânon dogmático que tenta nos impedir de continuar usando construções que existem há milênios no idioma (como a relativa copiadora, que remonta ao latim vulgar), proibindo-nos, ao mesmo tempo, de empregar construções inovadoras, fruto de recentes transformações da língua (como a relativa cortadora). Se não podemos falar o *português* que aqui chegou e aqui tem sido falado há quinhentos anos, se não podemos falar tampouco o *brasileiro* que nós mesmos vamos criando, que língua afinal nos será permitido falar? Cito a opinião de João Ribeiro (1921: 10):

> Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões. Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas. Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita. Alterá-los é já uma falsificação e um princípio de insinceridade.

Scanned with CamScanner

4.8.2 Entre o falado e o escrito: no meio do caminho tem um abismo

Como já disse e não me canso de repetir, a Lingüística brasileira já se encontra em condições teóricas e práticas de empreender uma reforma da norma-padrão que venha a diminuir o fosso entre a *língua falada* e a língua escrita. Endosso as palavras de Duarte (*in* Tarallo, 1989: 32):

> Se a escola deseja (e pretende, de fato, se isso for desejável) permitir ao aluno acesso a uma norma culta, garantindo-lhe a possibilidade de dominar diferentes estilos, a pesquisa sociolingüística pode fornecer-lhe elementos indispensáveis à elaboração de programas de ensino *mais realistas e eficazes*, além de trazer subsídios valiosos ao desenvolvimento da teoria lingüística [grifos meus].

Para tanto, é indispensável que a pesquisa científica canalize suas descobertas para dentro da escola, comprovadamente ávida por mudança, mas carente de subsídios teóricos e práticos sólidos para sustentá-la. Só assim, como pede Mattos e Silva (1998: 88) virão a convergir o que se fala com o que se lê.

O já grande acervo acumulado pela pesquisa sociolingüística no Brasil tem confirmado, quase à exaustão, o vigor da tradição plurissecular de identificar "*a* língua" com uma variedade *escrita* da língua, sobretudo com a *linguagem literária clássica*. Apesar da atual insistência dos investigadores em negar distinções de ordem *lingüística* entre a língua falada e a língua escrita, é preciso deixar claro que, nas *práticas sociais* de *oralidade* e *letramento* (cf. Marcuschi, 1998, 1999), nas relações sociais, nos mecanismos de discriminação social, etc., *existe diferença entre falar e escrever*: as diferenças lingüísticas podem não existir, mas existem diferenças sociais (e políticas, e econômicas) entre os dois modos de uso da língua:

> O código (na acepção de cifra) que rege a *língua escrita*, *identificada à língua correta*, por oposição à *língua falada* [...], *implicitamente tida como inferior*, adquire força de lei no e pelo sistema de ensino (Bourdieu, 1996: 35) [grifos meus].

É talvez nessa distinção social concreta que Gnerre (1985: 5) se inspire para afirmar: "Escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar". Segundo o mesmo autor (p. 24), a "gramática normativa escrita" é a "manifestação explícita do poder centralizador e onipresente do Estado".

A diferença que Perini (1997: 31-38) faz entre "vernáculo" e "português" diz respeito à tradição que só considera *português* a variedade [+urbana] [+escrita] [+monitorada] com objetivos de criação estética. É o mesmo que, em 1922, afirmava Monteiro Lobato (cf. Pinto, 1981\II: 56) acerca da "estranha contradição" lingüística deste país, onde se fala "brasileiro" e se escreve "português" ou, nas palavras do escritor: "falamos à moda de

Brasilina, mas escrevemos à moda de dona Manuela, por falta de coragem ou medo ao bolo da férula portuguesa".

Me parece que chegamos, 500 anos depois do desembarque de Cabral, num ponto de nossa trajetória lingüística em que a estrada se cinde em duas trilhas bem distintas: ou admitimos na escrita culta aspectos morfossintáticos já consagrados nas variedades cultas faladas — diminuindo a distância entre as duas modalidades e facilitando o ensino-aprendizado de ambas —, ou continuamos a ensinar esse fantasma de língua chamado *português*, isto é, um ideal lingüístico baseado em usos de escritores (quase todos portugueses) mortos há no mínimo cem anos, como a única língua, opção que reforça o velho preconceito grafocêntrico e perpetua os mitos que compõem o círculo vicioso da discriminação lingüística e, por conseguinte, da exclusão social.

4.8.3 Sociolingüística: evangelho ou escândalo?

A consciência dos fenômenos de mudança e variação lingüística tem de ser a boa nova a ser pregada insistentemente aos professores de português, a todos os educadores em geral, por mais que ela represente uma pedra de tropeço (significado literal da palavra grega *skándalon*, "escândalo") para os fariseus, escribas e doutores da Lei gramatical. Ela tem de ser disseminada tanto quanto possível no senso comum, por meio dos grandes veículos de comunicação de massa que, por enquanto, garantem espaço apenas aos comandos paragramaticais, que só fazem insistir numa ortodoxia mais ortodoxa que a das gramáticas normativas. É preciso convocar um "Concílio Vaticano II" na educação brasileira: propor a simplificação da liturgia, o abandono do latim (a Gramática Tradicional) em prol do vernáculo, a adaptação da doutrina aos desafios do mundo moderno, a consideração mais serena das relações com a ciência. Talvez assim se possa enfrentar os comandos paragramaticais, vitoriosos por enquanto em seu "Concílio de Trento", oferecendo dogmas incontestáveis, Inquisição para os hereges, sobretudo para os cientistas, e muita lenha na fogueira da Contra-Reforma... Como escreve Kato (*in* Roberts & Kato, 1993: 20):

> A consciência dessas mudanças sistemáticas [...] é necessária para entender por que os estudantes escrevem como escrevem e por que a língua dos textos escolares, para as camadas que vêm de pais iletrados, pode parecer tão estranha quanto a de um texto do século XVIII para o lingüista iniciando-se em estudos diacrônicos. O Brasil apresenta assim um caso extremo de "diglossia" entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão de escrita que ele deve adquirir.

Scanned with CamScanner

Alguns podem temer que a reforma da norma-padrão aqui proposta represente uma "perda" para a língua. Ora, se é verdade que muita coisa, que já é mesmo fóssil lingüístico, ficará enterrada no passado, também é verdade que muita coisa nova receberá *status* de "certo", de "bom", representando, assim, ganhos para a língua: em vez de uma única estratégia de relativização, três sintaxes para as orações relativas; em vez de uma única forma de pronominalização de objeto direto, três possibilidades de retomada anafórica; em vez de uma regra impossível de seguir, por absurda, para as falsas "passivas sintéticas", uma regra clara, límpida, óbvia e lógica, e assim por diante...

Tudo, é claro, vai depender primordialmente do *gênero de texto* que o falante/escrevente quer produzir. Introduzir em sala de aula a noção de gênero é fundamental. É isso que falta nos comandos paragramaticais: dão regras categóricas como se elas valessem para todos os falantes, todos os contextos, todas as atividades, todos os gêneros. Os *continua* de Bortoni-Ricardo podem ser muito úteis nesse aspecto.

Alguns temerosos (ou abertamente preconceituosos) acusam os lingüistas de promover um "vale-tudo". Na verdade, *tudo vale*, dependendo da coragem da pessoa de escrever como quer, de encontrar um registro próprio, de se achar digna de querer/poder dizer. Daí ser imprescindível introduzir em sala de aula a pesquisa como meio eficaz de combater o preconceito, para que os estudantes reconheçam empiricamente as instâncias de usos das diferentes gramáticas encontradiças em material de língua culta, e reconheçam também sua própria fala, valorizem sua intuição lingüística e construam sua própria norma-padrão, na linha das propostas de Possenti e Castilho examinadas no capítulo anterior.

O papel da escola idealmente, como já propus no Capítulo 3, não seria *ensinar* a norma-padrão, mas *apresentar todas as variedades lingüísticas* do português do Brasil. Nesta proposta, solidarizo-me com Myrian B. Silva (1994: 80):

> O professor [...] não ensina a gramática básica, ou o vernáculo ao aluno simplesmente porque ele já o sabe. Seu trabalho deve ter como objetivo criar situações de experiências lingüísticas diferenciadas e continuadas para que o aluno estenda o conhecimento que ele tem da sua língua, da sua variedade vernacular para outras, sociais, estilísticas etc. Essas experiências se restringem, nas escolas brasileiras [...] à variedade escrita, mas os textos a que os alunos são expostos são tomados explícita ou implicitamente como modelos, de modo que acabam por desestimular a produção das crianças na variedade que elas conhecem bem. Além disso, a escola, de um modo geral, não promove o contato dos seus educandos com nenhuma outra variedade oral a não ser a do aluno, embora ela não o saiba!

> Para ampliar o conhecimento lingüístico do aluno sem corroê-lo com preconceitos contra outras variedades — nem, principalmente, contra a sua própria —, não basta que os professores *saibam* que todos os dialetos são igualmente bons. É preciso que assim os reconheçam. E isso não é fácil! Exige-se deles que modifiquem seu sistema de valores, que é o mesmo da sociedade onde vivem e do qual não têm plena consciência. Ao corrigir o aluno, o professor reage em defesa de um padrão imaginário, do qual também ele é vítima, contra variantes lingüísticas que, talvez em menor freqüência, também caracterizam a sua fala.

4.8.4 Aceitável? Para quê e para quem?

Contesto aqui, em certa medida, a noção já tão difundida da necessidade de equilibrar os eixos de adequabilidade e de aceitabilidade[29]. O que se depreende, freqüentemente, dos discursos de quem fala em "adequado" e "aceitável" é uma posição um tanto elitista e burguesa, em que esses adjetivos se relacionam com os preconceitos característicos de uma certa classe média urbana. Como bem aponta Mattos e Silva (1995: 48-51), grande parte das propostas de renovação da pedagogia do ensino da língua trazem embutida, conscientemente ou não, a idéia da *assimilação/integração* do estudante à cultura da classe média urbana (e, é claro, à ideologia dominante), tida como intrinsecamente "aceitável" para todos e por todos...

Sobre o problema da *adequação*, convém citar a crítica de Marcuschi (1998: 10) ao tratamento da oralidade nas propostas de ensino da língua falada apresentadas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, do Ministério da Educação. Tendo detectado, nessas propostas, a redução do tratamento da oralidade a uma questão de adequação às "circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem", Marcuschi diz que

> é conveniente indagar-se o que significa "adequação" e "eficácia" neste contexto teórico. Pois é estranho que no ensino do vernáculo tudo se passe como se a língua falada fosse *apenas um instrumento útil para a comunicação adequada*. Língua é muito mais do que um instrumento. Pois o uso da língua é também uma atividade em que organizamos o mundo construindo representações sociais e cognitivas. O principal não parece apenas *dizer as coisas adequadamente*, como se os sentidos estivessem prontos em algum lugar cabendo aos falantes identificá-los.

Em sua teoria da economia das trocas lingüísticas, em que considera o universo das relações lingüísticas como um *mercado*, Bourdieu postula que

29. Contesto, assim, a mim mesmo em trabalho anterior (1999) em que recorri a este eixo para combater a noção tradicional de erro.

Scanned with CamScanner

a "aceitabilidade" é, na verdade, uma *antecipação dos lucros* que o falante acredita poder obter com sua mercadoria lingüística:

> Esta antecipação, que não tem nada a ver com um cálculo consciente, é o resultado do *habitus* lingüístico que, sendo o produto de uma relação primordial e prolongada com as leis de um certo mercado, tende a funcionar como um sentido de aceitabilidade e de valor prováveis de suas próprias produções lingüísticas e das dos outros em seus diferentes mercados. Tal sentido da aceitabilidade (e não uma forma qualquer de cálculo racional orientado para a maximização dos lucros simbólicos), ao incitar a que se leve em conta na produção o valor provável do discurso, acaba determinando as correções e todas as formas de autocensura, concessões que se outorgam a um universo social pelo fato de aceitar tornar-se aí aceitável [1996: 64].

De fato, ao tentar equilibrar os eixos do "aceitável" e do "adequado", o falante está se deixando dominar pelo condicionamento exercido pelo mercado lingüístico, e a operação que ele realmente faz é avaliar antecipadamente as "possibilidades de lucro" que ganhará com sua mercadoria simbólica. Essa operação

> assume naturalmente a forma de uma *censura* antecipada, de uma autocensura, determinando não apenas a maneira de dizer, isto é, as escolhas de linguagem — a mudança de código (*code switching*) das situações de bilingüismo — ou do "nível" de linguagem, mas também daquilo que poderá e que não poderá ser dito [Bourdieu, 1996: 64].

Assim, quem busca produzir uma troca lingüística aceitável está, na verdade, buscando aproximar-se da norma lingüística daqueles que, no mercado, detêm as competências consideradas mais próximas do legítimo, do válido, do valorizado — isto é, das camadas dominantes da sociedade:

> O conhecimento e o reconhecimento práticos das leis imanentes de um mercado, e das sanções através das quais elas se manifestam, determinam as modificações estratégicas do discurso, quer se trate do esforço para "corrigir" uma pronúncia desvalorizada em presença de representantes da pronúncia legítima e, por extensão, de quaisquer correções tendentes a valorizar o produto lingüístico mediante uma mobilização mais intensa dos recursos disponíveis, ou então, ao contrário, pela tendência a recorrer a uma sintaxe menos complexa, a frases mais curtas, conforme as observações de psicossociólogos em relação aos adultos quando se dirigem a crianças. Os discursos constituem sempre *eufemismos* inspirados pela preocupação de "dizer bem", de "falar direito", de produzir produtos ajustados às exigências de um mercado, *formações de compromisso* resultantes de uma transação entre o interesse expressivo (o que deve ser dito) e a *censura* inerente a relações particulares de produção lingüística [...] [Bourdieu, 1996: 66].

O que determina, portanto, a produção lingüística é a *autocensura* diante da tensão do mercado e o *medo* da sanção negativa. Esses são os dois motores que, de fato, mobilizarão os eixos da aceitabilidade e da adequabilidade:

> A antecipação prática das sanções prometidas constitui um sentido prático, quase corporal, da verdade da relação objetiva entre uma certa competência lingüística e social e um dado mercado através do qual se realiza esta relação e que pode ir da certeza da sanção positiva, em que se funda a *certitudo sui*, a *segurança*, até a certeza da sanção negativa, que condena à demissão e ao silêncio, passando por todas as formas de *insegurança* e *timidez* [ibid., 69].

A lógica do mercado lingüístico se insere na lógica geral das trocas simbólicas da sociedade, em que tudo tem seu valor, seu preço. É a ideologia (ou a *doxa* de Bourdieu) que determina o valor e o preço dos comportamentos. Afinal, quem disse que o comportamento lingüístico das classes médias urbanas é *o* adequado, é *o* aceitável? Quem disse que a heterossexualidade monogâmica é o único modelo adequado e aceitável de relacionamento? Quem disse que o Ocidente é que detém o progresso adequado e a civilização aceitável para toda a humanidade? Quem disse que o cristianismo é a única via de salvação da alma? Quem disse que o capitalismo é inevitável, inelutável? Quem disse que a "lógica do mercado" é inerente às relações humanas? Quem disse que aos seres humanos brancos do sexo masculino está reservado o poder e a glória?

Ora, o indivíduo consciente pode querer precisamente marcar sua *inadequação*, sua *não-aceitação*, sua *recusa* da ordem social estabelecida e da ideologia hegemônica. O essencial é que, numa escola realmente libertadora e formadora de consciência, seja posto à disposição de cada um todo o espectro de usos lingüísticos possíveis, bem como o espectro dos estigmas que acompanham estes usos, para que o indivíduo decida, por sua conta e risco conscientes, quais deles quer ou não aceitar, quer ou não recusar — só que para fazer esta eventual recusa ele precisará conhecer o que vai recusar. E o que o preconceito lingüístico faz — ao negar a heterogeneidade, ao impor uma ortodoxia da língua — é, de antemão, recusar aqueles que querem conhecer. O acesso à pluralidade lingüística é que permitirá ao indivíduo eleger sua própria norma, compô-la com as regras que bem quiser, aquelas que mais corresponderem a seus desejos, suas pulsões, suas crenças, seus apetites. De posse do conhecimento dos muitos usos possíveis das estruturas da língua, é que o indivíduo poderá se posicionar diante da norma padrão, criticá-la, aceitá-la ou recusá-la e lutar por sua transformação. A escola até agora só tem dado voz àqueles que querem preservar a ortodoxia. Mas é preciso reconhecer também o direito de ser heterodoxo.

Scanned with CamScanner

Gramática ou Dramática? Da sagração à execração

5

5.0 BARBÁRIE OU ESCRAVIDÃO?

Neste final de trajeto procuro esboçar sugestões que talvez permitam romper com o círculo vicioso do preconceito lingüístico naquele ponto em que a reflexão e a ação dos lingüistas têm mais chance de obter êxito: na prática de ensino. Mais do que à clientela das escolas de ensino fundamental e médio, minhas propostas se dirigem sobretudo à *formação dos professores de língua portuguesa*. Já dei início a essa ação em trabalhos anteriores (Bagno 1997, 1998, 1999).

Como tema de reflexão para essa mudança na formação dos professores, vale citar estas palavras de Ilari (1985: 14-15):

> Antes de mais nada, convém tirar todas as conseqüências da atitude descritivista adotada pela Lingüística moderna: quando teses inovadoras como a precedência da língua falada, a legitimidade de estudar os falares de camadas sociais desprestigiadas ou o interesse pelas várias línguas maternas que se aprendem no Brasil, além do Português, deixam o plano dos princípios e passam a afetar mais concretamente os programas de formação de professores secundários, os cursos de Letras precisam também assumir agilidade suficiente para formar um profissional sensível à diversidade das situações sociais, capaz de trabalhar basicamente com língua falada, apto a pensar a alfabetização à luz da variação dialetal e eventualmente

Scanned with CamScanner

do bilingüismo, disposto a explorar funções da linguagem em que amplas faixas da população escolar se revelam carentes. Ou seja, é preciso arquivar de vez a diretriz de um modelo único de professor, que seria fabricado em algum gabinete e recomendado por força de lei para todas as situações escolares que se vivem no País.

Por sua sensibilidade às situações em que se dá de fato o ensino do Português, a Lingüística leva em suma a um ensino diversificado e alguns não hesitam em apontar aí um risco para essa coisa sagrada que são os "valores nacionais". Contra esse ponto de vista é preciso deixar claro que ao limitar seu interesse à língua escrita e literária, e ao aferir a capacidade de expressão pelo conhecimento de gramática, a escola mantém, de fato, o privilégio de uma determinada variante da Língua Portuguesa, e o hiato entre essa forma de expressão e as demais como barreira à ascensão social.

Infelizmente, porém, essa clareza de percepção de Ilari encontra seu oposto diametral em recentes posições assumidas por Bechara. Recorrendo ao conceito de "língua exemplar" (*in* ABL, 1999: 68: "a língua exemplar, que é a língua padrão ou culta, é uma segunda língua comum sobre a real língua comum, como forma idealmente unitária, para aquelas tarefas e atividades especiais: atividades sociais, atividades políticas, educacionais..."), o renomado gramático volta a defender, com esse novo termo, a velha suposta necessidade de um padrão-língua. A *língua exemplar*, portanto, é mais um nome para a *norma-padrão* e, como esta, se é *exemplar* não pode ser *língua*, principalmente se, como escreve o próprio Bechara, ela paira "sobre a real língua comum". O falante exemplar dessa língua exemplar em nada difere do falante ideal do paradigma chomskyano, isto é, simplesmente não existe. Com essa base teórica é que Bechara pode fazer as afirmações seguintes (*in* ABL, 1999; 64):

> Eu tinha dito que esses erros e confusões teóricas existentes em algumas correntes da lingüística moderna procedem da concepção positivista vulgar da linguagem e da lingüística como, por exemplo, o privilegiamento da língua falada, da língua primária, espontânea e usual, como natural e livre sobre a língua padrão e a sua forma literária, consideradas, tanto a língua exemplar como a língua literária, artificiais e impostas pela classe dominante. Daí ser considerada somente como científica a gramática descritiva, objetivista, enquanto a gramática normativa é considerada sem fundamento científico, de uma atitude antiliberal e dogmática. Todavia, na boa teoria, a língua literária representa o mais alto grau da dimensão deôntica da linguagem, a dimensão deôntica é a dimensão do dever ser da língua, e a gramática normativa é a manifestação metalingüística, isto é, a metalinguagem é o estudo da língua, de uma língua, da cultura, do espírito objetivado na história.

Mais adiante (p. 70), o autor conclui:

> São erros teóricos e metodológicos que não podem anular a necessidade da vigência da hierarquização e da normatividade para defender um igualitarismo e liberalismo

> fundados ou numa ótica defeituosa do fenômeno lingüístico ou, o que considero pior, porque não é fruto da deficiência da teoria, mas da intencionalidade de enganar e embair os jovens e os adultos úteis, por motivação ideológica e político-partidária. Esse liberalismo lingüístico, pretensamente democrático, é altamente discriminatório porque encarcera o estudante nos limites da potencialidade expressiva de que se reveste toda língua histórica, ignorando a dimensão deôntica do falar melhor e com os melhores, afastando da cultura maior da nação. Parafraseando Ortega, citado por Eugenio Coseriu, eu diria que muito pior do que as normas rigorosas é a ausência de normas, que é a barbárie.

Falar da "necessidade da vigência da hierarquização" só é possível para quem jamais ocupou os postos inferiores dessa hierarquia, que só pode parecer *necessária* a quem está no seu topo.

Afinal, o que é "falar melhor" e quem são "os melhores"? Com que critérios se define essa "melhoridade"? Evidentemente, os critérios do *mercado* lingüístico. Estamos aqui diante de um tipo de discurso que Rey (1972: 180) assim analisa:

> Os objetivos do discurso normativo: dizer o certo, definir *a* norma e identificá-la com o "uso correto" da língua, confundir uso correto e norma com a língua mesma, são aparelhados com vários tipos de justificativas. [...] De fato, o objetivo é fazer prevalecer um tipo de uso, o da "parte mais sadia da Corte" [segundo Vaugelas] e dos "melhores escritores", e unificar por esse modelo as variantes do francês. Por trás do fantasma da unificação nacional e social — unificação pelo Alto, encarnada pela Corte —, está o estabelecimento de uma aristocracia da fala, da qual será excluída *de facto* a imensa maioria dos falantes, *na ausência de uma pedagogia democrática.*

A *língua exemplar*, nesse mercado, é o produto mais bem acabado para a manutenção de trocas lingüísticas desiguais, para a manutenção da tabela de preços instituída pelos "melhores": é o *exemplo* em que se miram os "piores", os que "falam pior", quando submetem sua produção lingüística à autocensura, quando não optam simplesmente pelo silêncio. Assim, essa "língua exemplar" precisa de um corpo de profissionais encarregados de fabricá-la para que se torne, sim, a suposta língua das classes dominantes:

> a expropriação objetiva das classes dominadas guarda uma relação com a existência de um corpo de profissionais objetivamente investidos do monopólio do uso legítimo [o "falar melhor"] da língua legítima [a língua "exemplar"]. Tais profissionais produzem para uso próprio uma língua especial, propensa a cumprir *ademais* uma função social de distinção nas relações entre as classes e nas lutas com que essas mesmas classes se opõem no terreno da língua. Essa expropriação está igualmente referida à existência de uma instituição como o sistema de ensino, o

Scanned with CamScanner

> qual (com mandato para condenar, em nome da gramática, os produtos heréticos, bem como para inculcar a norma explícita que resiste aos efeitos das leis de evolução) acaba contribuindo fortemente para constituir enquanto tais os usos dominados da língua ao consagrar o uso dominante como o único legítimo, apenas pelo fato de inculcá-lo [Bourdieu, 1996: 47].

Assim, quem admite a existência de uma língua "exemplar" (na verdade, quem *produz*, *cria* e *institui* essa exemplaridade) automaticamente relega todas as demais manifestações lingüísticas à não-exemplaridade, ao "falar pior". Trata-se sempre, pois, de questões de *valor*, questões de *preço*, questões de *mercado*. A língua "exemplar", apoiando-se (como o trabalho de Bechara de fato se apóia) na linguagem literária, constitui-se como um *desvio* em relação aos usos mais freqüentes, cotidianos, espontâneos, naturais. A norma-padrão, a língua exemplar, a norma culta, toda norma, enfim, constitui um corpo estranho dentro do universo da língua, constitui um *padrão-ouro*, uma medida oficial, que ninguém possui, mas que serve de parâmetro para julgar, pesar, avaliar e, conforme o caso, condenar:

> Por essa razão, a língua legítima é uma língua semi-artificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédio de seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção. A língua legítima deve sua *constância (relativa) no tempo* e no espaço ao fato de estar continuamente protegida por um trabalho prolongado de inculcação contra a tendência à *economia* de esforço e de tensão que leva, por exemplo, à simplificação analógica (*nós vai* em lugar de *nós vamos*). Ademais, a expressão correta, ou melhor, corrigida, deve o essencial de suas propriedades sociais ao fato de que só pode ser produzida por locutores que detêm o domínio prático das *regras* eruditas, explicitamente constituídas por um trabalho de codificação e expressamente inculcadas por um trabalho pedagógico. Na verdade, o paradoxo de toda pedagogia institucionalizada reside no fato de que ela pretende instituir enquanto esquemas que funcionam em estado prático regras extraídas pelo trabalho dos gramáticos da prática dos profissionais da expressão escrita (do passado) por um trabalho de explicitação e de codificação retrospectivas. [...] Em conseqüência, não se pode dar conta inteiramente das propriedades e dos efeitos sociais da língua legítima, a menos que se levem em consideração tanto as condições sociais de produção da língua literária e de sua gramática como também as condições sociais de imposições e de inculcação deste código erudito enquanto princípio de produção e de avaliação da fala [Bourdieu, 1996: 49].

É justamente o que, me parece, falta à noção de língua "exemplar" estipulada por Bechara (inspirado em Coseriu): a consideração das condições sociais de produção dessa exemplaridade e dos instrumentos usados para inculcá-la. Se é preciso estabelecer (o que questiono) uma "língua exemplar", que ela seja constituída, pelo menos, como defendi na conclusão do capítulo anterior, com base nos usos lingüísticos *do presente*, e não nos usos desviantes dos ficcionistas *do passado*. Do contrário, é essa língua "exemplar" minoritária, esse "mais alto grau da dimensão deôntica da linguagem" que "encarcera o estudante", desvalorizando o que ele já sabe e impedindo — por meio dos mecanismos de dominação simbólica do mercado de trocas lingüísticas — que venha a saber o que não sabe. Por tudo isso é que confesso preferir muito mais a barbárie do que a escravidão.

5.1 O DILEMA E SUAS SOLUÇÕES

Acredito que a grande tarefa da formação de professores de língua portuguesa é provocar neles uma *mudança de atitude* em relação a seu próprio objeto de trabalho: a *norma-padrão*. Evidentemente, como já argumentei nos Capítulos 3 e 4, será necessário previamente chegar a um acordo sobre o que é essa *norma-padrão*, que não pode mais ser vista simplesmente como a "língua culta" idealizada pelos compêndios gramaticais normativos e pelos *comandos paragramaticais*, nem como a "língua exemplar", codificada com base em preconceitos do que é "melhor" na sociedade. A discussão do conceito de *norma* e, mais especificamente, de *norma-padrão*, como já proposta aqui no Capítulo 3, tem de ser parte integrante do *curriculum* de formação dos futuros professores. É fundamental, porém, que essa discussão se faça com bases nas investigações e conclusões da Lingüística, e não nas disciplinas da área de Pedagogia que, como se sabe, acabam em geral recorrendo à gramática normativo-prescritiva como fonte teórica de concepção de língua e de norma culta nos cursos de licenciatura na maioria de nossas universidades.

Numa síntese de tudo o que ficou exposto neste livro até este ponto, é preciso reconhecer que vigora na sociedade brasileira uma *ideologia lingüística* entranhadamente conservadora e retrógrada que, dissecada, revela a existência de um forte *preconceito lingüístico*, abastecido pela perpetuação de uma série de *mitos* irracionais sobre a língua falada no Brasil, preconceito que, assumido pelo próprio falante, desperta o sentimento da *auto-aversão*

Scanned with CamScanner

lingüística. A ideologia lingüística que vigora no Brasil é tanto mais perversa na medida em que nem mesmo as classes dominantes acreditam "falar bem o português". A auto-aversão lingüística dos brasileiros é, portanto, muito elevada, e isso em praticamente todas as classes sociais. O ideal de "língua certa" fica transferido para o outro lado do Atlântico — "só em Portugal se fala bem o português" — ou é atribuído a um nebuloso conjunto muito restrito de falantes (grandes escritores, professores de português, gramáticos e dicionaristas).

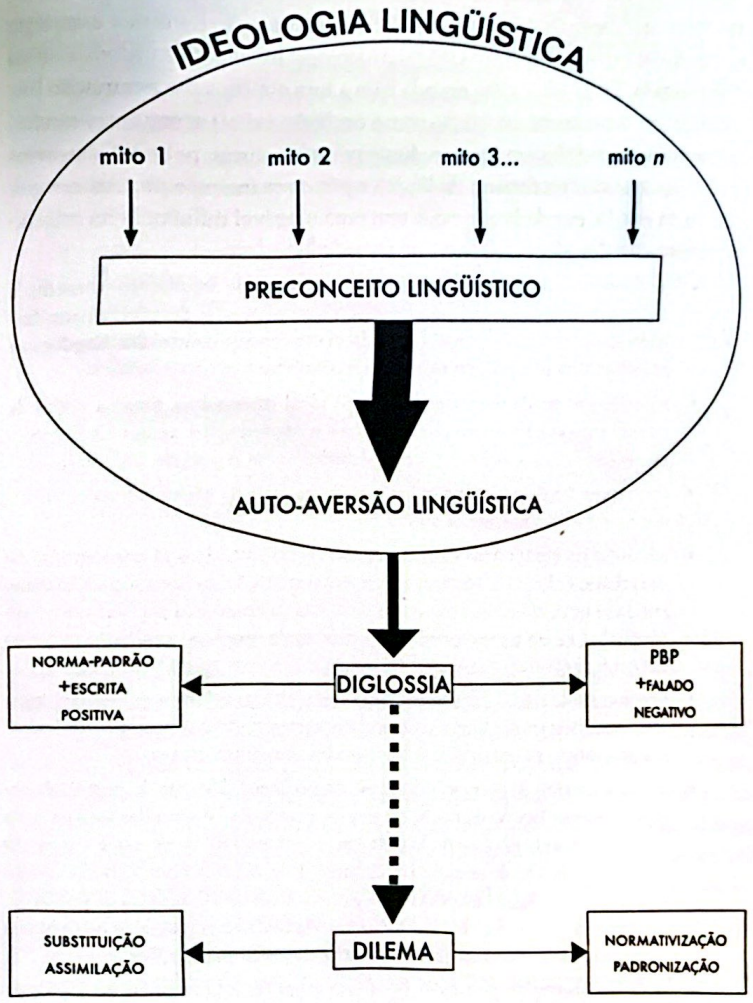
Fruto dessa ideologia lingüística é a inegável situação de *polarização diglóssica* que vigora no senso comum[1] e, mais perniciosamente ainda, na escola brasileira. De um lado, temos a *norma-padrão*, associada, como ficou claro, à *escrita* mais monitorada, ocupando o pólo *positivo* dessa diglossia. Do outro, apresenta-se o *português brasileiro de ponta*, que reúne as características gramaticais compartilhadas por *todas* as variedades do português do Brasil, inclusive as sociolingüisticamente classificáveis de urbanas e cultas. Essas regras gramaticais, no entanto, por não pertencerem à norma-padrão conservadora, são consideradas "erradas" e rejeitadas por aqueles que empregam elas diariamente e fartamente em seu uso da língua. O português brasileiro de ponta (PBP) ocupa o pólo *negativo* da diglossia, sobretudo por ser associado à língua *falada*, tradicionalmente acusada de ser "caótica", "desconexa", "incoerente" etc.

A diglossia estabelece, para quem se dedica a refletir sobre o assunto, um dilema muito agudo:

- ou se tenta forçar todos os falantes a *substituir* sua língua materna por uma norma-padrão artificial e distante de sua gramática intuitiva, para que eles possam se *assimilar* ao tipo de sociedade (oligárquica, colonizada e excludente) que é a brasileira;
- ou se tenta incentivar a *normativização* e *padronização* do português brasileiro de ponta, transformando ele numa nova norma-padrão, num novo padrão-língua que sirva de quadro de referência para as concepções de língua "certa" no senso comum.

1. Faço questão de sublinhar a oração "que vigora no senso comum", pois é de representações e de imaginário que estou tratando neste ponto e não das realidades lingüísticas empiricamente analisáveis. Existe uma polarização diglóssica na mentalidade dos brasileiros em geral, cristalizada sobretudo na velha dicotomia do certo e do errado em língua. Sabemos, porém, que linguisticamente a diglossia, no caso brasileiro, é um conceito problemático, uma vez que é usado em geral para retratar situações de conflito entre dois sistemas lingüísticos diferentes (como o catalão e o castelhano na Espanha, por exemplo) e não uma concepção ideal de língua "certa" oposta a uma multiplicidade de variedades lingüísticas reais, como se dá entre nós.

Tudo isso pode ser esquematizado na figura abaixo[2]:



2. Este esquema se baseia em proposta de análise de sociolingüistas catalães, citada por Maurais (1987: 17).

Scanned with CamScanner

Prefiro acreditar que a solução para o dilema se encontra em outro modo de ver as coisas, numa perspectiva que não implica nem na substituição/assimilação nem na normativização/padronização. Como já tinha afirmado, no início do Capítulo 4, a reforma da norma-padrão não é a única estratégia capaz de dar início à desconstrução dessa ideologia lingüística antidemocrática e retrógrada. Proponho como agenda para a luta contra a discriminação lingüística (em sua estreita associação com a exclusão social) as seguintes tarefas, a serem empreendidas em primeiro lugar pelos lingüistas, pelos responsáveis pela formação dos professores de língua e por esses mesmos professores que atuam na escola, entidade-lugar que tem uma inegável influência na criação e preservação das idéias correntes na sociedade:

- desconstrução do preconceito lingüístico por meio de argumentos científicos capazes de desmontar cada um de seus mitos; denúncia do preconceito lingüístico nos meios de comunicação de massa; engajamento dos lingüistas e professores na luta pública contra o preconceito;
- reconhecimento da norma-padrão como ideal imaginário, preso a visões de mundo antigas e há muito ultrapassadas e a organizações sociais oligárquico-escravagistas; associação dessa norma-padrão com o passado colonial;
- contraposição da norma-padrão a variedades reais de língua falada e escrita, documentadas em material autêntico;
- admissão na escrita mais monitorada das regras sintáticas já consagradas no uso urbano culto, para começar a solapar a concepção da norma-padrão como entidade monolítica; mostrar que essas regras já aparecem na literatura contemporânea e em textos jornalísticos, mas ainda recebem avaliação negativa dos professores tradicionalistas e dos comandos paragramaticais;
- maior conhecimento das variedades, a começar das urbanas cultas para mostrar a distância entre a língua culta real e a norma-padrão supostamente "culta" das gramáticas normativas e dos comandos paragramaticais;
- reconhecimento do português do Brasil como *língua diferente* do português europeu; desmistificação da noção de que o "português" é uma das línguas mais faladas no mundo e ênfase no fato de que o *português do Brasil* é que é uma das línguas mais faladas do mundo: 160 milhões de brasileiros num território muito maior que o da União Européia frente a pouco mais de 10 milhões de portugueses; enfatizar que nas ex-colônias africanas e asiáticas o português é mera língua *oficial*, não sendo portanto língua materna daquelas populações;
- reconhecimento do português brasileiro como entidade lingüística própria dentro do contexto geral da romanidade; substituição da idéia de lusofonia pela de *romanofonia*, valorizando o estudo comparativo das semelhanças e diferenças entre as diversas línguas da família;

- abandono da noção da suposta necessidade de um padrão-língua para regular os usos; reconhecimento de igual validade a todos os usos possíveis da língua; admissão do caráter auto-regulador da língua, que se molda segundo as necessidades do falante em circunstâncias de interação lingüística falada e escrita;
- reconhecimento da sinonímia *norma-padrão = escrita +monitorada* para empreender a desconstrução dessa sinonímia com o reconhecimento da heterogeneidade constitutiva *da* escrita como *modo de enunciação* e não mais como simples código para produção de enunciados (cf. Corrêa 1997; 2000);
- valorização das variedades não-padrão menos prestigiadas com demonstração científica de seu funcionamento lingüístico perfeitamente regulado (cf. Bagno 1997);
- incentivo ao estudo da língua falada em sala de aula, levando em conta todas as variáveis sociais que servem para identificar as diferentes variedades lingüísticas do português brasileiro (cf. Ramos 1997; Castilho 1998);
- incentivo à prática da pesquisa lingüística pelos professores dos níveis fundamental e médio e, se possível, pelos alunos orientados por eles.

Por mais utópico que possa à primeira vista parecer, esse programa não é irrealizável. Sua viabilidade já vem sendo demonstrada na prática e na militância de muitas pessoas envolvidas na luta pela democratização efetiva do ensino de língua no Brasil, da língua do Brasil, do Brasil.

5.2 SOCIOLINGÜÍSTICA E HISTÓRIA DA LÍNGUA

O combate ao preconceito que pesa sobre as variedades não-padrão pode ter como grande aliado o *estudo da história da língua*. A disciplina Gramática Histórica ou História do Português precisa se transformar numa investigação de *Sociolingüística diacrônica*. O estudo das fases anteriores da língua não pode ser feito como um objetivo em si, como mero reconhecimento dessas fases, nem muito menos como argumento para justificar a preservação de regras gramaticais em fase de obsolescência: é necessário que ele esteja fortemente vinculado à necessidade de explicar os aspectos atuais, *sincrônicos*, da língua. A Gramática Histórica tem ampla possibilidade de se tornar uma ferramenta eficaz no processo de desconstrução ideológica do preconceito lingüístico.

Tenho verificado isso na prática toda vez que vou visitar escolas e faculdades de Letras cujos alunos leram meu livro *A Língua de Eulália*, onde proponho esse tipo de instrumentalização da história da língua para explicar os fenômenos do português não-padrão. A grande maioria dos leitores revela

Scanned with CamScanner

sua surpresa ao descobrir, por exemplo, que a rotacização do /l/ de encontros consonantais, característica das variedades não-padrão (nas quais se ouve *grobo*, *pranta*, *Cráudia*), esteve presente na formação do léxico da própria norma-padrão (*clavu* > *cravo*; *flaccu* > *fraco*; *placere* > *prazer* etc.), ou que as formas não-padrão *entonce*, *despois* e *preguntar* estão mais próximas de sua forma original latina (*in tunce*, *de ex post*, *praecunctare*) do que as formas padrão *então*, *depois* e *perguntar*.

Outro recurso eficiente na tentativa de desmascarar o preconceito lingüístico é mostrar que muitos fenômenos característicos das variedades não-padrão também ocorrem em normas-padrão de outras línguas, não sendo, portanto, "erros" devidos à "ignorância" ou ao "psiquismo inferior" dos brasileiros pobres. Por que as formas "matutas" ou "caipiras" *entonce*, *despois* e *preguntar* se parecem tanto com as formas "bonitas" e "certas" do espanhol-padrão, *entonces*, *después*, *preguntar*? É o retorno do velho método filológico da comparação entre várias línguas, tão presente na pré-história da Lingüística moderna, mas renovado com o objetivo de investigar e explicar, de modo científico e não-preconceituoso, os estágios atuais da língua — algo assim como uma *Filologia sociolingüística* ou uma *Sociolingüística filológica*. Para tanto, contudo, é preciso que a Sociolingüística se transforme, como propõe Fairclough (1989), num *estudo crítico da língua*. Segundo esse autor (1989: 7-8):

> É graças à Sociolingüística que a natureza socialmente constituída da prática lingüística pode ser tomada como premissa geral do *estudo crítico da língua*. Mas a Sociolingüística é pesadamente influenciada pelas concepções "positivistas" da ciência social: a variação sociolingüística numa determinada sociedade tende a ser vista em termos de conjuntos de fatos a serem observados e descritos usando-se métodos análogos aos da ciência natural. A Sociolingüística é forte em questões de tipo "o quê?" (o que são os fatos de variação?), mas fraca em questões de tipo "por quê?" e "como?" (por que os fatos são como são? Como — em termos do desenvolvimento de relações sociais de poder — a ordem sociolingüística existente veio a existir? Como é sustentada? E como pode ser mudada em proveito dos que são dominados por ela?).

Uma Sociolingüística que se preocupasse com os "por quês" e os "comos" poderia, talvez, afugentar a "ilusão do comunismo lingüístico que ronda toda teoria lingüística", como diz Bourdieu (1996: 29), numa crítica, sobretudo, às teorias estruturalistas.

A mesma surpresa mencionada acima em relação ao rotacismo é revelada por aqueles que descobrem, por exemplo, que a pronúncia *trabaiá* das

variedades não-padrão do português do Brasil para o que se escreve TRABALHAR tem explicações fonéticas e históricas semelhantes na pronúncia *travaiê* do francês-padrão moderno para o que se escreve TRAVAILLER, e que antes da Revolução Francesa (1789) o grupo escrito -ILL- tinha a mesma pronúncia [λ] do dígrafo LH do português-padrão, mas que a mudança de classe social dominante provocada pela revolução também provocou a mudança de norma lingüística dominante.

O resultado dessa articulação entre lingüística diacrônica e sociolingüística sincrônica e da comparação das muitas variedades do português com as de outras línguas é a percepção — por parte dos alunos de Letras que a empreenderam — de que:

- tudo o que é considerado *erro* pela visão preconceituosa dos falantes das variedades [+cultas] tem uma explicação científica, racional, lógica;
- os falantes das variedades não-padrão, iletrados em sua grande maioria, por não estarem sujeitos à normativização imposta pela escola, dão livre curso às tendências internas de transformação da língua, tendências que podem ser encontradas nas fases anteriores do idioma, mas que são refreadas e contidas pela índole conservadora da norma lingüística considerada padrão;
- não há *erro* nas variedades não-padrão, há apenas *diferenças* gramaticais em relação à variedade-padrão, perfeitamente explicáveis;
- a norma-padrão ocupa seu lugar de prestígio, não por causa de qualidades lingüísticas intrínsecas, mas por razões históricas, sociais e políticas que levaram seus falantes a ocupar o posto de classe dominante dentro da sociedade.

Transformar essa percepção em *conscientização* efetiva passa a ser tarefa dos formadores de professores de língua portuguesa, bem como a elaboração de propostas para o emprego dessas "surpresas" *na prática de ensino do português em sala de aula*. Não me parece descabido introduzir um pouco de estudo da história da língua, de fonética e sintaxe históricas, de etimologia e de comparação com outras línguas nas aulas de português já nos primeiros anos de escolarização, desde que isso não se transforme em mais uma vítima da burocratização das novas propostas pedagógicas, característica da escola brasileira, e sim num método criativo e dinâmico de combate à perniciosa ideologia do preconceito lingüístico.

É imperioso também, na formação dos professores de língua portuguesa, insistir no caráter inescapavelmente *social* (e, por conseguinte, *político*) de toda e qualquer abordagem dos fenômenos lingüísticos. Retomando as palavras de Geraldi (1996: 28),

Scanned with CamScanner

> O estudo e o ensino de uma língua não podem [...] deixar de considerar — como se fossem não-pertinentes — as diferentes instâncias sociais, pois os processos interlocutivos se dão no interior das múltiplas e complexas instituições de uma dada formação social. A língua, enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente, vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos. Neste sentido, a língua nunca pode ser estudada ou ensinada como um produto acabado, pronto, fechado em si mesmo, de um lado porque sua "apreensão" demanda apreender no seu interior as marcas de sua exterioridade constitutiva (e por isso o externo se internaliza), de outro lado porque o produto histórico — resultante do trabalho discursivo do passado — é hoje condição de produção do presente que, também se fazendo história, participa da construção deste mesmo produto, sempre inacabado, sempre em construção.

5.3 Gramática ou dramática?

Finalmente, parece-me urgente a necessidade de romper com a falsa sinonímia *ensino de língua = ensino de gramática*, sobretudo quando nessa relação, como já foi demonstrado, *gramática* nada tem a ver com a intuição lingüística do indivíduo enquanto falante nativo de uma língua, nem com a fascinante investigação filosófica das relações do ser humano *com* sua linguagem e dos seres humanos entre si *por meio* da linguagem, mas com a mera prescrição de normas arcaicas aplicadas à realização mecânica e acrítica de exercícios de taxionomia que se revelam vazios e inúteis. É esse conceito empobrecido e empobrecedor de *gramática* que estará em causa no que direi a seguir.

Pois agora, como última tarefa, proponho justificar o título desta investigação: *Dramática da língua portuguesa*, tentando mostrar que não se trata apenas de um jogo de palavras sem maiores conseqüências.

No meu entender, a oposição *gramática/dramática* é equivalente à oposição *língua/linguagem*, isto é, à oposição entre esse artefato chamado *língua* — que é uma criação nossa, dos lingüistas, um construto científico, uma invenção — e a *linguagem*, que é o que realmente existe no mundo objetivo, na vivência diária, na constituição ontológica mesma de cada ser humano.

O que costumamos chamar de *língua* é apenas uma pequena ilha, um ponto identificável num mapa, rodeado de *linguagem* por todos os lados. E a linguagem é realmente um oceano: fluida, instável, de contornos imprecisos, multiforme, imprevisível, incontível, misteriosa, cheia de praias agradáveis

mas também de abismos terríveis, cheia de piscinas calmas mas também de ondas gigantescas e maremotos que nos fazem naufragar. A linguagem é a língua mais tudo, é a língua mais o mundo. A língua é um pássaro empalhado; a linguagem é um pássaro vivo, solto, voando por aí.

A prática pedagógica tradicional, no entanto, sempre privilegiou a *língua*, concentrando-se em mapear cada centímetro quadrado da ilha, deixando de lado, talvez por medo das imensas dificuldades da tarefa, o estudo da *linguagem*, a reflexão sobre a *língua mais tudo o que está em volta*, o mergulho no oceano. A prática pedagógica tradicional, portanto, sempre privilegiou a *gramática*, fingindo ignorar a existência da linguagem, fazendo vista grossa para a existência da *dramática*.

E o que é afinal essa *dramática*? É o *drama da linguagem*, e entendo *drama* aqui não só no sentido clássico do termo, isto é, a designação genérica de toda e qualquer situação em que há diálogo, em que há troca e intercâmbio entre personagens ou pessoas, mas também no sentido mais corrente da palavra, isto é, *drama* como situação de conflito, problemática, até catastrófica.

Na minha visão, este *drama da linguagem* se desenrola em três etapas sucessivas. O ator do drama da linguagem, ou seja, cada um de nós em cada momento de interação lingüística, em cada troca lingüística, em cada *ato* de fala — e a palavra "ato" empregada pelos filósofos da linguagem vem mesmo a calhar, já que estamos falando de *drama* —, este ator, como eu dizia, tem que vencer três obstáculos, cada um mais difícil que o anterior. E os três atos do drama da linguagem são:

- 1º ato: *ter o que dizer*;
- 2º ato: *querer dizer*;
- 3º ato: *poder dizer*.

Ter o que dizer é mobilizar todo o conhecimento de mundo, articular esse conhecimento de mundo com as próprias crenças pessoais, os próprios conceitos e preconceitos, herdados ou adquiridos, e elaborar, ainda que de modo rudimentar, uma *tese*, isto é, traduzindo do grego, uma "posição", ou no mínimo uma *hipo-tese*, isto é, uma "su-posição". Já é um movimento difícil porque enorme, custoso, árduo e, evidentemente, dramático. São as primeiras braçadas mar adentro. Mas não basta *ter um quê*, é preciso *fazer* alguma coisa com ele. E aí começa o segundo ato.

Querer dizer o que se tem a dizer é desejar expressar-se, é reconhecer-se digno do dom da palavra, do direito à palavra, é acreditar que o que *eu tenho*

Scanned with CamScanner

a dizer pode modificar o mundo, as pessoas neste mundo, mudar a marcha da vida, alterar o curso da história. Mas muita gente se cala. A grande maioria se cala. Muita gente tem o que dizer mas está convencida de que o que tem a dizer não vale a pena. É o resultado de séculos de repressão, de opressão, de recalque, de preconceito interiorizado. Preconceito do tipo: "Quem sou eu, afinal, para querer falar disso?" Mas é preciso *querer*.

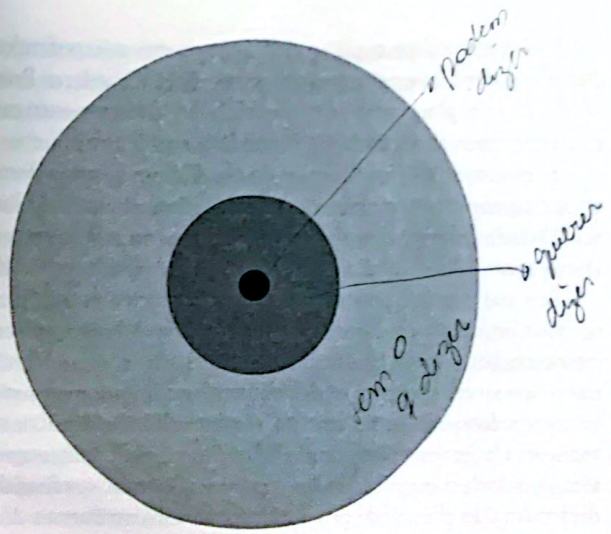
Mas não basta apenas *querer dizer*, é preciso também *poder dizer*.

Este terceiro ato do drama da linguagem, o *poder dizer*, é o mais difícil de ser posto em cena. *Poder* é sempre uma palavra terrível, e o longo exame do conceito de *ideologia* já empreendido aqui visou precisamente mostrar as relações entre o *dizer* e o *poder*, em todos os seus sentidos. De nada vale eu *ter* o que dizer, de nada vale eu *querer* dizer se eu não *posso* dizer. Quantas vezes cada ser humano já não se viu nessa frustrante condição de não *poder* dizer, muito embora *querendo e tendo* o que dizer? Quantas crianças diariamente têm seu *querer dizer* negado pelo autoritarismo de pais, mães, professores, adultos em geral? Quantas mulheres durante quantos séculos (e hoje ainda) têm sido convencidas de que nem sequer *tinham o que dizer*, muito menos de que tinham o direito de *querer e de poder* dizer? Quantos negros, homossexuais, cidadãos pobres, os falantes de variedades não-padrão, os oprimidos em geral, têm a cada momento seu direito de *dizer* negado ao mesmo tempo em que são explorados, ridicularizados, maltratados ou até mesmo assassinados? Quantas são as pessoas que realmente *podem* dizer, que têm direito à palavra? Somente os "melhores" de Bechara...

Num texto que já se tornou um pequeno clássico contemporâneo, Michel Foucault (1971: 52) afirma:

> Tudo se passa como se interditos, barragens, patamares e limites tivessem sido dispostos de maneira que seja controlada, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso, de maneira que sua riqueza seja aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem seja organizada segundo figuras que esquivam o mais incontrolável; tudo se passa como se se tivesse querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Existe decerto em nossa sociedade [...] uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo contra esses acontecimentos, contra essa massa de coisas ditas, contra o surgimento de todos esses enunciados, contra tudo o que pode haver neles de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordem também e de perigoso, contra esse grande burburinho incessante e desordenado do discurso.

Posso visualizar o drama da linguagem que acabo de descrever usando três círculos concêntricos, mas três círculos de dimensões dramaticamente desiguais:



No primeiro e maior dos círculos estão as pessoas que *têm o que dizer*. Talvez seja a humanidade inteira. Porque eu sinceramente acredito que todo e qualquer ser humano *tem* sempre o que dizer sobre qualquer coisa. Mas os longos, permanentes e duradouros processos de controle e exclusão que constituem nossa vida social reduzem grandemente o número daquelas pessoas que, mesmo tendo o que dizer, não chegam nem mesmo a *querer* dizer, não se atrevem sequer a ultrapassar a linha que delimita o segundo círculo, que é muitíssimo menor que o primeiro, o círculo do *querer dizer*. E essas mesmas ideologias, que constituem o suporte espiritual da exploração social, material, econômica, aliadas aos mecanismos de discriminação e opressão, fazem com que a maior parte das pessoas que *querem* dizer não consigam, não *possam* dizer. As pessoas que *podem dizer* ocupam o minúsculo círculo que está no centro — no centro da figura, no centro do poder político, econômico, discursivo:

> Numa sociedade como a nossa, conhecemos, evidentemente, os procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é o *interdito*. Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: tem-se aí o jogo de três tipos de interditos que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não pára de se modificar [Foucault, 1971: 11].

Scanned with CamScanner

E sabemos também o que acontece com quem, não *podendo* dizer, desafia esse não-poder e leva adiante o seu *querer* dizer. Giordano Bruno e Galileu Galilei são exemplos perfeitos dessa rebeldia devidamente castigada. O primeiro foi queimado na fogueira, e o segundo escapou por pouco.

Se esses três atos constituem o drama da linguagem, a *dramática* da linguagem, qual é o correspondente deles do lado da língua, do lado da *gramática*? Do lado da língua está apenas o *saber dizer*, ou seja, o *como*, a *aparência*, em contraste gritante com a *essência*, com *aquilo que se tem a dizer*.

Pois essa tem sido precisamente a nossa prática pedagógica. Deixamos de lado a linguagem e sua *dramática* — com todas as suas implicações sociais, espirituais, ontológicas, epistemológicas, éticas, históricas, filosóficas, humanas — e nos concentramos exclusivamente na língua e na sua *gramática* — com seu reducionismo mecanicista, sua formalidade técnica, sua mera instrumentalidade, suas listas de classificações rígidas, suas engrenagens sem alma, seus bichos empalhados, sua suposta autonomia, sua fingida neutralidade. Isso leva ao absurdo de privilegiar o *meio* em detrimento do *fim*; a considerar a *partitura impressa* como mais importante do que a *música executada*. Isso leva a acreditar que o único objetivo do ensino de língua é o ensino mais estrito, mais restrito e constrito da gramática mais normativa possível. Isso leva a desprezar o *todo* da linguagem em favor de uma *parte ínfima da língua*, que é a gramática e, pior ainda, a gramática normativa com todas as implicações ideológicas dessa opção.

Já disse no capítulo anterior que a subversão desse quadro traria benefícios incalculáveis para todos os envolvidos no processo pedagógico. Que se dê vez à *dramática*, que se leve nossos alunos a acreditar que eles *têm o que dizer*, que é lícito, legítimo e justo que *queiram* dizer, e que é importante e essencial para eles conquistar o *poder dizer*:

> Por mais que o discurso aparente ser pouca coisa, os interditos que o atingem revelam bem cedo, bem depressa, sua ligação com o desejo e com o poder. E não há por que se espantar, uma vez que o discurso — a psicanálise nos mostrou isso — não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo: é também aquilo que é o objeto do desejo; e uma vez que — e isso a história não pára de nos ensinar — o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo para quê, aquilo por quê, se luta, o poder do qual a gente tenta se apropriar [Foucault, 1971: 12].

Se feita essa revolução, o *saber dizer*, o *como dizer* virá naturalmente, como a constituição mesma do que se diz. Se uma pessoa tem o que dizer, se ela quer dizer e pode dizer, se não lhe são feitas cobranças injustas nem

imposições dogmáticas, se não lhe é podada a imaginação, se não lhe é tolhido o direito de falar, ela naturalmente, espontaneamente, inevitavelmente vai *saber como dizer*.

Afinal, cada falante de uma língua é um *falante plenamente competente* dessa língua, um falante que domina a *integralidade* de sua gramática, que sabe distinguir perfeitamente o que é gramatical do que é agramatical. Se sua palavra estiver livre, se sua voz puder ser ouvida, ele vai saber articular com competência suas idéias, dar uma forma adequada e aceitável *àquilo que ele tem a dizer*.

E nisso está o papel de professor, de liberador da palavra, de instrutor de mergulho. E como estou falando de *drama* e de *ato*, poderia usar o termo francês *metteur-en-scène* para definir a função do professor como aquele que vai "montar", "encenar", "pôr em cena", "colocar em ato" o drama da linguagem. Somos nós, professores, que podemos e devemos oferecer, revelar, mostrar os recursos que permitem ao nosso aluno poder dizer o que ele quer dizer. Mostrar ao aluno que ele *já sabe a língua*, torná-lo consciente de seu próprio conhecimento lingüístico, combater sua auto-aversão lingüística. Somos nós que devemos *educar*, no sentido etimológico desse verbo, que é "trazer para fora", *ex-ducare*, fazer a pessoa *ex-por*, *ex-ibir*, *ex-ternar*, *extra-vazar*, *ex-primir* seu conhecimento prévio, sua intuição de falante nativo. Somos nós que devemos mostrar as múltiplas opções de uso da língua para que o *saber dizer* sirva de roupagem adequada para o *querer e o poder dizer*.

Nossa prática deve subordinar a língua à linguagem, a gramática à dramática, fazer da gramática o instrumento para tocar a música da linguagem — justamente o oposto do que se tem feito tradicionalmente até hoje.

Essa exclusividade da gramática na nossa prática pedagógica é que nos impede de fazer realmente aquilo que todo mundo diz ser a nossa missão: ensinar a ler e a escrever. Ler não é apenas decifrar os sinais impressos numa folha de papel. É decifrar precisamente o que *não está impresso* na folha de papel, o que está apenas sugerido, indicado pela impressão. Ler é dar o salto para além do texto impresso, é refazer toda a trajetória da tecelagem, reconhecer as diversas tramas que se enredaram naquele tear para compor o texto/tecido. Escrever também não é alinhar mecanicamente uma série de palavras ou de orações. É ter plena consciência de que cada palavra, de que cada oração é apenas uma brecha para o mundo, e que é este mundo que é importante, interessante, vital. O tão alardeado fracasso do brasileiro escolarizado em ler e escrever talvez se prenda justamente a

Scanned with CamScanner

isso, a esse ensino que nos leva a ler e a escrever *gramaticamente* quando deveria nos levar a ler e a escrever *dramaticamente*.

A *gramática* — conforme o sentido que venho dando a este termo até agora — parece preencher bem os requisitos necessários para ser considerada uma *instituição*, segundo a definição de Bourdieu (1996: 100):

> A instituição é um ato de magia social capaz de criar a diferença *ex nihilo*, ou então, como é o caso mais freqüente, de explorar de alguma maneira as diferenças preexistentes, como as diferenças biológicas entre os sexos, ou então as diferenças etárias, como no caso da instituição do herdeiro segundo o direito de primogenitura. Neste sentido, como a religião segundo Durkheim, a instituição é "um delírio bem fundado", um golpe de força simbólica mas *cum fundamento in re*. As distinções socialmente mais eficazes são aquelas que parecem se fundar em diferenças objetivas (penso, por exemplo, na noção de "fronteira natural"). Conforme se pode constatar no caso das classes sociais, estamos sempre lidando com distribuições contínuas ("*continuums*") pelo fato de que os diferentes princípios de diferenciação produzem diferentes divisões que raramente se superpõem completamente. Entretanto, a magia social consegue sempre produzir o descontínuo a partir do contínuo.

É a instituição gramatical que estabelece e santifica a distinção entre o *certo* e o *errado*, entre o que "se deve" e o que "se não deve dizer", explorando as diferenças objetivas entre as variedades lingüísticas, tal como a instituição religiosa define o *sagrado* e o *profano*, a instituição jurídica define o *delito* e a *pena*, a instituição matrimonial define a *fidelidade* e o *adultério*, a instituição dos gêneros define o *masculino* e o *feminino*. Por mais que a Lingüística insista em mostrar a língua como um *continuum* de variedades, a *gramática*, enfatizando o *descontínuo*, não abre mão de estabelecer diferenças dicotômicas e radicais entre a "língua legítima" (ou "exemplar") e os *patois*. Afinal, "a força do juízo categórico de atribuição realizado pela instituição é tão grande que se mostra capaz de resistir a quaisquer desmentidos práticos" (Bourdieu, 1996: 103).

A instituição não serve apenas para manter de fora os excluídos. Segundo Bourdieu (1996: 102):

> A função de todas as fronteiras mágicas — quer daquela entre o masculino e o feminino, quer dessa outra entre os eleitos e os excluídos do sistema escolar — consiste em impedir os que se encontram dentro, do lado certo da linha, de saírem, de saírem da linha, de se desclassificarem. Segundo Pareto, as elites estão fadadas à "extinção" quando deixam de acreditar em si mesmas, quando perdem seu moral e sua moral, dispondo-se a cruzar a linha no sentido errado. Uma das funções do ato de instituição seria desencorajar duradouramente a tentação da passagem, da transgressão, da deserção, da *demissão*.

Sob essa ótica, seria possível atribuir aos *comandos paragramaticais*, em sua busca quase exasperada de "preservar" a "pureza" da língua, a função de fiscais da fronteira mágica traçada pela Gramática Tradicional, para que as "elites lingüísticas" não sucumbam à tentação de transpô-la para cair nas zonas perigosas do "não português". Será esse o espírito que leva Arnaldo Niskier, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, *instituição* gramatical por excelência, a escrever: "A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional" (*Folha de S. Paulo*, 15/1/1998). É preciso convencer as elites de que a língua que elas supostamente falam e escrevem é a boa, a certa, a bonita e, sobretudo, "a" língua: "A estratégia universalmente adotada para eximir-se duradouramente da tentação de sair da linha consiste em naturalizar a diferença e transformá-la numa segunda natureza" (Bourdieu, 1996: 103).

Instituir, atribuir uma essência, uma competência — no nosso caso, a essência e a competência *gramatical* —, equivale, segundo Bourdieu, a impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). No caso da instituição gramatical, é impor um direito de *dizer* e um dever de *dizer*. Assim, os que passaram pelo ritual consagrador da *gramática* acreditam que somente eles *têm o que dizer*, que somente a eles cabe o *querer* e o *poder dizer*, que eles são os "melhores" e que sua língua é a "exemplar". E o mesmo gesto que institui a diferença também institui e consagra a *exclusão*:

> O verdadeiro milagre produzido pelos atos de instituição reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa. Todavia, por uma espécie de maldição, a natureza essencialmente diacrítica, diferencial, distintiva do poder simbólico faz com que o acesso da classe cultivada ao Ser tenha como inevitável contrapartida a queda da classe complementar no Nada ou num Ser Menor (Bourdieu, 1996: 106).

Instituir, consagrar, sancionar, abençoar uma norma-padrão lingüística é ato simultâneo, portanto, ao de destituir, execrar *(ex-sacrare)*, excomungar *(ex-communicare)*, anatematizar todas as reais variedades, lançadas — e seus usuários com elas — no purgatório do não-poder-dizer que, quando contemplado mais de perto, se revela, na verdade, o *inferno do não-poder-ser*.

Scanned with CamScanner

Bibliografia

ABL (1999): *Academia Brasileira de Letras na Imprensa 1999*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras.

AITCHISON, Jean (1998): "Myth 3: The Media are Ruining English", *in:* BAUER & TRUDGILL (1998).

ALÉONG, Stanley (1983): "Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique", *in:* BÉDARD & MAURAIS (1983).

ALI, Manuel Said (1919): *Difficuldades da lingua portugueza*. 2ª ed., revista e augmentada, Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères.

——— (1964): *Gramática secundária & Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed., Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Milton José de (1999): "Ensinar português?", *in* GERALDI, J. W. (org.) (1999).

ALMEIDA, Napoleão M. (1994): *Dicionário de questões vernáculas*. 2ª ed., São Paulo, LCTE.

ANDERSSON, L.-G. & TRUDGILL, P. (1990): *Bad Language*. London, Penguin.

ANDERSSON, Lars (1998): "Myth 7: Some Languages are Harder than Others", *in:* BAUER & TRUDGILL (1998).

AUROUX, Sylvain (1998): "Língua e hiperlíngua". *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 1: 17-30.

BAGNO, Marcos (1995): *A luta desigual. Mito vs. realidade nos livros didáticos de língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal de Pernambuco, mimeo.

——— (1997): *A língua de Eulália. Novela sociolingüística*. São Paulo, Contexto.

——— (1998): *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. São Paulo, Loyola.

——— (1999): *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo, Loyola.

——— (2000): *A língua de Eulália. Novela sociolingüística*. 5ª ed., revista e aumentada, São Paulo, Contexto.

Scanned with CamScanner

BAKHTINE, Mikhaïl (1977): *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris, Minuit [1ª edição russa: 1929].
BARTHES, Roland (1985): *Mitologias*. 6ª ed., São Paulo, Difel.
BASTOS, Neusa B. (org.) (1998): *Língua portuguesa. História, perspectivas, ensino*. São Paulo, EDUC.
BATISTA, Antônio A. G. (1997): *Aula de português. Discurso e saberes escolares*. São Paulo, Martins Fontes.
BAUER, L. & TRUDGILL, P. (orgs.) (1998): *Language Myths*. London, Penguin Books.
BECHARA, Evanildo (1986): *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 2ª ed., São Paulo, Ática.
——— (1999): *Moderna gramática portuguesa*. 38ª ed., Rio de Janeiro, *YHL*.
——— (1999b): "A sobrevivência da língua culta", *in*: ABL (1999).
BÉDARD, É. & MAURAIS, J. (orgs.) (1983): *La norme linguistique*. Québec/Paris, Conseil de la langue française/Le Robert.
BLANCHE-BENVENISTE, C. (1999): "Langue parlée et langue écrite: décalage en morphologie et en syntaxe", *in*: MOURA, D. (1999).
BORTONI-RICARDO, Stella M. (1984): "Problemas de intercomunicação dialetal". *Tempo Brasileiro* 78/79: 9-32.
——— (1985): *The urbanization of rural dialect speakers*. Cambridge, Cambridge University Press.
——— (1997): "A análise do Português brasileiro em três *continua*: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* de oralidade-letramento e o *continuum* de monitoração estilística". Congresso Substandard e Mudança no Português do Brasil. Berlim, outubro de 1997.
——— (1999): "Variação lingüística e atividades de letramento em sala de aula", *in* KLEIMAN, A. (org.) (1999).
BOURDIEU, Pierre (1994): *Lições da Aula. Aula inaugural no Collège de France*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
——— (1996): *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, EDUSP.
BRECHT, Bertolt (1977): *A vida de Galileu*. São Paulo, Abril.
BRITTO, Luiz Percival L. (1991): *Fugindo da norma*. Campinas, Átomo.
——— (1997): *A sombra do caos — ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, Mercado de Letras/ALB.
——— (1999): "Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares", *in* GERALDI, J. W. (org.) (1999).
BRITTO, L. P. L. & D'Angelis, W. R. (1998): "Gramática de preconceitos". *Em dia: Leitura & Crítica — boletim informativo da Associação de Leitura do Brasil*, Campinas (2): 2-3.
BUESCU, Mª Leonor Carvalhão (1998): "A Língua Portuguesa, madre e não madrasta. Uma busca equívoca mas eficaz: a gramática universal", *in*: BASTOS (1998), pp. 15-31.
CAGLIARI, L. C. (1996): "A escrita do português arcaico & a falsa noção de ortografia fonética". Mimeo.
CALLOU, Dinah (org.) (1991): *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro. Materiais para o seu estudo*. Rio de Janeiro, UFRJ.
——— (1992): *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro* (vol. 1). Rio de Janeiro, UFRJ/FJB.

CALLOU, D. & LOPES, C. R. (1993): *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro* (vol. 2). Rio de Janeiro, UFRJ/CAPES.
——— (1994): *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro* (vol. 3). Rio de Janeiro, UFRJ/CAPES.
CAMARA Jr., J. Mattoso (1969): *Problemas da lingüística descritiva*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes.
——— (1972): *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
——— (1977): *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Padrão.
——— (1984): *Estrutura da língua portuguesa*. 14ª ed., Petrópolis, Vozes.
——— (1993): *Manual de expressão oral e escrita*. 12ª ed., Petrópolis, Vozes.
CARVALHO, A. & RIBEIRO, J. (1998): *Nossa palavra* (vol. 5). São Paulo, Ática.
CASTILHO, Ataliba T. (1978): "Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (1): 13-20.
——— (1980): "A constituição da norma pedagógica do português". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 22: 9-18.
——— (1981): "O Projeto NURC e a sintaxe do verbo", *in: Estudos de filologia e lingüística (em homenagem a Isaac Nicolau Salum)*, São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.
——— (org.) (1991): *Gramática do português falado*, vol. I. Campinas, UNICAMP.
——— (org.) (1993): *Gramática do português falado*, vol. III. Campinas, UNICAMP.
——— (1997): "A gramaticalização". *Estudos Lingüísticos e Literários* (Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística/UFBA), 19: 25-63.
——— (1998): *A língua falada no ensino de português*. São Paulo, Contexto.
——— (1999): "O português do Brasil", *in* ILARI (1999).
CASTILHO, A. & BASÍLIO, M. (org.) (1996): *Gramática do português falado*, vol. VI, Campinas, UNICAMP.
CASTILHO, A. & PRETI, D. (1987): *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* (vol. 1). São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP.
——— (1988): *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* (vol. 2). São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP.
CASTRO, Marcos de (1999): *A imprensa e o caos na ortografia*. 2ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Record.
CEGALLA, Domingos P. (1990): *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 33ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional.
CHACON, Lourenço (1998): *O ritmo da escrita*. São Paulo, Martins Fontes.
CHAMBERS, J. K. (1998): "Myth 15: TV Makes People Sound the Same", *in:* BAUER & TRUDGILL (1998).
CHAUI, Marilena (1998): *O que é ideologia*. 38ª ed., São Paulo, Brasiliense [1ª edição: 1980].
——— (1997): *Cultura e democracia*. 7ª ed., São Paulo, Cortez.
CIPRO Neto, P. & INFANTE, U. (1997): *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo, Scipione.
COELHO, Maria Auxiliadora Lustosa (1998): *Atitudes lingüísticas do nordestino do submédio São Francisco*. Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, mimeo.
COMRIE, Bernard (ed.) (1987): *The World's Major Languages*. London, Routledge.
CORRÊA, Manoel L. G. (1990): "A língua portuguesa no contexto do magistério de 1º e 2º graus". *Alfa*, São Paulo, 34: 53-62.

Scanned with CamScanner

——— (1997): *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
——— (1999): "Lingüística, Lingüística Aplicada e Análise do Discurso em um estudo na fronteira com a História e as Ciências Sociais". Conferência apresentada na Faculdade de Filosofia da UNESP-Marília, mimeo.
——— (2000): "A heterogeneidade da escrita e o ensino de português". Mimeo.
CORREIA, M. E. & GALHARDI, M. (1990): *Como é fácil! — Português* (vol. 2). São Paulo, Scipione.
COUTO, Hildo H. (1986): *O que é português brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
CUNHA, Celso (1964): *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro, Livraria São José.
——— (1985): *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. (1985): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
CYRINO, Sonia M. L. (1993): "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos", *in:* ROBERTS & KATO (1993).
D'ALBUQUERQUE, Alair C. R. C. (1984): "A perda dos clíticos num dialeto mineiro". *Tempo Brasileiro*, 78/79: 97-121.
DIAS, Ana Rosa F. (1996): *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo, Educ/Cortez.
DUARTE, Mª Eugênia L. (1989): "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil", *in:* TARALLO, F. (org.) (1989).
DUARTE, Sérgio N. (1998): *Língua viva*. Rio de Janeiro, Rocco.
DUBOIS, Jean *et alii* (1978): *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix.
EAGLETON, Terry (1997): *Ideologia*. São Paulo, Boitempo/UNESP.
ELIA, Sílvio (1979): *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro, Padrão.
FAIRCLOUGH, N. (1989): *Language and Power*. New York, Longman.
FIGUEIREDO, Cândido de (1927): *O que se não deve dizer*, vol. III. 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora [1ª edição: 1914].
——— (1929): *O que se não deve dizer*, vol. I. 5ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora [1ª edição: 1903].
——— (1929): *O que se não deve dizer*, vol. II. 4ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora.
FIORIN, José Luiz (1998): *Linguagem e ideologia*. 6ª ed., São Paulo, Ática.
FOUCAULT, Michel (1971): *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard [ed. br.: (1996, ⁵1999): *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola].
GALVES, Charlotte (1998): "A gramática do português brasileiro". *Língua e Instrumentos Lingüísticos*, 1: 79-96.
GERALDI, João W. (1996): *Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação*. Campinas, Mercado de Letras/ALB.
——— (1997): *Portos de passagem*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
——— (org.) (1999): *O texto na sala de aula*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
GILES, G. & NIEDZIELSKI, N. (1998): "Myth 11: Italian is Beautiful, German is Ugly", *in:* BAUER & TRUDGILL (1998).
GNERRE, Maurizio (1985): *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes.
GOFFMAN, E. (1963): *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall.
GUIRAUD, Pierre (1973): *Le français populaire*. Paris, PUF.

HATHERLY, A. *et al.* (1983): *Estão a assassinar o português! 17 depoimentos*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
HAUGEN, E. (1976): "Dialect, Language, Nation", *in:* PRIDE & HOLMES (eds.), *Sociolinguistics*. Middlesex, Penguin.
HAUY, Amini B. (1994): *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 4ª ed., São Paulo, Ática.
HILGERT, J. G. (1997): *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre* (vol. 1). Porto Alegre, UFRS.
HOUAISS, Antônio (1985): *O português no Brasil*. Rio de Janeiro, UNIBRADE.
ILARI, Rodolfo (1985): *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes.
——— (org.) (1993): *Gramática do português falado*, vol. II. 2ª ed., Campinas, UNICAMP.
——— (1999): *Lingüística românica*. 3ª ed. São Paulo, Ática.
JERNUDD, B. & SHAPIRO, M. (eds.) (1989): *The Politics of Language Purism*. New York, Mouton de Gruyter.
JUCÁ (filho), Cândido (1961): *O prodigioso espírito de unidade luso-brasileiro*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II.
KATO, Mary (1993): "Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica", *in:* ROBERTS & KATO (1993).
KLEIMAN, Angela B. (org.) (1999): *Os significados do letramento*. 1ª reimpr., Campinas, Mercado de Letras.
KOCH, Ingedore V. (1997): *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo, Contexto.
LARA, Luis F. (1983): "Le concept de norme dans la théorie d'Eugenio Coseriu", *in:* BÉDARD & MAURAIS (1983).
LEITE, Marli Q. (1999): *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo, Humanitas.
LEMLE, Miriam (1978): "Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa". *Tempo Brasileiro*, *53/54*: 60-94.
Línguas e instrumentos lingüísticos 1 (1998): Campinas, Pontes.
LI, C. & THOMPSON, S. (1987): "Chinese", *in:* COMRIE, B. (ed.), *The World's Major Languages*. London, Routledge.
LISBOA, Eugénio (1983): "Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes...", *in: Estão a assassinar o português!* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
LISPECTOR, Clarice (1998): *A hora da estrela*. Rio de Janeiro, Rocco.
——— (1998b): *Água viva*. Rio de Janeiro, Rocco.
LOPES, Edward (1993): *A palavra e os dias*. São Paulo/Campinas, Unesp/Unicamp.
LÖWY, Michael (1992): *Ideologias e ciência social — elementos para uma análise marxista*. 8ª ed., São Paulo, Cortez.
LUCCHESI, Dante (1994): "Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil", *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12: 17-28.
LUFT, Celso P. (1994): *Língua e liberdade*. 3ª ed., São Paulo, Ática.
LYONS, John (1995): *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge, Cambridge University Press [1ª edição inglesa: 1968].
——— (1987): *Ligua(gem) e lingüística. Uma introdução*. Rio de Janeiro, Guanabara.
MACEDO, Jorge Borges de (1983): "Não estão a assassinar o português!", *in: Estão a assassinar o português!* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Scanned with CamScanner

MACHADO, Josué (1994): *Manual da falta de estilo*. 3ª ed., São Paulo, Best-Seller.
MAGEE, Bryan (1999, ²2000): *História da filosofia*. São Paulo, Edições Loyola.
MARCUSCHI, L. A. (1998): "Língua falada e língua escrita no português brasileiro: distinções equivocadas e aspectos descuidados". Colóquio Internacional do Ibero-Amerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz, Berlin, 28-30 de setembro de 1998 (mimeo).
——— (1999): "Cognição, explicitude e autonomia no texto falado e escrito", *in*: MOURA, D. (org.) (1999).
MARROQUIM, Mário (1931): *A língua do Nordeste*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
MARTINS, Eduardo (1999): *Com todas as letras. O português simplificado*. São Paulo, Moderna.
MARTINS, Mª Helena (org.) (1996): *Questões de linguagem*. São Paulo, Contexto.
MARX, K. & ENGELS, F. (1996): *A ideologia alemã*. 10ª ed., São Paulo, HUCITEC.
——— (1998 [1888]). *The German Ideology*. Amherst, New York, Prometheus Books.
MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991): "Diversidade lingüística e ensino de português: proposições comentadas". *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 1: 28-36.
——— (1994): *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 2ª ed., São Paulo, Contexto.
——— (1995): *Contradições no ensino de português*. São Paulo, Contexto/Salvador, EDUFBA.
——— (org.) (1996): *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/UEFS/EDUFBA.
MAURAIS, Jacques (org.) (1987): *Politique et aménagement linguistiques*. Québec/Paris, Conseil de la langue française/Le Robert.
MELO, Gladstone C. (1946): *A atual decadência da língua literária*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (1998): *Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa*.
MILROY, James (1998): "Myth 8: Children Can't Speak or Write Properly Any More", *in*: BAUER & TRUDGILL (1998).
MILROY, Lesley (1998): "Myth 12: Bad Grammar is Slovenly", *in*: BAUER & TRUDGILL (1998).
MIRA MATEUS, Maria Helena *et alii* (1983): *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina.
MOLINER, María (1988): *Diccionario de uso del español* (2 vols.). Madrid, Gredos.
MOLLICA, M. C. M. (1996): "A regência do verbo *ir* de movimento". *In*: SILVA & SCHERRE (1996).
MONTEIRO, José L. (1991): *Os pronomes pessoais no português do Brasil*. Tese de Doutoramento. Programas de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.
MOTA, J. & ROLLEMBERG, V. (1994): *A linguagem falada culta na cidade do Salvador* (vol. 1). Salvador, Instituto de Letras da UFBA.
MOURA, Mª Denilda (org.) (1997): *Contribuição de Mário Marroquim à pesquisa sociolingüística no Brasil*. Maceió, Pós-Graduação em Letras/UFAL.
——— (org.) (1999): *Os múltiplos usos da língua*. Maceió, EDUFAL.
NEVES, Mª Helena M. (1987): *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Hucitec/Brasília, UnB.
——— (1990): *Gramática na escola*. São Paulo, Contexto.

NISKIER, Arnaldo (1999): "Língua portuguesa em questão: desafios e soluções", *in*: ABL (1999).
NOSELLA, M. L. C. D. (1981): *As belas mentiras. A ideologia subjacente aos livros didáticos*. São Paulo, Moraes.
NUNES, Jairo (1990): *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
——— (1993): "Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro", *in*: ROBERTS & KATO (1993).
PAGOTTO, Emilio G. (1992): *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
——— (1993): "Clíticos, mudanças e seleção natural", *in*: ROBERTS & KATO (1993).
PEREIRA, Cilene C. (1999): "Causas do mau aprendizado da língua portuguesa", *in*: ABL (1999).
PEREZ, José Roberto R. (1991): *Lição de português. Tradição e modernidade no livro escolar*. Campinas/São Paulo, UNICAMP/Cortez.
PERINI, Mário A. (1985): *Para uma nova gramática do português*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
——— (1996): *Gramática descritiva do português*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
——— (1997): *Sofrendo a gramática*. São Paulo, Ática.
PEZATTI, Erotilde G. (1993): "A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado". *Alfa*, 37: 159-178.
PIGNATARI, Décio (1998): "Metáfora: barroco, surrealismo, Rosa". *Revista USP*, 36: 96-99.
PINTO, Edith P. (org.) (1981-I): *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos*. Vol. I. São Paulo, LTC/EDUSP.
——— (1981-II): *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. Vol. II. São Paulo, LTC/EDUSP.*
——— (1986): *A língua escrita no Brasil*. São Paulo, Ática.
——— (1990): *O português popular escrito*. São Paulo, Contexto.
PONTES, Eunice S. L. (1987): *O tópico no português do Brasil*. Campinas, Pontes.
POSSENTI, Sírio (1997): *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, Mercado de Letras.
——— (1999): "Sobre o ensino de português na escola"; "Gramática e política", *in* GERALDI, J. W. (1999).
PRATT, Mary Louise (1977): *Towards a Speech Act Theory of Literary Discourse*. Bloomington, University of Indiana Press.
PRETI, Dino (1994): *Sociolingüística. Os níveis de fala*. 7ª ed., São Paulo, EDUSP.
——— (org.) (1997): *Análise de textos orais*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP.
——— (org.) (1997b): *O discurso oral culto*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP.
——— (org.) (1998): *Estudos de língua falada. Variações e confrontos*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.
PRIDE, J. B. & HOLMES, J. (orgs.) (1972): *Sociolinguistics. Selected Readings*. Harmondsworth, Penguin.
QUINO (1973): *Diez años con Mafalda*. 11ª ed., Barcelona, Lumen.
RAMOS, Jânia M. (1997): *O espaço da oralidade na sala de aula*. São Paulo, Martins Fontes.
REY, Alain (1972): "Usages, jugements et prescriptions linguistiques". *Langue française*, 16: 4-28.
RIBEIRO, João (1921): *A língua nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Scanned with CamScanner

ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) (1993): *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas, UNICAMP.
ROCHA LIMA, C. H. (s/d): "Sobre o sincretismo de a em em no exprimir direção", *in: Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*. Rio de Janeiro, Simões.
——— (1989): *Gramática normativa da língua portuguesa*. 30ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
ROSSI, Nelson (1980): "A realidade lingüística brasileira". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 22: 35-44.
ROSSI-LANDI, Ferruccio (1985): *A linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo, Difel [1ª edição italiana: 1968].
SÁ, Mª Piedade M. *et alii* (1996): *A linguagem falada culta na cidade do Recife*, vol. I. Recife, UFPE.
SACCONI, Luiz Antonio (1998): *Não erre mais!* 23ª ed., São Paulo, Atual.
SALLES, Ricardo C. (1995): *Passeando por Babel*. Rio de Janeiro, Opera Nostra.
SANKOFF, David (1988): "Sociolinguistics and syntactic variation", *in:* NEWMEYER, F. J. (org.), *Linguistics: the Cambridge survey*, vol. IV (*Language: the socio-cultural context*). New York, Cambridge University Press.
SCHERRE, Maria Marta P. (1988): *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.
——— (1996): "Variação lingüística, mídia e preconceito lingüístico". *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 16: 17-27.
——— (1999): "Preconceito lingüístico: doa-se lindos filhotes de poodle", *in:* HORA, D. & CHRISTIANO, E. (orgs.), *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa, Idéia.
SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1993): *História do falar e história da lingüística*. Campinas, UNICAMP.
SIGNORINI, Inês (org.) (1998): *Língua(gem) e identidade*. Campinas, FAPESP/FAEP/UNICAMP/Mercado de Letras.
SILVA, Giselle M. O. & SCHERRE, Mª M. P. (orgs.) (1996): *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
SILVA, Myrian B. (1993): *Leitura, ortografia e fonologia*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
——— (1994): "A escola, a gramática e a norma", *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12: 75-81.
SILVA NETO, Serafim (1960): *Língua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
——— (1986): *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Presença/INL [1ª edição: 1950].
SILVEIRA BUENO, Francisco da (1955): *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
SOARES, Magda (1993): *Linguagem e escola. Uma perspectiva social*. 10ª ed., São Paulo, Ática.
SOUZA, Álvaro José de (1990): *Geografia lingüística. Dominação e liberdade*. São Paulo, Contexto.
STREET, Brian (1994): "Cross-cultural perspectives in literacy", *in:* VERHOEVEN, L. (ed.), *Fuctional Literacy: theoretical issues and educational implications*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
STUBBS, M. (1990): "Language in education", *in:* COLLINGE, N. E. (ed.), *An Encyclopaedia of Language*. Londres, Routledge.

TARALLO, Fernando (1983): *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia, University of Pennsylvania, PhD Dissertation, mimeo.
——— (1985): *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo, Ática.
——— (org.) (1989): *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, Pontes/UNICAMP.
——— (1990): *Tempos lingüísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo, Ática.
——— (1993): "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX", *in:* ROBERTS & KATO (1993).
TERRA, Ernani (1997): *Linguagem, língua e fala*. São Paulo, Scipione.
TFOUNI, Leda V. (1988): *Adultos não alfabetizados. O avesso do avesso*. Campinas, Pontes.
TRUDGILL, Peter (1995): *Sociolinguistics. An Introduction to Language and Society* [new edition]. Harmondsworth, Penguin Books.
——— (1998): "Myth 1: The Meanings of Words Should Not be Allowed to Vary or Change", *in:* BAUER & TRUDGILL (1998).
ŽIŽEK, Slavoj (1992): *Eles não sabem o que fazem. O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
——— (org.) (1999): *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.

Scanned with CamScanner

O domínio natural de uma ou mais línguas é o nosso dom maior. É a expressão plena da democracia. É o exercício inequívoco da cidadania. Portanto, a idéia da superioridade lingüística é tão perversa quanto a idéia da superioridade de raça, de cor, de cultura, de sexo e de religião. O preconceito lingüístico, derivado do equívoco milenar da superioridade lingüística, é o mais perigoso dos preconceitos: ele é *naturalmente* aceito pela comunidade, que transita, sem perceber, pela tênue fronteira entre língua como mecanismo de identificação e língua como mecanismo de poder. Vemos com clareza a exploração política e econômica, mas não enxergamos prontamente a dominação lingüística. É fácil dominar e se deixar dominar por meio de línguas ou dialetos de prestígio. E isso tem de ser discutido! Tem de ser publicamente debatido! Tem de ser continuamente denunciado! É exatamente este papel cidadão que o cidadão Marcos Bagno tem exercido com maestria nos últimos anos em *A Língua de Eulália* e *Preconceito Lingüístico*. É exatamente este papel que Marcos Bagno continua a exercer nesta nova obra, fruto de um trabalho corajoso, arrojado, assumido, extremamente cuidado, criteriosamente apresentado e de qualidade ímpar. A luta contra o preconceito lingüístico parece ser uma luta insana. Por isso, esta *Dramática da Língua Portuguesa* se reveste de importância inquestionável. É um texto que provoca mudança de mentalidade. É firme, forte, até radical. Mas os comandos paragramaticais – a mais lamentável personificação do preconceito lingüístico –, seriamente discutidos e duramente criticados neste livro, merecem mais do que o tom radical de Marcos Bagno: merecem a rejeição pública de todos nós.

Maria Marta Pereira Sch[illegible]
UFRJ[illegible]

ISBN: 85-15-02129-3
9 788515 021291 Cód. 3700

Scanned with CamScanner